

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DAYANE SANTOS DE SOUZA

**ENTRE O ESPÍRITO SANTO E BRASÍLIA: MULHERES,
CARREIRAS POLÍTICAS E O LEGISLATIVO BRASILEIRO A
PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO**

VITÓRIA
2014

DAYANE SANTOS DE SOUZA

**ENTRE O ESPÍRITO SANTO E BRASÍLIA: MULHERES,
CARREIRAS POLÍTICAS E O LEGISLATIVO BRASILEIRO A
PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adelia Maria Miglievich Ribeiro

VITÓRIA
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S729e Souza, Dayane Santos de, 1985-
Entre o Espírito Santo e Brasília : mulheres, carreiras
políticas e o legislativo brasileiro a partir da redemocratização /
Dayane Santos de Souza. – 2014.
265 f. : il.

Orientador: Adelia Maria Miglievich Ribeiro.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Mulheres - Espírito Santo (Estado). 2. Democracia. 3.
Relações de gênero. 4. Poder legislativo. I. Adelia Maria
Miglievich. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

DAYANE SANTOS DE SOUZA

**ENTRE O ESPÍRITO SANTO E BRASÍLIA: MULHERES,
CARREIRAS POLÍTICAS E O LEGISLATIVO BRASILEIRO A
PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Aprovada em 28 de novembro de 2014.

Prof.^a Dr.^a Adelia Maria Miglievich Ribeiro
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Sandra Regina S. da Costa
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Flávia Biroli
Universidade de Brasília

À minha amada mãe Rosangela, mulher de fibra e de grande força interior, pelo grande exemplo de resiliência, amor à família e coragem na luta diária da vida.

Ao meu amado pai Edjalma, homem correto e guerreiro, que sempre colocou a educação e os estudos dos filhos como os maiores tesouros que um pai pode dar.

Ao meu irmão Geovani, maior presente que já ganhei na vida, um irmão amoroso e de grande pureza de coração. Meu precioso, eterno e amado amigo.

Em memória de meu querido tio Josué e de minha querida avó "Bilú".

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tamanha força que me deu, por não me deixar esmorecer. Eu sei que Ele me conduziu para que eu não me perdesse diante das dificuldades.

À minha amada família. Aos meus queridos pais Rosângela e Edjalma, que lutaram incansavelmente para que eu e meu irmão pudéssemos ter uma boa educação e um lar amoroso e seguro, apesar de todos os desafios que tivemos que enfrentar juntos. Ao meu querido irmão Geovani, que tantas vezes teve a paciência e a compreensão de ouvir meus desabafos, de me acolher nos momentos de desespero e desânimo, não me deixando desistir nem deixar de acreditar em mim mesma.

À minha orientadora, professora Adelia Miglievich, uma grande intelectual, amiga e parceira. É grande fonte de inspiração, pela dedicação séria à ciência e ao ensino; pela humanidade, carinho e respeito com que trata seus alunos, incentivando-os a ir além do que imaginariam conseguir; pela pessoa positiva, cheia de energia e esperança de um mundo melhor. Sou imensamente grata pelos quase cinco anos de caminhada que trilhamos juntas, em uma jornada que me transformou para melhor.

Às queridas amigas Alice, Ana, Andrezza, Brena, Letícia, Mariana Patez, Marianna (Manni), Neiva e Thalita e aos queridos amigos Carlos Nazareno, Felipe e Marcelo, que sempre me incentivaram e me proporcionaram momentos muito importantes de descontração, carinho e leveza, mas que também me ampararam em momentos de angústia. Não vejo minha vida sem elas(es), tenho muito amor e gratidão por todos.

À minha querida amiga Noëlle, que foi uma importante interlocutora neste trabalho e que, mesmo distante fisicamente, esteve mais perto do que nunca. Agradeço por ter torcido e brigado junto comigo pelas entrevistas que eu não conseguia, procurando as deputadas em Brasília para que eu tivesse retorno. Agradeço também por ter doado seu precioso tempo na coleta de parte dos dados que precisei para esta pesquisa, sem jamais pedir nada em troca.

À minha turma de mestrado, especialmente a Jaqueline, Jessica, Hugo, Silvia e Tatyana, pessoas admiráveis, com quem aprendi muito e por quem eu torci para que tivessem sucesso e alegria em suas pesquisas e na vida profissional e pessoal. Com elas partilhei mais do que questões acadêmicas.

Aos queridos professores Paulo Magalhães, Sandra Costa e Luis Fernando Beneduzi, que contribuíram sobremaneira para esta dissertação, não só através da participação na banca de qualificação, mas também pela constante interlocução e prestatividade ao longo do processo de pesquisa. Agradeço ao professor Ueber de Oliveira pela solicitude e pelas indicações bibliográficas sobre a história política do Espírito Santo.

Aos queridos professores Francisco Albernaz, Claudio Marcio Coelho, Mauro Petersen, Osvaldo Martins, Marta Zorzal, Antonia Colbari, Sônia Missagia e Cristiana Losekann, com quem aprendi muito desde a graduação e que tiveram papel importante também no desenvolvimento da dissertação.

Às amigas Joana, Samara, Kelly e Lizia e à professora Renata, pela alegria da dança flamenca, que fazemos juntas e que foi uma grande força para mim.

Ao povo brasileiro, a quem devo todos os meus anos de estudo, orgulhosamente realizados em escolas públicas. À CAPES, meu respeito e gratidão pelos 24 meses de bolsa de estudos, sem a qual eu não teria conseguido me dedicar com afinco à dissertação. Espero retribuir com dignidade e qualidade todo o investimento. Agradeço também aos funcionários do mestrado e da Ufes.

À Iriny Lopes, Ana Rita Esgário, Rita Camata, Myrthes B. Corradi, Maria de Lourdes Savignon, Rose de Freitas, Etevalda Grassi de Menezes e Sueli Vidigal, que me concederam as entrevistas. Sem a participação delas esse trabalho não teria sido possível. E obrigada a todos que de alguma forma colaboram para esta conquista.

Os debates em torno de gênero procuravam explicar as diferenças entre os sexos invocando a “natureza”, e sempre buscaram perpetuar tais diferenças por meios legais. Por uma espécie de lógica circular, uma presumida essência, seja do homem, seja da mulher, acabou por constituir-se como justificativa para leis e atitudes políticas, quando, na verdade, essa ‘essência’ – histórica e contextualmente variável – não era senão um efeito das leis e das ações políticas.

Joan Wallach Scott (2002)

RESUMO

A literatura sobre gênero e política aponta para a ainda sub-representação das mulheres na política institucionalizada, um desafio ao projeto democrático e um impasse aos estudos de gênero. A persistência das desigualdades de gênero nas dimensões cotidianas, alimentada pela divisão sexual do trabalho, condiciona os espaços sociais ocupados por mulheres e homens e mantém a apartação entre o público e o privado, com a subalternização do segundo, o que impacta a equidade de gênero na participação política formal. Inserindo-se nessa temática e elegendo-se as legislaturas entre 1983 e 2014, a pesquisa apresenta as narrativas das trajetórias políticas de dez mulheres que galgaram êxito na chegada ao Congresso Nacional, máxima instância legisladora no Brasil e ainda marcadamente masculina. Tratam-se das representantes do Espírito Santo, estado que teve o melhor resultado proporcional na eleição de mulheres para a Câmara dos Deputados nas eleições 2010. A metodologia principal é a história oral de vida, acompanhada de pesquisa documental, quando também se realizou levantamento da produção legislativa dessas mulheres. Objetivou-se analisar suas condições sociais, seus projetos ao longo da carreira, ganhos e perdas, entraves e possibilidades, tensões e conciliações à luz de questões presentes nos debates de gênero e de política. Concluiu-se que essas mulheres acreditam “fazer política” de jeito diferente dos homens, com maiores preocupações éticas e sociais, que, em alguma medida, notam obstaculizar a carreira político-partidária. Vivenciam, com agudeza, a tensão entre carreira e família, admitindo o alto preço pago pelas mulheres para se manterem no campo político. Reconhecem, contudo, a relevância, para si, da escolha de participar do poder de Estado. A produção deste conhecimento visa a somar esforços para os estudos de mesma natureza realizados em outras partes do país e a contribuir para a reflexão acerca da democracia e da condição das mulheres enquanto sujeitos políticos no Brasil.

Palavras-chave: Mulheres. Democracia. Relações de Gênero. Poder legislativo. Espírito Santo (Estado).

ABSTRACT

The literature about gender and politics still points to an under representation of women in institutionalized politics, a challenge to the democratic project, and an impasse to gender studies. The persistence of gender inequalities in the everyday dimensions, encouraged by the sexual division of labor, conditions the social spaces occupied by women and men and keeps the separation between the public and the private, with the subalternization of the second, which affects gender equity in formal politics. Such evidence makes us question the barriers to women's careers in the representative democracy in Brazil. Inserting this theme and selecting the legislatures between 1983 and 2014, the research presents the narratives about the political trajectory of ten women who had success at reaching the National Congress, maximum legislating instance in Brazil, and which is still markedly masculine. They are from Espírito Santo, a state that had the best proportional results in the election of women to the House of Representatives in 2010. The main methodology is the oral life stories, together with the documental research, added to the survey about the legislative production of those women. The objective was to analyze their social status, their projects along their careers, their gains and losses, obstacles and possibilities, tensions and conciliations, in the light of the questions present in the debates about gender and politics. They believe that they "do politics" differently from men, with more social and ethics concerns, which, in a way, they notice to embarrass their party-membership and political careers. They live, acutely, the tension between career and family, acknowledging the high price they pay to keep themselves in the political field. However, they recognize the relevance of their choice in participating in the power of the State. This study has the purpose of contributing to the studies on the same area in other parts of the country and adding to the reflection about democracy and women's condition as political subjects in Brazil.

Key words: Women. Democracy. Gender relations. Legislative power. State of Espírito Santo.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Judith L. C. Ribeiro assina a Constituição do Estado do Espírito Santo em 1947, em seu primeiro mandato como deputada estadual.....	109
Fotografia 2: Ana Rita discursa na Tribuna do Senado - fevereiro de 2012.....	121
Fotografia 3: Etevalda Grassi de Menezes (2013)	130
Fotografia 4: Iriny Lopes – foto oficial como ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011).	141
Fotografia 5: Foto do folheto de campanha de Maria de Lourdes Savignon à Câmara dos Deputados, em 1986.	149
Fotografia 6: Myrthes B. Corradi discursa em favor das Diretas Já em 1983	157
Fotografia 7: Rita Camata, setembro de 2013, em reunião do PSDB.....	164
Fotografia 8: Grávida, Rose de Freitas discursa em apoio às Diretas Já em 1983. Myrthes Bevilacqua Corradi é a outra mulher presente na foto, de lenço na cabeça...	183
Fotografia 9: Rose de Freitas discursa no plenário após discussão com ACM Neto ...	187
Fotografia 10: Sueli Vidigal em uma das Comissões da Câmara dos Deputados.....	193
Fotografia 11: Lauriete Rodrigues discursa na tribuna da Câmara dos Deputados.	196
Fotografia 12: Luzia Toledo discursa no VIII Fórum de Políticas Públicas para Vítimas de Violência Doméstica em março de 2014 na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.	200

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1 - Deputadas Federais Eleitas no Espírito Santo (1982-2010)	21
Tabela 2 – Produção Legislativa das Parlamentares do ES (1983-2014)	229
Gráfico 1 – Média de Projetos de Lei por Mandato	230
Tabela 3 – Situação da Produção Legislativa (1983-2014)	231
Tabela 4 – Situação das Proposições e Autoria.....	232
Tabela 5 – Temas das Proposições	233
Tabela 6 – Temas das proposições e autoria.....	234

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formação escolar/profissional.....	201
Quadro 2 – Panorama da trajetória política das entrevistadas.....	202
Quadro 3 – Origens/influências políticas.....	203
Quadro 4 – Estado Civil.....	212
Quadro 5 – Maternidade.....	213
Quadro 6 – Principais bandeiras políticas.....	214

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ales – Assembleia Legislativa do Espírito Santo
ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CA – Centro Acadêmico Livre
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDM - Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
Codesa – Companhia Docas do Espírito Santo
COE – Comissão de Organização Eleitoral
CP – Comissão Permanente
CPB – Confederação dos Professores do Brasil
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEM – Democratas
DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DOI-CODI – Departamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna
FAES – Federação de Agricultura e Pecuária do Espírito Santo
FLATEC – Federação Latino-Americana dos Trabalhadores da Educação e da Cultura
IAPC – Instituto de Aposentaria e Pensões dos Comerciantes
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPU - Inter-parliamentary Union
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MG – Minas Gerais
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MUP – Movimento de Unidade Progressista

OAB – Ordem de Advogados do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PIB - Produto Interno Bruto

Pibic - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PL – Projeto de Lei Ordinária de qualquer origem (tramitando na Câmara dos Deputados)

PLC – Projeto de Lei Ordinária ou Complementar da Câmara (tramitando no Senado)

PLP – Projeto de Lei Complementar (tramitando na Câmara. No Senado, esse tipo de projeto contém a designação COMPLEMENTAR após as siglas PLC ou PLS)

PLS – Projeto de Lei Ordinária ou Complementar do Senado (tramitando no Senado)

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPS - Partido Popular Socialista

PR - Partido da República

Prodaterra - Programa de Democratização do Acesso à Terra

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senar – Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Seppir - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Sindimármore - Sindicato dos Trabalhadores do Mármore e Granito do Espírito Santo

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

SUS – Sistema Único de Saúde

TRE-ES - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UCIS – Unidade Comunitária de Integração Social

UDN – União Democrática Nacional

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UPES – União dos Professores do Espírito Santo

UPPES – União dos Professores Primários do Espírito Santo

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. UM GIRO PELOS ESTUDOS E POLÍTICAS FEMINISTAS	31
1.1. OS DEBATES DO(S) FEMINISMO(S) E A LUTA DAS MULHERES POR DIREITOS.....	32
1.1.1. Da gênese do feminismo à consolidação (e algumas observações sobre o caso brasileiro).....	32
1.1.2. Os embates acerca do uso da categoria “mulheres”: nem essencialização nem desarticulação.....	42
1.1.3. O público e o privado: algumas contribuições da teoria política feminista.....	56
2. MULHERES NO BRASIL E RELAÇÕES DE GÊNERO NA POLÍTICA	64
2.1. AS MULHERES NA SOCIEDADE E POLÍTICA BRASILEIRAS: BREVE PERCURSO HISTÓRICO.....	64
2.2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INCLUSÃO DEMOCRÁTICA DAS MULHERES: UMA ANÁLISE TEÓRICA DOS NÚMEROS.....	75
2.3. ENTRAVES À PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA FORMAL.....	88
3. DO ESPÍRITO SANTO PARA BRASÍLIA: AS TRAJETÓRIAS DE DEZ MULHERES RUMO AO CONGRESSO NACIONAL	102
3.1. NOTAS PRELIMINARES.....	102
3.2. DESBRAVANDO O CAMINHO: MULHERES PIONEIRAS NA POLÍTICA ESTADUAL.....	105
3.3. TRAJETÓRIAS EM DESTAQUE: FAMÍLIA E CARREIRA POLÍTICA.....	112
3.3.1. Ana Rita Esgário.....	112
3.3.2. Etevalda Grassi de Menezes.....	125

3.3.3. Iriny Nicolau Corres Lopes	131
3.3.4. Maria de Lourdes Savignon	145
3.3.5. Myrthes Bevilacqua Corradi	150
3.3.6. Rita de Cássia Paste Camata	162
3.3.7. Rose de Freitas	176
3.3.8. Sueli Rangel Silva Vidigal	189
3.3.9. Lauriete Rodrigues Pinto	194
3.3.10. Luzia Alves Toledo	198
3.4. PROJETOS E TRAJETÓRIAS EM PERSPECTIVA COMPARATIVA	201
4. MULHERES E POLÍTICA DO DESVELO: CRÍTICA E PRÁTICA	215
4.1. UM MODELO “FEMININO” DE POLÍTICA?.....	215
4.2. PANORAMA DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA DAS PARLAMENTARES.....	228
CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
REFERÊNCIAS	246
APÊNDICE (Roteiro de entrevistas)	263
ANEXO (Documento – Folheto de Campanha Política de Maria de Lourdes Savignon, 1986)	265

INTRODUÇÃO

A literatura sobre gênero e política tem apontado, ainda, para a sub-representação das mulheres nos espaços da política institucionalizada em várias regiões do mundo. Segundo Matos (2010), a baixa presença das mulheres nas instâncias de poder mantém-se como um grande desafio ao projeto democrático e um impasse para os estudos de gênero ao evidenciar a persistência das desigualdades nesse campo também na dimensão cotidiana, da divisão sexual do trabalho às atribuições de responsabilidades que distinguem homens e mulheres nas esferas privada e pública. Essa configuração interfere inevitavelmente no acesso às instâncias de poder.

O problema de pesquisa a que me dedico é, levando-se em conta inúmeros fatores, a sub-representação das mulheres nos espaços de poder institucionalizados hoje, especificamente no legislativo federal brasileiro, admitindo que a participação ativa das mulheres nos movimentos sociais e na luta política no Brasil “[...] coexiste com níveis pífios de representação política, uma arena ainda considerada como extremamente masculina” (MATOS e SIMÕES, 2010, p.29). A constatação leva a investigar as barreiras à inserção das mulheres na política partidária no Brasil, que dificultariam a conquista de postos eletivos no Congresso Nacional, máxima instância legisladora. Optei por examinar, contudo, as trajetórias políticas exitosas de mulheres em um cenário a elas tão desfavorável, já que é dominado majoritariamente por homens.

É urgente e necessário identificar os obstáculos que têm pavimentado o caminho das mulheres brasileiras, candidatas e eleitas ao parlamento brasileiro, de modo a colaborar para a construção de uma perspectiva crítica que dê subsídios analíticos, empíricos e teóricos, para a compreensão das causas da realização de um projeto de cidadania feminina que ainda não se concretizou no país (MATOS, 2010, p. 31-32).

Foi escolhido o caso do Estado do Espírito Santo; portanto, de suas mulheres representantes no Congresso Nacional entre os anos de 1983 e 2014, tanto as eleitas diretamente quanto as suplentes, sabendo ser isto produto de equações político-partidárias. Tendo como eixo metodológico principal a história oral de vida, foram realizadas entrevistas com as deputadas federais e senadoras em foco. Após verificação e mapeamento da inserção de mulheres na política capixaba, pude observar

que a primeira a ser eleita para o Congresso Nacional foi Myrthes Bevilacqua Corradi nas eleições de 1982. Por isso, a delimitação do período indicado. A legislatura mais recente (2011-2014) foi coberta por esta pesquisa até julho de 2014. A opção pelo legislativo federal deu-se pela relevância deste poder nas democracias, sendo as instâncias federais as mais altas na hierarquia das instituições políticas legislativas no Brasil, deduzindo-se um maior grau de dificuldade de acesso tanto para homens quanto para mulheres.

Devo dizer que o interesse por este objeto de estudo não se deu abruptamente. A problemática das mulheres na política e da luta pela equidade de gênero é tema que persigo desde a iniciação científica, quando, mediante dois anos de bolsa no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), pude realizar uma pesquisa acerca das trajetórias de nove mulheres que participaram do Movimento Estudantil da Ufes na década de 1970. Essa pesquisa culminou na elaboração de uma monografia defendida perante banca para a obtenção do título de bacharela em Ciências Sociais.

Nessa empreitada, pude identificar a participação expressiva de mulheres no Movimento Estudantil, mas sua baixa presença em posições de liderança. Além disso, as entrevistadas para aquela pesquisa mencionaram dificuldades de “trânsito” nas instâncias da política formal e algumas situações que reportavam a desigualdades de gênero. A experiência dessas mulheres levou-me a desejar saber mais sobre essa realidade, de maneira que, no mestrado em Ciências Sociais (PGCS/Ufes), isso se deu em meu empenho de análise da presença das mulheres em cargos eletivos no Estado do Espírito Santo na atenção à caminhada até o Congresso Nacional, espaço de disputa acirrada para a ocupação de dez cadeiras na Câmara dos Deputados e uma no Senado a cada eleição para as(os) capixabas.

Por outro lado, havia de minha parte, e ainda há, um interesse subjetivo em compreender os conflitos trazidos pelas expectativas tradicionais acerca do meu papel social como mulher no choque com as novas possibilidades que a crítica e a reflexão me possibilitaram entrever. O estudo das relações de gênero fez cair uma trave que obscurecia, em parte, meu olhar sobre as desigualdades de gênero logo que entrei na

universidade, embora, só pela procura do tema em si, tal percepção já estivesse comigo, mesmo que não percebida ou admitida de antemão.

Tive como objetivos identificar, em sua totalidade, as mulheres que constituíam o universo mencionado; descrever suas trajetórias e atuação política e relacionar as histórias de vida narradas aos debates da teoria política feminista. Nesse bojo, busquei analisar as condições sociais em que cada mulher construiu, para si e para os outros, sua identidade e carreira políticas, assim como o modo com que lidaram com os inúmeros entraves e estereótipos de gênero, além das tensões típicas das lutas políticas.

O Estado do Espírito Santo partilha o mesmo cenário de sub-representatividade de mulheres na política institucionalizada observado em âmbito nacional. Nesse sentido, penso que a investigação das condições oferecidas às mulheres em seu ingresso na militância e posterior atuação político-partidária podem se aproximar de realidades também de outros contextos regionais, considerando questões como base familiar, motivações e obstáculos; “bandeiras” e alianças; perdas e ganhos. A produção desse conhecimento visa a somar esforços para os estudos de mesma natureza realizados noutras partes do país. Reconhecer o “local” como campo de investigações também é necessário para se rever generalizações e se comparar especificidades. Busco, assim, contribuir, na medida desta pesquisa, para a reflexão acerca da democracia e da condição das mulheres enquanto sujeitos políticos no Brasil.

No mapeamento do universo de pesquisa, identifiquei o ingresso de dez mulheres no legislativo federal pelo Espírito Santo ao longo de 28 (vinte e oito) anos de eleições, sendo sete eleitas e uma suplente para a Câmara dos Deputados e duas suplentes para o Senado. Na tabela 1, listo as sete eleitas e a porcentagem de cadeiras que ocuparam na Câmara em comparação com os homens:

Tabela 1 - Deputadas Federais Eleitas no Espírito Santo (1982-2010)

Pleito	Deputadas	Nº de votos	(%) votos válidos	(%) cadeiras ocupadas
1982	Myrthes B. Corradi (PMDB)	45.527	6,51	10
1986	Rita de Cássia P. Camata (PMDB)	136.031	16,92	20
	Rosilda (Rose) de Freitas (PMDB)	36.132	4,49	
1990	Rita de Cássia P. Camata (PMDB)	99.147	16,43	30
	Rosilda (Rose) de Freitas (PSDB)	19.951	3,30	
	Etevalda G. de Menezes (PMDB)	7.538	1,24	
1994	Rita de Cássia P. Camata (PMDB)	74.146	8,99	10
1998	Rita de Cássia P. Camata (PMDB)	72.706	6,00	10
2002	Iriny N. Corres Lopes (PT)	70.234	4,25	20
	Rosilda (Rose) de Freitas (PMDB)	69.272	4,19	
2006	Sueli R. Silva Vidigal (PDT)	118.127	6,79	40
	Rita de Cássia P. Camata (PMDB)	74.997	4,31	
	Rosilda (Rose) de Freitas (PMDB)	73.049	4,20	
	Iriny N. Corres Lopes (PT)	60.637	3,48	
2010	Sueli Rangel Silva Vidigal (PDT)	141.578	7,51	40
	Rosilda (Rose) de Freitas (PMDB)	96.454	5,11	
	Iriny N. Corres Lopes (PT)	74.534	3,95	
	Lauriete Rodrigues (PSC)	69.818	3,70	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados no *site* do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES).

A suplente na Câmara foi Maria de Lourdes Savignon (PT), que ingressou, em 1989, na vaga de Vitor Buaiz, eleito prefeito de Vitória. A primeira suplente no Senado foi Luzia Toledo, que assumiu, em 1999, a vaga deixada pelo eleito governador José Ignácio Ferreira (PSDB). A segunda foi Ana Rita Esgário (PT), que ocupou, em 2011, o lugar do eleito governador Renato Casagrande (PSB). Essas suplentes e as eleitas, discriminadas na tabela 1, compõem o universo de pesquisa desta dissertação, confirmando a já apontada sub-representatividade de mulheres na representação política das(os) capixabas no Congresso Nacional, ou seja, uma presença muito menor do que a dos homens, considerando que as mulheres chegam a 51% da população capixaba. Em 28 anos e oito legislaturas, apenas sete eleitas e três suplentes.

Na Assembleia Legislativa Estadual (Ales) essa situação também se repete. Segundo Pratti (2013), de 1982 a 2010, a média de ocupação da Casa por mulheres foi de 8,2%. O máximo de mulheres que a Assembleia já teve em uma legislatura foi de cinco – na 15ª legislatura, de 2003 a 2007 – num total de 30 (trinta) cadeiras disponíveis para deputadas(os) estaduais. Em 1982, nenhuma mulher foi eleita para a Ales e, antes disso, apenas Judith Leão Castello Ribeiro foi eleita para o cargo, em 1947, uma conquista que se prolongou por quatro mandatos consecutivos.

Na legislatura atual para a Câmara dos Deputados (2011-2014), em Brasília, contudo, o Espírito Santo traz uma marca inédita. Foi o estado que teve, proporcionalmente, o melhor desempenho na eleição de mulheres. Elegeram quatro, o que representa 40% do seu total, a despeito de ter ficado abaixo da cota mínima de 30% de candidaturas de mulheres, não ultrapassando a marca de 16,67% de candidatas à Câmara dos Deputados (VOGEL, 2011). Na tabela 1, é possível observar que, nas eleições de 2006, as(os) capixabas também elegeram quatro mulheres como deputadas federais.

Nesse “bom desempenho” do estado, quatro mulheres são centrais: Sueli, Iriny, Rita e Rose. Elas foram reeleitas por dois, três, cinco e seis mandatos, respectivamente (tabela 1), o que sugere que o sucesso na eleição de mulheres do Espírito Santo nos pleitos de 2006 e 2010 se relacionou a um forte capital político acumulado pelas deputadas, apontado em suas respectivas *carreiras*. Acrescenta-se o fato de que, em 2010, a figura de Lauriete Rodrigues ganha proeminência, vindo ela da indústria fonográfica gospel, sócia até pouco tempo de uma gravadora, conhecida cantora evangélica e recentemente casada com o senador Magno Malta (PR-ES).

O Espírito Santo não tem o mesmo desempenho na Assembleia Legislativa ou nas Câmaras Municipais, assim como a presença de mulheres no Executivo também é baixa, por isso, esse êxito na eleição de mulheres para a Câmara dos Deputados não significa que esteja em melhores condições do que outros estados na participação de mulheres na política formal. Segundo os dados disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo e pelo Tribunal Superior Eleitoral, os resultados das eleições de 2008 e 2012 para vereadoras(es) e prefeitas(os) no Espírito Santo indicam dificuldade de candidatura e eleição de mulheres. Em 2008, elas representaram,

aproximadamente, 20,43% das candidaturas às Câmaras Municipais e 9,26% dos eleitos. Em 2012, o número de vereadoras eleitas reduziu: foram apenas 7,52% do total. No caso da disputa pelas prefeituras, em 2008, as candidatas representavam 9,95% do total de concorrentes e 10,38% dos eleitos. Em 2012, a eleição de prefeitas atingiu percentual de 11,54% contra 88,46% de prefeitos. Para o Senado, por exemplo, nenhuma mulher foi eleita diretamente; duas acessaram-no por meio da suplência, como mencionei. Cabe dizer, ainda, que o Espírito Santo nunca elegeu uma governadora. Mesmo assim, os bons números das duas últimas eleições para a Câmara dos Deputados, um espaço tão disputado, é um dado positivo, que representa o êxito de algumas mulheres na construção de suas trajetórias políticas.

Ao dar destaque às mulheres políticas bem sucedidas em sua atuação no parlamento pelo Estado do Espírito Santo, fazendo política e intervindo na agenda pública, ultrapasso o debate da sub-representatividade por ela mesma e tento atingir, na valorização da pesquisa qualitativa, a compreensão das estratégias de ingresso e de permanência daquelas mulheres no espaço público ainda majoritariamente masculino. Pergunto, crucialmente, como tais mulheres produziram (e foram produzidas em) suas carreiras políticas.

A literatura acerca das relações de gênero e política permitiu-me pensar algumas hipóteses, como a intuição acerca da dificuldade de desenvolvimento das mulheres capixabas dentro dos partidos políticos, hipótese que viria ser contestada no caso do universo de pesquisa, em que cinco das dez mulheres estudadas ocuparam a presidência regional de seus partidos, indicando força política e êxito nas instituições partidárias em que participam. Outra seria a tímida ambição política das mulheres estudadas, o que foi observado na narrativa de três – Myrthes, Etevalda e Maria de Lourdes – das oito mulheres entrevistadas. A expectativa de que as mulheres em destaque observariam um diferencial no “fazer política” em relação aos homens aconteceu no caso de seis das oito entrevistadas, que descreveram sua atuação na ênfase a uma *ética do cuidado* e ao especial interesse pelas questões sociais.

Aspectos Metodológicos

Este estudo associou estratégias quantitativas e qualitativas de pesquisa, com predomínio da segunda, devido à centralidade das trajetórias de vida das personagens em destaque. Tem caráter descritivo e explicativo. Segundo Gil (2002, p.42), a pesquisa descritiva se ocupa da “[...] descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. A explicativa tem como “preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (p.42); explica a razão, o porquê das coisas.

O esforço principal deste trabalho foi descrever as carreiras políticas em foco e relacioná-las às principais preocupações suscitadas pelo debate das desigualdades de gênero, sobretudo na participação política de mulheres. A partir do acesso a outras pesquisas de mesma natureza, à teoria política e à teoria feminista, busco produzir uma análise que traga à tona a condição das mulheres na sociedade e na política brasileira e capixaba, produzindo dados empíricos novos, que permitam matizar aspectos generalistas das discussões de gênero e política.

Empreendi, por um lado, uma descrição, a partir de dados estatísticos, da população geral e das mulheres na sociedade brasileira, cuja fonte principal foram os indicadores sociais mais recentes disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a pesquisa, também mais recente, desenvolvida pela Fundação Perseu Abramo¹ sobre as mulheres nos espaços público e privado. Por outro lado, a partir do levantamento de outras pesquisas realizadas sobre as mulheres na política, das informações indicadas pela *Inter-parliamentary Union* (IPU)² e de dados eleitorais

¹ A Fundação Perseu Abramo é uma instituição de direito privado instituída pelo Partido dos Trabalhadores, mas com autonomia jurídica e administrativa, e cuja sede, de âmbito nacional, está em São Paulo, “tendo como fins a pesquisa, a elaboração doutrinária e a contribuição para a educação política dos filiados do Partido dos Trabalhadores e do povo trabalhador brasileiro” (HISTÓRICO. Site da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/historico-0>>. Acesso em maio de 2014).

² A Inter-Parliamentary Union (IPU) é uma organização internacional de parlamentos, criada em 1889. A IPU é financiada, principalmente, pelos seus membros através de fundos públicos. Sua sede está localizada em Genebra (Suíça). Segundo a descrição da própria organização, sua atuação se volta para o diálogo parlamentar em todo o mundo, para a paz, a cooperação entre os povos e para o firme estabelecimento da democracia representativa. Estabelece estreita ligação com as Nações Unidas. Os

disponibilizados pelos *sites* oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES), pude explicitar a situação de sub-representação das mulheres nos espaços de poder, principalmente no legislativo, que veio a se tornar o recorte desta pesquisa, e no Espírito Santo, de onde partem as parlamentares deste estudo. A pesquisa documental também abarcou o levantamento da produção legislativa das parlamentares estudadas mediante os dados disponibilizados nos *sites* oficiais do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

À pesquisa documental dos números estatísticos foi somada uma estratégia quantitativa de pesquisa para o levantamento da produção legislativa das parlamentares estudadas com a utilização do SPSS, um *software* aplicativo que permite relacionar de forma mais organizada dados estatísticos acerca de objetos de pesquisa que demandam grandes volumes de informações. Mesmo que para esta pesquisa haja um universo pequeno, dez parlamentares, o uso do *software* possibilitou o trabalho de classificação e comparação da produção legislativa de modo mais rigoroso, gerando tabelas que relacionavam as informações colhidas, armazenando e organizando os dados.

Nesse levantamento, gerei um banco de dados com as seguintes informações: a) natureza normativa da lei: Projeto de Lei Ordinária ou Complementar da Câmara (PLC); Projeto de Lei Complementar (PLP); Proposta de Emenda Constitucional (PEC); Projeto de Lei Ordinária ou Complementar do Senado (PLS) e PLS Complementar; b) número do projeto de lei; c) ano; d) origem: Câmara dos Deputados ou Senado Federal; e) autoria; f) partido político; g) ementa do projeto de lei (resumo da proposta disponibilizado pelos *sites* do Senado e da Câmara); h) classificação do projeto de lei em seis grandes temas: social, econômico, administrativo, político-institucional, jurídico e honorífico³ (FIGUEIREDO; LIMONGI, apud ARAÚJO, 2009); i) situação da proposição: aprovada (transformada em norma jurídica), arquivada, rejeitada, prejudicada (com problemas de constitucionalidade ou juridicidade), em tramitação, vetada pela Presidência da República, devolvida para a autora ou retirada por ela.

dados apresentados foram extraídos de sua base de dados sobre os parlamentos nacionais. Disponível em: <<http://www.ipu.org/parline-e/parlinesearch.asp>>. Último acesso em fevereiro de 2014.

³ Explicarei com mais detalhe o que abarca cada um destes temas no capítulo 4 desta dissertação.

A organização e cruzamento dessas informações me deram clareza acerca das questões levadas pelas parlamentares do Espírito Santo ao Congresso Nacional e os percentuais de êxito de sua produção legislativa no comparativo com alguns dados do legislativo federal como um todo.

O perfil político e profissional das mulheres também foi observado por meio de informações como escolaridade, profissão, estado civil, mandatos cumpridos, comissões em que atuaram no parlamento, outros cargos públicos assumidos e participação em organizações da sociedade civil, bem como os cargos ocupados por elas dentro de seus partidos políticos e outras ações que realizaram em sua trajetória. A maior parte dessas informações foi encontrada nos sites do Senado e da Câmara e nas *home pages* oficiais das parlamentares, para o caso das que estão em atividade parlamentar, ou, em última instância, em notícias de jornal disponibilizadas na *internet*.

O levantamento de informações foi empreendido, entretanto, para amparar e complementar a metodologia em história oral de vida, que destaco como o “nervo central” desta pesquisa a permitir o aprofundamento dos projetos de vida e trajetórias políticas, além de produzir dados inéditos que estejam além do que foi disponibilizado sobre as deputadas e senadoras pelos órgãos institucionais até o momento.

A realização das entrevistas deu-se com inegável esforço, sobretudo porque havia séria dificuldade de agenda de algumas das deputadas, principalmente das que estão em exercício de mandato, beirando à impossibilidade de atendimento às minhas demandas de mestranda com a dissertação em andamento e no aguardo, por meses, de qualquer resposta, fosse um sim ou um não. Não era fácil convencer assessores acerca da legitimidade de uma pesquisa acadêmica, e faço aqui menção a Bourdieu, que problematiza as peculiaridades da linguagem própria de cada “campo”, de forma que o capital que move as interações em um não é o mesmo que faz andar o outro. Eu vinha do “campo científico”, sem acúmulo de capital simbólico e social na militância política. Assim, a dificuldade em “abrir portas” no universo político-partidário onde se inserem tais mulheres foi reveladora, talvez, de um diálogo ainda pouco consolidado, ao menos no caso capixaba, entre as demandas acadêmicas e o cotidiano da política representativa.

Das dez mulheres identificadas pelo mapeamento da pesquisa, entrevistei oito, com quem tive apenas um encontro, excetuando Iriny Lopes, que me concedeu duas entrevistas, já que na primeira não havíamos conseguido concluir a conversa. O processo de contato e realização das entrevistas começou em julho de 2013 e só terminou em julho de 2014, quando fui obrigada a desistir de duas parlamentares que ainda faltava entrevistar. Contudo, para fito de análise, mediante fontes indiretas, reconstituí, ainda assim, as respectivas trajetórias sem a mesma densidade, mas mantendo-as na pesquisa. Realizei pessoalmente, com gravação em áudio, e transcrevi as oito entrevistas, gerando em torno de 180 páginas transcritas.

Originalmente, foi elaborado um roteiro de orientação para as entrevistas com dezenove questões, mas desde o primeiro contato com a entrevistada Iriny, evidenciou-se que era necessário reduzi-lo, de maneira que cada encontro não ultrapassasse uma hora de duração ⁴. A base do roteiro final abarcou, então, dez questões, com pequenas variações que visavam a atender as especificidades da trajetória política de cada deputada entrevistada, conforme se poderá conferir no Apêndice A desta dissertação.

A utilização do roteiro prévio não impediu que cada entrevista apresentasse uma dinâmica própria, afetada substancialmente pela qualidade da relação estabelecida entre a entrevistadora e a entrevistada. Algumas vezes a entrevistada tratava de várias questões pretendidas sem que se precisasse sequer perguntar; em outras, era necessário indagar diretamente ou pedir esclarecimentos. Houve a busca, de minha parte, por dar liberdade à entrevistada para conduzir sua narrativa, deixando que as interferências fossem apenas as indispensáveis a garantir a produção daquele novo conhecimento. Na análise do material, ressaltei as características de *projeto* e *carreira*, como enuncio posteriormente, e dei especial atenção àquelas questões que espontaneamente repetiam-se nos discursos, sobretudo na emergência das questões de gênero.

Cabe, ainda, fazer algumas considerações sobre a metodologia da história oral. Segundo Teresa Haguette (2003), apesar de não haver uma clara definição sobre a

⁴ A exigência comum da assessoria, tendo em vista o tempo curto das deputadas entre um compromisso e outro e o risco de se marcar um segundo encontro com chances objetivas de cancelamento.

história oral por conta de sua complexidade, descreve-a como todo documento oral gravado e preservado, isto é, disponibilizado como fonte primária a ser ouvido ou devidamente transcrito. A autora compreende a história oral, primeiramente, como uma técnica de coleta de dados baseada no depoimento oral, gravado e obtido pelo contato direto entre entrevistador e entrevistado, no qual, metodológica e conceitualmente, a interação entre um e outro é a base constitutiva do documento. Postula ainda que a história oral é interdisciplinar e tem uma finalidade mais ampla do que simplesmente preencher lacunas nos documentos escritos. Fato é que, dependendo da pesquisa, a história oral pode estar mais próxima de ferramenta, técnica, método ou se constituir como uma disciplina própria.

Sem dúvida, há grande valorização, no método da história oral, da subjetividade do ator social e dos processos cognitivos envolvidos na elaboração da *memória*, um campo delicado, uma vez que se pauta na lembrança de trajetórias com base na memória da pessoa *hoje*, o que supõe uma reorganização dos fatos pela subjetividade. A dinâmica da memória ao interligar passado e presente constitui-se num desafio para o pesquisador que escuta, embora dificilmente em outras metodologias não haja tantas outras dificuldades ou, quando não, limites ao aprofundamento de compreensão dos fenômenos que se pretende estudar.

Como explica Gabriele Rosenthal (2014), a narração possibilita uma maior aproximação às ações do passado, mas não necessariamente coincide com a vivência do passado. Há diferenças entre a vivência no passado, a recordação dela e a narração, de modo que impressões, sentimentos, imagens, percepções físicas e sensoriais sobre o que se rememora sejam diferentes da perspectiva do presente. Contudo, a construção subjetiva do passado revisitado no presente, embora sinalize os desafios de se trabalhar com as memórias e sua narração, evidencia as complexidades do ser e fazer humano, imprescindíveis para adentrar o universo das realidades sociais que se pretende analisar.

Verena Alberti (2004) faz observações pertinentes acerca da história oral em seu livro “Ouvir contar: textos em história oral”. Ela propõe nele um “retorno ao fato”, já que, com frequência, existe a associação da história com a ideia de “construção”, cujo sentido

empregado não é o de tentativa de entendimento ou síntese, mas de um processo desvinculado da realidade. “[...] tudo é possível, pois tudo são versões e ‘construções’ do passado” (ALBERTI, 2004, p.9). Essa, inclusive, é uma das críticas feitas por Pierre Bourdieu (1996) em “A ilusão biográfica”. Alberti (2004) aponta para a recorrência da ideia de “construção” como versão deslocada da realidade por ser a história oral terreno das diferentes versões e da subjetividade por excelência. Entretanto, argumenta que “[...] a história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis, isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato” (ALBERTI, 2004, p.9).

As representações as quais o entrevistado permite entrever abarcam características de sua geração, formação, comunidade, grupos de sociabilidade, entre outras, que, segundo Alberti (2004, p.10), “[...] devem ser tomadas como fatos, e não como construções desprovidas de relação com a realidade”. Tampouco a história é ficção, como se estivesse desobrigada de apresentar referencialidades ao passado e apenas estar imbuída de mobilizar o ouvinte, defende a autora. A entrevista pode apresentar, realmente, imensa força narrativa, formas genuínas de expressão que tocam o ouvinte, mas é no esforço de aperfeiçoar suas análises que o pesquisador pode chegar a descobertas de acontecimentos que engendram novos sentidos e que, portanto, contribuem para o entendimento da realidade.

A dissertação foi dividida em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, apresento os principais debates no interior dos estudos e políticas feministas, resgatando o percurso das mulheres na conquista de direitos e buscando identificar a diversidade de correntes nos estudos de gênero e de mulheres.

No capítulo 2, apresento um levantamento de indicadores sociais e estatísticos na sociedade e na política brasileiras ao longo do tempo, a fim de apresentar o tema da desigualdade de gênero no Brasil em intersecção com outros fatores, como etnia, geração e classe, de forma a subsidiar a discussão das barreiras à entrada e permanência de mulheres na política.

No capítulo 3, o destaque são as *trajetórias subjetivas* das oito mulheres entrevistadas na pesquisa, além da reconstituição da trajetória das duas que não foram entrevistadas. O capítulo abarca, também, a apresentação das diretrizes utilizadas na descrição e análise das trajetórias, bem como a exposição da história de duas pioneiras na política capixaba. Ao final, destaco os principais aspectos das trajetórias descritas em perspectiva comparativa.

No capítulo 4, problematizo o ofício da política pelas mulheres em suas possíveis especificidades, ainda persistentes na distribuição de trabalho e responsabilidades, e apresento a produção legislativa das parlamentares investigadas.

Esta dissertação me traz a dimensão do desafio assumido e de meus limites como pesquisadora. Confirma, contudo, a relevância do tema que, degrau a degrau, aspiro a poder quiçá contribuir com as informações reveladas. Ouso, então, convidar o(a) leitor(a) para conhecer o resultado dessa jornada inicial que me propus a trilhar.

1. UM GIRO PELOS ESTUDOS E POLÍTICAS FEMINISTAS

O pensamento feminista resulta da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticas do movimento feminista, sem a pretensão de uma abordagem unificada. Algumas ideias tendem, contudo, a perpassar os discursos feministas. Adriana Piscitelli (2002) destaca, dentre elas, a consideração de que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos homens, assim como o entendimento de que a subordinação das mulheres varia em função da época histórica e do lugar – também da intersecção com outros fatores identitários – ainda que boa parte da literatura feminista considere a existência da subordinação “feminina” de um modo geral, questionando o suposto caráter natural dessa subordinação. As divergências políticas e teóricas surgem na percepção das origens e causas da opressão, assim como dos mecanismos para enfrentá-la.

As feministas trabalharam em várias frentes: criaram um sujeito político coletivo – as mulheres – e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação. Ao mesmo tempo procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas originais dessa subordinação (PISCITELLI, 2002, p.3).

Conforme Conceição (2009), entre os anos 1960 e 1970, movimento social e academia permaneceram atrelados. Nos anos 1970, houve um avanço significativo no campo quando se propôs que a categoria “mulheres” fosse substituída por “gênero”, visto como a construção social das identidades sexuais, abrindo caminhos para a desconstrução do masculino e do feminino. Para Miguel e Biroli (2013, p.7),

Como corrente intelectual, o feminismo combina a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina. Pertence, portanto, à mesma linhagem do pensamento socialista, em que o ímpeto para mudar o mundo estava colado à necessidade de interpretá-lo.

Neste capítulo, apresentarei de forma sucinta os debates centrais no interior dos estudos e política feministas, de maneira que sirvam à construção de uma perspectiva que seja a mais apropriada para a análise da trajetória política das mulheres em foco nesta pesquisa. Demonstrarei, também, a complexidade das conceitualizações na conexão com diferentes “feminismos”, todos sob o signo do pensamento crítico.

1.1. OS DEBATES DO(S) FEMINISMO(S) E A LUTA DAS MULHERES POR DIREITOS

1.1.1. Da gênese do feminismo à consolidação (e algumas observações sobre o caso brasileiro)

Miguel e Biroli (2013) argumentam que a denúncia da dominação masculina ou a afirmação de que as mulheres são iguais aos homens, intelectual e moralmente, surgiram há séculos, desde a Grécia antiga. No período da Idade Média, os autores destacam a obra de Cristina de Pizán (1364-1430)⁵ como a de maior proeminência no assunto entre os séculos XIV e XV. A filósofa e escritora propagava a irrelevância das diferenças físicas e a igualdade de almas de mulheres e de homens. Já surgia nesses primeiros debates pré-feministas a ideia de que a inferioridade “feminina” era resultado das condições sociais e não de uma natureza diferenciada.

Essa ideia de Pizán, para Miguel e Biroli (2013), inscreve a escritora na fronteira da reflexão feminista. Essa, não obstante, só surge com maior estatura na virada do século XVIII para o século XIX, como “filho indesejado da Revolução Francesa” e “[...] construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.8). Poucos foram os revolucionários franceses, à exceção de Condorcet, que demonstravam interesse pela discussão acerca dos direitos das mulheres ou não a hostilizavam; isso porque Rousseau, o maior expoente filosófico da Revolução, postulava que “[...] a liberdade dos homens não incluía as mulheres, destinadas ‘naturalmente’ ao enclausuramento na esfera doméstica”, salientam os autores (2013, p.9).

Ainda assim, destacavam-se, na empreitada por direitos políticos das mulheres na Constituinte da Revolução Francesa, nomes como os de Théroigne de Méricourt (1762-1817) e Olympe de Gouges (1748-1793), bem como de integrantes da chamada

⁵ Cristina de Pizan foi uma escritora e filósofa italiana, nascida em Veneza, que viveu na França no século XIV. É considerada uma das precursoras do feminismo. Retratou em suas obras literárias a denúncia da misoginia e defendeu a igualdade moral e intelectual entre homens e mulheres, defendendo os direitos das últimas, principalmente à educação. Fonte: DIAZ, Ainhoa Agós. **Christine de Pizán**: un nuevo modelo de mujer medieval a través de las imágenes miniadas. Universidad de La Rioja, Servicio de Publicaciones, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.unirioja.es/tfe_e/TFE000199.pdf>. Acesso em julho de 2014.

“Sociedade das Republicanas Revolucionárias”, a exemplo de Claire Lacombe (1765-?) e Pauline Léon (1768-1838), ressaltam, ainda, Miguel e Biroli (2013).

Apesar da marginalidade deste debate na Revolução Francesa, um dos primeiros manifestos feministas de que se tem notícia foi elaborado por Olympe de Gouges - codinome de Marie Gouze – ao publicar em 1791, na França, a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”⁶.

Em 1793 ela foi guilhotinada em Paris. E a condenação deveu-se ao fato de ela ter-se oposto aos conhecidos revolucionários Robespierre e Marat, que a consideraram mulher “desnaturada” e “perigosa demais”. Ao ser conduzida à morte, Olympe de Gouges teria afirmado: “A mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna” (ASSMANN, 2007, p.1).

Enquanto isso, na Inglaterra, Mary Wollstonecraft (1759-1797) e John Stuart Mill (1806-1873) foram os principais mentores do feminismo liberal, que surge no século XVIII e se desenvolve no XIX. O filósofo contrariou a tese de seu pai, James Mill (1773-1836), a qual as mulheres já estariam representadas no voto dos homens. Também denunciou a subalternidade da mulher como vestígio de um mundo moralmente arcaico. John Stuart Mill incorporou – sobretudo a partir de seu encontro com a escritora feminista Harriet Hardy Taylor (com quem se casou em 1851) – o discurso da igualdade dos sexos como urgência política, abarcando a defesa do sufrágio feminino e do acesso à educação pela mulher. Manteve silêncio, porém, na questão da divisão *natural* do trabalho na esfera privada. Na prática, esse silêncio do filósofo derivou na sua não problematização do caráter estrutural da divisão público/privado que, a despeito das leis, mantinha separados e hierarquizados os domínios ditos “masculino” e “feminino” (THURLER, 2009, p. 41).

Por sua vez, Mary Wollstonecraft publica, em 1792, a obra “Uma vindicação dos direitos da mulher”, sistematizando o entendimento das raízes da opressão sofrida pelas mulheres e, portanto, é considerada fundadora do feminismo. O feminismo liberal, por ela personificado, destaca como eixos “[...] a educação das mulheres, o direito ao voto

⁶ Para a leitura do documento na íntegra ver: ASSMANN, Selvino José. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de Olympe de Gouges (tradução). **Revista Interthesis**, v.4, n.1, Florianópolis, jan/jun 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>>. Acesso em dezembro de 2013.

e a igualdade no casamento, em particular o direito das mulheres casadas a dispor de suas propriedades” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.10). Entretanto, Wollstonecraft não rompeu com as ideias dominantes da época, pois não enfrentou a questão da estrutura patriarcal do Estado democrático liberal.

Noutros termos, o feminismo liberal não soluciona a contradição entre a igualdade política formal reivindicada e as desigualdades reais existentes, acabando por atribuí-las a um estado de subordinação *consentida* da mulher (THURLER, 2009, p.43). Ainda assim, já aparece nas reflexões de Wollstonecraft uma preocupação com a questão classista de ausência de representação política dos operários e das mulheres (MIGUEL; BIROLI, 2013).

Em níveis de profundidade distintos, sem romper com o credo liberal, as críticas feministas são elaboradas também por líderes sufragistas como Elizabeth Cady Stanton (1815-1902) e Susan B. Anthony (1820-1906), que defendem a abolição da escravatura; Harriet Taylor Mill (1807-1858) que traça paralelos entre a escravidão negra e a escravidão feminina; Sojourner Truth (1797-1883), “[...] que foi escrava e empregada doméstica antes de se tornar oradora política” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.10-11), e expõe a condição desigual em que viveu, escancarando a brutal diferença entre a forma como as mulheres abastadas e as mulheres trabalhadoras são tratadas em sociedade.

O século XIX, no entanto, reservaria a questão da exploração no trabalho ao debate do socialismo, que fez despontar o chamado feminismo socialista, cuja radicalidade, porém, o manteve à margem das ideias sufragistas dominantes. Nesta vertente, Miguel e Biroli (2013) destacam os nomes de Flora Tristan (1803-1844) e Friedrich Engels (1820-1895). A primeira, em seu tratado socialista utópico, relacionou a opressão de classe e de gênero, e um de seus principais eixos foi a situação da mulher trabalhadora. O segundo, por sua vez, com a obra “As origens da família, da propriedade privada e do Estado” (1987), publicada pela primeira vez em 1884, reconhece a dominação masculina como subproduto da dominação burguesa, e não como uma opressão específica. Os escritos de Marx e Engels, em geral, tendem àquela leitura, embora a defesa marcante da igualdade entre homens e mulheres tenha se

tornado indissociável do projeto socialista. Além disso, a obra de Engels foi impactante no que concerne à vinculação da organização da esfera doméstica à sociedade mais ampla, explicam Miguel e Biroli (2013). Na passagem do século XIX para o XX, o pensamento feminista socialista alcança uma pluralidade de vertentes, incluindo anarquistas como Louise Michel (1830-1905), engajada na Comuna de Paris, Emma Goldmann (1869-1940) e a bolchevique Clara Zetkin (1857-1933), dentre outras.

A plataforma feminista consolidada ao longo do século XX – de forte preocupação igualitarista –, parte do questionamento de que se a subordinação da mulher não é justa nem natural, como se chegou a ela e como se mantém? Segundo Mattos (1999), as feministas daquela época tinham uma identificação com as ideias liberais que Mary Wollstonecraft e Stuart Mill haviam encabeçado. “Esse movimento identificou a liberação das mulheres, principalmente, com a expansão dos direitos civis e políticos” (MATTOS, 1999, p.34). Essa é a primeira fase do feminismo propriamente dito, que Pinto (2010) chamou de “bem comportado”, entre 1880 e 1890 na Europa, na luta pelo direito ao voto, mais do que pelo direito de mulheres serem votadas.

No Brasil, essa corrente manifesta-se, sobretudo, entre 1910 e 1920, exemplificada pela militância da cientista bióloga Bertha Lutz, influenciada pela experiência no exterior. Trata-se de uma fase marcada por caráter conservador e organizada por mulheres das classes média e alta. Muitas delas eram filhas de políticos e de intelectuais brasileiros e que puderam estudar fora do país, tendo contato com as ideias feministas.

Concomitantemente, chegam ao Brasil os ideais anarquistas, cujo papel da imprensa operária e dos entusiastas da chamada “educação libertária” é relevante. Destaca-se a intensa colaboração, neste período, em benefício da emancipação “feminina”, de Maria Lacerda de Moura ao polemizar publicamente temas considerados tabus, como a educação pautada na submissão, o divórcio, a violência sexual, o aborto, a união livre e o prazer sexual feminino (SANTOS; FARIA; CASTRO, 2013, p. 213-4). A precocidade das lutas libertárias de Maria Lacerda de Moura não repercute em conquistas legais, em verdade. Sua aproximação do anarquismo fazia com que o sufrágismo estivesse longe de suas maiores preocupações. Porém, é o “feminismo bem comportado” que

conquista, em 1932, o direito das mulheres de votarem e serem votadas, a partir da promulgação do Novo Código Eleitoral Brasileiro. Aliás, no mundo, em geral,

[...] nas primeiras décadas do século, o direito de voto foi obtido pelas mulheres (embora em países como a Suíça ou Luxemburgo tenha tido que esperar até os anos 1970). As barreiras à educação foram levantadas, com o acesso das mulheres a todos os níveis de ensino chegando a superar o dos homens. Lentamente, os códigos civis passaram a afirmar a igualdade de direitos entre os cônjuges (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.12).

No avançar das conquistas, o feminismo aprofunda sua reflexão sobre os “mecanismos menos evidentes de reprodução da subordinação das mulheres”. Neste ponto, os temas da sexualidade e dos direitos reprodutivos passam a ser debatidos concomitantemente à análise das “formas de subalternização que continuavam em operação na família, na política, na escola e no trabalho, a despeito dos avanços na legislação” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.12).

Nessa nova reflexão, Simone de Beauvoir (1908-1986) destaca-se como fundadora central do feminismo contemporâneo. “O segundo sexo” (1967) – obra de Beauvoir publicada pela primeira vez em 1949 – marca a influência da filósofa no movimento e teoria feministas quando explicita a dominação masculina em seu contexto ocidental e analisa o destino tradicional da mulher a partir das circunstâncias em que essa absorve os aprendizados de sua “condição feminina”. Observando o universo em que a mulher era limitada e os espaços possíveis de contestação desse lugar, Beauvoir sinalizou para a singularidade da experiência da mulher, buscando entender a construção social do feminino como um conjunto de sanções e expectativas que refletiam na limitação da autonomia das mulheres. Fica clara na obra de Beauvoir a ideia do gênero como uma construção sociocultural:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p. 8).

A partir da década de 1960, o movimento feminista ganha visibilidade e força inéditas, principalmente a partir dos Estados Unidos e França, dando início à segunda fase do feminismo. Esse novo momento é formado por proposições mais contestatórias acerca dos lugares sociais de homens e mulheres. Narvaz e Koller (2006) observam que, nos

Estados Unidos, ganha mais força o “feminismo da igualdade”, enquanto na França se fortalece o “feminismo da diferença”, de modo que o debate igualdade-diferença se constitui um paradoxo em que não há solução, mas uma negociação permanente dentro do movimento feminista.

As feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.649).

O maior destaque, nos Estados Unidos, é Betty Friedan (1921-2006), com o livro “A mística feminina”, que “[...] analisa a infantilização a que as mulheres são submetidas, a fim de se adequarem aos únicos espaços que a sociedade está disposta a dar a elas” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 13). Friedan questiona a ideia alimentada pela sociedade, através da escola, da imprensa, da psicanálise e da publicidade, de que a mulher só encontra plenitude no casamento e na maternidade; as que se desviam desse modelo são estigmatizadas. De acordo com Pinto (2012, p. 271), esse livro tomou contornos de “Bíblia” do novo feminismo, embora Friedan não tenha englobado em seus argumentos as mulheres trabalhadoras pobres, de modo que tomou a experiência da classe média branca estadunidense como base da condição universal da mulher (MIGUEL; BIROLI, 2013).

Pinto (2010) explica que, em um cenário propício à luta por causas identitárias, o movimento feminista americano da década de 1960 passa a reivindicar uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres. No Brasil, todavia, o momento era de forte repressão da luta política legal devido ao golpe civil-militar de 1964 e a seu aprofundamento mediante o AI-5, relegando os grupos de esquerda à clandestinidade e à guerrilha, assim como os movimentos sociais em geral eram constantemente cerceados, o que difere do que ocorria na Europa e nos Estados Unidos.

Em “Ideologia e utopia nos anos 60. Um olhar feminino” (1997), Lia Faria apresenta uma geração que abraça os ideais da contracultura, da igualdade de direitos para negros e mulheres e da liberdade sexual, tendo *The Beatles*, Janis Joplin, Che Guevara, Samora Machel e Angela Davis como alguns de seus principais mitos. As mulheres

avançam, querem “[...] fazer política e ter direito ao prazer”, mas “[...] não poderiam, num passe de mágica, apagar todo um inventário feminino que formou suas mães e avós” (FARIA, 1997, p. 81).

A partir dos anos 1970, ainda na segunda fase do feminismo, aprofunda-se a crítica às estruturas patriarcais de dominação por meio das feministas radicais, em um contraponto ao feminismo liberal, que protagonizou a primeira geração com a luta pelo sufrágio feminino. Segundo Kritsch (2012, p.17), o patriarcado é uma “[...] instituição social que se caracteriza principalmente por valorar e significar positivamente a sexualidade masculina, fazendo dela a fonte e a justificação do poder dos homens sobre as mulheres [...]”.

Esse poder fundado no patriarcado dissemina-se não só na família, mas nas instituições sociais, políticas e econômicas; ele está presente nas relações eróticas entre os sexos e, também, nas várias maneiras como homens e mulheres são socializados quanto ao temperamento, papel social e *status*. “O patriarcado repousa, então, não tanto sobre diferenças biológicas entre homens e mulheres, e sim sobre interpretações culturais incrustadas em ideias e práticas que conferem a tais diferenças valor e significação” (MILLET apud KRITSCH, 2012, p.18).

As feministas radicais, cientes do patriarcado como ideologia a perpassar a sociedade, consideraram insuficiente a garantia às mulheres de sua liberdade e autonomia pelo Estado e discordaram que o tratamento igual sob a lei atingisse o fim da desigualdade de gênero. Viram que a conquista dos direitos políticos e trabalhistas no plano formal não corrigiu as injustiças e desigualdades atreladas à questão de gênero. As leis supostamente neutras quanto ao gênero mantêm a desvantagem das mulheres em vários campos, com salários mais baixos do que os dos homens e exclusão ou incipiência da presença feminina em posições de poder político e de influência (KRITSCH, 2012).

Essas feministas também se distanciaram do feminismo socialista, cuja base é Engels (1987), com a compreensão de que se a divisão sexual do trabalho implicou desigualdade ou opressão sexual, isso seria superado por uma forma de organização

mais desenvolvida, a saber, a sociedade sem classes ou comunismo (PISCITELLI, 2002). Nessa perspectiva, o gênero é considerado um “[...] ‘produto acessório’ nas transformações das estruturas econômicas, carecendo, portanto, de *status* analítico próprio e independente” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 747).

Para Kritsch (2012), as radicais acusam os feminismos de matriz liberal e marxista (ou socialista) de se inserirem em filosofias políticas que minimizam a crítica aos modelos de gênero estabelecidos nos dois modelos de sociedade. Assim, o feminismo radical, tanto do ponto de vista político quanto teórico, ao condenar as estruturas de dominação patriarcais, volta-se para o alcance de uma política da autonomia, o direito de aceitar ou rejeitar normas e padrões sociais (normas de gênero, portanto), e extrapola as discussões pautadas na inclusão das mulheres no mercado (feminismo liberal) e aquelas centradas na luta de classes sem consideração às específicas relações de gênero (feminismo socialista).

Por fim, as feministas radicais contestam o conceito de “político” admitido na teoria moderna, na filosofia moral e nas teorias da justiça e da igualdade clássicas, pois entendem que ele é em si masculino e exclui as mulheres: “[...] o feminismo radical é inerentemente crítico em relação à filosofia política como um todo e vê nela uma das muitas maneiras pelas quais o poder masculino é legitimado e perpetuado” (KRITSCH, 2012, p. 12).

O trabalho de Shulamith Firestone, em “A dialética do sexo” (1976), por exemplo, destaca a origem da subordinação feminina no processo reprodutivo da espécie humana, compreendendo as mulheres como “prisoneiras da biologia” devido ao grande dispêndio de tempo necessário para se gestar e criar os filhos até que a mulher possa se dedicar à conquista de sua autonomia, muitas vezes tarde demais. Esse seria, portanto, o grande trunfo do patriarcado, e as mulheres só poderiam se libertar dele se tivessem controle sobre a reprodução. Para Firestone (1976), o movimento feminista precisava eliminar o privilégio dos homens frente à reprodução por meio da superação da própria distinção sexual, o que significaria, no limite, substituir o processo de reprodução humana por uma reprodução artificial que, por sua vez, permitiria a eliminação dos significados culturais ligados às diferenças genitais.

Na prática, o destaque do patriarcado como um sistema a ser derrotado pelo feminismo ganha espaço, constituindo-se como uma “bandeira” que favoreceu a articulação política das mulheres nos anos 1970. Dessa forma, o sexo biológico é definido como “[...] um dado do comportamento humano tão ‘construído’ quanto o gênero”. O sexo social (gênero) seria “o operador ‘colonialista’ do poder de um gênero sobre outro” (ROUDINESCO, 2003, p.120). Relaciona-se, nessa concepção, gênero, orientação sexual e pertencimento étnico; trabalhando-se com múltiplas diferenças. Entretanto, como modelo explicativo, o patriarcado enfrentaria sérias críticas. Para Conceição (2009, p. 745),

[...] as teóricas do patriarcado não demonstram como a desigualdade de gênero estrutura as outras desigualdades sociais que afetam aqueles campos que parecem não ter ligação com o gênero. Além disso, suas reflexões se assentam nas diferenças corporais entre homens e mulheres, consideradas imutáveis e, portanto, ahistóricas.

A pujança do movimento feminista no cenário internacional em sua segunda fase foi barrada no Brasil pela ditadura militar, instaurada entre 1964 e 1985. O fortalecimento do movimento feminista e sua institucionalização no país só ocorrem a partir do processo de redemocratização, na década de 1980, e se juntaram à efervescência de outros movimentos sociais. É nos anos 1980, também, que a terceira fase do feminismo, no cenário mundial, ganha contornos claros. Surge, no período, a crítica pós-moderna da ciência ocidental, que introduz o paradigma da incerteza no campo do conhecimento. As feministas francesas são influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista, que já predominava na França por meio de Michel Foucault e Jacques Derrida. A questão da diferença recebe ainda mais ênfase, sobretudo pela ideia da singularidade e subjetividade das experiências humanas. As subjetividades são pensadas, assim, como construções discursivas.

Essa terceira fase do feminismo se ocupa da “[...] análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.649). Cabe ressaltar que as três fases, ou “ondas” do feminismo, não se resumem a perspectivas históricas lineares, mas em debates que coexistiram e ainda coexistem dentro do movimento feminista.

Narvaz e Koller (2006) explicam que as feministas da terceira geração questionaram as teorias essencialistas ou de cunho totalizante, que permearam a primeira e segunda fases do feminismo. As duas primeiras gerações se pautaram em categorias fixas e estáveis do gênero, definido a partir do sexo enquanto categoria natural, binária e hierárquica, como se existisse uma essência naturalmente “masculina” ou “feminina” inscrita na subjetividade.

Enquanto “sexo” descrevia os aspectos biológicos, “gênero” compreendia a construção cultural que ocorria sobre as diferenças entre homens e mulheres, com base nas diferenças biológicas. Esta concepção foi chamada “sistema sexo-gênero” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.649).

A terceira geração do feminismo buscou desconstruir e desnaturalizar essa concepção. O gênero passa a ser entendido, para Scott (1990), como uma categoria relacional e política, uma vez que ocorre em um campo discursivo e histórico das relações de poder.

Nessa esteira, em 1990, outra reviravolta nos estudos de gênero e na própria prática política feminista é empreendida a partir de novas concepções que expõem sérias “fraturas” no pensamento feminista. Segundo Bento (2006, p. 70), isto aconteceu porque, primeiramente, a desnaturalização das identidades de gênero se concentrou, inicialmente, “[...] na compreensão dos processos históricos que legitimaram a subordinação das mulheres, tendo como substrato teórico a compreensão moderna do sujeito universal”, tendência que acabou excluindo outras configurações de gênero, como as lésbicas e os gays, que ficaram de fora das reivindicações feministas. Em boa parte do século XX, as mulheres lésbicas foram invisibilizadas no movimento feminista e acusadas de ter um comportamento boêmio não bem vindo à imagem das outras militantes.

Os estudos *queer*, sobretudo pelas reflexões de Judith Butler (2003), radicalizam o projeto feminista. A partir dessa vertente, é possível incluir travestis, *dragqueens*, *drag kings*, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais ao debate feminista, tanto teórico quanto político. Butler (2003) conceitua o gênero como um ato performático, produzido a partir de um processo singular do sujeito em que há constante reafirmação e renegociação do gênero através das performances.

Embora já tenha, até aqui, mencionado algumas das questões teóricas levantadas pelo feminismo, o que demonstra a forte ligação entre política e teoria feministas, a seguir desenvolvo de forma mais sistemática as tendências teóricas em seu interior. Convido o(a) leitor(a) a me acompanhar nesse percurso.

1.1.2. Os embates acerca do uso da categoria “mulheres”: nem essencialização nem desarticulação

A discussão sobre identidade e diferença sempre esteve presente nos estudos feministas. A busca por encontrar aspectos identitários comuns que unissem as mulheres em torno do feminismo fez com que este, em seu pensamento inicial, fosse pouco crítico a ideias que tendiam a uma essencialização das mulheres, que possuiriam, nesse sentido, maior sensibilidade do que os homens e, como mães, teriam uma ligação diferenciada, mais forte do que os pais, com os filhos. São concepções encontradas em John Stuart Mill, Harriet Taylor Mill e Mary Wollstonecraft e ainda construídas “em meio a relações marcadas pelo patriarcado e pela dominação masculina” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.28).

Para superar essa naturalização da identidade “feminina”, o pensamento feminista passou a empreender a distinção entre sexo e gênero, associando o primeiro a aspectos biológicos e o segundo a construção cultural. É o que está presente em Simone de Beauvoir, segundo Miguel e Biroli (2013, p.28): “[...] o que aceitamos como a feminilidade não é a expressão de uma natureza, mas o resultado do trabalho de pressões, constrangimentos e expectativas sociais”.

O feminismo tem questionado ao longo do tempo, portanto, todas as correntes que, pautadas numa cientificidade duvidosa, marcam o comportamento de homens e mulheres como determinados pela natureza. A exemplo, o movimento colocou em xeque a ideia do “instinto maternal” como constitutivo de uma suposta “natureza feminina” ao revelar seu caráter histórico.

Simone de Beauvoir foi tributária do pensamento moderno com sua obra “O segundo sexo”, que já mencionei neste capítulo. A contribuição da filósofa francesa representou

um marco para os estudos feministas. Aliás, pensando numa organização crítica dos debates teóricos dos estudos de gênero, Berenice Bento (2006) apresenta em seu texto “Estudos de gênero: o universal, o relacional e o plural” três categorias que ela considera tendências nos debates feministas e cujas pensadoras proeminentes são Simone de Beauvoir – vertente universal –, Joan Scott – vertente relacional – e Judith Butler – vertente plural. Faço uso, aqui, dessa classificação para efeitos de exposição das ideias e vertentes feministas sem, contudo, pressupor qualquer noção evolucionista do debate.

Para Beauvoir (1967), o homem representa o sujeito universal e a mulher o seu “outro absoluto”, aquela cuja estrutura fisiológica marca sua subordinação aos homens⁷, a despeito das culturas e das temporalidades. Berenice Bento (2006) destaca que Beauvoir, apesar de descortinar os mecanismos responsáveis pela construção cultural dos gêneros ao desnaturalizar a identidade “feminina”, marcou os gêneros como dois corpos e duas subjetividades diferentes, não conseguindo superar a essencialização dessa premissa:

[...] à medida que se apontavam os interesses que posicionavam a mulher como inferior por uma suposta condição biológica, as posições universalistas reforçavam, em boa conta, a essencialização dos gêneros, uma vez que tendem a cristalizar as identidades em posições fixas (BENTO, 2006, p. 70).

Miguel e Biroli (2013, p.12) observam, ainda, que faltava unidade na construção dos argumentos de Beauvoir e uma ligação direta de sua vivência pessoal e de seu círculo próximo com a generalização da situação das mulheres. Era resultado de um “subjetivismo extremado”, que marcou negativamente boa parte do feminismo posterior a Simone Beauvoir.

Muitas feministas, como Nancy Chodorov, Sherry Ortner e Michelle Rosaldo seguiram a herança de Beauvoir e acabaram construindo uma visão totalizante da sociedade, atribuindo características comportamentais fixas a todos os homens e todas as

⁷A ideia de opressão fundada na biologia é tão marcante para Beauvoir que ela considerava escravizadores os processos naturais por que passam as mulheres devido à sua anatomia: “A gravidez e a amamentação são encaradas como forma de alienação; os seios, que ela chama ‘glândulas mamárias’, ‘não desempenham nenhum papel na economia individual da mulher e podem ser extirpados em qualquer momento de sua vida’” (BEAUVOIR apud MIGUEL; BIROLI, 2013, p.23).

mulheres, sem considerar as especificidades que surgem de uma sociedade para outra, de um grupo para outro. Dessa forma, acabaram reforçando dois modelos fixos e opostos para homens e mulheres:

De um lado, os homens que norteiam suas ações por objetividade, atuação, individualização, isolamento, solidão, por um modelo cognitivo analítico; do outro, a mulher, caracterizada pelo comportamento comunal, pela cooperação, pela subjetividade, pelo modelo comportamental relacional (BENTO, 2006, p.72).

Nesse modelo, salienta Bento (2006), homem e mulher ocupam posição fixa numa estrutura binária e hierarquizada dos gêneros, em que se problematiza muito pouco que as diferenças de gênero não são inatas. Pagando o preço de cair na essencialização das identidades, Bento (2006) admite que esse movimento foi importante para viabilizar a mulher como uma identidade coletiva que trouxesse conquistas nos espaços públicos, mesmo que às custas do discurso único de vitimização da mulher, negligenciando-se as várias mulheres possíveis. Ao mesmo tempo, ao se naturalizar o masculino também, invisibilizou-se o homem em sua multiplicidade de vivências, estigmatizando-o como “inimigo”, tal como figura na crítica ao patriarcado.

Como explica Conceição (2009), se os estudos feministas tiveram como objeto central “a mulher” no singular até os anos 1970, a partir daí surge outro enfoque: as mulheres, no plural. O trabalho de Gayle Rubin em “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”, de 1975, em que a autora propõe o sistema “sexo/gênero”, é exemplar. Nele, Rubin (1993) fortalece o conceito de gênero ao defini-lo como o conjunto de arranjos através dos quais a sexualidade biológica atua na organização do mundo para a satisfação das necessidades humanas, podendo ou não se identificar com o patriarcado, uma forma específica de opressão de gênero. A intenção de Rubin (1993) em não tomar todos os sistemas de parentesco como modelo de patriarcado faz com que a autora atenua a ideia de opressão feminina universal, de viés monopolítico.

Rubin (1993) vê nos sistemas de parentesco, por exemplo, formas empiricamente observáveis de sistemas de sexo/gênero. Esse sistema proposto pela teórica permitiu pensar as relações de opressão de gênero como produto de relações sociais específicas, e, por isso, não inevitáveis como pensaram as teóricas feministas do modelo de patriarcado. Piscitelli (2002) aponta que, com esse movimento teórico,

começa a se delinear no pensamento feminista uma oposição entre “estudos sobre mulher” e “estudos de gênero”, assim como passa a haver confusão, ou uma associação direta entre os termos “gênero” e “mulher”.

Joan Scott – com a obra “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1990) – é expoente da tendência teórica de vertente relacional na compreensão da construção das identidades e da dominância de gênero. Nessa vertente, busca-se desnaturalizar e desessencializar a categoria mulher por meio da inclusão de aspectos como classes sociais, nacionalidades, religiosidades e orientações sexuais, o que permite abarcar uma variedade de identidades de mulheres. Não obstante, com o olhar relacional, há o surgimento do campo de estudos das masculinidades, que desconstrói também o homem universal, “[...] naturalmente viril, competitivo e violento” (BENTO, 2006, p. 74). Esses estudos entendem que o “masculino” e o “feminino” se constroem de forma relacional e simultânea. Não como uma relação de alteridade radical, como apontava Beauvoir, mas como “[...] um movimento complexificador do relacional” (BENTO, p.74-75). Nessa perspectiva, Joan Scott (1990) definiu gênero como um elemento constitutivo de relações sociais pautado nas diferenças percebidas entre os sexos, além de uma forma primeira de significar as relações de poder.

Scott (1990) defende que o gênero deve ser construído como uma categoria analítica, um instrumento metodológico que permita compreender os processos em torno das identidades de gênero em uma ótica sistêmica. Tal perspectiva destaca a importância de se chegar aos processos históricos que formam configurações das relações entre os gêneros, o que minimiza a aparente “[...] atemporalidade que estrutura a relação binária e hierárquica como fatos naturais” (BENTO, 2006, p.75).

Bento (2006) aponta críticas a esse entendimento. A autora questiona se a proposição de um conceito a partir das diferenças entre os sexos não seria retornar ao binarismo por outras formas, porque o conceito de gênero formulado por Scott continuaria calcado na heterossexualidade como matriz de compreensão do gênero, o que deixa de fora as subjetividades e sexualidades divergentes desse modelo, como se a diferença sexual fosse um pressuposto, um estágio pré-discursivo às relações de gênero. A autora lembra ainda que o conceito de *différance*, de Derrida, é que avançaria no

entendimento da produção de diferenças identitárias infinitas, mas, segundo a autora, não é o que propõe Scott, já que a diferença sexual ainda permanece como matriz de compreensão do conceito de gênero.

É nesse ponto que Bento (2006, p.76) observa o encontro das concepções relacional e universal. Assim, a cultura ordenaria “[...] esse nível pré-social ou pré-discursivo, para distribuir as atribuições de gênero, tomando como referência as diferenças inerentes aos corpos-sexuados”. A autora alia-se, então, às críticas que Judith Butler (2003) formula a essas tendências teóricas com seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, publicado pela primeira vez em 1990.

Butler (2003) observou como o sexo, nos estudos feministas, foi feito matéria fixa onde cabia ou o gênero masculino ou o feminino, sem ambiguidades, gerando um movimento de essencialização das identidades. Segundo a filósofa, há o perigo de se criar um marco implicitamente heterossexual para a descrição dos gêneros, da identidade de gênero e da sexualidade. Os sujeitos que constroem na sexualidade práticas divergentes a essa binariedade não são alcançados pelos modelos explicativos desenvolvidos nos debates feministas até então. Bento (2006) associa as reflexões de Judith Butler à vertente plural dos estudos feministas.

As análises pós-estruturalistas e pós-modernas trazidas por autoras como Butler (2003) provocam deslocamentos na teoria feminista que começam a desconstruir a univocidade da categoria “mulheres” ao mesmo tempo em que no campo da política feminista as diferenças entre as próprias mulheres são explicitadas. Surgem as reivindicações das mulheres negras, lésbicas e do “Terceiro Mundo”. A ideia de gênero como identidade global e central é refutada. Mais uma vez, há o enredamento entre teoria e política feministas. Nos anos 1990 o que ocorre é um deslocamento agudo na teoria feminista com os movimentos desconstrucionistas, pós-estruturalistas e pós-modernos, pautados em críticas aos modelos teóricos totalizantes, de modo que passam a pensar o poder de forma pulverizada sem obscurecer as diferenças (PISCITELLI, 2002).

São os estudos *queer* que apontam o heterossexismo das teorias feministas, possibilitando que outras experiências identitárias e sexuais, que eram compreendidas como doenças ou problemas individuais, sejam reconhecidas, além de explicitarem as “fissuras” nas normas de gênero por meio das performances. Esses estudos, segundo Bento (2006), constituem a terceira tendência teórica dentro dos estudos feministas, a plural, encabeçada por Butler (2003) e diferindo-se da tendência universal, de Beauvoir (1967) e da relacional, de Scott (1990).

Os estudos *queer* buscam questionar os processos de “normalidade/normatividade”, salientar o caráter múltiplo das identidades, legitimar as sexualidades divergentes, empreender a desnaturalização das relações de gênero e produzir o entendimento dos “sexos verdadeiros”. O termo *queer* engloba gays, lésbicas e transgêneros a partir da subversão do sentido depreciativo que representava antes quando se referia a esses grupos: *queer* tem origem em uma gíria inglesa que significa, literalmente, estranho, esquisito, ridículo ou extraordinário.

Essa tendência teórica entende a sexualidade como um dispositivo e um elemento de unidade para o caráter performativo das identidades de gênero e de alcance subjetivo das performances e das sexualidades fora das normas de gênero. Também delinea o corpo como um biopoder que é fabricado por tecnologias precisas. Portanto, “A política *queer* é baseada na instabilidade das identidades” (BENTO, 2006, p.82).

A abordagem “plural” dos estudos de gênero explicita as discontinuidades de gênero, inserido em múltiplos contextos que nem sempre fazem derivar o gênero do sexo ou o desejo e a sexualidade do gênero (BENTO, 2006). Nesse ponto, a problematização dessas coerências constitui-se como movimento teórico importante, na medida em que empreende esforços para eliminar qualquer naturalização na conceituação da diferença sexual (PISCITELLI, 2002).

Por outro lado, as reflexões pós-estruturalistas e pós-modernas, que surgiram na década de 1980 e se aprofundaram na década de 1990, apresentam incompatibilidade com a prática política feminista na medida em que, no empreendimento de desconstruir a naturalização da diferença sexual, negam qualquer unidade ao sujeito do feminismo,

“a mulher”, sujeito ainda de vitais demandas por direitos e reconhecimento nas sociedades contemporâneas. Dessa forma, as contribuições epistemológicas dessas vertentes podem implicar, simultaneamente, um “fosso” entre teoria e política feministas.

O deslocamento do sexo para o gênero desvela que a própria categoria mulher é “produto das relações de dominação que se deseja abolir” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.28). Teóricas pós-estruturalistas, como Judith Butler (2003), posicionaram-se contra qualquer ideia de identidade fixa “feminina”, alertando que o sujeito “feminino” é tanto produzido quanto reprimido pelas mesmas estruturas de poder das quais objetiva se emancipar. Tais teses indicam que a relação sexo/gênero não é necessária nem automática, o que permite a dedução, como a de Butler, de que um sistema binário de sexos não produz um sistema binário de gêneros (MIGUEL; BIROLI, 2013).

Se no campo das “performatividades de gênero” estas conjecturas levam a instigantes debates, na dimensão da luta feminista, Miguel e Biroli (2013, p. 29) apontam que a discussão se afasta de uma realidade efetiva a ser enfrentada: “Nós vivemos um sistema binário dos gêneros, historicamente construído, no qual cada gênero está intimamente associado a um sexo biológico”. As sociedades existem em acordo com um modelo que relaciona o sexo ao gênero e nelas é imprescindível reconhecer a existência de homens e de mulheres que interagem e conformam mutuamente seus papéis sociais de gênero. Segundo os autores, pode haver performances para além dessa vinculação sexo/gênero, mas, mesmo assim, continuam atreladas à noção de gênero, inclusive as performances denominadas transgressoras, que parodiam o sistema binário sexo/gênero sem perdê-lo como referência.

No âmbito político do feminismo, as reflexões das feministas pós-estruturalistas têm gerado algumas reações negativas por sua incompatibilidade com a prática política feminista. A radicalidade com que procuram desessencializar a categoria “mulher” desestabiliza o discurso feminista de forma perigosa, já que aquela é considerada seu ponto de partida necessário. Como indicam Miguel e Biroli (2013), recusar qualquer validade analítica à noção de um sujeito “feminino” pode ser interessante para a academia, mas não para o feminismo como movimento político, uma vez que esse

depende de mulheres concretas com as quais se identificar. Piscitelli (2002) apresenta, nesse sentido, a elaboração clara de Linda Alcoff que acerca do dilema trazido pelo pós-estruturalismo e pelo pensamento pós-moderno para o feminismo:

A teoria feminista – entendida como a reavaliação da teoria e a prática social desde o ponto de vista das mulheres –, assim como a política feminista – voltada para a transformação da experiência vivida das mulheres na cultura contemporânea – perfeitamente coerentes com uma perspectiva que pensa na cultura como construída sobre a base da supremacia masculina e o controle das mulheres (o patriarcado) têm suas raízes num conceito – mulher – que agora parece ser preciso desessencializar em todos os aspectos. Mas a desconstrução – que pode desconstruir *ad infinitum* –, ao não oferecer alternativas “positivas”, dificultaria acionar um movimento (Piscitelli, 2002, p. 18).

As feministas pós-estruturalistas são acusadas, portanto, de despolitizar a pesquisa acadêmica, ainda que tal crítica não seja um absoluto consenso, visto que, a exemplo de Chantal Mouffe (2013), possa-se argumentar que:

[...] para as feministas que estão comprometidas com uma política democrática radical, a desconstrução das identidades essenciais deve ser vista como condição necessária para uma adequada compreensão da variedade de relações sociais às quais os princípios de liberdade e igualdade devem ser aplicados (MOUFFE, 2013, p. p.267-8).

Para Cláudia de Lima Costa (1998, p. 127), o feminismo constitui-se na intersecção de várias diferenças: de raça, gênero, classe, idade, orientação sexual. A relação dessas diferenças possibilitou o surgimento de diversos feminismos, como o cultural, o marxista, o radical, o lésbico, o negro, o pós-estruturalista, o do terceiro mundo, entre outros, de modo que é impossível sedimentá-los em uma única posição singular. A autora defende que esta heterogeneidade interna não inviabilizou o feminismo enquanto movimento coletivo contra a dominação; na verdade, a interdependência de diferentes forças dentro do pensamento e prática feministas seria sua maior virtude, embora Costa (1998) assinale que feministas americanas entenderam essa fragmentação como uma dissipadora do conceito de gênero frente às fraturas de classe, etnia, orientação sexual. A autora, no entanto, vê como benéficas as articulações que o feminismo constrói entre as variadas posições de sujeito, que visam objetivos políticos, materiais e culturais específicos.

O desacordo entre o movimento político e os avanços teóricos no campo dos estudos de gênero, todavia, sinaliza para uma exacerbada ênfase nas diferenças sem o esforço de se construir caminhos para articular politicamente as mulheres. Assim, algumas feministas realmente abandonaram as reflexões teóricas e se concentraram na militância política. É o caso de Heidi Hartmann, que organiza, em 1994, uma coletânea na Revista *Signs* sobre o desgosto com que várias feministas encaram as perspectivas teóricas pós-estruturalistas e pós-modernas. Segundo Piscitelli (2002, p.19), essas feministas afirmam que as teorias pós-modernas, por exemplo, são “[...] pouco úteis, inacessíveis, esotéricas, de difícil compreensão, excessivamente destacadas da prática e conduzindo a uma paralisia” no campo político, e no silenciamento das vozes de outras correntes de pensamento dentro do feminismo, ao invés de se buscar sua articulação.

Na permanência dessas dificuldades de comunicação, algumas autoras abandonam a categoria “gênero” e propõem uma nova utilização da categoria “mulher”, sem qualquer retrocesso ao essencialismo que a permeou em seu começo. É o que afirma Linda Nicholson, em seu texto “Interpretando o gênero” (2000), para quem a inter-relação entre biologia, personalidade e comportamento, embora longe de ser determinística, expressa caracteres pelos quais seu portador ou portadora será identificado no grupo e, nalguma medida, conformado. O que diferirá nas culturas é a relevância de tais traços e não sua existência.

O que acontece é que diferenças no sentido e na importância atribuídos ao corpo de fato existem. Esses tipos de diferenças, por sua vez, afetam o sentido da distinção masculino/feminino. A consequência é que nunca temos um único conjunto de critérios constitutivos da identidade sexual a partir da qual se possa inferir alguma coisa sobre as alegrias e as opressões inerentes ao “ser mulher”. Pensar o contrário nos leva ao erro (NICHOLSON, 2000, p.14).

Segundo Nicholson (2000), alguns desses critérios – biologia, personalidade, comportamento - podem ter um papel dominante sobre outros por longos períodos de tempo em contextos específicos, ou seja, não podem ser universalizados. Ainda assim, é possível tanto reconhecer as diferenças entre as mulheres quanto mapear suas semelhanças, de modo a se validar a categoria “mulher” e seu uso na ação política.

A proposta de Iris Marion Young (2000), que substitui a noção de identidade – muito mais abrangente – pela de “perspectiva social” (como sinônimo de “ponto de vista” e relacionada à posição que os atores ocupam nos processos sociais) é uma estratégia interessante para driblar as dificuldades trazidas por uma noção de identidade “feminina”. Assim, explicam Miguel e Biroli (2013, p. 30), a perspectiva social é o ponto de partida, não o de chegada, e “[...] captura o fato de que os integrantes de grupos em posição subalterna têm vivências comuns entre si, indisponíveis a quem não os integra”. Segundo os autores, as mulheres, por exemplo, vivenciam uma série de cobranças, constrangimentos ou expectativas que mesmo os homens feministas ou solidários a essa condição social não vivenciam. Trata-se do conhecimento de um mundo social que só as mulheres têm condição de expressar, como

[...] a avaliação prioritária pela aparência física, a responsabilização automática pela gestão da vida doméstica e pelo cuidado com os mais vulneráveis, a expectativa de que sejam menos racionais e mais emotivas, a menor atenção concedida a seus interesses e desejos ou o temor difuso da violência sexual são elementos da experiência de “ser mulher” numa sociedade marcada pela dominação masculina (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.30).

Os autores advertem que esses elementos não geram uma identidade única ou a garantia de que haja um entendimento similar das mulheres quanto a seus próprios interesses. Tal condição, obviamente, pode atingir em maior ou menor grau as mulheres, de acordo com os processos de socialização com os grupos aos quais se ligam e com as intersecções de classe, gênero e raça que vivenciam. Mesmo assim, de forma geral, encerram uma “atmosfera” que lhes possibilita uma perspectiva social comum, mas não necessariamente os mesmos pensamentos ou vivências de forma absoluta. É, então, apenas seu ponto de partida, vale reforçar. Para Miguel e Biroli (2013), são as experiências das mulheres em uma sociedade produzida pela dominação masculina que precisam adentrar os espaços de poder, para, assim, produzir formas de enfrentamento dessa dominação.

Por isso, os autores trazem ao debate Elizabeth Spelman em sua crítica de que a ideia genérica de “mulher” corresponde, no pensamento feminista, à ideia genérica de “homem” na filosofia ocidental, entendimento que obscurece a heterogeneidade. Aliás, estão desvinculados dessa ideia abstrata de “mulher” os problemas enfrentados pelas

hispanicas e negras, por exemplo. É como se houvesse um tipo de sexismo puro a atingir todas as mulheres. Mas, nesse caso, a mulher universal se refere às ocidentais, brancas, heterossexuais, cristãs e proprietárias. Tal concepção é problemática, pois o sexismo para com a mulher negra e pobre não é o mesmo que sofre a mulher branca e rica na maioria dos contextos.

Em termos práticos, a noção de mulher universal e abstrata deixa de considerar como problema “o monopólio da expressão política das mulheres por porta-vozes burguesas brancas”, observam Miguel e Biroli (2013, p.31) com base nas reflexões de Spelman. Os argumentos de existência de um sexismo puro negam “[...] o sentido de interseccionalidade das diversas formas de opressão”, visto que as opressões não se somam simplesmente, “[...] mas geram padrões de subordinação e de violência física e simbólica que precisam ser entendidos em sua singularidade” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.32). As feministas negras têm avançado nessa discussão. Se Elizabeth Spelman é acusada de comprometer a unidade na ação contra o sexismo, Catharine Mackinnon, por sua vez, insiste na ideia de que há uma unidade fundamental de experiência feminina sob a dominação masculina (MIGUEL; BIROLI, 2013).

Piscitelli (2002) menciona o “feminismo global” como um espaço privilegiado para os tipos de teorias as quais necessitam as feministas centradas no ativismo, de modo a configurar um projeto feminista que seja, ao mesmo tempo, universalista e capaz de reconhecer as diferenças. É nesse aspecto que a autora aponta ambivalências também nas críticas mais duras às teorias recentes, pois estas não deixam de reconhecer a utilidade da produção teórica sobre, por exemplo, raça e gênero, além das reflexões do multiculturalismo, que embora apontem as diferenças entre as mulheres, o fazem de forma positiva ao indicar intersecções importantes. Mesmo que o projeto feminista, afirma a autora, esteja pautado na tradição da “modernidade”, ele também apresenta a tensão inerente entre o universal e o particular.

Não é casual que os escritos das “mulheres de cor” ou do “terceiro mundo” ganhem espaço no campo feminista. O chamado “feminismo decolonial” descentraliza a mulher em abstrato para dar voz às mulheres concretas, subalternas, marginais, não-letradas, negras, indígenas, mestiças, “orientais”, nativas dos continentes que serviram

secularmente como colônias dos grandes impérios eurocêntricos. As reflexões das “mulheres de cor” e das do “terceiro mundo” avançam em relação às teorias pós-modernas, que nunca deixaram de ser eurocêntricas ao excluir outras formas de “bem viver e cosmo visões⁸”.

Gayatri Spivak, membro do Grupo de Estudos Subalternos Indianos, também contribui para esta discussão em seu clássico pós-colonial “Pode o subalterno falar?” (2010), no qual problematiza as chances de representação discursiva/ política de qualquer grupo condenado ao silenciamento pelas estruturas de poder impermeáveis aos sentidos atribuídos a si e ao mundo. Spivak fala de mulheres na Índia, às quais é negada, no registro moderno ocidental, a racionalidade de suas ações. Neste caso, a autora é imperativa ao arguir os intelectuais sobre o fato de se considerarem capacitados a “representar” grupos silenciados.

O debate prossegue em sua complexidade e riqueza, de forma a Spivak (2010) apontar para o único modo das vozes de tais mulheres se tornarem audíveis: a radical dissolução do atual sistema de representação - na vida ou na política -, propondo-se outro do qual tais personagens sejam também parte ativa. Até lá, o empenho intelectual mais sincero não será o do porta-voz das mulheres silenciadas, mas o de articulador a qualificar os diferentes públicos a ouvi-las no que elas pretendam dizer (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2013).

Miguel e Biroli (2013, p. 29-30) chamam a atenção para a perspicácia de Spivak, mesmo partindo do pós-estruturalismo, para propor o “essencialismo estratégico”, isto é, o uso estratégico de categorias essencializadoras com a finalidade de produzir identificação, algo crucial para a mobilização política. Todo cuidado é pouco, porém, para não se passar da noção de essencialismo estratégico para a de essencialismo

⁸A realidade das mulheres na Europa ou nos Estados Unidos nunca foi a de todas as mulheres do mundo, sequer de todas as mulheres na Europa e nos Estados Unidos. Contudo, o ideário ocidental iluminista marca indelevelmente o imaginário da modernidade, ocidental ou não. Sobre a explicitação do hoje conhecido como feminismo decolonial, que põe em xeque um tipo específico de feminismo que ganhou certa universalidade, ver, por exemplo, o artigo de Betty Ruth Lozano Lerma (2010). Sobre o tema da crítica pós-colonial e do feminismo pode-se ver também Matos (2012) e Miglievich-Ribeiro (2014).

acrítico⁹. Não obstante, Spivak conecta a corrente feminista pós-estruturalista à demanda política da construção da unidade na diferença.

Pierre Bourdieu (2009) por sua vez, em abordagem mais voltada para o estruturalismo, na obra “A dominação masculina”, explica que a socialização de gênero tem base numa existência relacional, em que cada um se constitui produto do trabalho de construção teórica e prática necessárias “[...] à sua produção como *corpo socialmente diferenciado* do gênero oposto” (BOURDIEU, 2009, p.34, grifo do autor). Assim, ao homem é atribuído o *habitus* viril, não feminino, e à mulher o feminino, e não masculino. Para o autor esse é um trabalho de construção simbólica, que não está ligado apenas a performances e representações – como se fossem frutos do arbítrio e facilmente mutáveis –, mas supõe uma transformação profunda e duradoura dos corpos e dos sexos, que determina as condutas possíveis para cada gênero, sobretudo no uso sexual de seus corpos. Cada um incorporará um *habitus* marcado pelos signos de seu gênero, e a partir daí os papéis sociais do homem e da mulher serão estruturados.

[...] é à custa, e ao final, de um extraordinário trabalho coletivo de socialização difusa e contínua que as identidades distintivas que a arbitrariedade cultural institui se encarnam em *habitus* claramente diferenciados segundo o princípio da divisão dominante e capazes de perceber o mundo segundo este princípio (BOURDIEU, 2009, p.34).

Pierre Bourdieu (2009) argumenta que a dominação do homem sobre a mulher, um dado ordinário da ordem social, é exercida por meio de uma violência simbólica, compartilhada inconscientemente entre dominador e dominado, e disseminada pelo *habitus*, o que significa dizer que a relação de dominação/submissão é exercida por meio de um princípio simbólico reforçado pela língua, pelo estilo de vida (fazer, sentir, pensar), pelos estigmas que surgem das diferenciações entre as pessoas, além de a ordem física e social estar organizada, para o autor, sob princípio androcêntrico.

O *habitus* de gênero está presente, então, não só nas relações domésticas, mas nas instituições sociais, como a escola e os órgãos políticos de cada sociedade (BOURDIEU, 2009). Joan Scott (1990) atentou para a forma como as relações de

⁹ Isto porque os “[...] grupos em posição subalterna, como é o caso das mulheres, tendem a ser reduzidos a uma ‘essência’ simplificadora e estereotipada, que tanto nega a multiplicidade de suas experiências quanto naturaliza os efeitos da dominação” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.30).

gênero constroem relações primárias de poder, que historicamente são disseminadas como questões “naturais”. São relações políticas que estabelecem os lugares de homens e mulheres, seus papéis sociais.

Os debates em torno de gênero procuravam explicar as diferenças entre os sexos invocando a “natureza”, e sempre buscaram perpetuar tais diferenças por meios legais. Por uma espécie de lógica circular, uma presumida essência, seja do homem, seja da mulher, acabou por constituir-se como justificativa para leis e atitudes políticas, quando, na verdade, essa ‘essência’ – histórica e contextualmente variável – não era senão um efeito das leis e das ações políticas (SCOTT, 2002, p.17).

É esse entendimento de Joan Scott (1990; 2002) juntamente com as contribuições de Pierre Bourdieu (2009) que assumo nesta dissertação como escopo teórico que melhor ajuda a analisar o objeto de estudo ao qual me dedico, sobretudo pela forma como a maioria das mulheres entrevistadas assumiram para si os papéis sociais tradicionais e construíram suas carreiras políticas pautadas, pelo menos em parte, nas representações típicas do “feminino”, já que, ao adentrarem a política, também transgrediram a ideia de que esse não era seu espaço. Para melhor entender esse processo, também agrego ao arcabouço teórico principal deste trabalho as contribuições de teóricas políticas como Iris Marion Young e Anne Phillips, como será possível notar adiante.

A partir das diferentes vertentes apontadas aqui, entendo que a busca por elementos comuns paralelamente ao reconhecimento das diferenças entre as mulheres são eixos de discussão constantes no escopo do pensamento feminista e não passíveis de resolução. Cabe, na verdade, uma negociação constante desses tensionamentos. A explicitação das diferenças entre as mulheres foi uma notável contribuição para a reflexão feminista, mas trouxe em seu bojo o desafio de se pensar em estratégias que unam as mulheres nas lutas políticas por seus direitos, o que é imprescindível para que a interlocução com o Estado e a sociedade em geral seja profícua.

De qualquer forma, é relevante para a pesquisa a atenção a um debate caro à democracia, em face do qual a teoria política feminista nunca se omitiu e que aparecerá recorrentemente nas narrativas trazidas a partir do capítulo 3. Trata-se, agora, de uma breve reflexão sobre um inquietante binômio: o público e o privado.

1.1.3. O público e o privado: algumas contribuições da teoria política feminista

Kritsch (2012) observa que a primeira separação entre público e privado na teoria liberal está relacionada a John Locke, quando distinguiu o “político” (Estado) do “social” (indivíduos). Essa distinção é ilustrada por Benjamin Constant em seu discurso “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”:

Conclui-se que devemos ser bem mais apegados que os antigos à nossa independência individual. Pois os antigos, quando sacrificavam essa independência aos direitos políticos, sacrificavam menos para obter mais; enquanto que, fazendo o mesmo sacrifício, nós daríamos mais para obter menos.

O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que eles denominavam liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados; e eles chamam liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios (CONSTANT, 1985, p.3).

O liberalismo vincula-se a essa ideia da liberdade moderna, que vê uma nítida separação do poder público do Estado frente às relações privadas da sociedade civil, além de determinar limites à intervenção do Estado na vida privada. Os modernos ampliaram a dicotomia formulada pelos gregos, “[...] que distinguia entre uma esfera privada da *oikos* (ou da administração doméstica, identificada com a família) e outra esfera pública da *polis* (âmbito do sociopolítico por excelência, vinculado à ideia de Estado)” (KRITSCH, 2012, p.29).

Conforme Miguel e Biroli (2013), uma das reflexões críticas mais marcantes no pensamento feminista se dirige à dualidade entre as esferas pública e privada. Para Carole Pateman (2013), a crítica é central. Essa concepção dicotômica é acusada pelas feministas de compreender a política de forma restrita, já que, ao defender a universalidade da esfera pública, define como não políticas várias experiências ditas privadas por não se realizarem no Estado; contudo trazem conteúdos que dizem respeito às coletividades mais do que aos indivíduos privados. “É uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.14).

Iris Young entende que a crítica feminista coloca em relevo o caráter histórico da constituição da esfera pública, uma vez que esta impera não sob valores abstratos e universais, mas a partir da perspectiva de alguns indivíduos à custa de outros ao longo da história (MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 14). Nancy Fraser observa que essa concepção projeta a esfera pública como homogênea e produz, por um lado, o silenciamento em torno da existência de públicos distintos e divergentes e, por outro, restringe o “[...] universo da contestação pública legítima, por meio da definição do que é do âmbito privado” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.14-15). Nesse sentido, Young (2013) expõe a impossibilidade de realização do ideal da imparcialidade na teoria moral, tributária da dicotomia entre o público e o privado:

Só se atingem as posições de distanciamento e ausência de paixão que supostamente geram imparcialidade abstraindo-se das particularidades de situação, sentimento, filiação e ponto de vista. No entanto, essas particularidades ainda operam no contexto real de ação. Assim, o ideal da imparcialidade gera uma dicotomia entre universal e particular, público e privado, razão e paixão. É, além do mais, um ideal impossível, porque as particularidades de contexto e filiação não podem e não devem ser excluídas do raciocínio moral (YOUNG, 2013, p. 306).

Young (2013) ainda observa que o ideal da imparcialidade serve de máscara às reivindicações de universalidade de perspectivas particulares de grupos dominantes. A dualidade que tal ideal provoca entende a esfera pública como portadora de princípios universais, baseados na razão e na impessoalidade, enquanto a esfera privada abriga as relações de âmbito pessoal e íntimo. A primeira define os indivíduos “[...] como manifestações da humanidade e da cidadania comuns a todos”, enquanto a segunda os concebe “[...] em suas individualidades concretas e particulares”. Desses pressupostos advêm estereótipos de gênero desfavoráveis às mulheres (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.15).

Okin apud Kritsch (2012) assinala que a teoria política contemporânea tende a utilizar a distinção no discurso liberal entre público e privado como se não fosse problemática, e como se houvesse uma base sólida para separar o pessoal do político. Tanto as correntes teóricas hegemônicas na teoria política clássica de matriz liberal quanto na de matriz marxista resistiram à agenda feminista sobre a dominação nas relações familiares e suas reivindicações de justiça. Algo como se a justiça estivesse relacionada

inerentemente ao domínio público – espaço onde homens adultos lidam com outros homens adultos por meio de convenções sociais – e não dissesse respeito à ordem privada, esfera do domínio incontestado do patriarca e da solidariedade natural. Entretanto, ao estabelecer essa dicotomia, os teóricos negligenciavam as relações de subordinação na família, permeadas pelo comando “natural” dos homens e pela responsabilização das mulheres na execução de serviços domésticos e reprodutivos não valorados pela sociedade, sequer no socialismo.

Por meio de Seyla Benhabib, Kritsch (2012) destaca que a consequência da aceitação dessa dicotomia público/privado sem a crítica necessária produziu o “enclausuramento” das mulheres em determinados espaços, como o que se entende por “esferas tipicamente femininas de atividade”. São as atividades relacionadas ao cuidado - o trabalho doméstico, a reprodução, a gestação e a atenção aos filhos e doentes em casa. É o que Miguel e Biroli (2013, p.15) entendem como a naturalização da “domesticidade feminina”, que além de imperar como traço distintivo das mulheres, produziu como desvios comportamentos divergentes. Como aponta Kritsch (2012), isso manteve as mulheres fora do debate público, além de produzir “a invisibilidade pública de sua opressão e dominação”.

Uma realidade que resulta, com frequência, na dupla jornada de trabalho feminina, cuja consequência mais visível é a concentração das mulheres em empregos de meio período e baixa remuneração, o que por sua vez, acarreta a dependência econômica (KRITSCH, 2012, p. 27).

Nesse sentido, Miguel e Biroli (2013, p.15) observam que a esfera privada foi relativamente preservada da ação do Estado e das normas e valores da esfera pública, o que ensejou “[...] a preservação de relações de autoridade que limitaram a autonomia das mulheres”. Segundo os autores, essa ordenação buscou garantir a privacidade do domínio familiar, produzindo menores garantias de direitos dos indivíduos na família em favor de maiores garantias estabelecidas na esfera pública, mesmo que essas se mostrassem, ainda, incompletas e variáveis conforme a posição social dos indivíduos. Essa proteção da esfera privada, portanto, acobertou, por muito tempo, a violência contra mulheres e crianças no seio da família, bem como sua subordinação.

Embora Jean Cohen e Drucilla Cornell, conforme Miguel e Biroli (2013, p.15), salientem a importância da garantia do direito à privacidade para “o desenvolvimento de afetos e relações de intimidade, que estão na base de identidades autônomas e singulares”, essa ideia de preservação da privacidade foi denunciada por feministas como Carole Pateman, Susan Okin e Catharine Mackinnon como um dos instrumentos que possibilitou a manutenção da dominação masculina.

[...] há a crença de que as naturezas das mulheres são tais que elas são devidamente submetidas aos homens e seu lugar é na esfera doméstica e privada. Os homens corretamente habitam as duas esferas e tomam as decisões no âmbito delas. O argumento feminista essencial é de que a doutrina “separados, mas iguais” e o individualismo e o igualitarismo ostensivos da teoria liberal obscurecem a realidade patriarcal de uma estrutura social de desigualdade e a dominação das mulheres pelos homens (PATEMAN, 2013, p.57).

A análise de Miguel e Biroli (2013) aponta que o ideal burguês da universalidade presume a participação desigual e hierarquizada na esfera pública – no trabalho e na política. Eles destacam as percepções das teóricas feministas Okin e Fraser quanto aos filósofos John Rawls e Jürgen Habermas, cujas teorias apresentam alguns problemas enfrentados pela crítica feminista. Os princípios de justiça, para John Rawls, por exemplo, não se aplicariam à esfera doméstica, por ser esta uma dimensão das relações sociais em que o afeto é predominante. Da mesma forma se configura a abordagem de Jürgen Habermas, “[...] na qual a definição da esfera pública como espaço em que se dá a discussão *entre iguais* depende da suspensão dos problemas relativos à desigualdade na esfera privada” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.15, grifo dos autores).

Na leitura de Miguel e Biroli (2013), aliás, Susan Okin mantém as concepções de igualdade e universalidade da teoria liberal como horizontes normativos. Ela compreende a separação das esferas como ficção, já que “[...] a posição em uma delas [...] tem impacto nas alternativas que se desenham, e nas relações que se estabelecem, na outra esfera” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.16). Isso está relacionado às vantagens e desvantagens que o indivíduo vivencia a partir de sua posição nas esferas. Por exemplo, dependendo do tempo que a mulher precisa dedicar ao trabalho não remunerado na esfera doméstica, suas chances de conseguir melhores posições de

trabalho na esfera pública são impactadas negativamente, ao passo que o trabalho doméstico atribuído a ela libera o homem para atender, prioritariamente, suas demandas profissionais, e assim, ter melhor andamento de sua carreira e gozar de tempo livre (MIGUEL; BIROLI, 2013).

Dessa forma, Okin evidencia o quanto a concepção dicotômica do público e do privado obscurece a complementaridade das duas esferas na produção de oportunidades para os indivíduos. Somado a isso, as “[...] expectativas sociais levam ao desenvolvimento de habilidades diferenciadas pelas mulheres e pelos homens” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.16). Essas diferenciações carregam, por sua vez, assimetrias que valoram diversamente a posição dos indivíduos e estabelecem de forma desigual seu acesso a recursos. Por exemplo, já mencionei que as expectativas sociais dirigidas às mulheres costumam indicá-las como as principais responsáveis pelo cuidado das crianças e pela gestão da casa.

No entendimento de Okin, isso leva as mulheres a orientarem seu comportamento para a conquista do casamento como projeto de vida necessário para atender a essas expectativas sociais. A forma como o trabalho dos homens está estruturado também segue essa lógica, uma vez que se espera que os trabalhadores tenham esposas em casa. Os homens, portanto, controlam os recursos materiais, embora dependam do trabalho doméstico não remunerado da mulher para manterem sua rotina (MIGUEL; BIROLI, 2013)¹⁰.

Miguel e Biroli (2013, p. 17) resumem que, para Okin, é preciso “[...] redefinir essas esferas e a relação entre elas, garantindo que exista justiça na esfera privada e que o acesso a posições, em qualquer uma delas, não seja hierarquizado segundo o sexo dos indivíduos”. Dessa forma, as relações na família precisam ser justas para que a sociedade seja justa, do mesmo modo que a democracia pressupõe relações igualitárias em todas as esferas da vida. Portanto, o gênero não pode determinar o grau de autonomia e as vantagens ou desvantagens dos indivíduos no decorrer de sua vida.

¹⁰Esse entendimento de Okin parece explicar muito bem a dificuldade das mulheres na constituição de suas carreiras políticas, na medida em que essas expectativas sociais permeiam os relatos das mulheres entrevistadas para essa pesquisa. Retomaremos esse ponto no capítulo 4.

Os autores chamam ao debate Jean Bethke Elshtain como um contraponto a Okin, já que a primeira defende a singularidade da experiência feminina e entende que a ideia de universalidade é masculina. A crítica de Elshtain à dicotomia público-privado está na ausência da experiência feminina na esfera da política e, conseqüentemente, em seu caráter restrito. Há que se reconhecer que subjaz a esta crítica uma avaliação hoje bastante frágil, teoricamente e paradoxalmente recorrente no senso comum, de que a mulher forma uma ética diferenciada por se debruçar sobre a experiência do cuidado e da gestão dos afetos. A valorização dessa ética distinta produziria efeitos positivos na esfera política, porque, diferentemente dos homens, as mulheres teriam “[...] uma ética fundada na preocupação com o outro, diferenciada da ética da justiça”, e que adviria da experiência das mulheres na esfera doméstica e familiar (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.17).

O problema do isolamento das mulheres na esfera privada não é algo que diga respeito somente a elas, de modo que, para Elshtain, é danoso a toda a sociedade, visto que é fonte de outro “bem viver”. Miguel e Biroli (2013, p.17) salientam que “A posição da mulher na esfera doméstica, nas relações afetivas e de cuidado é vista, em outras palavras, como a origem de uma linguagem moral distinta e mesmo superior à moral, masculina, vigente na esfera pública”, como defendem feministas do *pensamento maternal*, como Carol Gilligan e Sara Ruddick. Elas entendem que as relações familiares contêm os laços humanos fundamentais e que a experiência das mulheres com o cuidado dos outros confere a elas uma sensibilidade moral singular (MIGUEL; BIROLI, 2013).

Curiosamente, desde os inícios do século XX, Georg Simmel (1858-1918), um dos raros intelectuais em seus círculos a se preocupar com “o problema dos sexos”¹¹, argumentava similarmente sobre a ideia de uma moralidade distinta. O sociólogo alemão sabia que a cultura nada tinha de assexuada, entretanto, os valores masculinos – especialização, impessoalidade e reificação – tomam de tal modo o mundo a ponto de

¹¹ Simmel publicou, em 1911, “O relativo e o absoluto no problema dos sexos”. Cf. MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2008.

excluir a “cultura feminina”¹² do “universal” ou do “genericamente humano”. Passa a se preocupar gravemente com o “modo masculino” como se dá o ingresso da mulher no mundo do trabalho e na vida pública. Argumenta que a modernidade, tal como se constitui, é masculina e, por isso, trágica, tendo as feministas a “missão” de não se submeter à sua lógica, mas levar o seu “específico” - a feminilidade – a interagir com o “relativo aos homens” e compor um novo universalismo (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2008).

Contemporaneamente, tais abordagens, ao se proporem resgatar o “específico feminino”, valorizando as relações interpessoais do “cuidado” e do trabalho doméstico cotidiano divergem, de fato, da exclusiva valorização do trabalho “fora de casa”, típico de certo feminismo “com viés de classe média” (MIGUEL e BIROLI, 2013, p.17). Acarretam, entretanto, um efeito perverso considerável, pois, na prática, negligenciam a vida real. Críticas como a de Bell Hooks apontam para a pouca atenção que esta abordagem dispendeu para a realidade das mulheres pobres e negras, acrescentam Miguel e Biroli (2013). Essa vertente acaba por abraçar uma concepção de mulher e de família que o próprio feminismo questionou por seu caráter “sexista”, que tende a ocultar as relações de poder e violência na esfera privada ao mesmo tempo em que idealiza a “mulher” ao ponto de não ajudá-la em seu processo de emancipação.

Esses impasses no pensamento feminista, sobretudo no que concerne à ambiguidade da esfera doméstica burguesa, demonstram a complexidade com que o feminismo questiona esse espaço, permeado por assimetrias e agressões ao mesmo tempo em que se constitui “local de afeto, de desprendimento e de relações desinteressadas” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.18). Essa complexidade engendra divergências nas correntes feministas quando a privacidade e a intimidade são colocadas no debate. Enquanto algumas correntes feministas defendem-nas como valores fundamentais, outras apontam para a correspondência entre o espaço privado e a dominação. Pateman (2013, p. 77) observa que “A crítica total à oposição liberal entre privado e público ainda aguarda uma filósofa”.

¹² “Cultura feminina” é também o título de um de seus textos bastante discutidos pelo movimento feminista alemão dos inícios do século XX, tendo sido publicado, pela primeira vez, em 1902. Cf. MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2008.

Partindo do complexo debate apontado neste capítulo, cabe um aprofundamento acerca dos problemas enfrentados pelas mulheres ao ocuparem a esfera política. Tal discussão está intrinsicamente relacionada ao que foi exposto até aqui, mas com o intuito de organizar as ideias, segue no próximo capítulo, juntamente com a contextualização da situação das mulheres na sociedade brasileira, cenário das trajetórias analisadas.

2. MULHERES NO BRASIL E RELAÇÕES DE GÊNERO NA POLÍTICA

A introdução do gênero como categoria propiciou a desconstrução de argumentos até então irrefutáveis, como o dos absolutos “masculino” e “feminino”, identificando nas moldagens recíprocas o poder e a opressão impressos nas práticas culturais. A historiografia revisitada foi especialmente relevante ao dar voz às mulheres silenciadas na história oficial. Esse esforço, contudo, ainda é atual e demandará continuidade, até que a humanidade possa ser de fato pensada a partir de suas múltiplas diferenças, dentre elas, as de gênero, sem que isso leve a desigualdades estruturais.

O objetivo deste capítulo é ressaltar aspectos marcantes da história das mulheres no Brasil, atentando, de modo especial, para o reconhecimento de sua condição de “sujeito histórico” apto à participação no mundo público e nas decisões políticas. Apresentarei também as questões relativas ao ingresso das mulheres nas instituições partidárias e no Estado, e sua luta pela igualdade de oportunidades na chamada democracia representativa. Será possível notar que a legitimidade da carreira política feminina liga-se profundamente a uma sociedade mais equânime na distribuição das responsabilidades, ônus e benesses entre os gêneros, de maneira que o campo político tem suas regras ditadas ainda pelos que ocupam os papéis dominantes na sociedade mais ampla. Nesse sentido, atentarei para as contradições das conquistas femininas, sublinhando, porém, o quanto as mulheres já caminharam em prol de uma sociedade mais plural e mais justa.

2.1. AS MULHERES NA SOCIEDADE E POLÍTICA BRASILEIRAS: BREVE PERCURSO HISTÓRICO

Ana Silvia Scott (2012), em seu texto “O caleidoscópio dos arranjos familiares”, elabora o percurso da condição das mulheres na sociedade brasileira desde fins dos anos oitocentos até o século XXI, demonstrando as profundas transformações ocorridas. Os primeiros ensaios de industrialização e urbanização do Brasil em fins do século XIX fizeram parte desse cenário. No processo, também um novo modelo de família começou a se desenhar. A vontade dos indivíduos na escolha do cônjuge ganhou

espaço e o modelo autoritário do patriarca foi questionado. O casamento baseado no “amor romântico” assumiu relevância, assim como a mulher (de classes mais abastadas) passou a se dedicar inteiramente ao lar, sem o auxílio de amas, responsabilizando-se pela formação moral das crianças.

A subordinação das mulheres aos homens continuava, porém elas conquistavam mais voz e se tornavam as “rainhas do lar”, numa construção burguesa da família que se tornou parâmetro, mas não unanimidade, haja vista o forte tradicionalismo das famílias no meio rural, onde a maior parte da população brasileira se localizava. É interessante a observação da autora quanto à presença de mão de obra feminina nas fábricas brasileiras em 1872. Elas representavam 76% da força de trabalho desses estabelecimentos. Em 1950, esse número caiu para 20%, devido à concorrência com a mão de obra masculina (que se expandiu desde início do século XX) e ao avanço do modelo da família moderna. As mulheres pobres continuaram trabalhando, mesmo afastadas das fábricas, e conciliavam os afazeres domésticos com várias atividades que pudessem garantir rendimento (SCOTT, 2012).

A ideia propagada era a de que as mulheres eram “afeiçoadas” ao casamento e à maternidade. Embora no contexto da modernidade houvesse mais liberdade para as mulheres e seu maior contato social junto aos homens, com a valorização do namoro, por exemplo, elas ainda precisavam respeitar uma moral, sobretudo católica, que exigia a não realização plena de sua sexualidade antes dos laços matrimoniais, de modo que o desejo do casamento tradicional era quase unânime nas jovens, sob a pena de marginalização social caso não conseguissem se casar. A separação do casal era vista com olhos mais severos ainda.

Em 1942, o Código Civil brasileiro incorporou a separação, mas sem dissolução dos laços matrimoniais, o que pouco contribuiu para a mudança da situação das mulheres que se separavam, pois não tinham condições financeiras de se manterem independentes do marido, além da forte reprovação social que enfrentavam. Essa situação melhorou com o “Estatuto da Mulher Casada”, que entrou em vigor em 1962, passando a considerar as mulheres como “companheiras” e “colaboradoras dos

encargos da família”, diferentemente da forma como foram retratadas no Código Civil de 1916, como “incapazes” (SCOTT, 2012).

É nos anos 1960 também que o acesso das mulheres à educação amplia-se, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garantiu a equivalência de todos os cursos de nível médio, favorecendo que as estudantes do magistério – antigo Normal - ascendessem ao ensino superior. Apesar do Golpe Militar de 1964, o movimento feminista ganhava força e vozes dissonantes passaram a ter eco, como é o caso das declarações da atriz Leila Diniz, que defendia o “amor livre” e o prazer sexual para as mulheres (SCOTT, 2012). Nessa época, o papel tradicional “feminino” foi colocado em xeque devido a um conjunto de transformações sociais:

[...] o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e a luta das mulheres por crescimento e reconhecimento profissional; o maior acesso à educação formal; a conquista feminina do poder de decidir se e quando ser mãe (com a disponibilização de métodos contraceptivos mais eficientes); a instituição do divórcio (por lei, em dezembro de 1977) e a possibilidade de estabelecer outros relacionamentos afetivos socialmente reconhecidos (SCOTT, 2012, p. 24).

A maior presença das mulheres no mercado de trabalho é um dado marcante dessas mudanças. Enquanto, em 1973, elas representavam 30% da população economicamente ativa (PEA) no Brasil, em 2009, sua participação se equiparou à dos homens, alcançando expressivos 49,7% da composição da PEA. A igualdade entre homens e mulheres só é estabelecida em lei na Constituição de 1988 e no novo Código Civil de 1992, quando a igualdade no casamento é garantida. Contudo, no Censo de 2010 foi possível constatar que os rendimentos médios entre homens e mulheres permaneceram desiguais: enquanto eles possuíam rendimento médio de R\$ 1.400,00, elas chegavam a pouco mais que R\$ 980,00 (SCOTT, 2012).

Como ainda observa Scott (2012), a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, 85% dos brasileiros já viviam em cidades e o índice de analfabetismo não passava dos 12%, em contraste com os mais de 50% de analfabetos no Brasil do século XX. Enquanto, em 1940, chegávamos a pouco mais de 40 milhões, em 2013, o Brasil possuía pouco mais de 201 milhões de pessoas, sendo as mulheres maioria da população (em torno de 51%). A expectativa média de vida de

mulheres e homens mais que duplicou nesses inícios do século XXI e houve redução da natalidade e da mortalidade infantil.

São inquestionáveis os espaços e as conquistas que as mulheres alcançaram nas últimas décadas, sobretudo a partir da “Constituição Cidadã” de 1988. No processo de redemocratização do país, os movimentos feministas em geral empreenderam uma luta contumaz para a conquista de direitos e tiveram muitas de suas reivindicações atendidas pela Constituinte, no que a imprensa chamou de “*lobby* do batom”, organizado pelos movimentos sociais de mulheres em articulação com as mulheres parlamentares.

Láris Ramalho Cortês (2012) observa que uma das principais conquistas que as mulheres tiveram com a Constituição de 1988 foi a isonomia, que significa a igualdade de direitos e obrigações para todos perante a lei, sem distinções de qualquer natureza. Mulheres e homens tornaram-se, pela lei, iguais na vida civil, no trabalho e na família. A Constituição possui, inclusive, um capítulo dedicado ao último tema, e nele há grandes inovações. Os direitos e deveres conjugais passaram a ser exercidos igualmente por mulheres e homens, o que tirou dos últimos a posição de chefia e superioridade dentro da família. Os diversos tipos de arranjos familiares também foram reconhecidos: “[...] pelo casamento, pela união estável entre um homem e uma mulher; e por qualquer um dos cônjuges e seus filhos” (CORTÊS, 2012, p.264).

Cortês (2012), da mesma forma, aponta que o divórcio – permitido desde 1977 – tornou-se preceito constitucional, mas com restrições que só foram retiradas em 2010. Além disso, o planejamento familiar está presente na Carta Magna, obrigando o Estado a oferecer métodos educacionais e científicos para tal, assim como estabelece a livre decisão do casal nesse âmbito. Entretanto, nem todos os direitos reprodutivos foram garantidos, como a questão do aborto legal e dos tratamentos em caso de infertilidade.

As mulheres tiveram a garantia de seu direito ao título de domínio e à concessão do uso da terra, independentemente de seu estado civil. Entretanto esse direito foi regulamentado somente 15 (quinze) anos depois da promulgação da Constituição de 1988. Apesar dessas grandes conquistas, a situação das trabalhadoras domésticas não

foi incluída no rol, o que veio a acontecer só em 2013. Cortês (2012, p. 264) adverte que “[...] mais de vinte anos depois, o Congresso Nacional ainda não daria conta de regulamentar muitos dos seus dispositivos de modo a permitir que a ‘Constituição Cidadã’ cumprisse totalmente seu papel”.

No século XXI, as mulheres ainda ganham menos do que os homens, são as principais responsáveis pela gestão da casa e pelo cuidado dos filhos e idosos; trabalham menos horas no mercado de trabalho e mais horas nos afazeres domésticos. Possuem mais tempo de estudo do que os homens, contudo ainda estão no mercado informal em maior número que eles em trabalhos precarizados ou pouco valorizados. Somado ao quadro de desigualdade de gênero está a violência de gênero, com estatísticas ainda elevadas. Entre 2001 e 2010, houve uma redução de oito para cinco mulheres espancadas a cada dois minutos no Brasil, o que expressa que o problema ainda está longe de ser superado. Nesse ponto, o Estado do Espírito Santo (ES) – no qual esta investigação acerca de trajetórias de mulheres parlamentares se situa – figura como o mais violento para mulheres no que se refere a homicídios (femicídios).

O estado mais violento – Espírito Santo – teve em 2011 uma taxa de 9,2 vítimas de homicídio por 100 mil mulheres. Já no de menor índice, no Piauí, essa taxa foi de 2,6. Dessa forma, a taxa do Espírito Santo resulta perto de quatro vezes maior que a do Piauí. Mas os dados também indicam que o Espírito Santo atingiu o pico de 12,3 homicídios por 100 mil mulheres em 2009. Já nos anos 2010 e 2011 as taxas caem, mas não o suficiente para tirar o estado do primeiro lugar no mapa da violência contra as mulheres (WAISELFISZ, 2013, p.74).

Segundo dados do IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2012¹³, o rendimento das mulheres ocupadas de 16 (dezesseis) anos ou mais era equivalente a 73% do rendimento dos homens. Isso, em parte, deve-se à maior jornada semanal média dos homens, que acumulam 43,1 horas, enquanto as mulheres chegam a 36,1 horas semanais, considerando tanto trabalhos formais quanto informais. Não obstante, no cuidado com os afazeres domésticos, as mulheres acumulam o dobro de horas trabalhadas em relação aos homens. Enquanto elas

¹³ Fonte: SIS 2013 - Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, nº 32, Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf>. Acesso em abril de 2014.

despendem 20,8 horas semanais para as atividades domésticas, os homens dedicam apenas 10 horas. Na soma das horas trabalhadas no espaço público e no espaço privado, as mulheres superam os homens em quatro horas de trabalho semanal, quadro muito similar há dez anos. Essa divisão sexual do trabalho tem implicações contundentes na inserção da mulher no mercado de trabalho, na sociedade civil organizada e na política institucional, como discutirei ao longo desta dissertação, sobretudo no que tange à política formal.

É importante enfatizar as grandes mudanças por que passou a sociedade brasileira em seus arranjos familiares nas últimas décadas, embora essas mudanças venham acompanhadas da continuação de aspectos tradicionais na posição de homens e mulheres no seio da família. Segundo a PNAD de 2012, em dez anos (2002-2012) houve a ampliação de 28% para 38% de famílias em que mulheres eram a “pessoa de referência”¹⁴. Contudo, elas apresentavam, mesmo comandando as famílias, rendimentos inferiores aos dos companheiros em 76,9% dos casos. Dessa forma, ocorreu um aumento significativo de mulheres à frente das famílias brasileiras, só que com rendimentos menores do que os homens, mesmo quando estes não são a “pessoa de referência” da família.

Em outro espectro, as mulheres possuem, hoje, mais acesso à educação. Somam, ligeiramente, mais anos de estudo do que os homens. Segundo o IBGE, em 2009, elas atingiram 7,4 anos de estudo e eles 7 anos. Há pouca alteração nesse quadro até o momento. No geral, a população brasileira, em sua maioria, não conseguiu atingir nem 8 (oito) anos de estudo, o que se coloca como um grande desafio para o Brasil. Também em 2009, 59% dos concluintes do ensino superior eram mulheres e 13% da PEA feminina tinha 15 anos ou mais de estudo contra 8,2% da PEA masculina com mesmo perfil escolar (COSTA, 2013). A adesão à educação formal, portanto, é maior entre as mulheres e reflete bons resultados em sua inserção no mercado de trabalho.

No caso da conquista de cargos de chefia no mercado de trabalho, o IBGE constatou que, em 2012, as mulheres com 25 anos ou mais ocupavam 5% dos cargos de chefia, e

¹⁴ Novo termo adotado pelo IBGE em substituição ao de “chefe de família”.

os homens da mesma faixa etária, 6,4%. Mesmo assim, como já mencionado, a inserção das mulheres no mercado de trabalho no país ainda é permeada pela desigualdade de gênero, seja na dificuldade das mulheres trabalharem mais horas porque são demandadas no âmbito privado, seja porque estão em nichos tradicionais de “atividade feminina” (serviço social, saúde e educação), que são pouco valorizados na sociedade brasileira. Há muitas mulheres em trabalhos mal remunerados ou não remunerados, como é o caso das “donas de casa”. As mulheres também são a maioria das empregadas domésticas, categoria profissional que, no Brasil, só recentemente obteve avanços nos direitos trabalhistas, ainda que a regulamentação e a negociação de alguns desses direitos estejam em processo.

A variável “trabalho” é sensivelmente influenciada também pelos fatores “raça” ou “cor” no Brasil. Em 2010, 54% das mulheres “pretas” e 60% das “pardas” possuíam trabalhos informais, enquanto 44% das mulheres “brancas” estavam na informalidade (IBGE, 2010). Dessa forma, as mulheres não brancas estão mais suscetíveis a trabalhos precarizados. Esse cenário mostra que as mudanças ocorridas na sociedade brasileira ainda seguem insuficientes para a superação das desigualdades de gênero e das desigualdades sociais em geral, que são, expressivamente, afetadas pela etnia, classe social, região e questões geracionais, tanto no caso dos homens quanto no das mulheres.

Outra pesquisa pode contribuir para o entendimento da situação das mulheres na sociedade brasileira. Em “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública” (2013), Gustavo Venturi e Tatau Godinho reúnem uma coletânea de artigos de análise sobre os resultados da pesquisa desenvolvida pela Fundação Perseu Abramo¹⁵, em 2010, acerca das mulheres nos espaços públicos e privados, apresentando grande diversidade de questões, desde as condições em que são realizados os partos no Brasil até a participação das mulheres na política institucionalizada. A pesquisa ouviu 2.365 mulheres e 1181 homens, a partir de 15 anos de idade, presentes em 286 municípios, em meios rurais e urbanos.

¹⁵ Ver nota nº 1, p.23.

Dentre os resultados, as mulheres destacam sua presença no mundo público como um ganho inquestionável nas últimas décadas. 74% das entrevistadas consideram que sua situação está melhor do que no passado. A satisfação dessas mulheres tende a crescer conforme aumenta sua escolaridade e renda, e tende a diminuir conforme a idade. Mulheres com mais de 60 anos se sentem menos satisfeitas (69% estão satisfeitas) com a condição atual das mulheres na sociedade brasileira do que as mais jovens, entre 25 e 34 anos (80% estão satisfeitas) (COSTA, 2013).

Costa (2013) também observa, com base nos resultados da pesquisa mencionada, que as principais vantagens apontadas pelas entrevistadas em “ser mulher” estão relacionadas às alegrias da maternidade (57%), da criação dos filhos (50%), do casamento e da família (19%). Nesse último caso, 12% das mulheres também consideraram o casamento e a família aspectos negativos quando representam a submissão ao marido ou se elas não têm seu valor reconhecido. Os dados apontam, portanto, para projetos de vida ainda muito tradicionais das mulheres brasileiras, como se não houvesse vantagens em “ser mulher” em outros projetos ou simplesmente quando não centrados na vida doméstica. Por outro lado, Costa (2013) ressalta que 52% das entrevistadas valorizam as conquistas na arena social, como a maior liberdade e independência, bem como o espaço conquistado no mercado de trabalho. Ao pensar o que poderia melhorar a vida delas, as entrevistadas apontaram a necessidade do combate às discriminações no mercado de trabalho e à violência doméstica.

As piores coisas de ser mulher, além da biologia, das cólicas e das TPMs, são relacionadas direta ou indiretamente ao machismo tanto na esfera pública, com ênfase na subordinação aos homens (19%) e nas desigualdades no mercado de trabalho (16%), quanto no espaço privado, com destaque para a violência de gênero (14%) e a falta de apoio na criação dos filhos (12%) (COSTA, 2013, p.41).

As mulheres, similarmente, demonstraram insatisfação quanto à forma como costumam aparecer na mídia – como objetos sexuais, com pouca roupa. Além disso, apontaram que mesmo quando as novelas, por exemplo, destacam as personagens como mulheres modernas, estas ainda continuam vinculadas a papéis tradicionais, de boas mães, esposas e donas de casa e, quando trabalham, mantêm-se executando a segunda jornada de trabalho no lar.

Outro problema levantado pela pesquisa foi o acesso ainda restrito de muitas mulheres a informações sobre métodos contraceptivos modernos, principalmente as do meio rural e de baixa renda. Mesmo assim, segundo o censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, as taxas de fecundidade¹⁶ caíram consideravelmente entre 1940 e 2010: em 1940, a taxa de fecundidade era de 6,16 filhos por mulher, enquanto em 2010 não passou de 1,90 filhos por mulher, mas as taxas variam conforme a região¹⁷.

Os dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo se aproximam das informações obtidas pelo IBGE quando o assunto se refere às horas dedicadas às tarefas domésticas e ao cuidado de crianças e idosos. Essas continuam a ser tarefas de atribuição “feminina”. Embora 49% dos homens entrevistados tenham declarado se ocupar de tarefas domésticas, na contabilidade das horas, as mulheres declaram que sua jornada semanal média de trabalho doméstico chega a 29 horas e 21 minutos, enquanto os homens dizem despender 8 horas e 46 minutos semanais com essas atividades. Além disso, as mulheres afirmam que, na verdade, os homens dedicam apenas 6 horas e 15 minutos de seu tempo na gestão da casa e no cuidado da família. Paradoxalmente, 84% dos homens e 93% das mulheres concordaram com o enunciado “homens e mulheres deveriam dividir por igual o trabalho doméstico” (COSTA, 2013, p.42).

Assim, parece que o “cuidar” permanece como um atributo natural das mulheres, embora 31% das entrevistadas se considerem feministas e metade delas tenha uma visão positiva sobre o feminismo¹⁸. Costa (2013) também destaca a inferência interessante de que a não divisão equânime entre o casal nas tarefas domésticas não é associada ao machismo, que, para elas, viria exclusivamente associado a ações

¹⁶ Número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher ao final de seu período fértil.

¹⁷ IBGE. Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em maio de 2014.

¹⁸ Costa (2013) explica que essa visão positiva sobre o feminismo por parte das brasileiras pode estar relacionada às conquistas institucionais conseguidas na última década, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, os debates acerca dos direitos das mulheres e seu espaço na agenda política brasileira. Nesse ponto, a autora traz uma observação de Celi Pinto, que aponta o caráter difuso, multifacetado e fragmentado do feminismo brasileiro, que possibilita dissociar nele a defesa dos direitos das mulheres (direitos sociais) de questões controversas como o aborto (direitos sexuais e reprodutivos).

truculentas dos homens. Embora grande parte dos entrevistados e das entrevistadas concorde que é necessário dividir as tarefas domésticas de forma equitativa entre homens e mulheres, este aspecto é pouco lembrado como prioridade para melhorar a vida das segundas. A naturalização dos papéis de gênero parece reverberar neste quadro. Noutro ponto, 90% dos homens entrevistados reconhecem a existência de machismo no Brasil, mas apenas 22% deles admitem serem machistas.

Essas clivagens indicam o que muitas feministas observam como desafio no movimento feminista atual: posicionar-se e pensar soluções para um tipo de dominação masculina bem mais sutil e invisibilizado em relação àquele expresso no modelo explicativo do patriarcado na década de 1970. As mulheres brasileiras no século XXI acessam mais direitos sociais, liberdade pessoal e econômica, mas essa realidade convive com a permanência de arranjos familiares sexistas e desvantajosos para elas, alimentando sua sobrecarga de trabalho e suas dificuldades de trânsito na esfera pública. Nessa esteira, é impossível pensar a maior participação das mulheres na esfera pública sem pensar em sua situação na esfera privada, que impacta diretamente as chances das mulheres na primeira. Os dados do IBGE e da Fundação Perseu Abramo tornam concreta essa inferência uma vez que as mulheres ganham menos e trabalham mais, em parte, por sua responsabilidade nos afazeres domésticos e no cuidado de crianças e idosos.

Para Scott (2012), mesmo com as conquistas sociais das mulheres nas últimas décadas, a pressão para que a maternidade aconteça ainda é um dado que se apresenta. A taxa de fecundidade diminuiu, mas muitas mulheres ainda consideram a maternidade como um objetivo desejável, assim como o casamento. A autora entende que viver em família continua sendo a aspiração da maioria das pessoas no Brasil, embora os arranjos familiares tenham se diversificado e se flexibilizado. De acordo com ela, a religião continua a influenciar os brasileiros na condenação de métodos contraceptivos anti-naturais e na imposição de barreiras políticas para a discussão do aborto:

A legalização do aborto no Brasil é um assunto envolto em polêmica. Em nosso país ainda se criminaliza as mulheres que recorrem a essa alternativa para

evitar filhos indesejados. Os que são a favor da opção travam uma luta em torno do que consideram um direito, o “direito reprodutivo” (SCOTT, 2012, p.36).

Apesar da vida em família ser um objetivo muito presente entre brasileiras e brasileiros, um fenômeno nítido apontado por Scott é o adiamento da maternidade, visando ao investimento nos estudos e na carreira por parte das mulheres nomeadas de “geração y”, isto é, aquelas nascidas a partir de 1978. Elas, nos meios urbanos, principalmente, têm enfrentado o impasse da “carreira *versus* maternidade”, da decisão de não ter filhos ou de adiar sua vinda. Nesse sentido, investem em técnicas avançadas de contracepção e fertilização, congelamento de óvulos, ovodoação, “barriga de aluguel”. Umhas consideram a possibilidade de deixar de trabalhar e outras se engajam em trabalhos mais flexíveis para que o cuidado dos filhos seja viável, como o trabalho autônomo e o negócio próprio. Essa necessidade das mulheres da geração y tem ganhado importância nas políticas das empresas e corporações na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo. No Brasil essa tendência ainda é inexpressiva, mas algumas empresas têm aderido a programas de apoio à gravidez e à maternidade para atender a essa demanda (SCOTT, 2012).

No país, o número de famílias formadas por casal sem filhos, por mães ou pais sozinhos e filhos, por uniões homoafetivas, entre outros arranjos familiares, cresceram na última década. Os domicílios de casais com filhos deixaram de ser maioria. Enquanto, em 1999, 55% dos domicílios seguiam essa configuração, em 2009, não passavam de 47%. Os domicílios formados por casais sem filhos também cresceram de 13% em 1999 para 17% em 2009. A taxa de registros matrimoniais também se ampliou. Em 1994, a taxa era de 4,9 casamentos por mil habitantes e, em 2008, essa taxa atingiu a marca de 6,7 por mil. A melhoria no acesso aos serviços de justiça no Brasil contribuiu para esse aumento. Ainda assim, mudanças marcantes na sociedade brasileira convivem com aspirações tradicionais e desigualdades sociais profundas.

O Estado do Espírito Santo não apresenta percurso diferente. Em sua população, que atingiu em 2013 a marca estimada de 3.839.366 habitantes, 49,3% eram homens e 50,7% mulheres. A razão de sexo era de 97,4 homens para cada 100 mulheres, acompanhando a tendência do Brasil em geral. 86,3% dos capixabas vivem em zonas

urbanas e sua taxa de fecundidade é de 1,7 filhos por mulher. O número médio de horas despendido em afazeres domésticos é de 9,3 horas no caso dos homens, e de 20,9 horas no caso das mulheres. As pessoas com mais de 15 anos de estudo representam apenas 10% de sua população, e mais da metade tem entre 04 e 11 anos de estudo. As mulheres que vivem no estado ganham menos que os homens em média e também estão em menor número no mercado formal. O percentual de 56,6% da população feminina com mais de 16 anos estava em empregos formais em 2013, enquanto entre os homens, esse percentual era de 60,7%. A renda *per capita* mensal da população está entre um quarto e dois salários mínimos em sua maioria (IBGE, 2013). O estado capixaba acompanha, portanto, as principais tendências de configuração da população brasileira¹⁹.

2.2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INCLUSÃO DEMOCRÁTICA DAS MULHERES: UMA ANÁLISE TEÓRICA DOS NÚMEROS

A participação política de mulheres pelo mundo é uma realidade cada vez mais sólida quando consideramos sua atuação na sociedade civil organizada e em outras formas não institucionais de atuação política. Contudo, quando o assunto é a política formal em sistemas de representação, a tendência em vários países é o pouco incentivo à participação das mulheres em cargos como chefe de estado e parlamentar, por exemplo, desdobrando-se na pequena presença e mesmo ausência feminina. Entre presidentas e primeiras ministras que compõem o seleto grupo de mulheres que conquistaram o comando de seus países na última década (2004-2014), podemos citar Angela Merkel (Alemanha), Cristina Kirchner (Argentina), Dalia Grybauskaite (Lituânia), Dilma Rousseff (Brasil), Elen Johnson Sirleaf (Libéria), Laura Chinchilla (Costa Rica), Michelle Bachelet (Chile), Pratibha Patil (Índia) e Tarja Halonen (Finlândia). Poucas, se considerarmos o imenso número de homens comandando países. Mesmo assim, em

¹⁹ Os dados sobre o Estado do Espírito Santo foram extraídos do site do IBGE, na sessão “@Estados”, tendo como base o documento “Síntese de Indicadores Sociais 2013 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira (indicadores selecionados)”. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=es&tema=sis_2013>. Acesso em maio de 2014.

2013, a revista Forbes²⁰ apontou Angela Merkel como a mulher mais poderosa do mundo, seguida de Dilma Rousseff. Em 2014, a alemã manteve a posição, enquanto a presidenta brasileira ficou em quarto lugar. Cristina Kirchner, presidente da Argentina, ficou em 19º e Michelle Bachelet, presidente do Chile, em 25º lugar.

No caso específico do legislativo, foco deste trabalho, o panorama também indica dificuldades. Segundo a *Inter-parliamentary Union* (IPU)²¹, com dados atualizados em setembro de 2014, a porcentagem de mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos pelo mundo, combinados os dados das Câmaras e Senados, é de 21,8%. Considerando a Câmara Baixa, são 22,2% de mulheres atuando. No Senado, 19,9%. Considerando as posições regionais, os países nórdicos saem na frente, com 42,1% das mulheres no parlamento. As Américas figuram em segundo lugar, com 25,7% de mulheres atuando nas Câmaras Baixa e Alta combinadas.

Ainda de acordo com a IPU, no Brasil, a Câmara dos deputados é composta de 8,6% de mulheres, ou seja, de 513 deputados eleitos, só 44 são mulheres. O Senado, atualmente, possui 16% de mulheres ocupando cadeiras, dentre 81 disponíveis (resultado das eleições de 2010). No *ranking* mundial – composto de 189 países – esse desempenho do Brasil coloca-o em 131ª posição, sendo que no continente americano fica atrás de todos os países da América, exceto Haiti (143ª posição). A participação de mulheres na política institucional segue, portanto, tímida tanto no executivo quanto no legislativo no país e em boa parte do mundo.

Apesar dessa sub-representação das mulheres na política formal, é possível notar alguns avanços no Brasil com a nova legislação eleitoral formulada em 1995, e com alterações até 2009, para o estabelecimento de cota mínima de 30% e máxima de 70% na candidatura de mulheres e homens para cargos eletivos.

²⁰ Fonte: HOWARD, Caroline. 10 mulheres mais poderosas do mundo em 2014. **Revista Forbes Brasil**, 27 de maio de 2014. Disponível em: <<http://forbesbrasil.br.msn.com/listas/10-mulheres-mais-poderosas-do-mundo-em-2014-1>>. Acesso em maio de 2014.

²¹ Ver nota nº 2, p.24. INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in parliaments**. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>>. Vários acessos, 2014.

Na apresentação do livro “Mulheres nas eleições 2010”, José Alves, Céli Pinto e Fátima Jordão (2012) observam que as eleições gerais de 2010 foram as mais femininas da história do Brasil, com 1.335 mulheres candidatas a deputadas federais (22%) e 3.500 concorrendo ao cargo de deputada estadual (23%). Para o Senado, foram 36 mulheres concorrendo (13%); para os governos estaduais, 18 candidatas (11%); e na disputa pela presidência da República, dos nove candidatos, duas eram mulheres (23%). Dilma Rousseff (PT) foi eleita a primeira presidenta da República no segundo turno, com 56,1% dos votos. Em 2006, Ana Maria Teixeira Rangel (PRP) e Heloísa Helena (PSOL) também disputaram o cargo, sendo que a última teve bom desempenho e figurou em terceiro lugar na disputa pela presidência.

Para os governos estaduais em 2010, o Brasil elegeu apenas duas governadoras em todo o país: Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Roseana Sarney (PMDB-MA), que foi, inclusive, a primeira mulher a ocupar o cargo no Brasil ao vencer a eleição em 1994. Outras duas disputaram vagas nessa posição no segundo turno – Weslian Roriz no Distrito Federal e Ana Júlia Carepa no Pará, mas não obtiveram sucesso. Dessa forma, na disputa majoritária para os governos estaduais em 2010, houve queda no êxito das mulheres, já que, na eleição anterior, cinco foram eleitas governadoras, todas no segundo turno (FEITOSA, 2012). E nas eleições de 2012, as mulheres representaram 12,03% do total de prefeitos eleitos no Brasil no primeiro turno²². Se 2010 foi a eleição mais feminina que o país já teve, o caminho para percorrer ainda é extenso, já que o eleitorado brasileiro, formado por 51,8% de mulheres em 2010, está longe de atingir paridade na representação política da população.

Nesse espectro, no texto “A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatos e eleitos”, Fernanda Feitosa (2012) fornece bons subsídios para a avaliação da situação das mulheres na política institucional no Brasil após a instituição das cotas. A autora observa que, nas eleições de 2010, o percentual de registro de candidatas não passou de 22,4% (22% dos registros para cargos

²² Fonte: Comunicação Social da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, Presidência da República. **Eleições 2012 têm recorde de mulheres eleitas para prefeituras municipais**. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2012/10/08-10-eleicoes-2012-tem-recorde-de-mulheres-eleitas-para-prefeituras-municipais>. Acesso em março de 2014.

proporcionais – assembleias legislativas e Câmara dos Deputados – e 10,7% para majoritários – governos estaduais e Senado). As cotas tiveram impacto positivo no aumento do número de candidatas, uma vez que, em relação às eleições de 2006, houve ampliação em 47% no número de candidaturas femininas aptas para todos os cargos em disputa em 2010.

Feitosa (2012) observa que, no caso de candidaturas para a Câmara dos Deputados, houve crescimento de 80,4% no número de candidatas mulheres em relação a 2006. Esse alto índice de candidaturas significou a tentativa dos partidos atingirem os 30% de cotas para as disputas de cargos proporcionais, mas não conseguiram esse feito. As mulheres representaram apenas 22% dos registros para a disputa, sendo que 36,2% de todas as candidaturas impugnadas pela justiça eleitoral eram de mulheres. Dessa forma, 29,7% das candidaturas femininas foram impugnadas, ao passo que entre homens o percentual de impugnação foi de 14,9%. A autora explica que a maioria dessas candidaturas foi lançada com pouco potencial competitivo e sem nenhum apoio dos partidos, inclusive na orientação jurídica para a formalização dos registros, que, em grande parte, foram inviabilizados por critérios objetivos burocráticos.

Em seis Estados – Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Paraíba, Rondônia e Tocantins –, nenhum partido ou coligação atingiu o percentual mínimo de candidaturas femininas para a Câmara dos Deputados. E somente quatro estados superaram os 30% das cotas na apresentação de candidaturas de mulheres para o cargo: Mato Grosso do Sul (32,4%), Amazonas (31%), Santa Catarina (30,6%) e Rio de Janeiro (30,6%). Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Sergipe, entretanto, não elegeram nenhuma mulher para a Câmara, enquanto o Espírito Santo foi, proporcionalmente, o estado com o melhor desempenho na eleição de deputadas federais – das dez cadeiras que possui na Casa, quatro foram ocupadas por mulheres. Os maiores colégios eleitorais tiveram desempenho tímido. Apenas 8,6% dos 70 deputados federais de São Paulo são mulheres. Cariocas e mineiras representam 8,7% e 1,9% de suas bancadas estaduais respectivamente (FEITOSA, 2012). Luiz Henrique Vogel (2011) destaca os seis Estados com melhor desempenho na eleição de deputadas federais em 2010:

[...] pelo êxito das mulheres na conquista de um percentual significativo (bem acima da média nacional) das cadeiras em disputa: Espírito Santo (40%), Amapá (37,5%), Acre (25%), Distrito Federal (25%), Rio Grande do Norte (25%) e Alagoas (22,22%), estados cuja magnitude do distrito varia entre 8 e 10 cadeiras (VOGEL, 2011, p.142).

Vogel (2011, p.143) aponta que, no caso do Estado do Espírito Santo, apesar de ter 40% de suas cadeiras na Câmara dos Deputados ocupadas por mulheres, “[...] concorreram 12 mulheres num universo de 72 candidatos, o que representa um percentual de 16,67% dos concorrentes, bem abaixo da cota de 30% estabelecida pela legislação”. Podemos observar que houve, também, pouca rotatividade das eleitas desde 1983, quando a primeira mulher capixaba se elegeu para a Câmara dos Deputados.

A pioneira foi Myrthes Bevilacqua, que assumiu um único mandato. De lá pra cá, Rose de Freitas acumulou seis mandatos, um por suplência; Rita Camata, cinco; Iriny Lopes, três; Sueli Vidigal, dois; Etevalda Grassi, um mandato via eleição e outro via suplência e Lauriete Rodrigues, um mandato, conquistado no último pleito (2010). Ainda temos Maria de Lourdes Savignon, Luzia Toledo e Ana Rita Esgario, ambas suplentes que assumiram mandatos como parlamentares, a primeira na Câmara dos Deputados e as duas últimas no Senado. O desempenho peculiar do Estado do Espírito Santo diante de um cenário de sub-representação de mulheres na política institucionalizada no Brasil instigou ainda mais a investigação desse caso em particular.

Os dados apresentados suscitam o debate sobre as condições específicas que as mulheres enfrentam enquanto sujeitos políticos marcados pelo gênero, sobretudo por se inserirem em espaços historicamente masculinos. No país, esse tema é desenvolvido por autores como Avelar (2001, 2013), Matos (2010), Miguel (2001, 2010), Biroli (2010) e Araújo (2009), dentre outros.

No contexto brasileiro, segundo esses autores, há ainda hoje uma naturalização da exclusão das mulheres da esfera política, como se elas não tivessem interesse nem por debates políticos nem pela participação na política institucional, porque valorizariam mais a dedicação à vida privada, sobretudo à dimensão da reprodução/maternidade, do cuidado dos mais velhos e doentes, além de seu papel de guardiãs dos

afetos/sentimentos, sendo tais traços vistos como de sua “natureza”. Tal cenário é pautado por práticas e valores vinculados à dominação masculina, que reproduzem estereótipos de gênero. Na prática, a ausência de mulheres ou sua pequena presença em espaços de prestígio, de poder material e simbólico alimentam a ideia do público como espaço dos homens (AVELAR, 2001, 2013; MATOS, 2010; MIGUEL, 2001, 2010; BIROLI, 2010; ARAÚJO, 2009). Contudo, como argumenta Lúcia Avelar (2013, p.292):

É amplamente conhecido o hiato entre a crescente presença das mulheres na sociedade e no mercado de trabalho, seu maior envolvimento nas organizações da sociedade civil, nos movimentos, conselhos gestores, nas comunidades críticas que caracterizam a diversidade de espaços associativos do Brasil atual, e sua quase invisível presença nos espaços de representação formal e nos partidos políticos.

Paradoxalmente, essa pequena presença das mulheres nos espaços formais de poder não impediu que 80% de suas reivindicações fossem incorporadas à Constituição de 1988, o que representou um marco na participação política das mulheres na sociedade brasileira. Essa foi a constatação do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), organização não governamental e braço legislativo da Articulação das Mulheres Brasileiras quando da análise das leis federais aprovadas desde a Constituição de 1888, em que o fim da escravidão foi legalizado. A organização notou que das 249 leis aprovadas que versam sobre direitos das mulheres, 200 foram aprovadas após a Constituição de 1988, sendo incorporadas ao texto constitucional (AVELAR, 2013).

Avelar (2013) salienta que houve ampliação nos estudos que tratam da pluralização da representação política, uma das inovações institucionais ocorridas no Brasil, como demonstra o sucesso na aprovação das leis mencionadas e na criação de órgãos fomentadores dos direitos das mulheres. Superando a dicotomia entre representação e participação política, outras formas de representação foram criadas para além do modelo da autorização eleitoral. Segundo a autora, as mulheres e outros segmentos da sociedade civil “[...] construíram outras formas de representação sem autorização eleitoral, fundadas nas relações constitutivas entre sociedade civil e Estado” (AVELAR, 2013, p.292).

A partir da década de 1990, aponta a autora, essa inovação continuou a possibilitar repercussão exitosa na incorporação dos direitos das mulheres na legislação por meio da atuação das organizações feministas junto à Câmara dos Deputados e às agências estatais, com exceção da legalização do aborto, que possui fortes opositores no parlamento. A violência doméstica e o assédio sexual foram criminalizados; a reconstrução de mamas em caso de câncer foi possibilitada; houve avanços em licença-maternidade; na igualdade entre homens e mulheres no casamento, a partir de mudanças no Código Civil; na eliminação do pátrio poder; na conquista de seguro-desemprego para as trabalhadoras domésticas; no Sistema Único de Saúde (SUS). Leis que versam sobre ações de prevenção, detecção, tratamento e acompanhamento dos cânceres de colo do útero e de mama foram incorporadas, assim como o direito à assistência jurídica de mulheres em situação de prisão.

Lúcia Avelar (2013) também destaca o surgimento de algumas instituições que acompanharam essa forte participação política das mulheres. No início da década de 1980 foram criadas as Delegacias para Mulheres; em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM); nos anos 1990, a prefeita de São Paulo à época, Luiza Erundina, iniciou experiência de implantação de hospitais para a realização de abortos legais; em 2003, o governo Lula criou a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), ambas com *status* de Ministérios e gerenciadas por ministras que vieram do movimento de mulheres. Além disso, três Conferências de Políticas para as Mulheres foram realizadas (2009, 2010, 2011) e o Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero” foi instituído em nível nacional para estudantes. Outras medidas também foram adotadas, como a criação do Memorial da Mulher Brasileira, em 2010; a realização de vários Fóruns Nacionais de Elaboração de Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta e a Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008. “Tais resultados políticos são fruto da invenção institucional da continuidade entre participação e representação”, observa Avelar (2013, p.293).

A pequena presença das mulheres na política formal não quer dizer, portanto, que não participam da política ou que não têm interesse nela. Pelo contrário, vários coletivos e organizações civis produziram o que alguns autores chamam de “diferenciação democrática” e “inovações institucionais”, mobilizando-se com êxito na sociedade civil, a exemplo dos inícios do movimento feminista e das conquistas que advieram em sua história. Como explica Avelar (2013), com base em autores que discutem esses fenômenos²³, a crise de representatividade dos partidos políticos fez com que outros canais fossem acionados para viabilizar demandas da sociedade não respondidas e impor sanções à irresponsabilidade ou descaso de vários representantes políticos²⁴, uma vez submetidos os partidos a uma lógica mercadológica que os afastou em considerável medida dos princípios republicanos, distanciando-os dos cidadãos e aproximando-os dos escândalos de corrupção.

As conquistas cidadãs, porém, são lentas, ainda mais quando protagonizadas por mulheres. Há democracia de direito e de fato apenas quando os direitos de cidadania são acessados por todos os segmentos da sociedade, sem discriminações de natureza territorial, socioeconômica, de raça e de gênero. No Brasil, porém, o descompasso entre a lei e sua efetividade é nítido. Os dados do IBGE (2010) demonstram que as desigualdades sociais e a dificuldade de acesso a direitos aprofundam-se de acordo com a região, o gênero, a classe e a etnia/“raça” da população, havendo uma sobreposição de desvantagens sociais em contingentes expressivos da sociedade brasileira.

²³ A autora cita B. Wampler, Sidney Tarow, Susan Pharr e Robert Putnam, David Plotke, dentre outros estudiosos que analisam as questões sobre a representação sem autorização eleitoral e as inovações institucionais nesse campo. Todavia, não nos deteremos nessa discussão, uma vez que nosso objetivo é compreender de que forma as mulheres se inserem nos espaços formais de poder. Expomos de forma pontual essa problemática, porque não se pode ignorar a atuação exitosa do movimento feminista na sociedade civil, mas, ao mesmo tempo, entendemos que a ausência de mulheres e de outros grupos marginalizados dos espaços formais de poder representa um entrave à efetividade das instituições democráticas. Desenvolveremos esse ponto ao longo do capítulo.

²⁴ Sem pretender um diagnóstico aqui, podemos dizer que parte dessa configuração pôde ser vista nas manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil. A insatisfação com os canais formais da política seguiu-se a inovação, uma nova forma de relação entre população e governantes cujos efeitos ainda estão em processo.

O sufrágio universal constituiu-se instrumento relevante para a conquista de direitos, trazendo em si o princípio da potencialidade igualitária, ou seja, “[...] a possibilidade de se corrigir, por meios políticos, a estrutura desigual das sociedades” (AVELAR, 2001, p.12), mas a ideia de uma cidadania universal criada tem como efeito o obscurecimento do acesso desigual aos direitos. Nesse sentido, a administração das eleições em muitos países, inclusive no Brasil, ficou a cargo de corpos representativos que buscavam controlar a entrada de segmentos da não-elite na política e que faziam sobressair seus privilégios em detrimento dos direitos universais. Pobres, mulheres, não-brancos e homossexuais são grupos, por exemplo, que vivenciam a “cidadania diferenciada” (AVELAR, 2001, p.14), ainda hoje, em diferentes graus, nos mais distintos países e nos trânsitos mundiais.

Diante da incompletude dos direitos de cidadania e das lacunas presentes em um modelo liberal de democracia, outro rol relevante de discussões se apresenta. Vários autores como a própria Avelar (2001), Miguel (2010), Biroli e Mello (2010), Araújo (2009), Young (1987, 2000) e Phillips (2001) discutem que a representação política importa. A exclusão de vários grupos desse espaço político se configura, portanto, num problema a ser enfrentado. Como explica Clara Araújo (2009, p.23), o acesso ao Executivo e ao Legislativo é fundamental para interferir nas decisões políticas. Ademais, em boa parte das democracias representativas, “[...] o Legislativo, além de ser um dos canais de negociação e de formação de recursos para o acesso ao Executivo, detém estatuto destacado na legitimidade política de um sistema e de um governo”.

Dessa forma, embora seja crescente o debate em torno do desgaste das instituições legislativas e da relevância de canais alternativos de participação política para além do sistema de eleição e representação parlamentar, também há consenso quanto ao entendimento “[...] de que a representação legislativa constitui-se espaço importante de negociação e de legitimação das democracias contemporâneas”, assim como os partidos políticos (ARAÚJO, 2009, p.23). Trata-se, portanto, de estabelecer continuidade entre a representação política formal e a participação política sem autorização eleitoral, devendo ser a pluralidade de perspectivas sociais (YOUNG, 2000)

a tônica em ambas as dimensões, relacionando uma política de presença a uma política de ideias (PHILLIPS, 2001), pois

Representação adequada é, cada vez mais, interpretada como implicando uma representação mais correta dos diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos, e noções de representação “típica”, “especular” ou “descritiva”, portanto, têm retornado com força renovada (PHILLIPS, 2001, p.273).

A “política de ideias” é aquela que, na democracia liberal, está vinculada a opiniões, preferências ou crenças dos votantes, independentemente de quem as profira. Tal concepção parte de um entendimento secular de que a política é uma questão de julgamento e debate, atrelada mais a programas políticos do que a pessoas, sendo o grau de responsividade do representante a seus eleitores mais importante do que sua similaridade identitária junto a eles (PHILLIPS, 2001). Os mecanismos de *accountability* permitiriam que o eleitor supervisionasse a ação de seu representante, garantindo a fidelidade do candidato ao que ele expressou durante a campanha. No entanto, esses mecanismos enfrentam dificuldades, já que há assimetrias entre representantes e representados, que influenciam a capacidade de supervisão dos últimos sobre os primeiros (MIGUEL, 2010).

A “política de presença”, por sua vez, poderia compensar essa dificuldade, já que contaria com maior similaridade entre os tomadores de decisão e seus constituintes – partindo da concepção de que é necessário que vários grupos sociais estejam presentes nos espaços de representação política. Se o eleitor não pode avaliar adequadamente as ações de seu representante, acredita que este candidato a quem confia seu voto seja mais sensível às suas necessidades caso lhe tenha alguma semelhança (MIGUEL, 2010).

Não obstante, Anne Phillips defende a tese de que “[...] a ideia pode sobreviver sem a presença, isto é, pode haver defensores do feminismo mesmo em um parlamento sem mulheres, mas que tal situação é rara e limitada” (PINTO, 2010, p.18). Isto porque, segundo Phillips, quando a política de ideias é isolada da política de presença, aquela não consegue representar adequadamente a experiência dos grupos sociais excluídos do processo democrático, como são os casos relacionados ao gênero, à classe e à etnia. A democracia liberal pretende contemplar a diferença como diversidade de

opiniões e crenças – sua ênfase está na política de ideias –, mas não avança na reversibilidade da exclusão política de grupos. Desse modo, Phillips (2001) reforça a importância de se agir a favor do alargamento da presença das mulheres e de outros grupos minoritários no campo político.

É concebível que homens possam substituir mulheres quando o que está em questão é a representação de políticas, programas ou ideais com os quais concordam. Mas como um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres *per se*? (PHILLIPS, 2001, p.273).

Para a autora, isso não quer dizer que se deva passar de uma política de ideias deliberadamente para uma política de presença – isto seria tomar as duas como mutuamente excludentes e, quando isoladas, são falhas. Conforme Phillips (2001), não é possível tratar as ideias como totalmente separadas das pessoas que as defendem, tampouco centrar-se nas pessoas sem considerar suas políticas e ideias. E afirma: “É na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra” (PHILLIPS, 2001, p.289).

Anne Phillips (2001, p.276) entende que, embora cada mulher possa reivindicar uma multiplicidade de identidades a partir de diferentes tipos de experiência compartilhada, assim como outros grupos o fariam, “[...] a inclusão de vozes previamente excluídas, e as mudanças que isto implica nas instituições, tanto políticas como outras, permanece um tema dominante”. A eliminação das barreiras formais à inclusão, quando da concessão do sufrágio universal e da garantia de que todos possuem direitos iguais, mostrou-se insuficiente. É necessário incorporar os grupos marginalizados ao corpo político. Miguel (2010, p.29) sintetiza bem essa questão: “Se meu interesse é representável por qualquer outro, que pode verbalizá-lo em meu lugar e agir para promovê-lo, minha identidade só torna-se visível por meio de um igual”, daí a necessidade de que haja pluralidade de grupos identitários nos espaços formais de poder, não só levando as ideias para o debate, mas garantindo a presença visível de diversos setores da sociedade.

Iris Marion Young (2000), em sua análise acerca das políticas de identidade, observa que as reivindicações dos grupos “minoritários”, como o das mulheres, explicitam questões de ordem estrutural, que condicionam a ação e a posição dos sujeitos nas relações sociais, pois há diferenças estruturais relacionadas às questões de identidade de grupos. Nesse sentido, Young salienta que as estruturas sociais, geralmente, colocam as pessoas de forma desigual em processos de poder, na disputa por alocação de recursos ou na luta pela hegemonia discursiva. Os clamores por justiça feitos por grupos em diferentes posições sociais expõem as consequências dessas relações de poder ou oportunidades. Não se trata, então, da mera inclusão das mulheres na política por questões identitárias apenas, mas de enfrentamento de desigualdades estruturais na sociedade.

Atento a isso, Miguel (2010) indica que o conceito de *perspectiva social*, proposto por Young (2000), traz ainda mais benefícios analíticos do que o de identidade, observando maior inclinação também de Anne Phillips ao conceito proposto por Young. O primeiro possui um caráter mais relacional, menos fechado e escapa do “essencialismo em potencial” que o conceito de identidade detém, e ainda exerce a mesma função, a de abarcar a situação do “não representado” que exige “presença” nas instâncias formais de poder. “Na formulação mais sintética e operacionalizável, perspectiva social é definida como o ponto de vista que membros de um grupo têm sobre processos sociais por causa de sua posição neles” (MIGUEL, 2010, p.29). Esse conceito é capaz de captar a experiência da posição de grupo sem impor um conteúdo unificado, já que seria um ponto de partida, e não de chegada²⁵.

Na filosofia política, elaborada no pressuposto individualista, o grupo social é pensado como um agregado ou associação em que as pessoas compartilham atributos

²⁵ No artigo “Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu”, Luis Felipe Miguel (2010) também problematiza as lacunas que podem surgir a partir de uso do conceito de perspectiva social. O autor elenca três pontos nevrálgicos: o que constituiria um grupo social; qual é o valor ou a ausência de valor da imparcialidade como critério de justiça e como se dá a relação entre experiência vivida e pensamento. Os dois primeiros são mais bem trabalhados por Iris Young, garante o autor, mas o último, que diz respeito ao processo de formação da perspectiva e como ela gera uma visão distinta do mundo social precisa de maior reflexão, uma vez que Young não se aprofundou neste aspecto. Mesmo com essas lacunas, Miguel (2010) assinala que o conceito permanece útil. Para mais detalhes, conferir o artigo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/04.pdf>>.

semelhantes, mas de forma independente. Crítica a este paradigma, Iris Young entende o grupo social definido por seu sentido de identidade; os grupos sociais constituem os indivíduos e não o contrário, de onde se desdobra que “A pluralidade de grupos sociais é formadora da pluralidade de visões de mundo, de valores de concepções do bem que caracteriza as sociedades contemporâneas”, explica Miguel (2010, p.30) com base nas reflexões de Young. Essa pluralidade é desejável nas sociedades complexas onde “Há uma série de experiências, de vivências, associadas a posições sociais e inacessíveis enquanto tais aos outros, por mais empatia e solidariedade que sintam” (MIGUEL, 2010, p.33).

A posição mais radical de Young quanto à incorporação dos grupos minoritários aos espaços de representação política está presente, ainda segundo Miguel (2010), em sua obra *Justice and the Politics of Difference*. Nela, Iris Young defende que cada grupo tem especificidades que exigem “[...] um determinado conjunto de direitos, [...] formas especiais de acesso aos tomadores de decisão” e até mesmo o “[...] poder de veto em políticas que afetam diretamente grupos”. Ademais, as democracias que reconheçam os grupos deveriam, também, promover formas de auto-organização dos membros desses grupos, para que pudessem refletir sobre suas experiências e interesses (MIGUEL, 2010, p.32).

Léa Tosold (2012) observa que essa proposta mais radical de Young é rejeitada, entretanto, por Phillips, com base na crítica ao essencialismo. Mas Tosold não isenta a autora do mesmo risco assumido por Young, já que ambas não fogem da suposição de “[...] uma identificação social não controversa de quem pertence ou não a determinado grupo como pressuposto para que a representação proporcional possa vir a ter lugar” (Tosold, 2012, p.204). Ocorre que, na prática, a inclusão das mulheres nos canais de representação é menos problemática do que a inclusão de categorias sociais mais complexas em determinados contextos sociais, como o de “raça”. Tosold explica que, no plano teórico, porém, as políticas de diferença, nas quais Young e Phillips se inserem, não conseguem escapar de todo das críticas a seu ainda preservado essencialismo, em que pese observar, na defesa das autoras, que as identidades e perspectivas sociais são construídas. Assim, as mulheres podem não se perceber

“desde sempre” como constitutivas de um sujeito coletivo. Sem aprofundar a discussão e considerando as especificidades das propostas de Young e Phillips, cabe assinalar que ambas empreendem esforços na área das políticas de diferença e suas propostas dialogam.

Fato é que uma representação política é mais democrática se abarca diferentes perspectivas sociais, logo, a sub-representação de mulheres e de outros grupos sociais minoritários nos espaços políticos institucionais é um elemento que trai a democracia e perpetua estruturas sociais injustas. Entretanto, garantir que diferentes grupos sociais possam expressar suas perspectivas no espaço de poder não é algo simples. Relevante recordar Pierre Bourdieu (2002), que, em sua sociologia genética, explicita os condicionamentos do campo político, permeado por regras difíceis de mudar e pela exigência de um *habitus* que tais grupos marginalizados não possuem. Discutirei essa questão a seguir, adentrando, especificamente, a inserção das mulheres nos partidos políticos.

2.3. ENTRAVES À PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA FORMAL

Para Pierre Bourdieu (2002), o conceito de campo se refere a um espaço de relações objetivas entre posições de agentes ou de instituições, constituídos pelo campo ao mesmo tempo em que o constituem. Os campos são relativamente autônomos, possuindo suas próprias regras e lógicas de relações entre os agentes. A posição de cada agente dependerá da configuração de cada campo, que possui saberes e práticas próprias que são reconhecidos socialmente e que compõem um capital simbólico que só acumula quem possui o *habitus* necessário ao campo, que advêm de uma socialização especial.

Conforme Bourdieu (2002, p.61), “[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital [...], indica a disposição incorporada, quase postural” do indivíduo, que forma sua maneira de pensar, agir e sentir, que está atrelada à sua posição social. O *habitus* está ligado, então, às experiências sociais dos indivíduos, de natureza material, corpórea, cultural, entre

outras, além de estar sensivelmente relacionado às estruturas sociais às quais os indivíduos estão envolvidos. É por meio do *habitus* que o indivíduo produz seu estilo de vida, suas concepções morais, políticas, estéticas e orienta suas ações. No caso do campo político, a preparação que forma o *habitus* se configura em

[...] toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais (BOURDIEU, 2002, p. 169, grifos do próprio autor).

Essa aprendizagem, para Bourdieu (2002), assemelha-se a uma iniciação, com suas provas e ritos de passagem próprios, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica subjacente ao campo político e a impor a submissão aos valores, hierarquias e constrangimentos próprios do campo. Dessa forma, os conceitos de campo e *habitus* se complementam: “O *habitus* é o campo interiorizado, ao mesmo tempo em que são as práticas dos agentes, conformadas pelo *habitus*, que propiciam a reprodução das estruturas do campo” (MIGUEL, 2010, p.36). É esse arranjo que possibilita o movimento imediato das categorias mentais do indivíduo ao que ele apreende como realidade.

No entanto, o *campo* é construído historicamente e formado e conformado a partir dos confrontos entre os agentes. Estes se movem num espaço que já tem suas hierarquias, que privilegiam certas posições sociais e impedem que outras se insiram, as que não possuem o *habitus* exigido. A incorporação de perspectivas diferentes no campo político encontra limites neste ponto, pois a inserção de diferentes trajetórias no campo depende de sua adaptação à lógica desse espaço (BOURDIEU, 2002).

Dessa forma, os integrantes do campo têm o potencial de reconfigurá-lo para atender à sua posição e trajetória, mas terão que lidar com os critérios já estabelecidos. É um processo tenso, e a chance de reprodução das hierarquias já presentes é marcante. Por isso, a atuação das mulheres e de outros grupos minoritários é tão difícil dentro dos partidos políticos, por exemplo. Nos sistemas representativos – em que os partidos são a principal passagem para o poder – a concentração de capital político é monopolizada

por um grupo restrito, que participa das discussões políticas e toma as decisões dentro do campo, deixando de fora os outros grupos.

Outro fator que colabora para a exclusão do campo político na concepção de Bourdieu é, como explicita Miguel (2010, p.37), “[...] a exigência de adequação a um determinado padrão discursivo”. Bourdieu (2002, p. 187-8) observa que o capital político é uma forma de capital simbólico que precisa do crédito firmado na crença e no reconhecimento de que determinado agente social possui legitimidade para exercer o poder simbólico que a ele é conferido. Ocorre que o discurso político dos dominados é desacreditado simbolicamente, pois não atende aos critérios de uso da norma culta da língua, de vocabulário dominante para compor a argumentação. E essa adequação é que gera “[...] a respeitabilidade necessária para que [o grupo/agente] seja de fato ouvido no campo político” (MIGUEL, 2010, p.38). A fala do subalterno permanece, então, uma fala subalterna, que enfrenta dilemas não vivenciados pelas falas dominantes, acrescenta Miguel (2010). Sobrarão aos grupos dominados duas opções:

[...] insistir em sua dicção própria, gerando um discurso com pouca legitimidade no campo, portanto potencialmente menos efetivo, ou mimetizar os modos dominantes, traindo a experiência vivida que se desejava expressar e contribuindo para a reprodução das estruturas que excluem a eles próprios (MIGUEL, 2010, p.38).

Tal constatação é preocupante. Nada assegura que o subalterno não se enrede no discurso dominante para dele tirar benefícios, esquecendo-se de quem é na busca por aceitação social, transmutando-se e negando sua história, reproduzindo os olhares e discursos dominantes. Misto de medo da rejeição e senso de pragmatismo, pode não enfrentar o *status quo*.

Miguel (2010), estabelecendo um paralelo entre os conceitos de *habitus* e perspectiva social, sabe que “[...] o *habitus* tende a refletir perspectivas daqueles que se encontram em posição dominante no campo”, até mesmo entre os excluídos. Mas há as contradições e, eventualmente, tem-se a incorporação de novas vozes que produzem ruídos que, por ventura, possam “[...] desnaturalizar as perspectivas dominantes incorporadas no *habitus*, forçar seus limites e, assim, gerar mudanças” (MIGUEL, 2010, p.38). Nada é óbvio, mas é possível, exigindo negociações prolongadas ou mesmo um

“golpe de força” das mulheres e outros grupos. Tal compreensão parece útil, indo ao encontro do que a deputada federal Iriny Lopes, uma das entrevistadas, expressou:

Então, sabe, assim, o “nós e o poder” ainda tem muita distância, muita distância. E não é um problema numérico, ele só poderia ser numérico se os partidos eles tivessem aberto todas as portas pra participação das mulheres e as mulheres achassem que ali não era seu espaço central. Não tem porta aberta pras mulheres! [...] Claro fica que não é papel das mulheres abrirem essas portas, é papel das mulheres e dos homens, porque senão nós mulheres teremos que arrombar a porta. Aí é outra coisa (LOPES, Iriny. Em entrevista concedida em 14 de fevereiro de 2014).

Apesar das dificuldades e contradições da inserção dos grupos dominados nos espaços de poder, sua presença, mesmo que precária, é fundamental para gerar tensões e ruídos que forcem os limites do campo político.

A subalternização da atuação política “feminina” é alimentada por diversos mitos ligados aos processos de socialização de homens e mulheres, aos arranjos político-institucionais e a fatores socioeconômicos e culturais. Avelar (2001) nota que as diferenciações entre o que é atribuição do feminino e o que é do masculino estão presentes na sociedade brasileira, por exemplo, como a virtude da abnegação para um e a disposição à liderança, para outro. Os valores positivos advindos do exercício desses papéis diferenciados acabam influenciando de forma contundente as escolhas das pessoas cujo custo de se desviar seria, geralmente, muito alto.

Outro aspecto relevante em tais escolhas refere-se à ainda crença de sociedades sexistas na existência do que Avelar (2001, p.153) chama de “ciclos de vida da mulher”, que, para a autora, são moldados “conforme a situação conjugal e a maternidade”. Em tal modelo de divisão sexual do trabalho as mulheres têm, em tese, menos tempo do que os homens para se dedicar à carreira e, no caso específico, à política, tomando como prioridades as funções que são socialmente atribuídas a elas, como a formação do lar e a maternidade. As entrevistadas para esta pesquisa corroboram a argumentação de Avelar, como exemplificamos na fala de uma delas:

Então, na nossa vida pessoal a gente tem filho, a gente tem neto, a gente tem diligências do cotidiano profissional e da vida doméstica, da vida familiar e da vida de comunidade que nos exigem demais da conta, então, assim, a questão ainda da responsabilidade dos filhos [...] para as mulheres irem à luta para conquistar o espaço público, normalmente quem tá na sua retaguarda é outra

mulher. Ou você deixa suas crianças com a sua mãe ou com sua sogra, nunca com o pai ou seu sogro, para que você possa ir à luta ou trabalhar, ou ir à luta para se colocar no mundo da política, pra se colocar no mundo público, pra disputar espaço, ou tem uma pessoa ou uma trabalhadora doméstica que é sua babá ou fica o dia inteiro com seus filhos. Então, assim, normalmente, a sua retaguarda pra você ir pra ribalta... Quem fica no bastidor é outra mulher. Não tem essa de que tem um... De que tem um homem. Então, assim, é muito desafiador ser mulher na política, trabalhar pelas mulheres para que elas também tenham o seu espaço, né (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Confirma-se que é das mulheres, ainda, a responsabilidade central na gestão da casa e no cuidado dos filhos. Restaria a elas, então, pouco tempo livre, um “[...] recurso crucial para a ação política” (MIGUEL, 2010, p. 25-6), uma carreira a cobrar “exclusividade” de seus melhores quadros. Mais uma vez, Avelar (2001) aponta para as condições estruturais que distanciam as mulheres das posições de poder. Uma delas é o acesso distinto para homens e mulheres aos recursos econômicos e sociais, importantes para a obtenção dos recursos políticos, tais como *status*, prestígio profissional, grau de escolaridade, dentre outros. A autora salienta que a divisão sexual do trabalho e a posição na família afastam as mulheres de posições centrais no espaço público, o que significa que, quanto ao capital social, essencial na luta pelos recursos necessários à obtenção de poder e desempenho público, as mulheres ficam em desvantagem em relação aos homens. Miguel (2010, p. 25) vai ao encontro de Avelar (2001) e do relato de Iriny quando avalia que “[...] a participação política das mulheres é limitada por fatores materiais e simbólicos”, que, por sua vez, obstaculizam sua entrada e permanência na arena política.

A estrutura do Estado pode, também, ser uma barreira para a representação política de grupos sociais minoritários, como o das mulheres. É o que relata Rita Paste Camata quando, ao ser entrevistada, destaca a condição desfavorável das mulheres dentro dos partidos políticos:

As condições do partido em nada, sabe, facilitam. Ninguém quer facilidade, mas você quer pelo menos ter a... Você quer ir pra um processo onde você não seja apenas, como se fala, pra somar votos pra legenda, porque é uma outra coisa que muitas vezes, na hora de dizer assim “ah, você é uma líder de bairro, líder de categoria [...] - a cabeça dos homens é mais ou menos a cabeça dos partidos - você vai ter aí uns 8 mil votos, isso ajuda na legenda”, entendeu? [...] E o tempo nosso é muito limitado, vamos falar a verdade. Enquanto que os homens praticamente fazem política 24 horas por dia, você 24 horas do dia você tem que ser mãe, tem que ser esposa, tem que ver a casa e tem que fazer

o que você faz na profissão que você tiver, da melhor forma possível pra ser reconhecida. Então, é um processo que é difícil (CAMATA, Rita Paste. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

A dificuldade das mulheres em obter apoio dos partidos políticos para concorrerem a cargos eletivos com melhores chances de êxito tornou-se objeto de análise de muitas pesquisas a partir da década de 1990. Para Araújo (2005, p. 193), um dos motivos do crescimento de pesquisas sobre o acesso de mulheres à representação política ocorreu devido ao “[...] contraste entre o grau de conquistas ou de participação das mulheres em esferas da vida social, como na educação e no trabalho, e a sua pequena inserção nas instâncias decisórias de poder”. Assim,

Nas investigações sobre as razões dessa tímida representação, bem como sobre a viabilidade dessas novas estratégias, o papel e o lugar ocupado pelos partidos políticos, veículos tradicionais de acesso aos cargos eletivos, tornam-se objeto de atenção particular (ARAÚJO, 2005, p. 193).

Pautada na literatura sobre o tema, Araújo (2009) destaca os três mais relevantes fatores que influenciam as chances e, antes, a decisão das mulheres de se candidatar: os fatores culturais, socioeconômicos e políticos. Os aspectos culturais abarcam os valores gerais que influenciam dada sociedade e sua cultura de gênero, com maior ou menor potencial igualitarista. Os aspectos socioeconômicos referem-se a indicadores como escolaridade, renda e emprego. Os aspectos políticos englobam instituições partidárias e eleitorais e os tipos de sistemas de representação, não havendo consenso, porém, sobre o peso que cada um deles exerce nas chances das mulheres concorrerem e se elegerem a cargos legislativos. Ambas as dimensões são, na verdade, centrais e interconectadas.

Por meio dos partidos, governantes e parlamentares concorrem entre si e são eleitos. Na busca de acesso ao poder, não só questões ideológicas são levadas em conta, mas também cálculos eleitorais, que “[...] definem estratégias partidárias e o lugar dos atores nessas estratégias, inclusive o recrutamento e os investimentos eleitorais” (ARAÚJO, 2005, p. 194). Nessa esteira, os partidos políticos estão em constante fluxo, adequando-se a contextos políticos e sendo influenciados tanto pela cultura política mais geral quanto pelas características do sistema eleitoral.

Para entender a forma como as mulheres se inserem na política institucional, portanto, é necessário considerar de forma cuidadosa sua atuação dentro dos partidos políticos e, em consequência, sua inserção no sistema político como um todo. Como os partidos buscam o maior número possível de votos, suas escolhas preferenciais serão feitas com base na análise dos candidatos “bons de voto” e “ruins de voto” (ARAÚJO, 2005, p. 195). Nesse sentido, são privilegiados os(as) candidatos(as) que já atuem como parlamentares ou que tiveram votações expressivas, de forma que ofereçam menor risco na competição eleitoral. Os que tentam reeleição ou os que possuem perfil tradicional para representantes partidários “saem na frente”.

Por motivos históricos, os “já eleitos”, os que primeiramente ocuparam cargos políticos ou os que têm históricos partidários favoráveis às disputas eleitorais são, predominantemente, homens. Dessa forma, “[...] o problema das mulheres não reside tanto em conseguir serem indicadas candidatas, e, sim, em conseguirem condições efetivas de competir” (ARAÚJO, 2005, p. 196), tanto internamente, nos partidos, por meio de vantagem eleitoral construída através de mandatos anteriores ou através da formação de redes partidárias, quanto externamente, no mercado eleitoral. É nesse aspecto que os conceitos de campo político e *habitus* ganham em potencial descritivo.

As mulheres que visam ao ingresso na política institucionalizada têm o desafio de competir com os que já possuem mandatos, expressivamente os homens, de modo que os padrões de eleição têm sido mais favoráveis a eles. Uma mulher brigar para ser incluída nos critérios de elegibilidade vinculados a cada tipo de sistema político, seja ele majoritário, misto ou proporcional, implica estar diante de espaços tradicionalmente organizados segundo padrões masculinos.

Nos sistemas majoritários, tal tarefa torna-se mais árdua, pois implica conseguir vagas do partido em distritos potencialmente elegíveis. Nos sistemas proporcionais de lista fechada, o desafio consiste em ocupar um lugar no topo dos preferenciais da lista de candidatura; nos proporcionais de lista aberta, em obter certas prioridades nos recursos destinados aos preferenciais (ARAÚJO, 2005, p. 196).

Por isso, para que o sistema de cotas, por exemplo, dê certo, é preciso o enlace de diversos aspectos que configuram a forma como a política institucional se estrutura no país onde pretende promover maiores índices de participação política feminina. No que

concerne aos padrões políticos ditados por homens, Pinto (2010) considera que o imenso poder pessoal que adquiriram os membros de parlamentos e de governos seja um dos possíveis motivos para a dificuldade do ingresso das mulheres e de outros grupos minoritários na arena política, numa história política brasileira francamente centralizadora e quase sempre autoritária. Vale ressaltar que “[...] este poder pessoal [...] é fundamental na reprodução de ordens hierárquicas presentes na sociedade brasileira: de classe; de gênero; de etnia; entre outras” (PINTO, 2010, p. 19-20).

Feitosa (2012) explica que as cotas surgiram com o intuito de gerar medidas reparatórias que proporcionassem uma vantagem inicial às mulheres nas disputas eleitorais, ampliando os percentuais de sua presença nas esferas de representação política, tanto o contingente de candidatas quanto o de eleitas. Ademais, essas medidas visavam a alterar, em longo prazo, a cultura política, permeada por percepções de gênero que naturalizam as desigualdades.

As cotas foram introduzidas pela lei nº 9.100 de 1995, em que se determinaram as normas para as eleições municipais subsequentes, recomendando o percentual de 20% de candidaturas femininas. Em 1997, com a lei nº 9.504, a medida é estendida aos demais cargos eleitorais por voto proporcional e o percentual de cotas aumenta para 30%. Essas regras são mantidas nas duas eleições seguintes, tanto as municipais quanto as estaduais e federais. Entretanto, não se exigia a obrigatoriedade de preenchimento dos percentuais, assinala Feitosa (2012, p.145):

Caso o percentual mínimo estabelecido não fosse preenchido por mulheres, não poderia apenas ser substituído por homens, sendo possível, no entanto, deixá-lo em aberto, lançando as candidaturas disponíveis, sem que, por isto haja alguma sanção sobre o partido.

Ao mesmo tempo em que a legislação instituiu a reserva de vagas para as mulheres, também ampliou o número de candidaturas que cada partido ou coligação pode apresentar, permitindo que não haja deslocamento dos candidatos homens por causa do maior número de candidatas mulheres. Ampliou em 50% o número de candidatos que podem concorrer, sendo que um partido pode lançar até 150% de candidatos para o total de vagas em disputa, chegando a 200% no caso de coligações partidárias (FEITOSA, 2012). Dessa forma, como explica Araújo (2009), isso se apresenta como

um problema estrutural no sistema eleitoral brasileiro, pois há maior oferta do que demanda de candidaturas, tanto masculinas quanto femininas.

A lei nº 12.034, de 2009, mudou a redação do § 3º do artigo 10 da lei eleitoral nº 9.504/1992, o que foi chamado de minirreforma eleitoral, determinando, finalmente, a obrigatoriedade de partidos e coligações no registro de candidatos às eleições proporcionais para preencher as vagas de acordo com os percentuais mínimos (30%) e máximos (70%) por sexo, tendo por base de cálculo o número de candidatos efetivamente lançados pelos partidos e coligações. Em vez da expressão “deverá reservar”, usou-se “preencherá”. A lei 12.034 também estabeleceu que 10% do tempo de propaganda partidária e 5% dos recursos do fundo partidário sejam destinados para a formação política e o incentivo à participação política das mulheres nos partidos (FEITOSA, 2012).

Como explica Feitosa (2012), a obrigatoriedade das cotas favoreceu a elevação do número de candidatas aos cargos proporcionais ao mesmo tempo em que as candidaturas masculinas decresceram. Contudo, a ausência de sanção a partidos que não cumpriram a medida e a falta de estratégias de empoderamento das mulheres em seus próprios partidos políticos colaboraram na queda, pela metade, da proporção entre candidaturas femininas e mulheres eleitas nas últimas eleições.

Em 1994, eleição anterior às cotas, a taxa de êxito das mulheres era de 17%. Nas duas eleições nacionais seguintes, a taxa caiu para 8%; e em 2010, o êxito das mulheres candidatas não passou dos 4,6%, enquanto os homens permaneceram com 11% de êxito ao longo desse tempo. A prática dos partidos em arregimentar candidatos laranjas tanto no caso de mulheres quanto de homens é um dos fatores que demonstra a dificuldade dos partidos em se adequarem. Por um lado, o número de candidatas mulheres aumentou, mas por outro, não houve o apoio efetivo dos partidos para que tais candidaturas tivessem melhores chances na competição eleitoral.

Clara Araújo (2009) aponta que a adoção das cotas é parcial e seu impacto é baixo. A autora pondera que embora haja consenso por parte de alguns estudiosos sobre a eficácia da adoção das cotas, no que se refere a seus resultados o debate é mais

acirrado. No caso do Brasil, os principais questionamentos se localizam nesse último ponto, em que a preocupação maior é em avaliar a insuficiência numérica produzida pelas cotas. A implantação dessas medidas e seus impactos são avaliados a partir do sistema político e eleitoral do país e dos fatores sociopolíticos e culturais envolvidos. Dessa forma, três dimensões caminham juntas para entender a questão: as dimensões socioeconômicas, institucionais e culturais.

Concentrando-se na análise das dimensões institucionais e culturais, Araújo (2009) atenta para o discurso recorrente no plano cultural de que há resistências partidárias dos homens quanto à inclusão das mulheres. Paradoxalmente, ao alimentar o foco na resistência ou no preconceito, em geral, esse discurso subestima, de um lado, a necessidade de intervenções diretas nos “filtros” institucionais relacionados ao sistema político-eleitoral ainda a favorecer os homens e, de outro, ignora a capacidade de avaliação das mulheres eleitoras acerca das candidaturas femininas.

Araújo (2009) concorda que as dinâmicas de interação nos espaços públicos e na política, em particular, foram estruturadas a partir de uma aparência de neutralidade que, na verdade, é definida por práticas masculinas, possibilitando que o masculino se tornasse sinônimo de universal. Esse arranjo favorece a permanência e reprodução de contextos desvantajosos para as mulheres. Entretanto, a autora sugere que se ponderem outros fatores também, no sentido de revelar que as mulheres não são só “vítimas”, portanto, passivas, mas também agentes. “E os agentes, embora não completamente autônomos em relação às suas ações, possuem algum grau de autonomia e racionalidade para escolhas” (ARAÚJO, 2009, p. 28). Não obstante, são as práticas institucionais que se inclinam à manutenção do *status quo*, o que não significa que não possam se alterar sob o impacto da agência humana, neste caso, a luta das mulheres por sua inclusão nas instâncias decisórias de poder.

Os partidos, entretanto, precisam lançar candidatos que tenham grande potencial de elegibilidade, conforme já foi enfatizado. Para isso fazem cálculos, selecionam, investem em quem tem condições de ganhar a eleição, num cenário de concorrência acirrada. Dessa forma, “[...] o gênero é *uma* variável e não *a* variável que define quem participa da política ou quais estratégias políticas serão conduzidas” (ARAÚJO, 2009,

p.29, grifos da autora). É preciso analisar, então, quais são os pontos de intersecção com a variável gênero e, assim, entender como esse conjunto gera obstáculos para as mulheres.

O sistema eleitoral de cada país também interfere nessa questão, e cada um tem sua singularidade. Ele está relacionado aos sistemas partidários e políticos, abarcando questões como a forma de distribuição dos distritos eleitorais; a forma como as candidaturas a concorrer são selecionadas; como se organiza o sistema de votação, entre outros aspectos (ARAÚJO, 2009).

A maior parte dos estudos comparados tem destacado que o sistema eleitoral afeta as mulheres em relação a três aspectos: ao tipo de representação, se majoritária ou proporcional – representação proporcional tende a ser mais favorável; à magnitude do distrito – distritos médios ou grandes oferecem mais chances de eleição; e o sistema de voto e de candidatura – listas fechadas e candidaturas ordenadas com voto preferencial (ARAÚJO, 2009, p.32).

A questão financeira também pode dificultar as chances de eleição de pessoas com menos recursos nesse sentido e com menos redes de apoio, situação que costuma afetar as mulheres. Isso também inibe o ingresso de candidatos quando analisam racionalmente suas chances na disputa. No Brasil, as cotas não conseguiram eficácia, porque, além de não haver sanções para os partidos que não cumprem as determinações dessa lei, o sistema eleitoral do país é de lista aberta, em que não é possível estabelecer prioridade para determinados candidatos, como as mulheres, pois em tal sistema o que define o voto é a preferência do eleitor. O elevado número de partidos que concorrem às eleições no Brasil – média acima de vinte, tanto em distritos pequenos quanto grandes – também dificulta o êxito eleitoral dos candidatos, assim como a concorrência intrapartidária e os elevados custos das campanhas eleitorais, que, quase sempre, ficam a cargo dos candidatos.

Nesse sentido, Pippa Norris e Joni Lovenduski (apud MATOS, 2013, p.326) apontam para a existência de três barreiras fundamentais para a ampliação no número de mulheres eleitas:

[...] a) a primeira é a de desejar ou de aspirar aos cargos eletivos, ou seja, elas mesmas ambicionarem a eles – a barreira da ambição política; b) a segunda barreira é a de ser escolhida candidata por um partido político – a barreira das

estruturas do sistema político-partidário; e c) a terceira seria a de ser, finalmente, escolhida pelos eleitores – a barreira da elegibilidade.

Essas três barreiras operam de forma simultânea em três níveis: o micro, o sociológico e o político-filosófico, como elabora Matos (2013, p.327), com base em Richard Matland e Norris & Lovenduski. A primeira barreira, a da ambição política, ocorre no nível micro, da determinação individual/subjetiva, ou seja, a partir dos constrangimentos gerados pela percepção e avaliação das próprias mulheres quanto às suas possibilidades no ambiente político.

A autoestima e a autoconfiança necessárias à inserção na vida política são constrangidas pelo nível de autonomia pessoal e econômico-financeira das mulheres. Os usos do próprio corpo – o controle da sexualidade, da reprodução e da maternidade – influenciam no grau de autonomia das mulheres para transitar do mundo do privado para o público, já que os estereótipos de gênero marcam-nas como responsáveis pelo cuidado na primeira esfera, enquanto os homens são associados ao âmbito do trabalho, na segunda. Entram, nessa questão, os recursos pessoais subjetivos e econômicos assim como os recursos coletivos que são destinados ou gerados para auxiliar as mulheres nas disputas políticas, sendo que estes fatores não têm sido de todo favoráveis a elas.

As pesquisas de Matos (2013) sobre a dificuldade de inserção e permanência das mulheres na carreira política apontaram para a experiência da ausência de apoio ou sustentação familiar quando as mulheres ambicionam cargos políticos, além de certa segregação das mesmas no parlamento. No delineamento das trajetórias das mulheres que compõem essa pesquisa, pelo menos cinco delas apontaram a falta de apoio da família e as dificuldades de cunho financeiro como constrangimentos agudos à sua permanência na vida política. A tensão família *versus* carreira foi latente nesses casos, como explicitarei no capítulo 3. Matos (2013) também observa que nem sempre o ativismo político prévio ou o capital político familiar são convertidos em capital eletivo, de modo que os obstáculos à participação das mulheres na política formal podem permanecer mesmo com a presença desses elementos.

No nível sociológico, em que as barreiras das estruturas do sistema político-partidário e da elegibilidade se encontram, há assimetrias significativas na distribuição do poder e também dificuldades das próprias mulheres em participar ativamente das tomadas de decisão tanto no âmbito da família e do social quanto no plano político-institucional, explica Matos (2013). Em suas pesquisas, a autora identificou níveis de desautorização, deslegitimação e desqualificação das mulheres nos espaços sociais e institucionais, com exceção das que alcançaram posições proeminentes em seus partidos políticos.

A falta de aporte real de recursos financeiro-econômicos para as campanhas e uma atuação política focalizada no plano local e na superação de necessidades imediatas (de moradia, creche, de saúde, por exemplo) não alcançam tanta visibilidade e potencial de incremento do capital político, além de encontrarem grande resistência diante das configurações políticas já consolidadas. As mulheres que entrevistei assinalaram para a dificuldade de espaço e apoio para projetos políticos voltados para o social, observando que falta um “olhar mais sensível” a essas demandas por parte dos partidos políticos.

No nível político-filosófico, a questão é a permanência das mulheres na política formal. Surgem as contestações próprias do jogo político-partidário brasileiro e de suas regras, além da participação democrática e de seus efeitos, a luta política e a competição inerente a ela (MATOS, 2013). O jogo político ainda é forjado pelos homens e para os homens, como Araújo (2009) já havia mencionado. Matos (2013) chama a atenção para a falta de clareza do processo de escolha das candidaturas nos partidos políticos. A autora entende que as estruturas partidárias brasileiras são frágeis, de baixa institucionalização e de pouca fundamentação em critérios racionais/legais, sendo que as instituições partidárias ainda são comandadas por personalidades, por líderes carismáticos ou tradicionais na figura de “caciques partidários”.

Elementos políticos conservadores, clientelistas e patrimoniais se somam a esse cenário, conduzindo para posturas patriarcais as questões político-partidárias, também amparadas pelo conservadorismo do eleitorado brasileiro, o que é desvantajoso para as mulheres. Matos (2013) é incisiva em sua avaliação do papel dos partidos políticos na situação das candidaturas femininas:

Os selecionadores partidários têm baixo nível de informação e de interesse pelas especificidades das candidaturas femininas – havendo a expectativa difusa, quase sempre explícita, de que “elas não atraem votos”, ou seja, reforçando a visão de que a diminuição do número de mulheres aspirantes a cargos eletivos também se deve à existência de forte discrepância entre o que a teoria e o senso comum costumam definir como “atributos femininos” e aquelas características “esperadas” pelos partidos políticos. Já a trajetória política dos/as eleitos/as no Brasil tem revelado carreiras políticas profundamente individualizadas para eleições legislativas nacionais e subnacionais; os estatutos dos partidos políticos brasileiros oferecem um sistema de nomeação/indicação descentralizado, onde é a autosseleção que caracteriza a composição partidária e/ou as listas de coalizão. O processo sendo descentralizado no nível estadual, a política dos estados tende a dominar as convenções partidárias nas quais as listas partidárias são geradas (e o fato incontestável é que muitas mulheres não têm conseguido chegar até aqui) (MATOS, 2013, p. 329).

Esse contexto reduz as chances de candidatura das mulheres e tem alimentado o discurso de que elas não ambicionam o espaço político. Matos (2013) conclui que, nessas circunstâncias, o custo subjetivo e objetivo da participação política feminina no Brasil é extremamente alto, mais para elas do que para eles. Essa problemática, na concepção da autora, tem produzido o efeito de rarefação das candidaturas de mulheres.

Os resultados desta dissertação corroboram a análise de Marlise Matos, visto que a situação do Espírito Santo, em particular, e do Brasil, em geral, quanto à participação política formal de mulheres, segue ainda sobre bases frágeis, mais atreladas ao desempenho particular de algumas mulheres do que à garantia de boas condições para elas e para outras minorias no acesso aos espaços de poder. Sigo, então, para o próximo capítulo, com a descrição das trajetórias identificadas neste estudo, a fim de apresentar subsídios concretos para essa análise.

3. DO ESPÍRITO SANTO PARA BRASÍLIA: AS TRAJETÓRIAS DE DEZ MULHERES RUMO AO CONGRESSO NACIONAL

Neste capítulo, descrevo e analiso as *trajetórias objetivas e subjetivas* (DUBAR, 1998)²⁶ das dez mulheres representantes do Espírito Santo que chegaram ao Congresso Nacional. O ponto de partida é a narrativa de seu próprio percurso pelas entrevistadas. São as entrevistas a principal matéria prima. A *trajetória objetiva* diz respeito às tarefas e posições políticas galgadas ao longo da *carreira* para conquistar o respeito e o aporte necessários ao fazer político e o acesso às posições de poder – como se inicia seu interesse e participação na política; a entrada no partido político; as tarefas assumidas; as candidaturas lançadas, os mandatos conquistados. Por outro lado, a *trajetória subjetiva* é central para este trabalho e delinea a história de vida, as experiências e interpretações sobre os casos narrados, pontos de inflexão, de reavaliação da *trajetória*, impasses, recuos e avanços do ponto de vista das parlamentares. Na seção final deste capítulo, destaco os principais aspectos das *trajetórias* e as articulo, preparando o “terreno” para aprofundar a análise no quarto e último capítulo desta dissertação.

3.1. NOTAS PRELIMINARES

As entrevistadas construíram, juntamente com a entrevistadora, um percurso em que buscaram delinear um leque coerente de experiências ao longo da narrativa de sua história de vida, fruto dos processos de socialização, que as levaram à construção de uma *carreira* política, reportando-se num só tempo ao passado vivido, ao presente construído e ao futuro projetado. É como se houvesse um fio condutor que orientasse a *trajetória*, seja ele o anseio de transformação da realidade, a conquista de posições de poder ou o fortalecimento dos interesses e valores do grupo político ao qual pertencem. Contudo, algumas das entrevistadas não gostam da noção de *carreira*, pelo que

²⁶ “A ‘trajetória objetiva’ é definida como seqüência das posições sociais ocupadas durante a vida, medida por categorias estatísticas e condensada numa tendência geral (ascendente, descendente, estável etc.); em contraste, a ‘trajetória subjetiva’ é expressa em diversos relatos biográficos, por meio de categorias inerentes remetendo a ‘mundos sociais’ e condensável em formas identitárias heterogêneas” (DUBAR, 1998, p. 10). No caso da descrição das *trajetórias objetivas* não me ocuparei de categorias estatísticas para análise, visto que o universo de pesquisa é pequeno. Apenas ressaltarei os movimentos de ascensão, decadência e estagnação das *carreiras* políticas a partir dos próprios relatos biográficos e da consulta a outras fontes, mas o foco da análise é a dimensão subjetiva, de aprendizado.

observei, rejeitando a ideia de que a política seja meramente uma profissão ou meio de atingir determinadas posições na sociedade e, portanto, desvinculada de um *projeto* maior. Não que *carreira* tal como usam os antropólogos pudesse se restringir a uma visão pragmática. Mas, aparecia já como um primeiro ponto a ser analisado o desprezo ao “profissionalismo” como sinônimo de ausência de paixão ou sentido de vida, o que contraria radicalmente os pressupostos weberianos em “A política como vocação” (WEBER, [1919] 1982). Para começo de conversa, porém, cabe explicar como *carreira* foi mantida em minha análise sem a mesma conotação dada pelas mulheres entrevistadas.

De acordo com Everett C. Hughes (apud PASSOS, 2012, p.56) a *carreira*, do ponto de vista da subjetividade, “[...] é a perspectiva de evolução em que a pessoa vê sua vida como um todo e interpreta o significado de seus vários atributos, ações e as coisas que lhe acontecem”. Segundo Erving Goffman (2001), é um conceito que pode ser entendido de duas maneiras: como as posições ascendentes que são galgadas em uma carreira respeitável (entendimento tradicionalmente usado) ou como qualquer *trajetória* percorrida pela pessoa ao longo da vida (mais amplo).

Enquanto Hughes se volta para a socialização da pessoa a partir de seu ingresso no mundo do trabalho, Goffman se debruça sobre o aspecto moral da *carreira* enquanto uma trajetória de aprendizado, o que seriam concepções complementares, pois Goffman foi aluno de Hughes e buscou utilizar os conceitos do mestre à sua própria maneira (PASSOS, 2012). A *carreira*, para o fito desta análise, é uma *trajetória* de aprendizado e de socialização dos aspectos necessários à realização de um *projeto* (SCHUTZ, apud VELHO, 2008), que foi escolhido e traçado pela pessoa em sua vida e que se relaciona a um *projeto social* (VELHO, 2008), ou seja, à sociedade à qual está inserida ou aos grupos com quem interage.

A partir de Alfred Schutz, Gilberto Velho (2008) explica que o conceito de *projeto* se refere a uma conduta organizada para atingir fins específicos, ou seja, é preciso que a ação do indivíduo tenha um objetivo predeterminado. Além disso, pensar em *projeto* deve ter como ponto de partida “a noção de que os indivíduos escolhem ou podem escolher” (VELHO, 2008, p. 25); portanto, envolve algum tipo de cálculo e

planejamento. Dessa forma, o espaço de formulação e implementação do *projeto* é o *campo de possibilidades* (alternativas), “circunscrito histórica e culturalmente” (VELHO, 2008, p. 29). Mas o *projeto* não é puramente subjetivo; ele precisa ser verbalizado a partir de uma linguagem que visa ao outro, fazendo sentido a partir da cultura à qual pertence, de modo que “a própria condição de sua existência é a possibilidade de comunicação” (p.29). Sendo assim, um *projeto individual* nunca está desvinculado do outro ou do social, sendo construído a partir do desempenho e das opções possíveis dentro de cada campo. Liberdade e constrangimentos conformam uma equação, portanto, inevitável. Não obstante, “[...] o mundo dos projetos é essencialmente dinâmico, na medida em que os atores têm uma biografia, isto é, vivem no tempo e na sociedade, ou seja, sujeitos à ação de outros atores e às mudanças sócio-históricas” (VELHO, 2008, p. 29).

Em certa medida, é possível explicar sociologicamente as variáveis que se articulam e incidem sobre cada biografia. Todavia, há um lugar que sempre escapa ao alcance de quem analisa: “[...] há sempre algo irreduzível, não devido necessariamente a uma essência individual, mas sim a uma combinação única de fatores psicológicos, sociais, históricos, impossível de ser repetida *ipsis litteris*” (VELHO, 2008, p. 30).

A partir das narrativas dessas mulheres que ingressaram na política formal, busquei registrar as *trajetórias subjetivas e objetivas* (DUBAR, 1998) que levaram à construção de suas *carreiras* (HUGHES, 1958; GOFFMAN, 2001) enquanto parlamentares, *projetos individuais* (VELHO, 2008) que se combinam a *projetos sociais* (VELHO, 2008), ambos elaborados e implementados a partir de um *campo de possibilidades* (VELHO, 2008).

A entrevista em história oral de vida é a metodologia central que orienta a reconstituição das *trajetórias* políticas de oito das dez mulheres que compõem o universo de pesquisa. São elas: Ana Rita, Etevalda, Iriny, Maria de Lourdes, Myrthes, Rita, Rose e Sueli. Não foi possível entrevistar Lauriete e Luzia, mas busquei informações em seus sítios oficiais e em notícias de jornais eletrônicos, disponíveis na internet, com o intuito de, pelo menos, esboçar os principais passos que trilharam na vida política para que eu pudesse também apresentá-las nesta pesquisa. Tive, conforme dito anteriormente, um

encontro com cada uma das entrevistadas, com exceção de Iriny, com quem me encontrei duas vezes.

As datas, nomes, acontecimentos históricos e políticos relatados nas entrevistas foram, na medida do possível, relacionados a uma bibliografia histórica auxiliar, buscada, sobretudo, nos sítios oficiais da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo e da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Além disso, portais acerca de instituições citadas pelas entrevistadas e notícias de jornais disponíveis em meio eletrônico também foram consultados. As dissertações de mestrado de Ueber de Oliveira (2008) e Simone Patrocínio de Almeida (2013) também me auxiliaram no entendimento do contexto político do Estado do Espírito Santo e na reconstituição das *trajetórias* de algumas das entrevistadas. A dissertação de mestrado de Luana Paula Peixoto Aglio dos Passos (2012) e a tese de doutorado de Sandra Regima Soares da Costa (2006) me auxiliaram e me inspiraram para desenvolver a forma como poderia entender e descrever as *trajetórias* em foco. Mas antes de me debruçar sobre “minhas mulheres”, apresento, brevemente, a história de duas pioneiras, fundamentais para que a política, no Estado do Espírito Santo, deixasse de ser um domínio só dos homens.

3.2. DESBRAVANDO O CAMINHO: MULHERES PIONEIRAS NA POLÍTICA ESTADUAL

De acordo com o “Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade”, de Schumacher e Brazil (2000), Emiliana Emery Viana (1874-1957) foi a primeira mulher eleitora no Estado do Espírito Santo. Filha de Marinha de Azevedo Viana e de Silvestre Manoel Viana, Emiliana nasceu na Freguesia do Veado, localidade atrelada ao distrito de Alegre, ao sul do estado. Casou-se aos 13 anos de idade. Ainda muito jovem ficou viúva e, com sete filhos para criar, precisou se lançar a atividades que nenhuma “senhora” na época se arriscava, sobretudo numa vila pequena como a que morava. Mas como uma mulher à frente de seu tempo, foi protagonista de uma série de atividades empresariais e políticas na região.

Com a chegada próxima da estrada de ferro Leopoldina em seu vilarejo, Emiliana viu boas chances de prosperar. Atenta às oportunidades que aquele empreendimento trazia, tornou-se “alfaiate”, costurando para os homens ligados à ferrovia, a despeito dos comentários maldosos que surgiam. Depois, montou uma padaria junto às obras da estrada de ferro. Com a ajuda dos filhos, fazia e vendia pães e café com leite para os trabalhadores da ferrovia. Quando as obras foram concluídas, passou a vender seus produtos na própria plataforma da estação. Na década de 1920, era uma empresária próspera, com uma fábrica de doces e um hotel (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000).

A aguerrida mulher participava de acontecimentos importantes da vila. Foi uma das principais responsáveis pela emancipação política da Freguesia do Veado, atual município de Guaçuí. Algumas de suas iniciativas são memoráveis, como quando precisou trazer um pároco para a localidade de modo que possibilitasse o estabelecimento de uma igreja na pequena vila, algo que exigia a apresentação de um abaixo-assinado, com um número mínimo de assinaturas masculinas e que deveria ser entregue ao bispo de Mariana (MG). Não havendo homens suficientes no local, Emiliana colheu as assinaturas dos meninos do grupo escolar e convenceu o escrivão do cartório a aceitar a petição, visto que não havia assinatura de mulheres e o bispo não havia especificado a idade dos peticionários. Também foi responsável pela fundação de um grupo escolar para as meninas da vila, que não podiam estudar na mesma escola dos meninos (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000).

Sensível à condição inferior das mulheres na sociedade da época, participou ativamente da política local. Requereu o direito de votar ao juiz da Comarca de Alegre, Dr. Aloysio Aderito de Menezes, alegando que tinha todos os requisitos necessários para tal, pois era “chefe de família”. Em 15 de julho de 1929, o magistrado a admitiu como eleitora no município de Veado. Meses antes, em fevereiro de 1929, a sufragista feminista Bertha Lutz enviou a Emiliana um telegrama de congratulações por sua iniciativa e a convidou para ingressar na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que empreendia há dez anos a luta pelo direito ao sufrágio feminino no Brasil. Com a conquista do direito de voto, além de se tornar a primeira eleitora do

Espírito Santo, Emiliana foi a primeira eleitora brasileira a ter seu direito de votar efetivado no Brasil²⁷ (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Foi favorável à Revolução de 1930, mas em 1937 rompeu com o getulismo devido ao Estado Novo (1937-1945), apoiando, então, o Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Foi homenageada com a posição de presidente de honra da União Democrática Nacional (UDN/ES), partido antigetulista. São inúmeros os feitos de Emiliana Emery, que até um aeroclube fundou na cidade. Sua atuação singular na política local colocou-a numa posição de pioneirismo no Estado do Espírito Santo e mesmo no Brasil. É a capixaba mais notável de que se tem notícia em termos de participação política até meados do século XX, e subverteu o papel de inferioridade atribuído às mulheres na esfera pública em sua história de vida. Morreu em 1957, aos 83 anos, devido a complicações decorrentes de uma queda. Em 1992, foi homenageada pela Academia Feminina Espírito-Santense de Letras com o título de membro da Galeria dos Notáveis (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Outra pioneira na política espírito-santense foi Judith Leão Castello Ribeiro, a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do estado. Nascida no município da Serra em 31 de agosto de 1898, era filha da união de duas famílias de origem portuguesa. Seu pai chamava-se João Dalmácio Castello e sua mãe, Maria Grata Leão Castello. Coursou a escola primária na Serra, e em seguida, ingressou no Colégio do Carmo, por meio do exame de admissão, mecanismo presente na educação brasileira da época. No Colégio do Carmo obteve seu diploma do Curso Normal, passando a lecionar no Ginásio São Vicente de Paulo e se tornando, desde cedo, educadora. Em 1932, assumiu a cátedra de Ciências Pedagógicas na Escola Normal Pedro II, permanecendo na função até 1963, quando se aposentou com os parcos vencimentos de dois salários mínimos. Voltou a lecionar no Ginásio São Vicente de Paulo até 1974, quando se aposentou definitivamente com o vencimento de um salário mínimo. Ministrou vários cursos ao longo da extensa *carreira* de professora, tais como

²⁷ Em 1927, a professora Celina Guimarães Viana obteve o título de eleitora no Rio Grande do Norte, contudo, os votos femininos daquela localidade foram anulados nas eleições estaduais. Fonte: TV Assembleia, Canal Cidadão (2010). Realização: Secretaria da Mesa de Comunicação Social. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f0eLiEJj5Z4>. Acesso em julho de 2014.

sociologia, pedagogia, psicologia, geografia, didática, entre outros (PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA, acesso em julho de 2014; RIBEIRO, 1980).

Sua atuação na política formal começa em 1934, quando se lança como candidata à Assembleia Legislativa, tendo sido a primeira mulher capixaba, e uma das primeiras do Brasil, a concorrer em um pleito eleitoral. Na ocasião, apresentou sua candidatura avulsa de qualquer partido político, visto que não concordava com a política estadual do período, sob Interventoria, mas não foi eleita. Em 1932, já havia apoiado o Movimento Revolucionário Constitucionalista de São Paulo. Em 1947, quando também concorreram à Assembleia Legislativa Maria Frechiani, do Partido de Representação Popular (PRP-ES) e Braulia Barbosa dos Santos, do Partido Comunista Brasileiro (PCB-ES), Judith Ribeiro foi a primeira mulher do Espírito Santo a ser eleita, ocupando a cadeira de deputada estadual pelo Partido Social Democrático (PSD) que, nas mesmas eleições, elegeu o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, e o governador do Estado do Espírito Santo, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA, acesso em julho de 2014; RIBEIRO, 1980).

Judith, que em seu partido era a primeira-secretária, manteve-se por quatro mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa, portanto, até 1962. Embora não tenha conseguido se reeleger pela quinta vez, assumiu a cadeira de deputada depois disso por meio da suplência, mas encerrou sua carreira política naquele mesmo ano, aos 65 anos de idade. Foi por quase duas décadas a única mulher em cargo político no Estado do Espírito Santo (RIBEIRO, 1980; ALMEIDA, 2013)²⁸.

²⁸ Baseei-me também no documentário “Judith: a senhora cidadã”, de 31 de Agosto de 2010. Direção de José Benevides Correia e Produção e Roteiro de Suzi Nunes.



Fotografia 1: Judith L. C. Ribeiro assina a Constituição do Estado do Espírito Santo em 1947, em seu primeiro mandato como deputada estadual. Fonte: Arquivo pessoal de João Castello Lopes Ribeiro.

Judith era de uma família influente na política local, principalmente no município da Serra. Seu irmão, Rômulo Leão Castello Ribeiro, era um importante líder político da cidade, tendo sido prefeito entre 1947 e 1951. Judith conheceu, em uma ocasião em que esteve na cidade do Rio de Janeiro, em 1938, Talma Rodrigues Ribeiro, funcionário do Instituto de Aposentaria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), vindo a noivar e com ele se casar no mesmo ano. Talma, que também foi prefeito da Serra entre 1945 e 1946, foi companheiro dedicado e fiel incentivador da carreira da professora e deputada, conforme relatam os mais próximos, tendo estado ao seu lado até o dia de sua morte, em 23 de março de 1982. O casal não teve filhos, mas cuidou dos sobrinhos como se o fossem; no caso, eram os filhos da irmã de Judith, Maria, que se separara do marido – irmão de Talma – o qual havia seguido para o Rio de Janeiro. Também os biógrafos observam que Judith e Talma foram “pais” de várias crianças carentes da Serra (PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA, acesso em julho de 2014; RIBEIRO, 1980).

A deputada estadual foi autora de 110 projetos e ementas ao longo dos mandatos exercidos na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, a maioria para a criação de escolas e melhorias na educação, tendo ocupado, ininterruptamente, a presidência da Comissão de Educação da Casa. Fundou, em 1949, a Academia Espírito-Santense Feminina de Letras e foi, em 1981, a primeira mulher a compor a Academia Espírito-Santense de Letras. Participou de diversas organizações, como o Conselho Estadual de Educação, a Associação Espírito-Santense de Imprensa (1949), o Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo (1949) e a Academia Anapolina de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás (1979). Além disso, escrevia periodicamente para o Jornal “Diário da Manhã” e para as revistas “Vida Capixaba”, “Canaã”, “Revista do DSP” e “Revista da Educação”, a maioria do Estado do Espírito Santo. Em 1980, publicou o livro intitulado *Presença*, uma coletânea com vários de seus textos e crônicas, doando os exemplares para a Igreja, a fim de colaborar na arrecadação de recursos para os pobres (PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA, acesso em julho de 2014).

Católica, Judith Leão Castello Ribeiro era também muito dedicada às atividades da Igreja. Participou da Associação de Nossa Senhora Auxiliadora como membro da Comissão Zeladora da Igreja; foi fundadora do Hospital Santa Rita de Cássia; da Associação das Filhas de Maria Imaculada do Colégio do Carmo; fez parte da Comissão pró-obras da Catedral Metropolitana de Vitória, dentre várias outras ações (PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA, acesso em julho de 2014).

Ao analisar seu discurso na solenidade em sua homenagem na Assembleia Legislativa em 1975²⁹, é possível observar que Judith desafiou sua condição de gênero ao assumir a vida pública sem, contudo, ultrapassar as fronteiras de classe e *status* de seu tempo. A entrevista com seu sobrinho João Luis Castello Ribeiro³⁰ (2011) reforçou a ideia de uma mulher extraordinariamente ativa, determinada e comprometida com os valores da família, da religião e da educação, levando-os para a *carreira* política. A atuação política de Judith, portanto, esteve próxima das ideias do feminismo liberal que se fortaleceu nas primeiras décadas do século XX, embora ela própria não tenha assumido

²⁹ Apresentado no documentário já citado.

³⁰ Concedia a mim em 22 de fevereiro de 2011, na ocasião de outra pesquisa que realizei na época da graduação em Ciências Sociais.

publicamente identificações com organizações feministas, como foi o caso de Emiliana Emery, que ingressou na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Mesmo assim, não resta dúvidas de que, no campo das elites políticas, Judith destacou a inteligência feminina numa época em que as mulheres não tinham voz.

Em 1966, o Espírito Santo elegeu suas primeiras vereadoras: Maria Caiado Barbosa, pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), no município de Atílio Vivácqua; Maria Nela Geaquinto, também pela Arena, em Jerônimo Monteiro; Joaquina Teixeira de Faria, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em Apiacá; Hercília Jantorno de Azevedo, pela Arena, em Viana; e Marialva Rodrigues da Costa, pelo MDB, em Vila Velha (ALMEIDA, 2013, p.59). Entretanto, a Assembleia Legislativa ficaria sem uma titular mulher até 1983, quando Rosilda de Freitas foi eleita. Neste ano, Myrthes Bevilacqua Corradi também era eleita a primeira mulher a representar o Estado do Espírito Santo na Câmara dos Deputados, em Brasília³¹. A primeira senadora só viria por meio de suplência em 1999, pela figura de Luzia Toledo, feito repetido por Ana Rita Esgário em 2010, também por suplência. A primeira prefeita e a primeira vice-prefeita no estado foram eleitas em 1988. Maria Terezinha Mendes Pimentel (PFL - hoje DEM) foi eleita prefeita de Viana e Maria da Conceição Rocha Queiroz (PTB) foi eleita vice-prefeita do município de Mucurici.

A inclusão das mulheres na política capixaba avança e esta dissertação focaliza, conforme enunciei, aquelas que alçaram atingir o Congresso Nacional, em seus mandatos legislativos. Apresento, assim, a trajetória de dez mulheres que foram

³¹ Almeida (2013) afirma em seu trabalho que a primeira deputada federal pelo Espírito Santo foi a fluminense Edith Castex Olivier (PCB) (p.55), pois o nome dela aparece entre os candidatos à Câmara pelo estado em 1945 na ata da eleição (Tribunal Regional Eleitoral – ES). Entretanto, observei que a mesma autora se contradiz nas páginas seguintes (p.60-61), afirmando que Myrthes Bevilacqua foi a primeira a ser deputada federal pelo Espírito Santo. Essa confusão me fez conferir as atas eleitorais entre 1945 e 1982 para checar as informações. Na ata eleitoral de 1945 (Tribunal Regional Eleitoral – ES) confirmei que o nome de Edith estava realmente entre os candidatos de 1945 no estado, entretanto, essa era uma prática comum entre os políticos que concorriam ao Congresso Nacional, pois estes podiam concorrer em nome de até sete estados diferentes e escolher depois da eleição por qual corresponderiam. Era permitido pela lei eleitoral da época. Por isso o nome da candidata fluminense, desconhecida no estado, estava na ata. De qualquer forma, Edith não foi eleita, pois o seu partido, o Partido Comunista Brasileiro, não alcançou quociente eleitoral nem partidário (informação disponível na mesma ata), o que numa eleição proporcional, como é o caso da Câmara dos Deputados, não confere direito a ocupar cadeiras na Casa. Houve, portanto, um equívoco na interpretação da ata eleitoral de 1945. As atas seguintes estão mais claras acerca de candidatos e eleitos. Myrthes Bevilacqua Corradi, portanto, foi a primeira mulher no Espírito Santo a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados.

exitosas em suas *carreiras*, a fim de problematizar a inserção da mulher na política representativa: Ana Rita Esgário (PT), Etevalda Grassi de Menezes (PMDB), Iriny Lopes (PT), Lauriete Rodrigues (PSC), Luzia Toledo (PMDB), Maria de Lourdes Savignon (PT), Myrthes Bevilacqua Corradi (PMDB), Rita Camata (PSDB), Rose de Freitas (PMDB) e Sueli Vidigal (PDT).

3.3. TRAJETÓRIAS EM DESTAQUE: FAMÍLIA E CARREIRA POLÍTICA

3.3.1. Ana Rita Esgário

Fé e vida não têm separação, [...] a fé só tem sentido se ela for acompanhada de uma ação concreta e de mudanças na vida da pessoa. [...] eu aprendi a analisar e a enxergar a vida a partir do que eu estudava na igreja, e passei, então, a participar da política.

Ana Rita nasceu das mãos de uma parteira na casa de sua avó paterna, no dia 26 de julho de 1958, em Conceição do Castelo, município ao sul do Estado do Espírito Santo. Primogênita numa família de cinco filhos, Ana Rita viveu seus primeiros anos de vida nessa cidade do interior e, como ela mesma diz: “foi uma infância de criança de roça”.

Seu pai, José Esgario, já falecido, era meeiro e trabalhava na roça, enquanto sua mãe, Maria Helena Esgario, com quem mora até hoje, desdobrava-se entre os afazeres da casa, o cuidado das crianças e, por vezes, também do roçado. Mas a vida no campo não duraria muito tempo.

Trabalhar como meeiro era difícil, não tinha renda suficiente pra manter a família e aí ele [o pai] veio morar em Vitória. Acertado com minha mãe, ele resolveu ir na frente, pra conseguir casa, conseguir trabalho, e mamãe ficou conosco por um período de quatro meses enquanto ele tomava essas providências aqui em Vitória (ESGÁRIO, Ana Rita. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2013).

A situação dos agricultores ficou complicada no Estado do Espírito Santo com o processo de industrialização tardia que partiu da desestruturação da economia cafeeira, principal atividade econômica até a década de 1960, quando o governo federal lançou o plano de erradicação dos cafezais, atingindo 53% da área de café no Espírito Santo,

entre 1962 e 1970. Ocorreram, então, sucessivos deslocamentos das populações de áreas rurais para urbanas, como foi o caso da família de Ana Rita. A região urbana, embora oferecesse maiores oportunidades, transformou-se em um centro de “reserva de mão-de-obra” mal remunerada e em espaço para formação de “favelas”, alastrando-se as condições precárias de vida (SIQUEIRA, 2001; OLIVEIRA, 2008). O cenário socioeconômico era contraditório: a expansão dinâmica da economia de um lado, e a estagnação dos direitos sociais de outro, com a precariedade da habitação, educação e saúde, entre outros problemas. Privilégios materiais para uns, carências básicas para muitos outros (MARTIN, 2008).

Quando se mudou, a família de Ana Rita morou em vários lugares, como Jardim Marilândia (Vila Velha), Sotema (Cariacica), Jacaraípe (Serra) e na Rua Pedro Palácios, centro de Vitória, capital. Ali, seu pai passou a trabalhar como taxista junto ao tio de Ana Rita, que era dono de uma pensão onde a família morou por três anos. Enquanto seu pai era taxista, sua mãe passou a cuidar da pensão e a lavar e costurar para fora. Ana Rita conta que, nessa época, já tinha por volta dos sete anos de idade e já ajudava sua mãe cuidando dos irmãos mais novos.

Sua primeira escola foi a Gomes Cardín, cujo prédio hoje é da Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES). Ana Rita descreve esse período como de muita luta para sua família se reestabelecer. Lembra que recebiam ajuda de famílias de posses, muitas ligadas à Igreja. Em alguns anos, eles se mudariam para Cobilândia, bairro popular da cidade de Vila Velha, onde Ana Rita mora até hoje. “Então, com muito sacrifício, com muito esforço, ele e mamãe trabalhando muito, nós conseguimos construir uma casa”.

Ana Rita observou que seus pais eram pessoas corretas e religiosas. A seu pai ela atribuiu um senso de justiça muito presente e uma constante atenção às decisões políticas do país. Ana Rita considera sua mãe uma pessoa muito religiosa, de fé inabalável. “Então, os dois me deram esse exemplo de serem muito justos, honestos, trabalhadores, pessoas que confiaram muito em Deus” (ESGÁRIO, Ana Rita. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2013). Era a mãe que reunia os filhos para rezarem juntos, ensinando-lhes as primeiras orações e a catequese, incentivando-os a

participarem da Igreja. Ana Rita observou que sua primeira participação na comunidade foi por meio da Igreja, tendo sido ela catequista.

É a vivência na Igreja que desperta na adolescente Ana Rita a vontade de se engajar politicamente e que forma sua concepção de política, principalmente a partir das mudanças ocorridas na Igreja Católica entre as décadas de 1960 e 1970. As orientações do Concílio Vaticano II, de 1961, foram trazidas para a realidade da América Latina, por determinação do Papa Paulo VI, em 06 de setembro de 1968 na Segunda Conferência Geral do Episcopado latino-americano, em Medellín, Colômbia.

Na Conferência, discutiu-se a necessidade de investir o capital da fé cristã na transformação da sociedade. Como explica o Arcebispo Dom Eduardo Benes de Sales Rodrigues (2013), “A situação social e política – estávamos em 1968 – cobrava da Igreja posições firmes contra os regimes de exceção então dominantes e uma ação pastoral que visasse o engajamento político dos fiéis”. A consequência foi o fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e sua adesão a um novo jeito de ser da igreja católica, que passou a pregar, na América Latina, a opção preferencial pelos pobres, o evangelho como fonte de libertação das opressões por eles sofridas e a defesa dos direitos humanos, concepções que também foram influenciadas pela Teologia da Libertação, um movimento com inspiração marxista³².

A partir desse cenário vivido pela Igreja Católica, que a senadora menciona em sua entrevista, Ana Rita se orientaria pela perspectiva de que “[...] fé e vida não têm separação, que a fé só tem sentido se ela for acompanhada de uma ação concreta e de mudanças na vida da pessoa” (ESGÁRIO, Ana Rita. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2013). Essa vivência a levou a participar das questões do bairro, das lutas por melhoria na região, dos conselhos paroquiais e de área, em que as reuniões da igreja eram acompanhadas por análises conjunturais da sociedade, política e economia do país.

³² Fonte: RODRIGUES, Dom Eduardo Benes de Sales. Do Concílio Vaticano II às nossas Diretrizes atuais. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)**, 09 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/articulistas/dom-eduardo-benes-de-sales-rodrigues/12964-do-concilio-vaticano-ii-as-nossas-diretrizes-atuais>>. Acesso em julho de 2014.

Nas palavras de Ana Rita: “[...] eu aprendi a analisar e a enxergar a vida a partir do que eu estudava na igreja, e passei, então, a participar da política” (ESGÁRIO, Ana Rita. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2013). A origem humilde de sua família e as mobilizações e discussões empreendidas por meio da igreja sobre a necessidade de mudanças sociais e ação política no mundo constituiriam a base sobre a qual Ana Rita elaborou seu *projeto* de participação política e empreendeu os primeiros passos em direção à sua *carreira* profissional.

Sua visão sobre a política está intimamente relacionada à sua vivência na Igreja, pois parte da ideia de que fé e ação política estão atreladas como componentes indissociáveis. Ana Rita mantém tal característica presente em sua atuação política até hoje, participando do movimento “Fé e Política”. Para a senadora “[...] é uma combinação muito boa entre ação política e ação enquanto cristãos”, o que significa, em seu entendimento, “[...] discutir nossa situação de cristãos na vida política, a partir dos princípios do evangelho”, não implicando para ela que seja “[...] a igreja se metendo” (ESGÁRIO, Ana Rita. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2013), mas acompanhando o desabrochar da consciência de seus fiéis acerca de sua própria dignidade humana e do dever da política de promovê-la.

Durante a vida escolar, Ana Rita e seus irmãos frequentaram escolas públicas. Somente ela cursou o ensino superior. Prestou vestibular em 1978 para a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), na qual se formou em Serviço Social em 1982. Sobre sua estada na universidade, perguntei-lhe se havia participado do movimento estudantil. Ela se lembrou daquele momento como “grandioso”, em que o Movimento Estudantil estava no auge e no qual a universidade fervilhava. No entanto, relatou que olhava todo aquele movimento com certa desconfiança, e se sentia “muito boba”, sem “experiência nenhuma de organização estudantil”. Para ela, “foi um despertar”. Ela se lembra que participou de muitas reuniões no Centro Acadêmico Livre (CA) do Curso de Serviço Social, mas que não abria mão da frequência nas aulas, descrevendo-se como “muito caxias”, pois comparecia às reuniões, mas logo voltava para a sala de aula.

Conforme Martin (2008), os estudantes empreenderam, no Espírito Santo, muitas ações que projetaram o Movimento Estudantil para além dos muros da universidade, em

consonância com a conjuntura política do país. Mobilizaram-se, juntamente com setores da Igreja Católica, na assistência aos desabrigados da histórica enchente de 1979; apoiaram a greve dos operários da construção civil, a luta pela melhoria do transporte coletivo em Vila Velha³³ e as mobilizações dos professores da rede pública de ensino. Articularam amplos debates na universidade acerca da democracia, filiaram-se a partidos políticos, participaram de movimentos sociais e buscaram, nos estudos, fundamentação para a luta política.

Segundo a autora, essa geração estudantil de fins da década de 1970, da qual fez parte Ana Rita, formou-se no processo de redemocratização política do Brasil; não foi, portanto, perseguida ou torturada nos *porões da ditadura*, pois o momento era de abrandamento das ações coercitivas da polícia política do regime militar (1964-1985) e de reorganização das instituições democráticas. Contudo, o clima nas universidades ainda era permeado pelo medo e pela vigilância. Somente em 1979, um ano depois de Ana Rita ingressar na universidade, que o Diretório Central dos Estudantes (DCE) era reaberto na Ufes (MARTIN, 2008).

Nos anos 1980, Ana Rita participou do processo de avaliação do trabalho da Arquidiocese de Vitória, assim como das instâncias de decisão da Arquidiocese. Foi também conselheira da Comissão Justiça e Paz, tendo retomado recentemente a atividade de conselheira³⁴.

Em 1985, Ana Rita passou a fazer parte de uma equipe multidisciplinar na Secretaria de Estado da Agricultura, atuando no Programa de Democratização do Acesso à Terra (Prodaterra), que tratava do processo de assentamento de trabalhadores rurais no Espírito Santo. Era o final do governo Gerson Camata (1983-1986), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Dessa forma, Ana Rita trabalhou por alguns anos com assentamentos de trabalhadores rurais. Trabalho que ela exerceria até meados dos anos 1990, licenciando-se apenas para exercer seu primeiro mandato

³³ Vila Velha era considerada “cidade dormitório”, muitas pessoas se deslocavam do município para trabalharem na capital, sendo as reivindicações para a melhora do transporte coletivo imprescindíveis.

³⁴ Informações presentes no site oficial da senadora. In: **Perfil**. Disponível em: <<http://www.anarita.com.br/perfil/>>. Acesso em julho de 2014.

como vereadora de Vila Velha, sendo que já estava filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1987.

No início dos anos 1990, ela também trabalhou no Centro de Educação e Comunicação Popular Dom João Batista da Motta e Albuquerque (Cecopes), prestando assessoria aos movimentos populares, como a Federação das Associações de Moradores e dos Movimentos Populares do Estado do Espírito Santo (Famopes). Também nos anos 1990, foi presidente do Conselho Estadual de Assistência Social e participou de diversos conselhos setoriais, como o da Criança e Adolescentes, da Mulher, de Pessoas com Deficiência e do Idoso. Além disso, atuou na Comissão Estadual do Trabalho³⁵.

Boa parte dos fundadores do PT, único partido do qual Ana Rita participou ao longo de sua *trajetória*, engajaram-se na política por meio da vivência nas CEBs, em que, como contou a, hoje, senadora, discutiam conjuntura política e se organizavam na luta por transformações sociais através das mobilizações da Igreja Católica. É o caso, por exemplo, de Brice Bragato³⁶ e Claudio Vereza³⁷. A luta dos trabalhadores, bandeira do PT, foi um fator de identificação para Ana Rita, e seu entendimento era de que, para empreender mudanças na sociedade, era preciso aderir à militância partidária, concepção de muitos de seus companheiros.

Eu entro no Partido dos Trabalhadores estimulada por uma reflexão que eu aprendi na igreja, de que pra mudar as coisas você precisa ter instrumentos pra isso, e o instrumento é o partido. Não há como alcançar o poder se não for

³⁵ Essas informações foram mencionadas na entrevista, mas também foram complementadas pelas informações presentes no site oficial da senadora: SENADORA ANA RITA. **Perfil**. Disponível em: <<http://www.anarita.com.br/perfil/>>. Acesso em julho de 2014.

³⁶ Assistente social, advogada e servidora pública federal no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi fundadora e militante do PT-ES até 2005. Foi vereadora na cidade de Serra (1988), deputada estadual (1990, 1994, 2002) e concorreu ao governo do Estado do Espírito Santo em 2010, já vinculada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ao qual se filiou em 2005 devido ao “racha” no PT, onde sempre esteve ligada às correntes mais radicais de esquerda. Brice fundou o PSOL no estado, e até 2010 era a presidenta do partido (SOUZA, 2011).

³⁷ Participou da fundação do PT-ES em 1980. Deputado Estadual por seis mandatos (1987/1990; 1995/1998; 1999/2002; 2003/2006; 2010/2014). Presidente regional do PT em 1992 e 2006. Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo no biênio 2003/2004. Um dos fundadores do Movimento Fé e Política e da Associação Capixaba de Pessoas com Deficiência. Fonte: HISTÓRICO. **Deputado Estadual Claudio Vereza**. Disponível em: <<http://www.claudiovereza.com.br/VisualizarHistorico.aspx>>. Acesso em julho de 2014.

através de um partido político, né (ESGÁRIO, Ana Rita. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2013).

A entrada no partido político foi, portanto, uma escolha que fazia parte do *projeto individual* de associar fé e política, construindo uma *trajetória* coerente com sua condição de cristã que deve intervir no mundo para transformá-lo através da militância partidária, instrumento necessário a essa tarefa no entendimento que elaborou a partir da experiência na Igreja.

Ana Rita teve a oportunidade de ser líder de bancada do PT- Vila Velha, membro da Direção Municipal do partido em Vila Velha e integrante da Direção Estadual. Em 1992, ela concorreria a seu primeiro mandato político, o de vereadora de Vila Velha, incentivada por amigos e pessoas da comunidade. Lembra-se que foi a mais votada do partido. O mandato foi cumprido entre 1993 e 1997. Seu término foi acompanhado de grande apoio e insistência do partido para que Ana Rita tentasse a reeleição, mas essa não quis continuar por dois motivos: primeiro, “porque foi um mandato muito pesado, muito puxado”; segundo, porque “trabalhava com a concepção de que mandato não era carreira política, [...] era um serviço que eu prestei naquele período”. Chamo atenção para o uso da palavra *carreira* neste depoimento.

Perguntei à Ana Rita por que o mandato foi pesado. Ela me explicou que a Câmara Municipal de Vila Velha era composta de vereadores machistas, preconceituosos e alguns “de perfil até perigoso”. Ela relatou que no mandato em que ela não quis se reeleger dois vereadores foram assassinados³⁸. Acrescentou que era muito difícil representar os movimentos sociais na Câmara Municipal naquele período, pois muitos vereadores não tinham nenhuma relação com movimentos sociais ou eram francamente hostis. O prefeito era Fausto Alves de Oliveira Júnior (1993-1997), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), cuja administração pública Ana Rita via como “pouco séria”, alvo de

³⁸ Antônio Lorenzutti (PSC) foi assassinado em 2001 pelo líder comunitário do bairro Glória, José Carlos Peres, o Carlinhos da Bananeira, seu cabo eleitoral, devido a uma dívida de 14 mil reais. Fonte: LÍDER comunitário confessa assassinato de vereador do ES. **Diário do Grande ABC**. 20 de maio de 2001. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/153489/lider-comunitario-confessa-assassinato-de-vereador-no-es?referencia=buscas-lista>>. Acesso em julho de 2014. Não consegui encontrar a tempo dessa dissertação a confirmação do segundo caso de assassinato de outro vereador de Vila Velha.

muitas denúncias de corrupção. Sobre a forma como funcionava a Câmara de Vereadores ela relata:

[...] a Câmara [...] era muito fisiológica também, [...] uma Câmara que seus vereadores sempre buscavam fazer as ações em troca de favores. [...] Infelizmente, é o que prevalece um pouco até hoje (ESGÁRIO, Ana Rita. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2013).

Ana Rita foi presidente da Comissão de Finanças, discutindo o orçamento do município e o processo de negociação de emendas. Por diversas vezes, encaminhou denúncias ao Ministério Público sobre irregularidades na administração do município, recorda. É sobre esse período que ela evidencia o ambiente ainda mais avesso à participação das mulheres na Câmara:

Então, ter uma mulher, vereadora, que batia de frente com eles era complicado, a ponto de agressão verbal, até de agressão física, que chegou a acontecer [...]. Então, psicologicamente foi um desgaste muito grande (ESGÁRIO, Ana Rita. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2013).

A senadora entendeu que, naquele ambiente, a hostilidade passava pelas corrupções então denunciadas, mas também por questões sexistas. O número de mulheres em espaços como esse era muito limitado. Ana Rita se lembra de haver na época apenas mais uma mulher, de outro partido, na Câmara. E a situação não mudou, porque não há mulheres entre os vereadores de Vila Velha na atual legislatura (2013-2016)³⁹.

Como não concorreu à reeleição, em 1997, Ana Rita voltou a seu cargo na Secretaria de Estado da Agricultura, mas com outra função, a de representante do órgão no Conselho Estadual de Assistência Social, em que acabou assumindo a presidência desse conselho por dois anos, como já mencionei rapidamente. Contudo, ela é demitida entre 1999 e 2000, no recém-iniciado governo estadual de José Ignácio Ferreira (1999-2002), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), uma gestão marcada por muitas denúncias de corrupção e pela atuação do “crime organizado”. A senadora narrou seus enfrentamentos com algumas posições do governo, fazendo, inclusive, denúncias sobre irregularidades na gestão, o que resultou em sua demissão do Estado. Oliveira (2008, p.183-4) nos dá a dimensão desse período:

³⁹ A atual lista de vereadores pode ser consultada no *site* oficial da Câmara Municipal de Vila Velha. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/vereadores_lista.asp>. Acesso em julho de 2014.

No Espírito Santo, o processo eleitoral de 2002 se iniciou em meio a uma série de denúncias de corrupção envolvendo setores do Executivo e do Legislativo, que levaram, inclusive, a um pedido de *impeachment* contra o Governador José Ignácio Ferreira, feito pelos partidos da oposição.

Em 2000, Ana Rita disputa novamente o mandato de vereadora na Câmara Municipal de Vila Velha, obtendo êxito. Neste segundo mandato (2001-2004), o ambiente da Câmara seria menos tenso para Ana Rita. Sentiu-se com um conhecimento maior acerca de como funcionava a Câmara de Vereadores de Vila Velha, fruto de sua socialização vivida no primeiro mandato. Era a gestão de Max Filho, filiado à época ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O PT era base aliada. Contudo, Ana Rita salientou que a proximidade do partido com a administração do município trouxe outros desafios, pois, na época, houve grande pressão dos servidores públicos em prol da melhoria salarial, o que o prefeito não conseguia atender.

A revolta dos servidores se dava pela falta de transparência do prefeito em expor as contas da prefeitura e demonstrar os problemas que impediam a melhoria salarial. Para Ana Rita, não atender as demandas dos trabalhadores foi “muito sofrido” e motivo de “agonia”. Apesar de tudo, o papel da Câmara era cobrar, votar o projeto, implementar a lei, mas a decisão sobre a demanda dos servidores era de responsabilidade do executivo.

Então, o primeiro mandato foi um mandato muito mais de denúncia, por causa dos desvios de recurso e o segundo foi um mandato muito mais de embates políticos em função da falta de atendimento às demandas, em particular, dos servidores da prefeitura de Vila Velha (ESGÁRIO, Ana Rita. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2013).

Ao término do segundo mandato como vereadora, Ana Rita tenta a reeleição, mas sem sucesso. Em seguida, é convidada pelo então prefeito de Vitória, João Coser (PT), a trabalhar na prefeitura num programa de governo chamado “Projeto Terra”, que depois foi requalificado como “Terra mais Igual”. Em 2006, ela também é chamada para compor, como primeira suplente, a chapa de Renato Casagrande (PSB), na época, candidato ao senado. A proposta é aceita por Ana Rita e seu partido. Ela, então, pede exoneração de seu cargo na prefeitura de Vitória para trabalhar na campanha de Casagrande, tendo, inclusive, coordenado a campanha em Vila Velha. Casagrande alcança êxito e é eleito senador.



Fotografia 2: Ana Rita discursa na Tribuna do Senado - fevereiro de 2012. Fonte: SENADORA ANA RITA – *home page* oficial (2012).

Ana Rita retorna à prefeitura de Vitória, onde, como disse, trabalha até 2010. É neste ano que o senador Renato Casagrande (PSB) se candidata ao governo estadual e é eleito, assumindo o cargo em 01 de janeiro de 2011. Dessa forma, Ana Rita ocupa a vaga no Senado Federal em 03 de janeiro de 2011, onde cumpre mandato até final de 2014, sendo a única mulher a representar o Estado na Casa e a primeira a ocupar o cargo pela sigla PT-ES⁴⁰. Ana Rita salta de ex-vereadora para senadora, e isso terá uma grande repercussão em sua *trajetória* política.

Ana Rita salientou que sempre defendeu, desde seus mandatos como vereadora, as causas sociais e das minorias, como mulheres, crianças, idosos, deficientes. De fato, Ana Rita atuou em vários Conselhos dessa natureza desde que deu início à sua *carreira*, marca de sua profissão como assistente social e de seu engajamento na Igreja Católica. Ela vê sua origem social como aspecto positivo na relação com os eleitores: “[...] como eu sou de uma classe popular, a minha história, a minha origem é mais de

⁴⁰ Essas informações foram mencionadas na entrevista, mas também foram complementadas pelas informações presentes no site oficial da senadora. In: **Perfil**. Disponível em: <<http://www.anarita.com.br/perfil/>>. Acesso em abril de 2013.

classe popular, então, quando eu estou no meio das pessoas mais simples, o nosso povo, eu me sinto muito tranquila” (ESGÁRIO, Ana Rita. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2013).

No Senado, Ana Rita é presidenta da Comissão de Direitos Humanos e autora de 32 (trinta e dois) projetos de lei. Ao todo, está presente em seis comissões⁴¹: Comissão de Educação, Cultura e Esporte; Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle e Comissão de Assuntos Sociais.

Então, sempre as causas sociais, a luta e a defesa daqueles que são mais prejudicados pela sociedade né, que sempre tiveram seus direitos desrespeitados. As causas dos indígenas, a questão quilombola, a questão dos negros, sempre da população mais vulnerável. E, profissionalmente, também atuei muito nessa área. Meu primeiro trabalho pós-formada foi com um assentamento de trabalhadores rurais e meu último trabalho foi com as famílias de Vitória né, com as famílias da área de morro, era um Programa Terra Mais Igual. Então, sempre me dediquei a esse trabalho, eu sou formada em Serviço Social, então minha identificação é mais nessa área (ESGÁRIO, Ana Rita. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2013).

A senadora também assumiu várias relatorias de grande visibilidade, como a da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher; a da medida provisória “Minha Casa Melhor”; a da Lei de Cotas Étnico-raciais para as universidades públicas e institutos federais; a do Sistema Único de Assistência Social; a do Estatuto da Juventude e a da lei que combate o sistema de tortura no país. No caso da Lei de Cotas Étnico-raciais, Ana Rita destacou a luta para conseguir que “saísse da gaveta” em que estava no Senado:

Eu fui relatora do projeto de lei que definiu as cotas étnico-raciais para as universidades públicas e para os institutos federais, um projeto que tramitava a quatorze anos no Congresso Nacional e que ficou agarrado, ficou parado na comissão de Constituição e Justiça do Senado por muito tempo, porque não havia interesse por parte de alguns senadores, que eram contrários ao sistema de cotas, porque não defendem os interesses do povo brasileiro mais pobre, né, acham que isso é benesse, enfim... Nós conseguimos fazer, com muito custo, com que o projeto andasse. E nós conseguimos aprová-lo. E foi muito fruto do relatório que eu preparei; um relatório que convenceu muitos senadores, inclusive da oposição, a votar no projeto. Então ele foi aprovado no plenário do

⁴¹ A informação sobre as comissões em que Ana Rita atua no Senado também foi retirada de seu perfil no site oficial de seu mandato, embora ela também tenha citado algumas em sua entrevista.

senado com um voto contra só (ESGÁRIO, Ana Rita. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2013).

Para Ana Rita, o Senado é uma Casa que possibilita muitas realizações se o político tem “disposição para trabalhar”. É uma experiência totalmente diferente da que viveu na Câmara Municipal de Vila Velha, ressalta. No Senado Federal, Ana Rita explicita haver uma atmosfera de respeito mútuo, independentemente do partido de filiação dos senadores, do estado ao qual o senador pertence, sua idade ou gênero. No senado, os estados, conforme se sabe, possuem o mesmo peso e o mesmo número de representantes, não havendo uma bancada maior ou mais proeminente que outra, como acontece na Câmara dos Deputados, onde a competição é muito maior. Ana Rita comenta que não experimentou no Senado nenhum tratamento discriminatório, ao contrário, seu trabalho é elogiado pelos pares, mas observa que seu tempo de Casa é pouco para uma análise mais profunda.

Chegados os momentos finais da entrevista, perguntei a Ana Rita sobre sua vida pessoal, se tinha um companheiro ou filhos. Ela comentou que nunca foi casada e também não teve filhos, por opção, uma vez que procurou se dedicar à *carreira* profissional e ao engajamento político. Em suas palavras, “casamento, pra mim, nunca foi prioridade”. Na ocasião da entrevista, Ana Rita estava noiva, mas seu companheiro passava por problemas de saúde, e ambos aguardavam sua melhora para se casarem. Ela refletiu que é um grande desafio para muitas mulheres conciliar a vida política com a vida familiar, principalmente as mulheres que possuem filhos pequenos. Ressaltou, do mesmo modo, que sempre foi “arrimo de família”, e que busca hoje conciliar sua atuação política com o cuidado de sua mãe idosa, com quem mora.

Admito, como pesquisadora, que senti alguma dificuldade para adentrar na vida privada da senadora. Aquele era meu primeiro e único momento de interlocução com a mesma que, espontaneamente, ainda não abordara nada para além de seu desempenho público. Nada espantoso se entrevistasse um homem que, provavelmente, também não discutiria comigo aspectos de sua vida afetiva ou pessoal. Também não queria introduzir a questão se ela não viesse “naturalmente” na fala das mulheres entrevistadas. Seria, tendo a pensar, uma atitude sexista de minha parte. Era uma das

primeiras entrevistas que realizava, quando ainda testava aspectos do roteiro de perguntas e tentava criar estratégias para não induzir respostas.

Devo dizer, portanto, para ser justa nesta análise, que a problemática “casamento & maternidade” foi provocada por mim no caso dessa entrevista e não se revelou fértil para que dela nascessem outras questões. Falo aqui de perfis plurais de mulheres, ou seja, ainda que possa ser uma questão para Ana Rita, não foi assim expressa na entrevista, de modo que nada me permite crer que as mulheres dedicadas à vida pública tenham esta discussão como significativa para elas, mesmo que se acredite que a sociedade lhes cobre isto. Ana Rita narrou uma vida coerente com seus objetivos primordiais de vida, em que a vocação política lhe tomava praticamente todo o tempo e na qual obtinha aprovação por esta dedicação⁴². A senadora ainda concorreu ao cargo de presidenta do PT-ES, para a gestão 2014/2015. Entretanto, o eleito foi o ex-prefeito de Vitória, João Coser. Segundo a Comissão de Organização Eleitoral (COE) do PT-ES, Coser recebeu 3.940 votos, totalizando 68,7% dos votos válidos. Em segundo lugar ficou a senadora Ana Rita com 1.087 votos (18.9%) e, em terceiro, o subsecretário de Estado de Direitos Humanos, Perly Cipriano com 712 votos (12,4%)⁴³.

Embora o mandato de Ana Rita como senadora tenha logrado êxitos marcantes, como a aprovação de leis com impacto nacional e destinação de recursos ao Estado do Espírito Santo, seu partido decidiu, em 2014, pela candidatura própria ao senado do atual presidente da sigla no estado, João Coser. Ana Rita disputará, então, o cargo de deputada estadual, após Claudio Vereza, seu companheiro de partido e líder da bancada na Assembleia Legislativa ter decidido encerrar sua carreira política⁴⁴. Não foi possível dentro do escopo de tempo desta pesquisa acompanhar de perto essa situação, mas presumo que seja ainda difícil “emplacar” a candidatura de uma mulher

⁴² As questões relacionadas a casamento, filhos e vida doméstica que eu supunha típicas das mulheres, em geral, apareceram mais fartamente ou menos nas demais entrevistas sem que eu precisasse sequer perguntar. De certa forma, as entrevistadas já se sentiam inquiridas a tratar do assunto pelo teor da pesquisa: mulheres na política.

⁴³ DIRETÓRIO Estadual do PT Espírito Santo. **João Coser é declarado oficialmente presidente eleito do PT-ES**. Novembro de 2013. Disponível em: <http://www.ptes.com.br/mostraconteudos.asp?cod_cont_eudo=1078>. Acesso em julho de 2014.

⁴⁴ PT não teme perder votos com substituição de Claudio Vereza por Ana Rita. **Leia-se**. 25 de março de 2014. Disponível em: <<http://leia-se.com.br/pt-nao-teme-perder-votos-com-substituicao-de-claudio-vereza-por-ana-rita/#sthash.6bov6WJY.dpuf>>. Acesso em julho de 2014.

em disputas majoritárias e isso foi “calculado” pelo partido. Ana Rita está há 14 (quatorze) anos sem disputar eleições. Além da dificuldade das disputas majoritárias, como o Senado, existem as disputas internas do partido.

3.3.2. Etevalda Grassi de Menezes

E tive o prazer de ficar lá no Congresso. Só não retornei porque foi uma opção de família, porque eu tinha dois filhos adolescentes, aí meu marido pediu pra eu escolher, e eu escolhi a família.

A advogada Etevalda Grassi de Menezes, que exerceu dois mandatos como deputada federal, nasceu em Rio Bananal, município ao norte do Espírito Santo, no dia 13 de março de 1948. Sua família descende de italianos e seus pais, Domingos Grassi e Idalina Elias Grassi, tiveram dez filhos: oito mulheres e dois homens. A família extensa vivia com simplicidade e não poucas dificuldades, numa região tipicamente rural. Ela destaca o esforço que os pais tiveram para criar os filhos:

[...] eu tive não foi uma mãe não, foi uma super mãe, que com toda a dificuldade, que ela tivesse que lavar, passar, pra fora, tudo... Ela nos criou dentro do regime dela, papai também [...], graças a Deus eles conseguiram educar todos bem, com toda a dificuldade (MENEZES, Etevalda Grassi de. Entrevista concedida em 29 de abril de 2014).

Com alegria, Etevalda rememora as brincadeiras singelas da época, como jogar peteca e bolinha de gude, momentos que juntavam as crianças da vizinhança. O acesso à educação formal era precário, mas Etevalda conseguiu avançar ao ginásio na pequena cidade – o que seria o ensino fundamental hoje. Desde criança, cultivava grande vontade de completar os estudos. Seu sonho era ser médica, mas seu pai não aprovava: “Quando papai viu que eu queria mesmo fazer medicina, infelizmente, ele simplesmente me tirou da escola, e falou que as mulheres teriam que ganhar uma máquina de costura e quem teria que estudar eram os homens” (MENEZES, Etevalda Grassi de. Entrevista concedida em 29 de abril de 2014). Mas essa atitude do pai só aumentou o ímpeto da filha, como ela explicará adiante.

Segundo Etevalda, essa era a mentalidade comum nas famílias italianas. Seu pai não queria que nenhuma das filhas estudasse. Ironicamente, seus dois irmãos não

estudaram, enquanto ela e as sete irmãs desafiaram as regras paternas e alcançaram, com muito sacrifício, o ensino superior. Etevalda e suas irmãs tiveram que trabalhar como empregadas domésticas em casas de família para continuar os estudos, já que precisavam se preparar para as provas de admissão ao ginásio. No caso de Etevalda, quando tinha por volta dos 14 anos, passou um ano em Vitória, trabalhando mais uma vez em casa de família, no bairro Santo Antônio, e prestou o exame de admissão no Colégio São José. Voltou a Rio Bananal e continuou estudando o quanto pôde.

Em 1967, sua irmã, de apenas 16 anos, casou-se e passou a morar em Vila Velha, cidade da região metropolitana de Vitória. Em pouco tempo, Etevalda, que estava com 19 anos de idade na época, convenceu a família a deixá-la morar com a irmã para continuar os estudos, o que aconteceu já em 1968. Na década de 1970 também convenceria os pais a se mudarem para a capital, Vitória. Logo Etevalda conseguiu emprego de balconista numa cooperativa do Banco do Brasil, trabalhando durante o dia e estudando à noite. Concluindo os estudos do segundo grau, passou em um concurso público para a função de caixa em uma associação de apoio financeiro, a Tamoio APE. Etevalda começaria a graduação em Direito em 1983, concluindo-a em 1988. Nunca exerceu a profissão de advogada, embora tenha a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O curso de medicina foi um sonho que se mostrou muito difícil de realizar, principalmente pelas condições financeiras de Etevalda. Contudo, os estudos se constituíram em um *projeto individual* ao qual se dedicou com afinco, a despeito da tentativa de seu pai de impedi-lo.

Em 1972, começou um relacionamento amoroso com Nyder Barbosa de Menezes, que havia conhecido quando trabalhou no Banco do Brasil. Casaram-se em setembro de 1973, mas não oficialmente ou na Igreja, o que “foi a morte” para o pai. Nyder já tinha uma família, fruto de um primeiro casamento, o que tornou a vida do casal um pouco difícil no início, pois havia a responsabilidade de Nyder cuidar das duas famílias. O casal teve dois filhos e viveu junto por 40 anos, até 2011, quando Nyder faleceu vítima de um infarto.

O casamento de Etevalda com Nyder Barbosa de Menezes foi decisivo para o envolvimento da jovem, vinte anos mais nova, com a política. Nyder era agricultor,

advogado, pecuarista e bancário. Cultivava a *carreira* política desde 1966, quando se filiou ao MDB. Foi eleito deputado estadual nas legislaturas 1975-1979 e 1979-1983, tendo alcançado a posição de líder do PMDB na Assembleia Legislativa do Espírito Santo na segunda legislatura. Nyder também se elegeu deputado federal em 1983 e foi reeleito deputado federal constituinte em 1987. Foi presidente do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/ES), do Conselho do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/ES) e, por doze anos (1994-2006), foi membro da Federação de Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (FAES)⁴⁵.

Etevalda sempre acompanhou o marido, ajudando-o nas campanhas, assessorando-o, mas não era incentivada por ele a assumir a *carreira* política e isso também não se constituía para ela ainda como *projeto individual*. Contudo, o apoio ao marido colocou-a em contato com vários líderes políticos, com a dinâmica partidária e o movimento das *Diretas Já*. Em 1986, Etevalda concorre à Câmara dos Deputados e é eleita, impulsionada por José Moraes (PMDB), um empresário muito influente no estado, vice-governador no Governo Gerson Camata (1983-1987) e grande responsável por arquitetar muitas candidaturas do PMDB-ES, inclusive a de Rita Camata, outra deputada federal que compõe esta dissertação. O marido de Etevalda não gostou da ideia a princípio, como ela narra, vindo a apoiá-la somente depois que registrou formalmente a candidatura. A ex-deputada relata como se tornou candidata e a reação de Nyder:

Eu tive o prazer de poder estudar, de poder ter um bom casamento, filhos maravilhosos, tive o prazer que você não tem noção de ser deputada, é a melhor coisa, mas muito bom, porque eu nunca tinha feito um discurso quando eu fui candidata, porque meu marido ele era um político exemplar, como todo mundo sabe, que era daqui do Espírito Santo na época dele, mas não admitia que mulher fosse candidata. Eu fui candidata vinte e oito dias antes das eleições. Isso eu agradeço ao finado Zé Moraes, que ele que exigiu que eu fosse candidata. Da época então eu fui a terceira mais votada⁴⁶. Mas do nada, deputada federal, você imagina? Lógico que meu marido tinha sido deputado estadual por dois mandatos, deputado federal... E eu sempre participei muito da

⁴⁵ Fonte: INFARTO agudo mata ex-deputado Nyder Barbosa de Menezes. **Folha Vitória**, 17 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.folhavitória.com.br/politica/noticia/2011/03/infarto-agudo-mata-ex-deputado-nyder-barbosa-de-menezes.html>>. Acesso em julho de 2014.

⁴⁶ Etevalda foi a 9ª candidata na quantidade de votos, com 7.538, tendo ficado entre os dez eleitos para a Câmara dos Deputados em 1990 (TRE-ES).

vida política dele. Participava mesmo! Mas eu nunca tinha feito uso da fala, nunca fui líder. Eu era ajudante, a companheira, a amiga, tudo! Porque ele não dava muito espaço, até pra não ter muita crítica né. Tem um marido, já é deputado... (MENEZES, Etevalda Grassi de. Entrevista concedida em 29 de abril de 2014).

O marido de Etevalda dizia que ela deveria cuidar dos filhos em vez de se candidatar. Todavia, uma vez registrada a candidatura, Nyder não tinha como obstaculizar sua *carreira*. A ex-deputada reconhece que deve ao marido o êxito de sua primeira eleição, pois entende que ele transferiu votos para a esposa pela *carreira* política já construída. A grande “bandeira” política do marido era a agricultura, e a militância na mesma área foi assumida por ela em sua atuação parlamentar. Eleita para a legislatura 1991-1995, Etevalda tentou a reeleição no pleito subsequente, mas ficou como primeira suplente. Por dois anos (1995-1996), trabalhou com Ruth Cardoso, esposa do presidente da República Fernando Henrique Cardoso, na parte de Ação Social do governo federal, atividade que a marcou muito. Em 1997, é efetivada para o cargo de deputada federal na vaga de Theodorico Ferrazo, que é eleito prefeito de Cachoeiro de Itapemirim (ES).

Nos seis anos em que esteve no parlamento, Etevalda ocupou boas posições em comissões permanentes, mistas e temporárias, mas, de acordo com o levantamento feito no sítio da Câmara dos Deputados, não apresentou nenhum projeto de lei próprio. Nas Comissões, destacou-se como titular por vários anos na Comissão Permanente de Agricultura e Política Rural, ocupando também a posição de 2ª vice-presidente; na Comissão de Defesa Nacional foi 3ª vice-presidente e na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço foi titular, ocupando outras comissões como suplente. Também foi titular na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração e Prostituição Infanto-juvenil e relatora na CPI de Violência Contra a Mulher (1992)⁴⁷. Sobre a experiência nesta última, destacou o sexismo e a falta de apoio dos parlamentares para tratar da questão:

Inclusive, a CPI da Violência Contra a Mulher, quem iniciou fui eu. No relatório agora, da senadora Ana Rita ela cita que ela pegou ainda depoimento da época que eu fiz a CPI. Mas havia um machismo muito grande ainda na minha época. Houve um embate, assim, muito grande. Os homens não aceitavam, sabe. Eu

⁴⁷ PORTAL da Câmara dos Deputados. **Biografia Etevalda Grassi de Menezes**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=102803&tipo=0>. Acesso em julho de 2014.

me lembro que eu fui a São Paulo fazer uma audiência pública e os deputados pediram que ninguém fosse! Eu fui ao Recife, que lá tinha um problema com uma senhora que era casada com um policial, que sofria demais, e ela era professora. Ela mostrava as cicatrizes que ela tinha e tudo, e denunciava o marido, e chegava na hora ele não deixava... Aí os deputados estaduais esvaziaram a Assembleia pra gente não fazer a Comissão. Então, quando eu assisti aqui a Ana Rita fazer a exposição do relatório dela, da CPI da violência contra a mulher, eu fiquei, assim, até emocionada, viu! Porque foi uma iniciativa minha na época, como deputada. Não tive apoio nenhum, nenhum! Nem do Congresso quase! Foi muito difícil, mas imagina em 1993 falar isso, de violência contra a mulher, era muito difícil (MENEZES, Etevalda Grassi de. Entrevista concedida em 29 de abril de 2014).

O primeiro mandato de Etevalda foi pelo PMDB, enquanto, no segundo, filiou-se ao PTB. A troca de partido se deu porque, em 1992, Etevalda lançou candidatura à prefeitura de Linhares na convenção do PMDB, mas foi recusada com a diferença de um voto. Decidiu, então, migrar para o PTB, principalmente, segundo diz, por ter sido o partido de Getúlio Vargas. Manteve-se filiada até 2014, mas decidiu sair dele e não se filiou a outro. No executivo, Etevalda foi Secretária Municipal de Educação de Linhares (1974-1977). Atuou também como secretária parlamentar na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (1978-1983) e na Câmara dos Deputados (1984-1990)⁴⁸, período em que o marido era deputado federal.

Na época em que o marido de Etevalda foi deputado federal, o casal e os dois filhos mudou-se para Brasília. Contudo, quando ela se elegeu, a família não queria mais ficar na capital brasileira, o que a ex-deputada descreveu como “uma guerra”. O marido e os filhos voltaram para o Espírito Santo e as dificuldades só cresceram. As crianças tinham seis e oito anos de idade, e cobravam muito a presença da mãe na escola: “Teve momentos deles não quererem entrar na sala de aula porque a ‘mamãe’ não foi levá-los. A mãe de todo mundo ia, a mãe deles não ia [...]” (MENEZES, Etevalda Grassi de. Entrevista concedida em 29 de abril de 2014).

⁴⁸ PORTAL da Câmara dos Deputados. **Biografia Etevalda Grassi de Menezes**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=102803&tipo=0>. Acesso em julho de 2014.



Fotografia 3: Etevalda Grassi de Menezes (2013). Fonte: arquivo pessoal.

Quando retornava de Brasília, geralmente na quarta-feira à noite, reservava a quinta-feira para ficar à disposição dos filhos. No final de semana precisava cumprir a agenda política, situação em que as crianças reagem “com pirraça”, recordou. Quando o segundo mandato como deputada federal terminou e Etevalda cogitou tentar a reeleição, deparou-se com um ultimato de seu marido para que escolhesse a família ou a *carreira* política:

E tive o prazer de ficar lá no Congresso. Só não retornei porque foi uma opção de família, porque eu tinha dois filhos adolescentes, aí meu marido pediu pra eu escolher, e eu escolhi a família. Deixei a política por opção, família. Nós éramos e somos hoje, eu e meus dois filhos, muito pegajosos, muito família, muito “meu bem”, “mãe”, “Deus te abençoe”, “senhora”... [...]. (MENEZES, Etevalda Grassi de. Entrevista concedida em 29 de abril de 2014).

Além da cobrança da família para que largasse a *carreira* política, Etevalda também cita a questão do poder econômico como necessário nas eleições. Ela observou que antes isso era menos necessário.

E quando eu poderia sair para tentar a reeleição, ir pro terceiro mandato, minha família me fez uma intimação né, e eu acatei, porque eu tinha certeza absoluta que eu não tinha nem como concorrer, porque aí já veio poder econômico nas eleições e eu não teria condições. E você bater de frente com poderio econômico numa eleição é muito difícil. Infelizmente o eleitorado não vê o que você fez (MENEZES, Etevalda Grassi de. Entrevista concedida em 29 de abril de 2014).

A cobrança familiar foi, porém, o fator decisivo para sua desistência dos cargos eletivos. Etevalda vê com saudosismo e comoção as oportunidades e aprendizados que teve enquanto deputada, e expressa a surpresa de ter saído de uma pequena cidade para conviver com grandes líderes da política brasileira:

Então, sai eu lá de Rio Bananal, uma caipirona, tinha vergonha de falar em público, o português rastejante. A minha família... Nunca fui de viagens internacionais, na época, né. Nada. Eu convivi com os melhores momentos do Brasil. Eu acho que a melhor Era do Brasil foi a do Fernando Henrique Cardoso e da Dona Ruth, em termos de política, socialmente, convivência de família (MENEZES, Etevalda Grassi de. Entrevista concedida em 29 de abril de 2014).

Entretanto, Etevalda seguiu atuando nos bastidores da política, trabalhando em órgãos públicos como o Palácio do Governo do Espírito Santo (Palácio Anchieta). Quando seu marido adoeceu já estava trabalhando no gabinete do deputado estadual Atayde Armani (DEM), afilhado político de Nyder Barbosa de Menezes. Etevalda se afastou novamente para cuidar do marido, que acabou falecendo. Voltou e, atualmente, é chefe de gabinete do deputado Atayde Armani. A política é para ela uma paixão, uma atividade que ama, fez questão de dizer. E, atuando nos bastidores da política, não deixou de participar dela: “Não. Não sou o rei, mas sou amiga do rei [risos]”.

3.3.3. Iriny Nicolau Corres Lopes

Se tem injustiça tem que lutar contra ela, então a política é o instrumento da luta. E dentro da política, o partido é o instrumento da luta [...], então, essa foi a trajetória que marcou a minha vida até hoje e eu serei uma militante pra sempre, e isso é também algo definitivo.

Iriny Lopes nasceu em 12 de fevereiro de 1956 na cidade de Lavras, Minas Gerais. Filha de pai grego, Nicolas Georges Corres, e de mãe filha de italianos, Wanda Vitorino Corres, Iriny é a mais velha de seis irmãos. Conta que sua infância foi humilde, alegre e

marcada pela convivência numa grande família grega e pela vida “em torno da mesa” da família italiana:

[...] os gregos moram todos perto um do outro, não existe grego que mora longe do seu irmão, da sua mãe; então, era a família do meu pai, nós vivíamos todos muito próximos, então, primos, meus tios... meu pai não teve irmãs, só irmãos; então as minhas tias casadas com meus tios e meus primos. Os italianos, todo mundo sabe, eles... a vida é em torno de uma mesa, e todo mundo junto e o compartilhamento (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Os constantes problemas de saúde de sua mãe, entretanto, exigiram da menina Iriny que assumisse, precocemente, a condução de sua família e o cuidado dos irmãos mais novos, com quem sempre manteve uma relação afetuosa. Conta, inclusive, que até hoje seus irmãos a chamam de “mãe Niny”. Quando o pai de Iriny faleceu e a mãe desenvolveu a doença de Alzheimer, o ponto de encontro que era a casa dos pais passou a ser a casa da deputada, que reúne a família – irmãos, sobrinhos, cunhados e cunhadas – nas datas comemorativas.

Durante a infância e adolescência de Iriny, a presença física de seu pai não era constante, pois, sendo “treicheiro”, passava muito tempo prestando assistência mecânica de máquinas pesadas – tratores, pás, carregadeiras – que abriam estradas no meio do mato em diversas regiões. Nicolas, o pai, visitava a família geralmente uma vez por mês e Wanda, a mãe, não era afeita a seguir o marido toda vez que surgia trabalho em outro lugar, o que provocou um estranhamento por parte de outras mulheres nas cidades onde já moraram, por ela estar sozinha, cuidando de seis filhos enquanto o marido trabalhava em outra cidade.

O pai de Iriny veio da Grécia com o curso técnico de mecânico, feito na Politécnica de Atenas, e com uma formação política de esquerda. A mãe de Iriny era dona de casa, embora Iriny se preocupe em destacar como a mãe era culta, autodidata, mesmo não tendo frequentado a escola, sempre atenta ao que acontecia à sua volta. Para a deputada, os pais foram figuras marcantes na constituição de suas concepções políticas e de seu papel no mundo, sobretudo a figura de seu pai.

Uma pessoa muito marcante na minha vida foi o meu pai, pelo seu lado libertário, estudioso, sempre gostou muito de conhecer as coisas. A figura da minha mãe sempre foi uma figura muito opressora, [...] mas, com o passar dos

anos eu vi o quanto que minha mãe foi importante pra eu compreender as relações de gênero, como elas são conflituosas... A minha mãe me ensinou a questão da solidariedade né; o meu pai me ensinou o lado libertário, o apego ao conhecimento, à leitura... A minha mãe me ensinou a importância da vida coletiva, a importância da solidariedade entre as pessoas, porque a minha mãe sempre foi uma pessoa extremamente solidária, e como ela sempre teve uma vocação muito grande para cuidar das pessoas, então, a minha casa vivia cheia de pessoas que tinham problemas de saúde, que iam lá porque a minha mãe fazia curativo, a minha mãe aplicava injeção. Ela era muito metida a conhecer as propriedades que os alimentos têm né, em relação à cura de diversas doenças... Então, assim, eu fui criada num ambiente muito... muito dinâmico. Por esse lado da convivência comunitária da minha mãe e pelo fato do meu pai ser uma pessoa muito... que nos estimulava muito a conhecer história, a conhecer ciência (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Algum tempo depois, pedi que Iriny explicasse um pouco mais sobre a percepção de que sua mãe era uma figura opressora, apesar de a deputada ter ressaltado também a generosidade e solidariedade nas atitudes maternas. Ela observou que Dona Wanda educava os filhos com vigilância constante, “rédea curta” e autoridade que não podia ser questionada. As regras eram claras e tinham que ser seguidas, sem mais.

Por exemplo, uma das grandes sensações da geração de Iriny na época da adolescência no interior era frequentar os bailes organizados por clubes – as festas da igreja e da escola também eram altos pontos de sociabilidade. A preparação da roupa, do sapato, a atmosfera de preparação para a festa era algo que animava as (os) jovens. Entretanto, Iriny relata que sua mãe não gostava dos bailes, achava exagerado que a filha fosse uma vez por mês àquelas festas; muitas vezes, não autorizava a ida da filha, o que fazia Iriny pensar que a mãe não gostava dela, sentimento que só se desfez depois, quando, já adulta, entendeu o cuidado materno exacerbado da mãe para com os seis filhos, talvez em razão das muitas ausências do marido por motivo de trabalho ou ainda por sua própria fragilidade de saúde. Iriny contou, ainda, que as brincadeiras e conversas entre as colegas e ela, na rua, eram vigiadas pela mãe:

A mãe vinha toda hora na janela pra ver se tinha algum homem, porque era bem ‘bolinha’ e ‘luluzinha’ mesmo, quer dizer, os meninos ficavam ali e nós ficávamos aqui. Então, assim, o contato, a convivência era muito vigiada [...] (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Qualquer conversa com meninos gerava grande interrogatório depois. Iriny observou que, enquanto o “não” era uma palavra constante da mãe, no vocabulário do pai era muito pouco utilizada.

Então, meu pai tinha outros conceitos, ele, assim, criança tinha inteligência, não era pra receber “não”, “sim”, “pode”, “não pode”. Você podia dialogar com crianças e adolescentes, porque eles tinham também... Minha mãe era outra coisa, era sim e não, pode e não pode, entendeu? Era muito mais limitado o universo de compreensão da minha mãe em relação... E ela era muito severa [...]. Muito! (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Apesar do grande fortalecimento que o movimento feminista teve a partir da década de 1970, em que Iriny já havia alcançado 14 anos, e da propagação das ideias de liberdade sexual e comportamental, as cidades do interior viviam sob os costumes tradicionais bem marcados e as relações entre homens e mulheres eram muito vigiadas. Mesmo nas cidades maiores, eram motivo de escândalo as moças que desafiassem os costumes sociais, que reprimiam a sexualidade das mulheres e seu trânsito livre no espaço público. A presença das mulheres em número maior nas universidades, por exemplo, era algo recente para a época. De qualquer forma, como discuti no capítulo 2, o movimento feminista no Brasil demorou um pouco mais para ganhar força na sociedade brasileira devido à ditadura militar (1964-1985).

É interessante notar como os papéis sociais de gênero pautados na dicotomia entre o feminino – natureza, sensibilidade, comunitarismo, intuição e domínio do espaço privado – e o masculino – cultura, racionalidade, persuasão e domínio do espaço público – estão refletidos na elaboração de Iriny sobre seus pais. A construção desses binarismos é muito significativa na sociedade brasileira até os dias atuais, como foi discutido nos capítulos anteriores. Mas é curioso também que o diálogo e a compreensão tenham vindo, no caso de Iriny, do pai. Enquanto a mãe ditava as regras sem admitir questionamentos dos filhos, o pai abria a possibilidade de uma relação com base na troca de ideias e no convencimento mútuo, algo que é típico das relações na esfera pública entre iguais.

Talvez, deva-se pensar que o tratamento diferenciado também fosse tributário do convívio mais rarefeito do pai com os filhos, que talvez quisesse suprir seu afastamento involuntário com um clima de maior harmonia com a prole, enquanto a mãe, no cuidado diário, temesse a perda do controle da família. De todo modo, os *tipos ideais* mãe/opressora e pai/libertário também estão presentes no relato da ex-deputada Myrthes. A concepção de infância da época é marcada, em geral, pelo pouco ou

nenhum diálogo entre adultos e crianças. O protagonismo infantil nas relações entre pais e filhos foi crescendo ao longo do século XIX e XX (ARIÈS, 1986; COHN, 2009), sendo que nos últimos 20 anos parece ter alcançado seu auge no Brasil, sobretudo pelos desdobramentos jurídicos, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo.

Das mudanças de cidade vividas pela família de Iriny, ficou uma forte ligação da deputada com a cidade de Lima Duarte, em Minas Gerais, a qual ela faz questão de visitar até hoje. Era muito pequena quando a família se mudou para a cidade. Morou em Belo Horizonte por alguns anos, mas voltou para o interior ainda na adolescência.

A vinda para o Espírito Santo deu-se nos anos 1970 em decorrência de seu pai ter comandado a obra da Rodovia do Sol, uma das estradas do Espírito Santo. A possibilidade de morar em uma região litorânea encantou a mãe de Iriny, que decidiu se mudar para o estado, tendo, como diz a filha, se apaixonado pelo Espírito Santo, a ponto de só ir a Minas Gerais em caso de doença de familiares ou outras questões graves. Havia o fascínio pelo mar das terras capixabas, que, aliás, recebe muitas pessoas de origem mineira na época de férias. “Então, assim, viemos por causa dela [da mãe] e ficamos por causa dela. Aí o meu marido também veio, a gente já namorava lá [em Lima Duarte (MG)], aí ele veio, gostou, ficou, casamos aqui e fomos ficando” (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Iriny, que hoje já é avó, casou-se com Flávio Lopes e teve três filhos. Os dois mais velhos, Flávia e Nicolas, nasceram no Espírito Santo; a mais nova, Carolina, nasceu em Minas Gerais, num período em que Iriny e o marido retornaram para o estado mineiro para contornar os efeitos de uma crise econômica que atingiu a família de maneira que seu marido precisou buscar apoio junto aos pais para montar uma empresa. Todavia, logo voltariam para o Espírito Santo. “Aí veio o PT, veio todas as minhas responsabilidades na direção do PT, na construção do PT aqui, então... Aí os filhos, escola, trabalho, aí vai ficando e ficamos... E somos muito apegados” (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Iriny entende que seu interesse pela política surgiu muito cedo, devido às vivências que teve por meio da mãe, com grande sentido de comunidade e de compreensão das injustiças sociais, e do pai, incentivador da leitura e do conhecimento. Ela percebia as desigualdades sociais por ser de uma família pobre e ter vivido em cidades cujas dificuldades e diferenças produzidas pelas desigualdades se faziam visíveis, sobretudo, esta percepção era fruto de seu acesso aos estudos:

[...] elas não eram visíveis só porque nós éramos pobres ou porque tínhamos uma comunidade pobre, porque nós tínhamos conhecimento. E a gente sabia, portanto, distinguir as diferenças que tinham entre nós, entre o outro bairro, e a divisão da cidade, né... Porque fomos muito cedo, saímos do interior e moramos em diversas cidades (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Outro aspecto que Iriny destacou em parte de sua infância e adolescência foram os vestígios da ditadura militar (1964-1985), embora, na época, não tivesse discernimento do que eram aquelas movimentações, greves e passeatas de contestação ao regime. Em meio a um clima de medo, instabilidade e incertezas, sentia o “frisson” das pessoas nas ruas. Ficou em sua memória a presença de “professora Dirce” nas passeatas da cidade. Menina, quando da deflagração do Golpe de 1964, recorda:

Em casa eu escutava muito as pessoas apreensivas, os mais velhos apreensivos com o que poderia ocorrer. Depois veio o golpe. Parecia que era um momento, assim, de doença coletiva, todo mundo abatido, pelo menos na minha casa. Pode ser que em algum lugar tinha gente comemorando, mas na minha casa era um sofrimento, né (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

No momento de endurecimento da ditadura militar, a partir do AI-5 de 1968, Iriny tinha 12 anos e cursava o ginásio na Escola Parque Debret, no bairro Floresta, em Belo Horizonte⁴⁹. Ela se lembra que havia muitos confrontos de estudantes universitários com a polícia, e que por várias vezes os professores de sua escola liberavam os alunos mais cedo para que conseguissem ir embora “antes do pau quebrar”, o que nem sempre era conseguido. Iriny já se viu em meio a confrontos de manifestantes e a

⁴⁹ Era no bairro Floresta, inclusive, que se localizava uma das mais temidas unidades policiais do Brasil, a Delegacia de Furtos e Roubos, uma instituição marcada por práticas medievais de tortura e prisões ilegais. Era situada na Rua Pouso Alegre. Fonte: EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE – BELOTUR. **Memórias de resistência**: lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964–1985, em Belo Horizonte, 31 de março de 2014. Disponível em: <<http://estaticog1.globo.com/2014/04/03/guia-memoria-de-resistencia.pdf>>. Acesso em julho de 2014.

Cavalaria. Mas, daquela época, destaca uma imagem que foi marcante para que compreendesse a questão política como o objetivo em sua vida, algo que se tornaria um *projeto* definitivo:

Teve uma imagem que foi definidora pra que eu assumisse que a questão política ia ser uma coisa definitiva na minha vida, que foi a imagem de Lamarca morto. Eu levantei e fui pra escola e vi aquilo estampado em todas as bancas de revistas que eu passava, tinha os jornais da época, não revistas, jornais, com a foto do Lamarca morto. Aquilo pra mim foi muito forte! Então, eu, imediatamente, procurei saber quem era e aquilo... Ele era um lutador contra as injustiças! Então para gente que não pode compactuar com injustiça, esse cara é uma referência. Então, daí eu comecei a transformar em conhecimento todos aqueles valores que minha família me passou. Aí eu comecei a ler, aí eu comecei a me inteirar mais, então, assim, aí você vai observando todas as formas de injustiça e tal [...] (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Esse momento na *trajetória* de Iriny constitui um ponto de inflexão, na medida em que a imagem de Carlos Lamarca⁵⁰ morto (em 17 de setembro de 1971, quando Iriny já tinha 15 anos) e os sons e ruídos da ditadura militar marcam uma passagem emblemática, um novo ciclo que iniciaria a construção de sua *carreira* política. A formação “de esquerda”, ela atribui aos pais, às condições materiais de sua família e à vivência na periferia, que a fez conviver com a face das desigualdades sociais. Toda a reflexão que Iriny teve ao longo da vida também se direciona para o período, uma vez que fala com conhecimento histórico e maestria sobre o mesmo, intercalando as imagens vistas quando adolescente com a conjuntura da época, o que explicita o processo de reelaboração do passado sob a lente do presente. De fato, a ditadura marcou toda uma geração, da qual uma parte viria a alcançar a elite política brasileira anos depois.

⁵⁰ Carlos Lamarca foi capitão do Exército, mas desertou em janeiro de 1969 para lutar contra a ditadura militar. Participava da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) quando deixou seu quartel em São Paulo, levando, na fuga, um caminhão com várias armas e munições. Dali em diante viveria na clandestinidade até o dia de sua morte, em setembro de 1971. Treinou militantes para atuarem em guerrilha, em sequestros de embaixadores – para negociar a soltura de presos políticos – e em roubos a bancos – para manter o aparelho político de resistência à ditadura. Foi perseguido e considerado o inimigo número 1 do Estado brasileiro. Em 1971 a organização revolucionária da qual fazia parte já enfrentava sérias dificuldades e divergências internas. Na ocasião da morte do ex-capitão do Exército, esse já havia saído da VPR e aderido ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e estava na Bahia com o objetivo de formar uma base do MR-8 na região, intento interrompido por oficiais do Exército, que o encontraram juntamente com seu parceiro José Campos Barreto sob a sombra de uma árvore após 300 quilômetros percorridos em fuga. A foto de seu corpo franzino, fuzilado e sem vida foi exposta em vários jornais da época como um troféu da ditadura militar. Fonte: EXÉRCITO matou Lamarca à sombra de uma árvore, em setembro de 1971. **Jornal O Globo**, 16 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/exercito-matou-lamarca-sombra-de-uma-arvore-em-setembro-de-1971-9981822#ixzz391AyrbxS>>. Acesso em julho de 2014.

O novo ciclo iniciado, que coincide com sua adolescência, levou-a a participar dos círculos de leitura das Comunidades Eclesiais de Base e a manter contato com os padres da Igreja Católica, embora não professasse nenhuma religião. Iriny também se inseriu no teatro amador e no Teatro do Oprimido, este liderado pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal, que empreendia um método de democratização dos meios de produção teatral, possibilitando o acesso das camadas sociais menos favorecidas e buscando a transformação da realidade através do diálogo promovido pelo teatro. Esses constituem os primeiros passos da *carreira* política de Iriny, em que seu engajamento pessoal para o estudo e debate da realidade social preparou o terreno para que aderisse ao Partido dos Trabalhadores no início da década de 1980. Iriny explica esse processo de aprendizado e seu próprio amadurecimento na vida política:

Então você sai de uma vontade bruta pra uma vontade mais trabalhada, depois você começa a compreender o que é os seus limites, o quanto é importante a convivência de grupos, então, assim, no nosso tempo não podia ter partidos, então, assim, nós tínhamos pequenos grupos que trabalhavam o que podiam. As organizações da esquerda brasileira eram algo muito perigoso e nem eu tinha idade para, vamos dizer, fazer parte efetivamente (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Iriny observou que o elemento de socialização política que a formou foi o “trabalho de base” junto às associações de moradores na luta contra a carestia e pelas melhorias do transporte público, embora sua geração tenha se formado, principalmente, a partir da militância no movimento estudantil. Seu entendimento da política naqueles momentos iniciais foi constituído mais pela vivência do que por conhecimentos elaborados, Iriny faz questão de salientar – “Eu via primeiro e estudava depois”. A luta contra a carestia, em particular, é que aproxima Iriny, como destaca em sua narrativa, de uma vivência e de uma *perspectiva* das mulheres enquanto agentes sociais responsáveis pelo cuidado, pela alimentação e saúde dos membros da família, sobretudo em relação às crianças.

Aí, daí quando você vai pra dentro da luta contra a carestia você consegue entender bem as mulheres né, porque tudo de ruim as mulheres é que têm que enfrentar mesmo! Então, se não tem comida pra dar pras crianças, são as mulheres que tão lá, à frente daquilo ali. Porque as crianças não vão chorar pro pai, elas vão chorar pra mãe. Se falta saúde, são as mulheres que levam no posto, então elas sabem o quanto que é difícil (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Àquela altura, Iriny já recebia muitos convites para participar do MDB Jovem, que abrigava também o Partidão, o PC do B e o MR-8, ou seja, os setores da esquerda que se encontravam na clandestinidade. Entretanto, um debate surgia ainda na surdina sobre a criação de um partido de massas, revolucionário e socialista, que já começava a ser chamado de “partido dos trabalhadores” mesmo antes de se pensar sobre sua nomenclatura. Era final da década de 1970 quando a clandestina Articulação Nacional dos Movimentos Populares (ANAMPOS) tornava-se fundamental para a construção desse partido diferenciado. A busca era por “[...] um partido autêntico, que não seja uma sigla, um abrigo, mas que seja efetivamente um instrumento de transformação”, que também pudesse canalizar energias no fim da ditadura militar, refletiu Iriny. A ANAMPOS se ligava à corrente dos movimentos populares e das Comunidades Eclesiais de Base.

A ANAMPOS era a Articulação Nacional dos Movimentos Populares, era uma coisa bem, bem, bem discreta, mas que permeou a igreja católica; permeou os movimentos urbanos, sociais de bairro ou de temas e os movimentos populares, sindicais daquele momento. E disso aí, e mais aqueles grupos, aqueles militantes que fizeram parte dos grupos armados, que foram anistiados, intelectuais que voltavam ao Brasil pós-anistia, setores da academia, que começaram a se juntar pra discutir, até que no dia 10 de fevereiro de 1980 nós fundamos o PT no Colégio Sion, em São Paulo (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 14 de fevereiro de 2014).

A fundação do PT em 1980 foi um divisor de águas para Iriny; era um *projeto* que precisava dar certo. O *projeto individual* de Iriny passava pelo *projeto social* de construção do PT, visto por ela como um instrumento de luta da classe trabalhadora. A construção do partido foi outro momento de decisão em sua vida, a de que a militância partidária era o rumo a ser por ela seguido e em definitivo.

Então, assim, foi assim que eu fui pra política, aí aquela compreensão de que é muito importante ter associação de moradores, é muito importante ter sindicatos, é muito importante o movimento da juventude, é muito importante o movimento de mulheres, mas se não tiver partido essa importância toda se perde, porque ela não se canaliza pra um projeto de mudança. [...]

Se tem injustiça tem que lutar contra ela, então a política é o instrumento da luta. E dentro da política, o partido é o instrumento da luta. Então, não existe fazer política aleatoriamente, esse fazer política aleatoriamente tem dia pra começar e dia pra acabar. Sem partidos não há democracia, sem democracia não tem evolução da superação das diferenças, porque você pode resolver os problemas econômicos, mas você fica com uma compressão das liberdades individuais, da liberdade cultural... Então, assim, a democracia é... Não tem

outra coisa que se inventou pra resolver, então, essa foi a trajetória que marcou a minha vida até hoje e eu serei uma militante pra sempre, e isso é também algo definitivo (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Iriny participou da fundação do PT em 1980 e esteve ligada à direção estadual desde 1984. Ela observa que passou quase 20 (vinte) anos sem se candidatar. A prioridade foi se dedicar às tarefas de construção partidária. Em 1997, chegou à presidência do PT-ES, mantendo-se no cargo por três anos. Em 1999, integrou o “Fórum Reage Espírito Santo”, fundado, naquele mesmo ano, pela Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo (OAB-ES) e por entidades da sociedade civil organizada. O objetivo do Fórum era combater o crime organizado no estado, tendo participação, por exemplo, na decisão federal de extinguir o grupo de extermínio Escuderia LeCoq e de afastar da Assembleia Legislativa deputados envolvidos em crimes de corrupção⁵¹. O governador do Espírito Santo, na época, era José Ignácio Ferreira (1999-2002), do PSDB. A atuação de Iriny no Fórum não só rendeu a ela a cobrança para sua primeira candidatura como também a necessidade de seis anos de proteção da polícia federal, nos quais andou escoltada por dois policiais para onde quer que fosse. Foi um período de extrema limitação de sua vida social e de grande preocupação pela segurança de sua família.

O partido havia decidido que ela concorreria como deputada estadual nas eleições de 2002 e Claudio Vereza, como deputado federal. Contudo, divergências internas levaram à inversão desse acordo e Iriny lançou candidatura à Câmara dos Deputados em vez de concorrer à Assembleia Legislativa. Foi eleita e exerceu o mandato de 2003 a 2007. Segundo Iriny, essa primeira eleição foi “meio no susto” (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 14 de fevereiro de 2014). Desde então, reelegeu-se para as duas legislaturas subsequentes da Câmara (2007-2011 e 2011-2015). Coordenou, no Espírito Santo, duas campanhas presidenciais de Lula. Foi também vice-presidente do diretório nacional do PT e candidata à sua presidência em 2009. Atuou como secretária de Formação Política e de Relações Internacionais pelo PT nacional e secretária em diversas pastas no PT-ES ao longo de sua *trajetória* política.

⁵¹ Fonte: ESPÍRITO SANTO reativa Fórum contra a corrupção. **Gazeta Online**. 19 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/01/49869-espírito+santo+reativa+forum+contra+a+corrupcao.html>. Acesso em julho de 2014.



Fotografia 4: Iriny Lopes – foto oficial como ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011).
Fonte: LIMA (2011).

Em 2011, foi convidada pela presidenta da República, Dilma Rousseff, para ser ministra da Secretaria de Política para as Mulheres, cargo em que permaneceu por um ano e três meses, quando abriu mão para concorrer à prefeitura de Vitória nas eleições de 2012. Entretanto, Iriny perdeu a eleição, alcançando o terceiro lugar na preferência do eleitorado. Voltou a ocupar a cadeira de deputada federal na atual legislatura (2011-2015) e é candidata à reeleição.

Na Câmara dos Deputados, Iriny Lopes foi a primeira mulher a presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (2005-2006; 2010), tendo sido o maior cargo que alcançou junto às comissões além das posições de titular e suplente (CAMÂMARA DOS DEPUTADOS – sitio, acesso em julho de 2014); foi relatora da Lei Maria da Penha e da

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Grampos⁵². Até junho de 2014 havia proposto 48 projetos de lei. Suas bandeiras políticas abarcam a relação com os movimentos sociais, a luta por distribuição de renda, redução da miséria e pelos direitos humanos, defendendo, também, grupos minoritários: “[...] LGBT, mulheres, negros, quilombolas, índios, pequenos, médios e microempresários, movimentos ligados a uma visão preservacionista do ponto de vista do meio ambiente, ta certo?” (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

É interessante localizar Iriny entre as correntes políticas de seu partido, principalmente, para entender melhor a situação de sua candidatura à prefeitura de Vitória, que foi perpassada, na compreensão de Iriny, por uma tentativa de boicote por parte de companheiros do PT. De acordo com Oliveira (2008, p.133-4), o PT-ES abrigava, de 1980 até meados da década de 1990, correntes minoritárias e majoritárias que se ligavam a tendências mais radicais de esquerda ou mais moderadas, ambas acompanhando as tendências gerais do partido em nível nacional. Entre as correntes minoritárias, o autor identificou três: “O trabalho”, “Força Socialista” (FS) e “Democracia Socialista” (DS), mais à esquerda radical. Ao centro estavam os “Independentes”. A tendência majoritária era chamada “Articulação dos 113” e, após divergências internas, dividiu-se em dois grupos: o “Unidade na Luta” (ou “Articulação do A”), do qual faziam parte Perly Cipriano⁵³, Vitor Buaiz⁵⁴, entre outros; e o “Articulação de esquerda” (ou “Articulação do B”), do qual faziam parte, por exemplo, Iriny Lopes, Claudio Vereza, João Carlos Coser⁵⁵ e Ana Rita.

Oliveira (2008) explica que, até meados da década de 1990, o grupo “Unidade na Luta” era hegemônico no partido. A situação muda com a eleição de Iriny à presidência

⁵² Fonte: IRINY (sítio oficial). **Biografia**. Disponível em: <<http://iriny.com.br/biografia/>>. Acesso em julho de 2014.

⁵³ Foi preso político e torturado nos porões da ditadura militar por fazer parte da Ação de Libertação Nacional (ALN); um dos fundadores do PT-ES e presidente do partido de 1984 a 1987 (OLIVEIRA, 2008).

⁵⁴ Foi prefeito de Vitória (1989-1992) e governador do Estado do Espírito Santo (1995-1999) (OLIVEIRA, 2008).

⁵⁵ Presidente Regional do PT em 2001 e em 2014 (PT-ES – sítio oficial. História. Disponível em: <http://www.ptes.com.br/mostraconteudos.asp?cod_conteudo=37%20>. Acesso em julho de 2014). Foi deputado estadual de 1987 a 1994; deputado federal de 1995 a 2002 e prefeito de Vitória de 2005 a 2012 (BORGES, Laryssa; MEDEIROS, Mainara. Eleições 2008: João Coser é reeleito em Vitória. **Portal Terra**, 05 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2008/interna/0,,OI3234558-EI11856,00-Petista+Joao+Coser+e+reeleito+em+Vitoria.html>>. Acesso em julho de 2014.

regional, cargo em que se manteria por três mandatos (1997; 1998 e 1999), fortalecendo a “Articulação de esquerda”, da qual fazia parte. Nos anos 2000, surgem divergências entre Iriny e João Coser e este funda uma nova tendência, a “Alternativa Socialista” (AS). Essa tensão ocorreu pelas diferenças de ambos quanto às estratégias de aliança partidária. O grupo de Iriny não era favorável a integrar a coalizão do Governo Paulo Hartung, que na época estava filiado ao PSB, enquanto Coser e outros correligionários eram. A tendência do grupo de Iriny era se articular para dentro do partido, enquanto o grupo de Coser era se articular para fora, com outras forças partidárias.

É importante entender esses confrontos, pois Iriny comentou, na primeira entrevista, que houve uma grande divergência interna quanto ao lançamento de candidatura própria à prefeitura de Vitória nas eleições de 2012⁵⁶, o que gerou a tentativa de boicote já mencionada. Embora Iriny não cite o nome de João Coser na entrevista, que era o prefeito da cidade de Vitória pelo segundo mandato na época, ela explica o confronto:

Alguns achavam que nós devíamos apoiar o PMDB e eu achava que a gente devia ter candidatura própria. Aceitava se tivesse outra candidatura do PT, mas apoiar o PMDB não! Então, assim, eu era candidata, mas topava construir outra alternativa dentro do PT. Então, assim, levei isso, ganhei, mas... ganhei a disputa política internamente, e em parte externamente. Perdemos as eleições, mas não me arrependo, acho que fiz o que era pra ser feito. Ninguém que ta no comando de uma prefeitura pode abrir mão assim. É a mesma coisa que dizer “eu fiz tudo errado”, uai! Se eu fiz tudo errado não posso ser candidato, ninguém do PT pode ser candidato e então é porque o PT não tem condições de governar. Então, foi muito duro, mas tinha que ser feito. Os companheiros com quem eu disputei essa visão sento com eles, converso com eles, abraço, beijo, normal. Do ponto de vista pessoal eu não tenho nada contra eles, do ponto de vista da política eu disputo, e sempre será, quando eu achar que eu estou certa, eu defenderei a minha bandeira. Não a minha bandeira individual, a bandeira que eu acredito nela, uma plataforma política, não eu (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

A primeira experiência de Iriny no poder executivo foi como ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Em um ano e alguns meses de atuação, o primeiro ponto observado por ela é que há um despreparo do governo brasileiro em trabalhar de forma intersetorial seus ministérios para tratar a questão de gênero, que atravessa vários programas de governo, como o SUS (Sistema Único de Saúde) e o Brasil sem Miséria.

⁵⁶ A administração de João Coser na prefeitura estava em baixa, com denúncias de superfaturamento na desapropriação de terrenos na cidade de Vitória.

Há também, a seu ver, grande dificuldade de implantação de gerências e secretarias específicas para o tema nos estados e municípios, o que dificulta o gerenciamento dos repasses que o governo federal encaminha para que estados e municípios executem as políticas públicas necessárias.

Então, assim, a minha experiência como ministra me mostrou, em primeiro lugar, essa necessidade da capacitação da máquina pública para compreensão, elaboração e execução de políticas articuladas para a promoção dos direitos das mulheres (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 14 de fevereiro de 2014).

A segunda questão que marcou Iriny em seu maior contato com os movimentos de mulheres – sobretudo através de uma Conferência que coordenou em sua gestão, que teve a participação de três mil delegadas de todo o Brasil – foi uma expressiva fragmentação dos movimentos de mulheres no país, “muito gueto”, “[...] com baixa capacidade de inserção e de pressão política [...]. Uma baixa representação dos movimentos dentro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, uma ausência clara de liderança dessas representantes junto à base”, o que a deixou muito preocupada (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 14 de fevereiro de 2014).

Chamou a atenção ao longo das duas entrevistas cedidas por Iriny a repetição da palavra “coerência” em muitas das vezes que a deputada se referia ao seu modo de fazer política, como nos seguintes trechos: “Você pode perder muita coisa, mas a coerência não”; [...] “As aspirações? As minhas aspirações é continuar a fazer política, ta certo, nesse nível de coerência que eu tenho procurado pautar a minha vida pública e minha vida privada até então” (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Representar o povo do Espírito Santo no Congresso Nacional é motivo de orgulho para ela, que se sente realizada e afortunada com a *trajetória* que traçou, mas também chama de “duro aprendizado” e “desestabilizador” o distanciamento provocado pela atuação política em relação “às famílias para quem preza a convivência familiar”. O cansaço físico, os constantes atrasos dos voos, o estresse diário do trabalho do parlamentar, que não se resume a três dias por semana em Brasília, mas a uma rotina exaustiva de domingo a domingo, entre a atuação política na capital brasileira e o contato constante com as bases eleitorais no Espírito Santo.

A gente acaba acostumando com abre mala, fecha mala, corre daqui, corre dali. Chega, dá um beijo no filho, no marido... Vai pra Ecoporanga... Vai na estrada. Então, assim, é estressante, mas não tem, assim, é difícil pensar na nossa atividade política sem essa parte, porque é difícil de... como você vai ser representante do povo se você não dialoga com povo, se você não vai, se você não chega aos seus eleitores, se você não chega aos seus movimentos, e tal? (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 14 de fevereiro de 2014).

Sobra, para Iriny, o lazer em casa, que é o lugar onde ela mais ama estar, onde se vê como uma visitante, dados os raros momentos de recolhimento. Desfruta do veio musical da família, que realiza rodas de samba, chorinho, música popular brasileira em geral e também ouve música clássica, quando se reúne com a família do marido. A paixão pela convivência familiar vem das raízes grega e italiana, como rememora, da família grande, em torno da mesa, agregando também os amigos:

A cozinha é o lugar. Ali eu estou sempre colada no fogão, cozinhando, que é uma das grandes paixões da minha vida, adoro cozinhar pra minha família, adoro cozinhar pros meus amigos, cozinho pra cinco pessoas como cozinho pra 100 pessoas, com a mesma... porque amo, adoro, adoro, né! (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Da infância, Iriny guarda o apego à cidade de Lima Duarte, de onde saiu há mais de quarenta anos, mas onde ainda mantém vínculos até hoje, visitando os amigos de lá. A militância partidária é definitiva, garante, essa mineira que adotou o Espírito Santo como lar e reduto político.

3.3.4. Maria de Lourdes Savignon

[...] a gente tinha que buscar outros caminhos [...], a gente entrou [...] no partido mais pra buscar outros caminhos, além do caminho da igreja.

Filha de Hilário Savignon e Irma Dallormi Savignon, Maria de Lourdes nasceu em 10 de dezembro de 1957 no bairro popular Valão, em Cachoeiro do Itapemirim, município ao sul do Espírito Santo. Mora, até hoje, no mesmo bairro. Única mulher numa família de cinco filhos iniciou sua vida escolar aos oito anos de idade. Completou o secundário em 1978, quando se formou como técnica em Contabilidade na escola particular Ateneu Cachoeirense.

Lourdes teve uma infância simples, mas difícil, relatou. Seu pai passou por problemas devido ao hábito de beber, o que ocasionou a separação de seus pais quando ela tinha por volta dos doze anos de idade. Dos 15 para os 16 anos, Maria de Lourdes começou a trabalhar durante o dia na secretaria da mesma escola onde estudava à noite.

Seu primeiro passo na *trajetória* política se deu por meio da atuação na igreja católica, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Foi catequista e frequentou o grupo de jovens de sua comunidade. Envolvendo-se no trabalho da igreja, “Lourdinha”, como é chamada, foi descobrindo as necessidades mais amplas da população, e a luta por melhorias no bairro despertaram seu interesse pela vida política.

O bairro não tinha calçamento, não tinha água potável, não tinha nada, só tinha casinhas e mais nada! [...] A escola era uma escola pequena, precária, dali um tempo a gente conseguiu a construção da escola nova [...]. Então, a gente começou a fazer esses movimentos no bairro (SAVIGNON, Maria de Lourdes. Entrevista concedida em 06 de novembro de 2013).

Uma das pessoas que incentivou Maria de Lourdes a participar da política foi um padre jesuíta italiano chamado Nazareno, que trabalhava nas comunidades de Cachoeiro. Ela conta que o padre ressaltava a necessidade de luta por meio da política: “[...] a gente tinha que buscar outros caminhos, e foi ele que me incentivou, foi inspirado nele que a gente entrou mesmo ali no partido mais pra buscar outros caminhos, além do caminho da igreja” (SAVIGNON, Maria de Lourdes. Entrevista concedida em 06 de novembro de 2013). Na época de sua primeira candidatura, em 1986, Lourdinha participava das CEBs há oito anos, tendo sido membro da Coordenação Estadual (SAVIGNON, Maria de Lourdes. Folheto de Campanha Eleitoral para deputada federal, 1986 – anexo A).

A ex-deputada se filiou ao PT em meados da década de 1980, tendo participado de seu diretório por meio de várias funções, dentre elas a de presidenta do Diretório Municipal do PT/Cachoeiro de Itapemirim, de 1987 a 1989. Um ano antes, em 1986, Lourdinha foi indicada por seus companheiros de partido para disputar as eleições da Constituinte, chamado que foi aceito por ela, que ficou surpresa com a perspectiva de se eleger, algo que segundo ela não foi planejado. Ela foi a única candidata do PT em sua cidade, tendo feito um campanha simples, mais de “boca a boca”, já que não havia muitos

recursos na época. Em seu folheto de campanha, o qual me concedeu no momento da entrevista (anexo A), sua principal bandeira política se ligava à luta dos trabalhadores:

Temos o direito ao trabalho, a estabilidade no emprego, a livre organização sindical, ao respeito e incentivo às organizações populares, enfim, a melhores condições de vida no campo e na cidade. Queremos educação e saúde para todos, creches, salário mínimo real, Reforma Agrária justa e verdadeira. Para conseguir estes direitos é fundamental que nos organizemos e votemos em gente engajada nos movimentos populares e não em políticos profissionais que só mentem (SAVIGNON, Maria de Lourdes. Folheto de Campanha Eleitoral para deputada federal, 1986).

No folheto, a candidata também salienta a defesa do meio ambiente, a melhoria do transporte coletivo, das associações de moradores e do saneamento básico. Além disso, menciona sua participação na organização dos trabalhadores da rede particular de ensino e na greve dos caminhoneiros que atendiam à empresa de cimento Nassau. É interessante seu relato sobre a desconfiança de setores da população em relação ao PT na época:

[...] era um período muito intenso, porque, primeiro que o partido estava se formando, era uma coisa que, pra muito setor, se a gente falasse que era do PT era visto com horror, né, muitas pessoas não gostavam nem de ouvir falar do partido, mas, enfim, a gente estava indo contra tudo e contra todos [...] (SAVIGNON, Maria de Lourdes. Entrevista concedida em 06 de novembro de 2013).

Maria de Lourdes não conseguiu se eleger, ocupando a posição de 1ª suplente, atrás apenas de seu companheiro de sigla na capital Vitória, o deputado constituinte eleito Vítor Buaiz. Contudo, Vitor Buaiz, após a conclusão da Constituinte, em 1988, lançou-se candidato a prefeito de Vitória para o mandato de 1989-1993, alcançando êxito, o que permitiu que Maria de Lourdes assumisse sua vaga na Câmara dos Deputados, já que era a primeira suplente do partido. Dessa forma, iniciou seu primeiro e único mandato no legislativo federal em 04 de janeiro de 1989, permanecendo no cargo até o final da legislatura, em 1991. Foi, portanto, a primeira mulher cachoeirense a exercer mandato no Congresso Nacional. Houve tentativa de reeleição, mas Lourdinha não obteve sucesso.

Maria de Lourdes, na época, também se engajou na luta pela construção do Sindicato dos Trabalhadores do Mármore e Granito do Espírito Santo (Sindimármore). A extração dessas pedras é a principal atividade do município de Cachoeiro de Itapemirim e, em

fins dos anos 1980, não havia o sindicato da categoria. Segundo o histórico da entidade⁵⁷, a luta pela construção do sindicato nasceu do sentimento de indignação e de protesto diante das mortes e mutilações sofridas pelos trabalhadores do mármore e granito na região. Em 1988, houve uma tentativa não exitosa de organização do sindicato, e a luta continuou por meio das Caminhadas dos Mártires, empreendidas pelas comunidades mineiras da região de Alto Gironde (Cachoeiro de Itapemirim), em conjunto com a Igreja Católica. O Sindimármore foi fundado em 1990 e seu registro e reconhecimento institucional ocorreram em 1991.

E a gente tava sempre dando apoio, participando. E quando foi o dia da instalação do sindicato tem uma mulher presente na foto, tem uma mulher presente! Essa inclusive sou eu. Então eu sempre estive envolvida e participando, e atuando em tudo quanto é luta popular na cidade de Cachoeiro, e minhas bandeiras sempre foram nesse sentido, de conquistas, melhorias, desde a educação, desde o transporte urbano, enfim, a melhoria de vida do povo (SAVIGNON, Maria de Lourdes. Entrevista concedida em 06 de novembro de 2013).

Após o término de seu curto mandato como deputada federal, em que foi autora de 8 projetos de lei, Maria de Lourdes continuou participando do partido e exercendo atividade profissional como secretária e escrituraria na prefeitura do município de Cachoeiro; também trabalhou no Sindicato dos Comerciários e na loja de sua família. Há alguns anos, passou por problemas de saúde que a afastaram da militância política. Continua filiada ao PT, mas não tem atuado no mesmo e manifestou vontade de voltar a participar. Sobre a participação das mulheres na política formal, Lourdinha observou, na entrevista que me concedeu em novembro de 2013, que aquela “continua sendo dominada pelos homens”, que é difícil ver mulheres coordenando e administrando os partidos. Para ela, “os nossos partidos políticos, na sua grande maioria, só estão interessados em saber quem fica no poder, como e quando, em se manter no poder”.

⁵⁷ Fonte: SINDIMÁRMORE. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.sindimarmore.com.br/quem-somos>>. Acesso em maio de 2014.



Fotografia 5: Foto do folheto de campanha de Maria de Lourdes Savignon à Câmara dos Deputados, em 1986. Fonte: arquivo pessoal de Maria de Lourdes.

Na *trajetória* de Maria de Lourdes Savignon o auge de sua *carreira* política foi o exercício do mandato na Câmara dos Deputados e sua participação nas disputas eleitorais para o cargo, das quais se ausentou prematuramente. Sua atuação política esteve, desde o início, muito ligada ao engajamento na igreja católica e às lutas dos movimentos populares de Cachoeiro de Itapemirim, um histórico semelhante às outras mulheres do PT que foram entrevistadas para este estudo. O problema de saúde por que passou a ex-deputada parece ter sido determinante para a suspensão de sua *carreira* política, mas ela não se aprofundou na questão. O fato de estar no interior do estado também pode ter dificultado sua reeleição, e ela mesma apontou que os candidatos da, hoje denominada, Região Metropolitana da Grande Vitória⁵⁸ costumam ter mais chances de êxito nas eleições.

⁵⁸ Foi criada em 2001 pela Lei Complementar n.º 204. Engloba os municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana, Guarapari, Serra e Fundão. Concentra a maior parte da população espírito-santense e

Maria de Lourdes mora com sua mãe, de 90 anos, no mesmo bairro onde nasceu. É a responsável, na família, pelo cuidado de seus pais. Seu pai tem 89 anos e mora em outra casa no mesmo bairro.

3.3.5. Myrthes Bevilacqua Corradi

Foi a questão da ditadura. [...] Aquilo ali é que me despertou mais, que eu tinha que fazer alguma coisa, que eu não podia continuar só como professora e só dona de casa, foi ali!

A professora, advogada e ex-deputada federal Myrthes Bevilacqua Corradi nasceu em Vitória-ES, no dia 03 de fevereiro de 1939. É a filha mais velha de Luciano Bevilacqua e Victoria Azevedo Bevilacqua, que tiveram mais cinco filhos. Sua avó e seu avô paternos eram italianos que imigraram para o Brasil, enquanto sua mãe descendia de portugueses. O pai de Myrthes era bancário e estudava engenharia na época em que conheceu a esposa. Largou o curso para se casar com ela, que passou a cuidar do lar. Os dois se mudaram para Vitória, e logo Myrthes nasceu. Com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o pai de Myrthes solicitou transferência para Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, temendo que seu pai, italiano, sofresse represálias por causa da guerra. Mudou-se, portanto, para proteger o avô da pequena Myrthes. Na verdade, o trabalho de seu pai faria ainda sua família morar em vários lugares diferentes.

Sobre aquela época, a ex-deputada federal lembra que, ainda muito pequena, ouvia sua mãe lendo as cartas que seu tio português, jornalista do Jornal do Brasil de São Paulo, escrevia sobre a Segunda Guerra Mundial, e o estardalhaço que ocorreu nas cidades com o anúncio do fim da guerra. Sem entender o que estava acontecendo, lembrou-se de ter ficado muito assustada com os fogos de artifício liberados na ocasião. Era também a época do Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas. Myrthes recordou a desaprovação de seu pai em relação àquele governo, descontentamento que era expresso constantemente na hora do almoço e do jantar da família, que tinha o hábito de se reunir em torno da mesa. Também contou que aquele momento era marcado pela

o maior desenvolvimento econômico e industrial do estado. Fonte: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Perfil regional: Região Metropolitana da Grande Vitória, 2008. Disponível em: <file:///G:/Documentos/Downloads/perfil_metropolitano.pdf>. Acesso em julho de 2014.

carestia. Lembrou-se que seus pais a colocavam numa fila para receber quilos de açúcar, já na cidade de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, onde também moraram.

O período da infância teve espaço marcante na narrativa da entrevistada, que se esmerou por contar muitas das aventuras vividas pela menina que se encantava com o som das palavras e que liderava as travessuras entre os irmãos.

Eu tive uma infância muito gostosa... Mamãe trancava a gente, o portão era muito alto, com cadeado, e ela ia dormir depois do almoço. Um dia eu aprendi a pular o portão e fazia meus irmãozinhos todos pularem o portão [risos]. Quando eu sentia que tava na hora da minha mãe acordar, eu vinha correndo e trazia todo mundo de volta [risos]. A gente ia brincar na beira do rio (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013).

Mas um acontecimento em especial teve grande significado na *trajetória* de Myrthes em seu primeiro contato com a escola, algo que a faria optar, mais tarde, pela *carreira* de professora. Seu pai a matriculou, em Nova Friburgo, em uma escola de matriz religiosa para que fosse alfabetizada. Mas ela conta que não conseguiu aprender a ler naquela escola, e que quando seu pai foi saber por que ela não estava alfabetizada, a professora disse a ele que Myrthes tinha uma espécie de “debilidade” que a impedia de aprender. Sem conhecer o significado da palavra, Myrthes a achou muito bonita e pensou que se tratava de um elogio, ideia que contrastava com a tristeza de seu pai no caminho de volta para a casa. Myrthes relata seu comportamento em sala de aula naquela época:

Só que a professora começava a ensinar, começava com um monte de história infantil. Contava história da Branca de Neve, Chapeuzinho Vermelho, né, Três Porquinhos, aquelas histórias todas da infância, e depois passava pra uma coisa muito chata, que é beabá, beébe, ta te ti to tu, aqueles troços... Aquele tempo era beabá... [...]. Era sílaba, era uma coisa assim, entendeu? Aí eu... Aquilo não me interessava. Não me interessava mesmo! Aí eu passava a vivenciar a história, passava a ser Chapeuzinho Vermelho, passava a ser Branca de Neve... [...]. Eu lá de Chapeuzinha Vermelho, de Branca de Neve e a professora lá no quadro: “pa pe pi po pu”, “ta te ti to tu”... [risos]. Aí eu não aprendi a ler (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013).

No ano seguinte, o pai de Myrthes colocou-a em outra escola, mais caseira. A professora, chamada Dona Noêmia, era, segundo Myrthes, mais enérgica: “[...] quando me via sumindo, desaparecendo... [risos], levantava: ‘Tem bicho carpinteiro na carteira Myrthes! Já para o quadro!’ E eu fui obrigada a aprender a ler”. Quando ela descobriu o

dicionário, logo foi saber o significado daquele “elogio” que havia recebido da outra professora, e qual foi sua surpresa quando soube do que se tratava: “[...] aí eu fiquei a vida inteira me sentindo [risos] com uma deficiência que na verdade eu não tinha, né” (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013).

Essa experiência a fez compreender como pensavam as crianças quando ela começou a dar aulas: “Porque eu me via em cada criança, a dificuldade, quando eu fui professora, pra gente tentar entender a criança, porque a criança pensa diferente do adulto, entendeu?” Esse episódio a fazia ter medo, quando teve seus filhos, de que eles passassem por algo parecido, temor que ela contornou montando sua própria escolinha, para que pudesse acompanhar de perto o aprendizado de seus filhos.

A família de Myrthes ainda se mudaria para a cidadezinha de Rio Pomba, no Estado de Minas Gerais, antes de voltarem a morar em Vitória, a cidade natal, onde concluiria o ginásio na Escola Normal Pedro II. Em Minas, Myrthes concluiu o primário. Lá também iniciou o ginásio em um colégio de freiras, o qual ela não se adaptou, por causa do teor muito religioso da escola e pelo perfil das meninas que estudavam com ela, habituadas a festas e roupas, algo que não fazia parte de sua socialização. Seu pai, mais uma vez, percebeu a dificuldade da filha em adaptar-se e a transferiu para uma escola mista, na qual Myrthes se sentiu muito bem, participando até do grêmio estudantil.

É interessante notar a estreita relação que ela tinha com seu pai, ambos conseguiam estabelecer um diálogo aberto, enquanto sua mãe era mais enérgica e menos compreensiva: “Então a influência do meu pai foi muito forte na minha vida, entendeu? Porque ele tinha paciência pra explicar as coisas, tinha paciência de me entender” (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013). Myrthes comentou em outro momento da entrevista que seu pai foi o maior cabo eleitoral que já teve. E quando pequena, levava-a para comícios em Nova Friburgo.

Foi em Vitória que Myrthes deu seus primeiros passos na *carreira* de professora. Começou a dar aulas particulares em casa. Em pouco tempo, já substituía professoras no grupo escolar, até que houve um concurso para ingresso de novos professores, no qual ela foi aprovada, tornando-se professora titular. Na época, seu pai estabeleceu

uma condição para que a filha fosse professora, a de que deveria fazer o curso de Direito concomitantemente à profissão do magistério, exigência que Myrthes acatou. A faculdade podia ser feita à distância, contanto que o aluno alcançasse média sete nos exames. Myrthes foi dar aula na cidade de Muniz Freire, no interior do Espírito Santo.

Aí eu fui pra Muniz Freire. Meu pai não se conformava em ficar longe da família, mas eu amei! Eu aprendi a tirar café, a catar café, né, aprendi a andar a cavalo, aprendi a fazer queijo, pão, tudo aquilo, eu gostei demais de ficar lá. Mas aí veio o concurso de remoção. Aí eu já fazendo o concurso pra chegar mais perto da casa da gente. Então, eu pedi remoção e fui parar em Itaimbé, Itaguaçu. Lá em Itaimbé não tinha aluno pra mim, não tinha aula. Então a Secretaria de Educação me trouxe, me trouxe para a Secretaria, no Palácio Anchieta, na época a Secretaria de Educação era lá (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013).

Myrthes, já com 18 anos (ano de 1957), passou a trabalhar na parte administrativa da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo, que ficava na sede do governo, o Palácio Anchieta. Muito encantada pelo lugar, Myrthes se adaptou muito bem, e seu trabalho chamou a atenção do secretário de Educação, o senhor Olívio de Abreu, que a chamou para assessorá-lo em seu gabinete. Naquela função, que exerceu por muitos anos, Myrthes pôde conhecer deputados e os assuntos da Assembleia Legislativa.

Na Faculdade de Direito da UFES, Myrthes fez parte do Centro Acadêmico, onde também estavam algumas figuras politizadas, como José Ignácio Ferreira, que seria o governador do estado em 1999. Myrthes lembra que, na época de estudante, participou da União Democrática Nacional (UDN) feminina e de várias assembleias de estudantes. E assim, concluiu seu curso de Direito, cuja profissão de advogada não exerceria. Em complemento à sua atividade no magistério, licenciou-se em Ciências Físicas e Naturais por meio de um curso de curta duração.

Em 1962, Myrthes conheceu seu futuro marido. Em 1965 se casaria com ele e passaria a se dedicar à família e ao lar. O casal teve três filhos: Luciene, Pedro Marcio e Andréa. Embora o marido também fosse advogado, ele não queria que Myrthes advogasse. Ela justificou essa atitude do companheiro por causa dos filhos do casal, da necessidade de alguém para cuidar deles, observando que, em sua época, os maridos entendiam que a profissão do magistério era a que cabia às mulheres, concepção também de seu

marido. “[...] gosta de casa, e a mulher dentro de casa, entendeu? Cuidando, fazendo a comidinha, fazendo as coisinhas entendeu? Ele foi criado assim”. Nesse período, mãe de crianças pequenas, ela conta ter sentido uma espécie de “apagão” para as questões políticas:

Aí, em 1962, que eu conheci o meu marido né. Em 1963 eu estava apaixonadíssima e em 1964 estava preparando o enxoval pra casar. Aí eu saí de tudo! Eu só queria, só pensava em casar... Já tinha terminado Direito né, então fiquei pensando no casamento e tudo, casei em janeiro de 1965, dia 09 de janeiro de 1965. Então, 1964 eu não assisti. Estava completamente apaixonada, só voltada pra mim. Aí em 1966 nasceu a primeira filha, em 1967 nasceu o segundo filho, em 1970 nasceu o terceiro... Eu já tinha uma escolinha, lá onde eu morava, no bairro de Lourdes [...] (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013).

Contudo, a conjuntura política do país bateria à sua porta. Em 1970, uma vizinha chamada Alicinha foi à sua casa e pediu para usar o telefone, o que Myrthes estranhou, pois sabia que a vizinha também possuía um. Surpresa, ela soube que a filha de sua amiga estava presa devido à ditadura militar, e seu telefone estava grampeado. “Aí que eu fui ver menina! Aquilo me fez um mal, eu fiquei numa revolta danada por ter saído de tudo, por não estar participando mais, entendeu?” (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013). Para ela, aquele momento a fez sentir que não seria possível seguir sem se mobilizar politicamente. “Foi a questão da ditadura. [...] Aquilo ali é que me despertou mais, que eu tinha que fazer alguma coisa, que eu não podia continuar só como professora e só dona de casa, foi ali!” É nesse ponto que a política se torna um *projeto* necessário na vida de Myrthes.

Já associada à entidade de organização dos professores primários no estado, a União dos Professores Primários do Espírito Santo (UPPES)⁵⁹, foi convidada para compor seu Conselho. Adiante, ela intensificaria a militância em prol dos direitos dos professores e alcançaria a presidência da instituição em 1979, exercendo-a por dois mandatos. Esse engajamento seria determinante para que a *carreira* política de Myrthes adentrasse a política formal, pois seria por causa de sua luta junto aos professores que ela

⁵⁹ A partir de 1989 com sua transformação em sindicato, a entidade passou a ser denominada SINDIUPES (Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo). Fonte: SINDIUPES. **História**. Disponível em: <<http://sindiupes.org.br/historia/>>. Acesso em julho de 2014.

despontaria, depois, como candidata ao cargo de deputada federal. Sobre as reivindicações dos professores ela diz:

E os salários nossos sempre atrasados, não tinha estatuto, a lei dizia que tínhamos direito de ter um estatuto e não havia um estatuto; o professor tinha direito de ganhar de acordo com a maior qualificação, e não ganhava de acordo com a maior qualificação; o professor não tinha direito à gratificação de regência de classe, apesar de engolir pó de giz. Aí eu fui começar a brigar por esses direitos (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013).

Segundo o histórico divulgado pela instituição em *site* oficial⁶⁰, o mandato de Myrthes teve movimentação expressiva da categoria, em que a entidade “[...] decidiu por uma linha de ação mais institucional e legalista, que servisse aos interesses dos professores”. Foi na gestão de Myrthes que a UPPES adquiriu sede própria, na Rua Duque de Caxias, Centro de Vitória, instituiu os convênios médicos e odontológicos para a categoria, iniciou litígios na Justiça para combater ilegalidades e injustiças dirigidas aos professores e reformulou seu Estatuto, passando a ser denominada União dos Professores do Espírito Santo (UPES).

Myrthes passou, na época, a viajar frequentemente para o interior do estado com objetivo de conversar com os professores sobre a associação e articular a luta da categoria, que em sua grande parte era composta por mulheres. A UPES também viabilizou a criação de outros sindicatos na época e empreendeu grandes passeatas, mesmo com recursos escassos. Para que fosse reconhecida, Myrthes colocava um lenço na cabeça, inspirada pelo professor de educação física Paulo Pimenta, que era muito conhecido por causa do boné que usava. Desde então, Myrthes nunca mais deixou de usar o lenço, tornando-o sua marca registrada. No dia em que me concedeu a entrevista ela estava com ele.

De acordo com Colbari (2003), a década de 1970, sobretudo sua transição para a de 1980, foi palco de grande renovação das práticas sindicais dos trabalhadores urbanos e rurais no Espírito Santo, situação que ia ao encontro do quadro nacional. As pressões para a recuperação do poder aquisitivo dos salários – encurralados pela recessão econômica – e a mobilização para alterar aspectos da CLT (Consolidação das Leis

⁶⁰ SINDIUPES. **História**. Disponível em: <<http://sindiupes.org.br/historia/>>. Acesso em julho de 2014.

Trabalhistas) que dificultavam e limitavam a prática sindical tomaram maior proporção. Essa renovação da luta sindical se configurou como o *novo sindicalismo*, marcado pela ampliação das reivindicações e das posturas ideológicas dos movimentos sindicais.

No Espírito Santo, isto foi reflexo da modernização da economia regional. Como a autora explica, os protagonistas dessa renovação sindical no estado foram os assalariados de classe média, como os professores, jornalistas, médicos e os grupos de oposição sindical no campo e na cidade, quais sejam: “construção civil, metalúrgicos, ferroviários, comerciários, bancários e os trabalhadores rurais”. A UPES fez parte dessa renovação sindical, atuando de forma mais combativa na defesa dos direitos dos professores da rede pública estadual (COLBARI, 2003, p.19).

As grandes mobilizações públicas que a associação dos professores organizava em plena década de 1970, com o regime militar endurecido, fez com que Myrthes tivesse que se apresentar várias vezes ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Vitória para prestar esclarecimentos. Em um desses episódios, vários membros da sociedade capixaba se dirigiram para o prédio do DOPS para apoiar Myrthes – representantes da Organização de Advogados do Brasil (OAB); professores; políticos e estudantes da Ufes (os membros do Diretório Central dos Estudantes, como José de Arimatéia, Fernando Herkenhoff e Stan Stain, pessoas que Myrthes cita em sua narrativa).

Tinha o Stan Stein, tava sendo fichado, porque estava no nosso movimento, o Stan, o José de Arimatéia... Eu passei e vi quando eles estavam colocando aquela data, número, ou sei lá, tirando fotografia né. Eu me lembro que o Arimatéia estava branco, e ele era um moreninho! [risos] Era a época de ditadura mais ferrenha, estava terrível aquilo na época. E eu sei que os professores lá embaixo “solta, solta...”; a OAB foi pra lá, deputados federais, todo mundo lá. Foi Max Mauro, todo mundo foi pro DOPS pra me dar apoio. Eu não fiquei presa, eu dava só entrevista lá [risos], depoimento né (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013).

As lutas pelo magistério impulsionaram a candidatura de Myrthes à Câmara dos Deputados em 1982, pelo PMDB, na ala ligada ao Partido (Partido Comunista Brasileiro)⁶¹. Eleita, seria a primeira mulher capixaba a alcançar o legislativo federal,

⁶¹ O Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB) funcionou, à época, como um “guarda-chuva” que abrigou os partidos de esquerda que só saíram da clandestinidade depois de 1985, como foi o caso

exercendo o mandato de 1983-1987. Na Casa, foi membro da Comissão de Serviço Público e suplente na de Trabalho e Legislação Social. Sua bandeira política mais marcante foi a da melhoria na educação e nas condições de trabalho do professorado.



Fotografia 6: Myrthes B. Corradi discursa em favor das Diretas Já em 1983. Fonte: arquivo pessoal de Rose de Freitas.

No levantamento realizado para esta pesquisa sobre os projetos de lei das deputadas federais pelo Estado do Espírito Santo, não encontrei nenhum de autoria de Myrthes. Na época, ela se envolveu muito com as mobilizações para as Diretas Já (fotografia 6), viajando por todo o país. Também foi vice-presidenta da Confederação dos Professores do Brasil (CPB); vice-presidenta da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB); secretária-geral da Federação Latino-Americana dos Trabalhadores da Educação e da Cultura (FLATEC) e membro do Conselho Diretor da Central Única dos Trabalhadores.

do Partido Comunista Brasileira (PCB), conhecido como Partidão, do qual Myrthes participava. Fonte: PMDB. **História**. Disponível em: <<http://pmdb.org.br/institucional/historia/>>. Acesso em julho de 2014.

Quando sua família soube de sua candidatura apoiou-a de imediato, seu marido chegou a apoiá-la na campanha eleitoral. Mas nem Myrthes nem a família acreditavam que ela seria eleita. Com o êxito de Myrthes, o que era apoio transformou-se em reprovação. Embora o marido e os filhos a tenham acompanhado em sua posse no cargo de deputada federal em Brasília, bastou que retornassem do evento para que o marido “colocasse as cartas na mesa”:

No retorno ele chegou, me chamou pra almoçar, o casamento já tava meio balançado, porque eu não parava em casa, e ele, com muita razão, me disse que não queria ser marido de deputada. Porque, na verdade, ele é um homem caseiro, gosta de mulher dentro de casa, e ele disse: “Eu não vou querer uma mulher, em cima de um avião, em Brasília, pra lá e pra cá...” E aquilo ali me abalou bastante, viu! Porque eu casei, quis ter meus filhos, quis ter um casamento, e ali me abalou bastante, porque eu fiquei com três filhos, ele se afastou um pouco, eu me vi responsável pelas crianças, e eu tinha que estar em cima de um avião, porque ainda eram poucas as mulheres de oposição [...]. Tinha que ir pra um lado, tinha que ir pro outro, a gente rodando o país. Nós estávamos brigando pelas Diretas Já. E eu indo pra vários estados da federação, conversando sobre as Diretas Já, participando de encontros e tudo. E os filhos? (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013).

Após a separação do casal, a filha caçula, de 11 anos, ficou com ela. O filho, de 13, foi para um internato no Rio de Janeiro, o qual ela quase não podia visitar. Sua filha mais velha, conta, ajudou-a bastante, assim como uma “secretária” que Myrthes tinha na época. Seu pai⁶² e os amigos também prestaram assistência, embora reconheça que o fim do casamento tenha sido um duro golpe para ela. Sua sorte foi, conforme diz, que seus filhos eram fáceis de lidar.

Sua atuação política na Câmara dos Deputados era dividida com seus esforços pelas Diretas já, pelos comícios por todo o Brasil. Myrthes representava sindicatos e recebia deles muitas solicitações de projetos de lei, demandas das categorias de classe. Ela explica que era necessário fazer com que os projetos de lei “andassem” de mão em mão para serem aprovados, manobra que ela não conseguiu fazer à época. Myrthes atribuiu essa dificuldade à sua não reeleição. Seu olhar sobre a época considerou que lhe faltava ainda vivência partidária para possibilitar uma maior compreensão da forma como os agentes políticos se moviam. Na época de acertar a candidatura à reeleição,

⁶² Myrthes só mencionou seu pai, não deixou claro se a mãe dela já havia morrido na época.

ela foi “engolida” pelo conflito de interesses de seus colegas de partido, ficando com a sensação de ter “jogado fora” seu capital político.

O Max [Max Freitas Mauro] querendo ser governador, o [Gerson] Camata já era governador e o Zé [José] Moraes era o vice. E o Zé Moraes que era o dono dos recursos partidários pra eleição. Aí Max me chamou na casa dele, e me disse que precisava do meu cargo de deputada, que eu desistisse, a favor do Vasco [Alves], e que eu fosse para o Senado, que ele me daria a Secretaria de Educação. Para uma professora que tinha ideias de querer mudar a educação, o que você acha que eu ia querer? Logicamente que a Secretaria de Educação a um mandato. Aí eu quis a Secretaria de Educação. Acreditei. Aí foi até legal a campanha, eu fiquei de aviãozinho com o Camata [risos]. O Camata era candidato a senador, e lógico que ele ia ganhar, só tinha uma vaga. E eu mesma queria ver o que eu ia ganhar, mas não ia ganhar nada, porque não era eu que tinha sido governadora, e era ele que ia ser o senador, e de fato. Quando faltava mais ou menos um mês pra eleição, eu estava em Barra de São Francisco, Max me chamou, dizendo que tava tendo dificuldade com Zé Moraes, e queria que eu fosse candidata a deputada federal aqui pelo estado, de novo por Vila Velha, por causa de Vasco, porque eles não gostavam muito do Vasco. Aí eu vim; me lembro que meus colegas, amigos, o grupo, choraram muito, não queriam que eu quisesse voltar, porque eles não sabiam se o grupo ia ficar dividido. E eu disse: “Eu não vou sair de casa, eu não vou atrapalhar o Vasco”. E mesmo assim eu tive quase 16 mil votos, sem sair de casa. E Max ganhou. O que ele me deu? A Secretaria de Ação Social (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013).

Segundo Vieira (1993), as eleições de 1986 no Espírito Santo se deram a partir de um acirramento pela escolha, dentro do PMDB, da candidatura ao governo do estado, o que causou fissuras no partido. Max Mauro disputou a vaga para a candidatura ao governo com José Ignácio Ferreira. O primeiro tinha o apoio de uma frente de prefeitos liderada por Paulo Marcos Lomba Galvão, de Castelo, e Luiz Moulin, de Guaçuí. O segundo contava com o Palácio Anchieta, na figura do vice-governador José Moraes, governador em exercício, já que Gerson Camata havia renunciado de sua permanência no cargo para concorrer ao Senado, no que teria êxito. Essas fissuras internas no partido eram as dificuldades a que se referia Max Mauro quando procurou Myrthes. Entretanto, ele conseguiu reverter a situação, pois sua candidatura ganhou expressividade e fez com que os opositores se unissem a ele. Elegeu-se sem dificuldades, embora, após as eleições, sua relação política com o senador Gerson Camata tenha se eclipsado. O resultado, junto ao fracasso do PMDB com o Plano Cruzado, foi o desgaste do partido e a perda de várias de suas lideranças expressivas (VIEIRA, 1993).

Myrthes prejudicou sua própria reeleição para a Câmara dos Deputados esperando que Max Mauro a nomeasse secretária de Educação, mas o que ele fez foi mantê-la por apenas um ano na Secretaria de Ação Social. Depois, Myrthes acabou desistindo de tentar outros cargos e, segundo ela, foi “cuidar dos filhos”. Além das dificuldades pessoais, a própria forma como a Câmara dos Deputados era estruturada colocava à margem as poucas mulheres que conseguiam chegar à Casa:

O que me faltou na época? Me faltou... Eu tinha conhecimento sindical, sabia como trabalhar dentro de um sindicato, mas não sabia trabalhar dentro de partido político, entendeu? Até na Câmara a gente tinha dificuldade, porque muita coisa acontecia no banheiro dos homens. Porque no plenário, eles saíam lá, iam conversar entre eles e depois vinham com o comunicado pra gente, “isso já foi acertado assim, assim e assim...” A gente não participava dos acertos. Só tinha um banheiro lá no plenário. Nem a Câmara estava acostumada a receber mulher, e nós mulheres não tínhamos vivência partidária. Eu não tinha vivência partidária. Faltou a mim a vivência partidária! Foi por isso que aconteceram essas coisas todas, depois eu desisti mesmo, fui cuidar de filho, né (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013).

Quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) saiu da clandestinidade e foi oficializado (década de 1990), Myrthes se filiou a ele formalmente, já que participava do mesmo desde a juventude. O PCB passou a se denominar Partido Popular Socialista (PPS), mas outro grupo, em nível nacional, acabou retomando a sigla antiga, dissociando-se do PPS. A ex-deputada é vice-presidente do Diretório de Vila Velha.

Em 2010, Rita Camata (PSDB) convidou-a para ser sua 3ª suplente ao Senado, mas não obtiveram êxito. Hoje, Myrthes não ambiciona voltar às disputas eleitorais sem que isto suponha sua reclusão da vida política. Em 2014, completou 75 anos e lida com alguns problemas de saúde. É uma avó muito orgulhosa de seus netos, desfruta da convivência familiar e faz questão de participar não só das reuniões de seu partido, mas também de eventos de outros partidos, estando a par de toda a movimentação política no Espírito Santo. Dentro de seu partido, briga por formação política e pelo fortalecimento da presença de mulheres, buscando articular um movimento que as una, embora não seja favorável a um movimento partidário de mulheres separado dos homens. Possui uma linha política, segundo ela, sem radicalismos, perfil que manteve desde a juventude. Atualmente, também participa da Associação de Professores Aposentados.

Quando Myrthes falou de sua atuação política quando sindicalista e deputada federal, foi evidente em sua narrativa a certeza de que era imprescindível colocar-se na luta política, mas não sem perdas no ambiente familiar, o que lhe causava uma dupla agonia: “Aí eu ficava, assim, muito agoniada com os meninos e ao mesmo tempo agoniada com o país”. Essa tensão gerou um sentimento de culpa, de não cumprimento de um papel tradicional de mãe.

O que eu não tinha tempo é para os filhos, de ficar mais atendendo a eles, porque eu tinha que, como se diz, não tinha aquele carinho de mãe, aquela atenção de mãe não teve, porque era uma época difícil, porque tinha as Diretas já. Chegava o fim de semana, fretavam um avião pra ir lá fazer um comício no Paraná, ou fazer um comício no Ceará, e você tinha que estar presente, e era mais no fim de semana né (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013).

Compreendo que a percepção de Myrthes acerca de uma possível “falha” no papel convencional de mãe tenha se intensificado recentemente por causa da morte de sua filha mais nova dois anos antes da entrevista – a filha tinha pouco mais de trinta anos e faleceu devido a complicações advindas de uma cirurgia. A saudade intensa que Myrthes tem da filha leva-a pensar que poderiam ter convidado mais se não fossem suas ausências no passado, dada a militância política. Nos momentos finais da entrevista, quando pedi a ela que sintetizasse sua experiência de vida, esse tema voltou a ser enfatizado: a vontade de ter estado mais próxima dos filhos, embora eles não a tenham desaprovado pela dedicação à *carreira* política ou tenham cobrado dela mais presença. Trata-se de uma autopercepção, provavelmente, induzida pela culpa que, possivelmente, seus filhos não partilhariam⁶³:

Eles [os filhos] dizem que não, mas hoje, depois que eu perdi minha filha, eu queria ter conhecido melhor a minha filha, entendeu? Eu queria ter ficado, saber das coisas que se passavam dentro dela. Eu sabia, sabia muita coisa, mas não sabia, entendeu? É a mesma coisa de você com sua mãe. Às vezes você tá perto da sua mãe, mas não conhece a sua mãe, entendeu? Eu acho que a gente tem que procurar conhecer melhor as pessoas que estão ao nosso lado, por dentro delas, entendeu? Aí a gente aproveitava mais. Quantas vezes ela telefonou pra mim e eu tava impaciente querendo sair... Podia ter ouvido mais.

⁶³ Esse foi um dos momentos mais delicados por que passei como pesquisadora e também como pessoa. Myrthes estava profundamente comovida, tomada por uma tristeza que também me atingiu. Fiquei muito tocada pela situação e um pouco confusa sobre como agir. Preocupei-me em não ser invasiva, já que, até então, eu era uma estranha que se pôs em escuta. Contudo, a empatia do momento me impeliu a consolá-la, tentando dizer a ela que seus filhos deviam ter muito orgulho da mãe que os criou. Naquele instante a emoção conduziu nós duas.

E isso eu lamento não ter... Talvez ela não tivesse visto isso, mas eu, hoje, que não ouço mais a voz dela, eu sinto isso. [...]

Então a gente tem que saber, a gente tem que se dedicar ao país, tem que se dedicar ao estado, ao município, tem que se dedicar aos outros, às associações comunitárias, à comunidade com toda a vontade, mas também ouvir mais os filhos da gente. Sei lá, eu não sei se eu fiz isso errado ou não. Eu perguntei à minha filha e ela me disse que eu fui uma excelente mãe, mas eu não sei. Eu tenho os cartõezinhos que eles me davam, mas eu não sei... Daí é um negócio que é uma saudade muito grande. [...]

A gente acaba se sacrificando um pouco. A gente acaba sacrificando a família. Há um sacrifício da família, na verdade existe (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013).

Myrthes foi a mulher, dentre as entrevistadas, que mais evidenciou a tensão entre família e *carreira* política, e na questão do relacionamento com os filhos, expondo seus sentimentos com menos pudor. É provável que a perda da caçula explique esta postura, mas não apenas. Quem sabe sua idade mais avançada do que a das demais entrevistadas leve-a a uma visão diferenciada dos fatos. Porém, é preciso que se diga, o conflito é evidenciado porque Myrthes não se arrepende, “apesar de tudo”, da luta política travada, e sabe que “faria tudo de novo”, exceto, como diz, que buscaria estar mais perto dos filhos na época de suas lutas no sindicato e em seu mandato de deputada. Avalia, ainda, que desejaria ter tido uma maior vivência partidária antes de se candidatar a deputada federal, quando ainda estava muito imbuída de uma concepção mais romântica da política, fruto de sua vivência no Partidão quando jovem. Hoje, compreende que aquela experiência não a ajudou muito a marcar seu espaço na organização partidária quando foi deputada. Entretanto, não tem, talvez, tanta clareza que aquela vivência autêntica, conforme narra, é que a tenha levado, junto a outras experiências, a ser quem é.

3.3.6. Rita de Cássia Paste Camata

É que sempre eu gostei muito e não havia, enquanto meu pai tava do lado, não me deixava militar em nada, né. E casei, falei: ‘não, agora não, eu vou fazer o que eu acho que é importante, que tá traçado e que eu quero’.

Rita Camata nasceu em Conceição do Castelo no dia primeiro de janeiro de 1961. É filha dos agricultores Antonio Paste e Anides Venturim Paste, descendentes de

italianos. Rita, que é gêmea, é uma das mais novas entre dez irmãos. Aos nove anos de idade já ajudava os pais, cuidava de afazeres domésticos e cozinhava. Para ela, sua infância se resumia a estudar, capinar, plantar e colher. “Mas eu sei que eu não tive uma infância, assim, muito rica, pouca brincadeira, o máximo era abobrinha de cabeça, fazia bonequinha com cabelo de milho, quer dizer, uma coisa, assim, muito singela” (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

Rita explica que seus pais possuíam dois sítios. Um deles era onde a família morava. O segundo ficava a onze quilômetros da casa principal, percorridos a pé pela família. No período de férias da escola, Rita passava a semana inteira no segundo sítio, cuidando do local junto com a família e as pessoas que trabalhavam na propriedade. Saíam ainda de madrugada, levando, no dorso de um burro, balaios com carne de sol, arroz, açúcar, entre outros mantimentos. As responsabilidades eram também acompanhadas pelas brincadeiras – pique-pega, queimada e as escaladas nas árvores.

Embora Rita e seus irmãos ajudassem os pais desde cedo com o trabalho na roça, eram muito exigidos no desempenho escolar. Para Rita, havia o cuidado de uma família estruturada e amorosa. Seu pai, que foi impedido de estudar pelo avô de Rita quando era pequeno, fazia questão de dizer que “a única herança que queria deixar para os filhos era a educação”. Dessa forma, Rita conviveu muito pouco com os irmãos mais velhos, pois logo que completavam o primário eram enviados para os seminários de padres e freiras para completar os estudos. Essa era a única forma de se educar as crianças na época, já que a educação pública gratuita só era oferecida até a conclusão do primário. Os agricultores, então, ajudavam as igrejas e seus seminários com parte dos produtos colhidos na roça.

Então, foi uma infância, assim, muito, que me deu uma base muito sólida pra vida né, onde eu aprendi não só a respeitar, a valorizar o trabalho, o trabalho coletivo; a convivência que a gente tinha com pai, mãe era pequena, porque todo mundo voltado pra um monte de filho e tendo que fazer tudo, e também com as pessoas que ajudam. Na época tinha muita mão-de-obra, tudo era na base da enxada, né (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

O pai era muito participativo da Igreja Católica também, e Rita entende que os aprendizados que teve na infância e adolescência no meio rural propiciaram um

ambiente que favoreceu a construção para si de um sentido de coletividade. Aliás, quando estava com 15 ou 16 anos, Rita foi “intimada” pelo pai a dar aulas como professora substituta em turmas seriadas (da primeira à quarta séries) numa localidade de difícil acesso, para a qual não havia nem ônibus que levasse, por isso a dificuldade de encontrar professores que aceitassem a incumbência⁶⁴. Rita gostava muito da tarefa: “Achei o máximo, saí da roça e fui dar aula pra primeira, segunda, terceira e quarta série; e aprendendo com as crianças, porque eu era uma menina também” (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).



Fotografia 7: Rita Camata, setembro de 2013, em reunião do PSDB. Fonte: GIANNE (2013).

Na época, Rita também fez o curso científico (que hoje corresponde ao Ensino Médio) na cidade de Venda Nova do Imigrante. Morava em São João. Eram sete quilômetros de caminhada. Rita completou o ciclo escolar básico na escola pública e depois no Salesiano, que não era pago, mas recebia o apoio dos agricultores com os alimentos produzidos.

⁶⁴ Na entrevista que Rita concedeu à Simone Almeida (2013), ela informa que a localidade se chamava Pinga Fogo, e que ficava próximo à entrada para o município de Afonso Cláudio.

Em seguida, passou no vestibular da Ufes para o curso de Comunicação Social, que concluiu em 1985. A chegada à universidade em 1981 foi tensa para Rita, principalmente depois de seu casamento com Gerson Camata em 1982. Gerson era candidato ao governo do Estado do Espírito Santo e foi eleito, portanto, o primeiro governador capixaba empossado pelo povo durante o processo de redemocratização, exercendo o mandato de 1983 a 1987. Sobre a chegada de Rita à Vitória, ela conta sobre a insegurança de participar do ambiente político da Ufes e a rotina “corrida” que tinha na época:

Foi um período, sabe, difícil, eu sempre tive, na infância, aquela visão muito machista do italiano, né, que mulher não devia se envolver muito nas questões políticas, mas meu pai era, por essência, preocupado com escola pras crianças, com a igreja, com os doentes, em ajudar os colégios. Então, isso pra mim foi uma base importante. Quando eu cheguei aqui, eu comecei a fazer faculdade e dava aula, fazia matéria de manhã, fazia matéria a noite, e dava aula de tarde pro, com a professora adjunta, de pré-escola, na época. Então, era um período muito puxado. E, na faculdade, era o curso de comunicação social logo depois do período da ditadura, eu peguei o período do tal do “Balão Mágico” na UFES, que era a turma que arrebetava tudo, e eu, meio assustada, né, de quem chega da roça, assim, meio tímido ainda, mas ficava meio que espantada com todo aquele movimento, querendo participar, mas, ao mesmo tempo, tinha que trabalhar, tinha que estudar, tinha que fazer o mexido quando chegasse em casa [risos]. Não tinha... Era difícil conciliar tudo. E, no ano seguinte, logo eu já comecei a namorar, daí a nove meses eu tava casada (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

Rita conheceu o marido em um estúdio de televisão, onde ela estagiava como jornalista⁶⁵. Gerson Camata, natural de Castelo, sul do Espírito Santo, é formado em economia pela Ufes. Foi radialista em Vitória e diretor de jornalismo dos Diários Associados do Espírito Santo. Gerson apresentava, em 1964, o programa “Ronda da Cidade”, na TV Vitória. Em 1966, ingressou no partido político Arena, elegendo-se vereador de Vitória no mesmo ano, para a legislatura de 1967 a 1971. Em 1970 foi eleito deputado estadual, legislatura de 1971 a 1975. De 1975 a 1983, foi deputado federal. Filiou-se ao PMDB em 1980. É governador do Espírito Santo de 1983 a 1987 e também senador eleito para o mandato de 1987 a 1995, e depois reeleito por mais dois

⁶⁵ Fonte: Jornal A Tribuna. “Rita de coração partido”. Vitória/ES. 24 de junho de 2001, p. 32 – figura 12 na dissertação de mestrado de Almeida (2013, p. 87).

mandatos consecutivos, de 1995 a 2003 e de 2003 a 2011⁶⁶. Dessa forma, a intensa vida política de Gerson Camata foi propícia para que Rita tivesse aflorado seu interesse na vida pública.

Havia uma cobrança muito grande no governo de Gerson Camata, analisou Rita; muita ansiedade e sonhos represados pela ditadura militar. Ela, como mulher do governador, enfrentou muitas cobranças também, num período de diversas greves e explosão de problemas sociais a se resolver. Rita assumiu a pasta de Ação Social do governo estadual e a presidência da Unidade Comunitária de Integração Social (UCIS), de 1983 a 1986⁶⁷, período em que sua relação com os movimentos de moradores e outros movimentos sociais começou a ser construída, o que seria significativo para pautar sua ação política na Câmara dos Deputados anos depois. Via a dificuldade das pessoas, sem material de construção para terminar as casas, sem saneamento básico, sem creche para os filhos; envolveu-se tanto com o trabalho que decidiu trancar a faculdade de comunicação social por pouco mais de um ano e se dedicar ao trabalho político que implicava sua atuação, na época, na UCIS. Chegou a cogitar que, se não concluísse o curso de jornalismo, faria o de Serviço Social, por ter gostado muito da experiência de trabalhar com as questões sociais no governo de Gerson Camata.

E quando eu cheguei aqui eu vi muita miséria naquele período, muitas pessoas que chegavam “ah, não tenho caixa d’água; ah, não tenho tábua, moro embaixo de uma lona”... E isso tudo me deixou muito, sabe, chocada num primeiro momento, pela realidade que eu tava vivendo. [...]

Eu me sinto, posso até ser um pouco pretensiosa, mas eu acho que eu contribuí muito pra começar os movimentos de associações de moradores de bairro, sabe, o olhar pro coletivo, não só pro individual, o que hoje está se invertendo, né, cada um ta olhando pro seu umbigo sem olhar pro seu vizinho, pro seu semelhante (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

A noção de coletividade que construía, atribuiu à vida no campo e à experiência de ver de perto a miséria em que se encontravam muitas pessoas nas cidades da Grande

⁶⁶ Fonte: PORTAL da Câmara dos Deputados. **Biografia Gerson Camata**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122921&tipo=0>. Acesso em julho de 2014.

⁶⁷ Fonte: PORTAL da Câmara dos Deputados. **Biografia Rita Camata**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=98340&tipo=0>. Acesso em julho de 2014. Algumas das informações presentes na entrevista foram comparadas com as informações disponíveis no portal e também com a pesquisa de Almeida (2013).

Vitória. Isso despertou nela a vontade de ter um mandato político, uma vez que o entendia como um passo importante em sua *carreira*, que possibilitaria maiores condições de interferir nas situações enfrentadas. Lançou sua candidatura para deputada constituinte em 1986 pelo PMDB, partido ao qual foi filiada até 2009, quando migrou para o PSDB.

E achei que através do mandato, com o mandato eu pudesse fazer alguma coisa mais efetiva pra esses mais humildes, né, que eram desprovidos até da capacidade de reivindicar um direito que eles tinham. E aí foi onde eu comecei, a contragosto do Gerson, que não queria que eu entrasse na política de jeito nenhum (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

Em outra entrevista em história oral sobre sua trajetória política, concedida à pesquisadora Simone Almeida (2013) – para sua dissertação de mestrado em História (Ufes), intitulada “A mídia na construção da representação social da pessoa pública feminina no Espírito Santo – Rita Camata (1988 – 2000)” –, Rita explica melhor a desaprovação do marido em relação à entrada da esposa na política partidária:

Eu tive muita resistência, mais pela... no primeiro momento pelo próprio Camata né? Ele achava que era desnecessário, e isso poderia trazer dificuldade até para ele porque ele estava disputando um mandato majoritário que ele foi candidato ao senado. Que era um passo muito largo porque minha primeira eleição foi pra mandato constituinte. Então havia uma preocupação. E a campanha foi uma campanha difícil porque eu ia pro sul e ele ia pro norte. Pra gente não tá junto, pra não haver ciúme de outros candidatos e ele tivesse a liberdade de tá pedindo voto pra todos os demais candidatos. Mas também eu não deixava a peteca cair não. Eu virava a noite, emendava a semana. Foi assim... chegou a votação, que foi a maior votação proporcional do Brasil (CAMATA, Rita, apud ALMEIDA, 2013, p. 73).

Recebeu grande apoio, contudo, do vice-governador, José Moraes, que assumiu o governo do estado em 1986 em decorrência da renúncia de Gerson Camata, que lançou candidatura para o Senado. Rita conseguiu a maior votação da história do Espírito Santo até aquele momento em uma disputa proporcional. Foram mais de 136 mil votos (TRE-ES), e ela seria uma das deputadas mais votadas nos quatro mandatos consecutivos. Rita faz questão de ressaltar que o sucesso de sua primeira eleição foi impulsionado pela boa avaliação da população no que concerne ao governo Camata e pela interlocução feita por ela junto aos movimentos de classe, sindicais e às associações de moradores – “[...] foi o *start* pra que eu pudesse... “eu posso fazer mais, e o mandato me permite fazer”. Por isso que eu entrei no sacrifício que é o mandato

eletivo” (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014). É interessante a compreensão de Rita de que o mandato era um “sacrifício” que precisava ser assumido. Um *projeto* imprescindível, para ela, por causa de sua origem e *trajetória* desde pequena.

É, porque eu podia ter a opção de ser uma madame né, só que a minha base, a minha origem não me permitia ter esse tipo de postura. Que eu acho que é muito isso, tem gente que nasce já numa casa, com uma estrutura de conforto, de bem estar e que se acomoda. Eu não! Eu vejo que de pequena me colocaram pra correr, ou de uma forma ou de outra né. Então a minha opção era trabalhar, de lutar (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

Rita não só atuou na pasta de Ação Social na época do governo de Camata, mas também esteve presente nos movimentos das Diretas Já, sempre desestimulada pelo marido: “Começou nas Diretas Já, que eu também, onde ele ia eu ia atrás, de bico, mas eu ia”, lembrando que Gerson Camata sempre lhe dizia que não era preciso, que era bom que ela ficasse em casa. Contudo, a dedicação de Rita no próprio apoio ao governo do marido acabou por aflorar nela uma vontade de militar que existia embrionariamente antes: “É que sempre eu gostei muito e não havia, enquanto meu pai tava do lado, não me deixava militar em nada, né. E casei, falei: ‘não, agora não, eu vou fazer o que eu acho que é importante, que tá traçado e que eu quero’” (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

Eleita deputada federal constituinte, Rita viu pela frente um grande desafio. Com 26 (vinte e seis) anos de idade, juventude e beleza que causavam alvoroço no parlamento, deparou-se com o sexismo, que colocou em dúvida, num primeiro momento, a escolha pela *carreira* política. Rita diz que buscou responder à discriminação sofrida com empenho, trabalho, projetos de lei, relatorias, recordes de proposições e aprovações. Na época, incomodava-a o destaque que se dava à sua aparência, mas hoje, mais madura, observa que isso também lhe abria portas:

Foi um imenso desafio né, muito nova, toda a carga de, machista da sociedade, porque era nova, era bonita, olhinho não sei das quantas, corpinho não sei o que, loirinha... E, na época, eu ficava preocupada, hoje, assim, com toda a certeza as portas se abriram com essa... Se foi preconceituoso, machista esse viés, abriu as portas e eu pude mostrar “Ah, é, vocês estão achando que eu to aqui brincando? Hum hum! Eu vim aqui pra trabalhar!” [...]

Até uma necessidade de se auto afirmar né, eu tava ali e o propósito era esse né. Então, representando, qual era o meu foco? Mulheres, minorias, criança, adolescente, trabalhadora rural, que era a minha origem, né. E, foquei aí e enfiei a cara (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

A pesquisa de Almeida (2013) levantou as matérias de jornais e revistas a respeito da deputada, analisando a imagem construída pela mídia em torno dela. Manchetes como “A musa dos projetos sociais” e similares tinham grande espaço nos jornais, estampando fotos suas em textos que não tratavam apenas de sua atuação política, mas buscavam exibi-la como mãe, esposa, dona de casa e, por fim, parlamentar. Foi possível perceber no trabalho de Almeida (2013) que a imagem de Rita foi muito divulgada pela mídia capixaba, e até mesmo em outros veículos de informação pelo Brasil, as tais “portas” que lhe foram abertas, conforme reconhece, apesar da exploração midiática de seu padrão de beleza.

Os mandatos seguintes, Rita viu como mais tranquilos, pois seu trabalho já era reconhecido e entendia melhor como funcionava o legislativo. A *carreira* política era seu *projeto* ao qual se dedicava com afinco. Em vários momentos da entrevista, Rita lembrava o esforço que fazia para estudar, conhecer a realidade de outros países a fim de construir argumentações e ideias na elaboração e proposição dos projetos de lei que encampava. O mandato era, em sua narrativa, uma oportunidade de intervir de forma mais efetiva na realidade social, na busca pela realização de um *projeto* coletivo, sobretudo junto aos movimentos sociais, dos quais diz ter se feito porta-voz ao longo de seus cinco mandatos na Câmara – 1987-1991; 1991-1995; 1995-1999; 1999-2003; 2007-2011, todos pelo PMDB até 2009, quando, conforme mencionei, ela se filia ao PSDB.

Em todos os mandatos tive, assim, uma riqueza de projetos, ideias apresentadas que se tornaram leis, a maioria fruto de sugestão e de origem de movimentos da sociedade, que viam no meu mandato, no meu gabinete, uma porta, assim, sempre aberta pra ouvir, pra discutir, pra aperfeiçoar, sabe? Se eu tinha uma opinião formada sobre uma matéria eu fui me mostrando sincera também, colocando qual era a minha posição sobre aquilo. Quando abraçava uma coisa, eu ia buscar o partido pra indicar os representantes duma comissão especial, e já procurava, assim, fulano tem uma opinião boa sobre isso. O outro é contra, mas vai dar um bom debate, é importante! E eu sempre que escrevia um projeto, da hora que apresentei até a aprovação no Senado eu acompanhava, vendo quem era relator, quem não era, quando ia pra votação... É extremamente trabalhoso, quando você vê as coisas de um mandato como instrumento de transformação da sociedade. Mas eu me alimentava com

conquistas pequenininhas, sabe, que surgiam. Pra mim aquilo ali era, nossa! Tinha feito, era um feito imenso. E aí continuava brigando, lutando. É difícil trabalhar nessa área social (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

Desde o primeiro mandato como deputada federal, Rita avalia que construiu uma *carreira* política independente à do marido e, algumas vezes, até do próprio partido, na medida em que nem sempre votava da mesma forma que a liderança do PMDB quando considerava as decisões do partido conflitantes com suas concepções. Isso era recorrente a ponto de Gerson Camata ser questionado pelos correligionários quanto à dificuldade de impor sua liderança junto à esposa, lembra Rita.

Diziam assim – “Que liderança você é? Sabe, ex-governador, teve uma aprovação do seu trabalho, tem uma trajetória de não sei quantos mandatos, e sua mulher não te acompanha?”. Então tinha aquela coisa assim – “Será que eles estão fazendo joguinho? Um vota de um jeito e o outro vota de outro...”. Então, você sempre tinha um viesinho pra tentar desqualificar. E ele, pra não ter que ficar respondendo tudo, ele dizia assim – “Ah, é a juventude, é impetuosa, ta no calor da juventude...”. E é isso, pode continuar falando assim, tranquilo, não discutindo política, eu respeito suas opiniões e você respeita as minhas e pronto! [...]

Sempre fui muito brigona. E sempre a minha briga era em torno de alguma causa, de alguma ideia, de algum projeto, de alguma proposta e questionava muito. Eu sempre fui... Mas sempre porque eu acreditava naquilo que eu tava propondo, entendeu? E pude até... E vou te falar, me impus e me fiz ser respeitada dentro do partido, e nunca fui cordeirinho em momento algum. Não teve uma votação que eu segui porque era conveniente ou porque o partido entendia que era assim, não! Se eu entendesse que era por ali mesmo eu votava, senão, eu votava contra. E aí eu me justificava. Às vezes eu até chegava ao líder e dizia, olha não tem condições de votar essa matéria com a liderança. Eu tenho sabe, a minha opinião é essa, essa e essa, eu tenho um compromisso, sabe, de acreditar que as coisas não vão ser por aí que vão ser resolvidas, da forma que vocês estão apresentando. E outras vezes ia pro pau na tribuna mesmo (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

Nesse sentido, embora tenha começado a atuar na vida política, estritamente, por intermédio do marido, assumindo uma pasta de seu governo que, geralmente, é destinada à primeira dama, Rita faz questão de notar que marcou sua *carreira* por uma postura independente e até polêmica na vida partidária. Rita chegou a ser convidada para concorrer ao cargo de governadora do Espírito Santo nas eleições de 1994 pelo PMDB, já que Gerson Camata, que era senador na época, recusou a disputa, algo inesperado pelos correligionários e que colocou em crise o partido. Recusou a oportunidade, alegando que o partido não havia discutido a possibilidade de sua

candidatura antes, não restando mais tempo hábil para formular as propostas de governo. OPMDB acabou não lançando candidatura própria ao Governo do Estado nem se inserindo em alguma coligação (OLIVEIRA, 2008). Rita concorreu à prefeitura de Vitória nas eleições de 1996, mas não se elegeu.

Admite que conquistou o respeito dos correligionários em cinco mandatos eletivos, mas a postura combativa rendeu a ela algumas perdas, como a liderança da bancada do PMDB e posições de maior expressão nas comissões permanentes. Rita rememora o embate desigual pela liderança do PMDB na Câmara, não tendo recebido votação expressiva. Explicou que “havia muita camaradagem no PMDB”, mas ela “não se encaixava” por discordar de tais práticas. Todavia, já era um nome de peso. Por exemplo, para que Rita votasse em consonância com o partido, a liderança chegou a lhe oferecer a Comissão de Orçamento, uma das mais disputadas na Câmara:

E aí o líder chegou pra mim e me chamou, “olha, o que eu posso fazer pra você estar do lado, pra você não estar sempre questionando, e estar sempre sendo crítica?” Eu disse, não sei, acho que tem que mudar um pouco a postura e a forma de fazer as coisas [...]. Mas nos partidos funciona um pouco isso, são grupinhos que eles né, se unem em torno de alguns objetivos e dominam o processo. E eu chegava, aí quando tinha uma comissão que eles achavam que era pouco importante, aí me designavam, do limão faziam limonada. E nessa de orçamento foi engraçado. Aí, dessa vez que eu disputei com ele, ele chegou assim e disse, “vai pra comissão de orçamento”. E era assim, todo mundo queria ir pra comissão de orçamento, era uma cobiça total. Aí eu disse assim: você vai me dar quantos assessores pra poder trabalhar de forma diferente? O acúmulo de trabalho, as madrugadas aí... E a gente sabe o que acontece nas madrugadas. “Ah, a liderança não tem disponibilidade de suporte técnico pra isso não”. Então, agradeço o convite, fico lisonjeada, sabe, não é ironia, mas eu não vou pra comissão de orçamento, que eu vou ser engolida num processo que eu condeno, e não fui (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

Subentendo que a questão dos líderes partidários designarem a deputada capixaba para comissões “menos importantes” possui carga sexista também, pois reputação e bom trânsito no parlamento não faltavam a Rita. Mesmo com as dificuldades mencionadas por ela, a parlamentar integrou por nove vezes, ao longo de seus cinco mandatos, a lista das 100 figuras políticas mais influentes do Congresso Nacional, de acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)⁶⁸. O DIAP

⁶⁸ “O DIAP é o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, fundado em 19 de dezembro de 1983, para atuar junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional, com vistas à

elabora a lista dos “Cabeças do Congresso Nacional” todo ano, desde 1994. Segundo o órgão, Rita se destacou como formuladora (DIAP, 2010), debatedora e excelente articuladora, com bom trânsito entre os líderes de opinião do Congresso (DIAP, 1999).

A *carreira* política de Rita Camata no legislativo foi pautada na prioridade à área social, através da defesa dos direitos das mulheres, da infância e adolescência, idosos e minorias (DIAP, 2010, p. 46). Em 1996, recebeu do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) o Prêmio “Criança e Paz”, pelo conjunto de sua atuação política, cujo destaque foi o trabalho como relatora na Comissão Especial sobre Normas Gerais de Proteção à Infância e à Juventude, que resultou na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, além de seu trabalho como fundadora da Frente Parlamentar pela Criança e membro do Grupo Executivo do Pacto Infância⁶⁹.

Entre as leis que propôs e que foram aprovadas estão a de Licença Maternidade de 120 dias para trabalhadoras rurais, mulheres de pescadores e garimpeiros e a Lei Camata, que limita em 60% os gastos públicos com a folha de pagamento de pessoal, em que se originou a atual Lei de Responsabilidade Fiscal. No levantamento feito para esta pesquisa sobre a produção legislativa das deputadas, Rita é a que mais propôs projetos de lei e quem mais aprovou: foram 120 projetos de lei encaminhados, dos quais nove foram transformados em norma jurídica no conjunto de seus cinco mandatos. Sobre sua atuação, a ex-deputada dá destaque à aprovação das leis elaboradas por ela e as repercussões negativas que lidou em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente:

A lei de responsabilidade fiscal, a origem dela é na Lei Camata, uma lei minha, de minha autoria. Inclusão do Norte na Sudene, voto aos 16, aposentadoria da trabalhadora rural, foi lei minha! Então são tantas coisas importantes, e aqui no estado eles lembram muito de eu ter sido relatora do Estatuto né, distorcendo a lei, desqualificando, não permitindo a aplicação do que é previsto, que é muita lei tão importante, que trata desde a preocupação da gestação, do pré-natal da

institucionalização e transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais do movimento sindical”. Fonte: DIAP. **Os “Cabeças” do Congresso Nacional**: Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. 20ª ed. Brasília: Diap, 2012.

⁶⁹ Fonte: PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia Rita Camata**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=98340&tipo=0>. Acesso em julho de 2014. Algumas das informações presentes na entrevista foram comparadas com as informações disponíveis no portal e também com a pesquisa de Almeida (2013).

mãe, até aquele que não teve os limites que a família tem o dever de dar, de assegurar, e que venha a entrar em conflito com a lei. Aí eu virei, né, a protetora da delinquência, ou quem proliferou a delinquência infanto-juvenil no estado e no país. É muito triste, essas coisas são decepções imensas que eu tenho, muito grandes (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

Uma das decepções que Rita guarda em relação à *carreira* política é o hábito dos eleitores de generalizar para todos os políticos a prerrogativa da corrupção. Para ela, esse é um dos lados mais perversos da política, mas defende que existem políticos sérios atuando no Congresso Nacional, movidos por ideais e projetos, porém, injustamente associados, na opinião pública, à má conduta de outros.

Em 2002, Rita (PMDB) concorreu à vice-presidência da República na chapa do candidato à presidência José Serra (PSDB). De 2003 a 2007, a ex-deputada foi convidada pelo governador do Estado do Espírito Santo, na época Paulo Hartung (PSB), a assumir a pasta de Desenvolvimento, Infraestrutura e Transporte, função que considerou “muito prazerosa” de desempenhar e também permeada por bastante estudo, sobretudo acerca dos financiamentos de bancos internacionais para a realização dos projetos atrelados à pasta. É interessante como Rita salienta o olhar acurado para o social que introduziu em sua gestão numa Secretaria aparentemente “árida”:

Eu peguei vários projetos que já estavam contratados, por exemplo, de estradas. Aí não previa acostamento. E como vamos fazer estrada pensando só no carro? E o ser humano? Não dá! Então, vamos fazer com que... E não tinha super faturamento porcaria nenhuma! Que era outra preocupação que eu tinha, louca. [...] E aí, o que acontece? Vamos fazer o acostamento. Vai passar dentro de uma comunidade. Vamos fazer calçada, não vamos fazer com asfalto porque aí o carro diminui a velocidade. [...] Ah, não dá pra fazer calçamento? Negativo! A rua é pro carro, agora o cidadão não vai andar a pé. Os terminais do Transcol têm que ter bicicletário, porque muita gente pode vir de bicicleta, deixar a bicicleta ali pra pegar o ônibus. Então, você tinha a escola, a escola também tava na minha secretaria, a construção de escolas. Como fazer com o jardim ou aqueles prédios de concreto né, pra dar uma humanizada nas coisas. Então, foi, assim, uma coisa difícil, porque havia toda uma cultura de que não era por aí, que podia trazer custos... Traz nada! Só humaniza, né. E, mas nessa época eu tive um apoio muito grande do governador Paulo Hartung, justiça seja feita. [...] Então era uma coisa assim, sabe, extremamente prazerosa, muito trabalho, muito trabalho, mas muito prazeroso (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

De 2007 a 2011, foi eleita para o quinto mandato na Câmara dos Deputados. Em 2010 lançou candidatura ao Senado, na busca por assegurar um palanque no Estado do

Espírito Santo. Contudo, ressaltou que não havia se articulado politicamente para uma disputa majoritária, tampouco dispunha da estrutura financeira que uma disputa como essa precisava e acabou perdendo a eleição⁷⁰. Rita explicou que “ter que pedir dinheiro” para campanhas foi sempre uma tarefa muito difícil para ela, e que sempre foi a favor do financiamento público de campanha para que o poder econômico não definisse as eleições (“bandeira” também defendida Ana Rita, Iriny e Myrthes). Atualmente, Rita está na coordenação do programa social do PSDB e foi convidada a trabalhar na campanha do candidato à presidência da República pelo partido, o mineiro Aécio Neves. Pressão para se candidatar novamente ela aponta que tem, mas que preferiu, até então, apoiar a candidatura dos correligionários em cujo trabalho acredita.

Continuo militando, sinto falta do mandato? Sinto. Porque tem hora que dá uma vontade de você ir pra tribuna e descascar um monte de coisa que você vê errada, retrocessos que você vê por aí... Isso, de certa forma, eu gosto da vida pública (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

Quando se despediu do quinto mandato como deputada federal, Rita estava engajada na aprovação de uma emenda constitucional que assegurasse aos deficientes intelectuais o direito de acesso à educação regular por toda a vida, uma reivindicação que chegou a ela pelas mãos de um grupo de pais e de promotores de Justiça de Brasília, já que as crianças com Síndrome de Down, por exemplo, perdem o direito de acesso à escola quando completam 19 anos. Ela lembra que fez um apelo em sua despedida do mandato, chegando a chorar ao pedir à Casa que prosseguisse com o processo, o que não aconteceu. Rita ficou muito comovida na entrevista quando se lembrou das mães que foram acompanhar a votação no parlamento.

Rita reconhece que o trabalho na Câmara também ficou mais difícil como deputada de oposição ao governo atual, não podendo atender como antes as muitas cobranças dos movimentos sociais que a procuravam. Percebe que a conjuntura a desanimou e que passa por um momento de ceticismo em relação ao Congresso, dentre outros, pelas decepções tais quais a narrada acerca da luta pela educação regular durante toda a vida dos deficientes intelectuais. Ceticismo este não o suficiente para lhe retirar o

⁷⁰ Segundo Almeida (2013), na mesma época de campanha ao senado, Rita foi diagnosticada com nódulos nos seios e decidiu retirá-los após o fim do processo eleitoral. Buscou então, cuidar da saúde e da família nos anos que se seguiram.

sentimento de “falta” de um novo mandato ou para lhe fazer deixar de acompanhar o andamento da Câmara dos Deputados. Mantém contato com as lideranças do partido na Casa, às quais já acionou quando viu algo irregular ou ameaçador a algum direito já assegurado pela Constituição. Dessa forma, Rita dá indícios de que seu afastamento de um mandato eletivo é temporário.

O sacrifício de ter sucessivos mandatos também foi associado à conciliação entre política e família: “Agora, é difícil? É! É muito sofrido? Muito! Então, eu acho que eu sacrifiquei muito a minha família, meus filhos” (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014). Rita teve a primeira filha durante o primeiro mandato. Na campanha para o segundo, sua filha, Enza Rafaela, estava com um ano e meio; hoje, tem 28 anos. O segundo filho veio 16 anos depois – Bruno David, hoje com 12 anos. Quando já havia desligado o gravador, Rita reforçou o desabafo e comentou acerca do sofrimento que sentia por ficar até quinze dias sem ver a filha, ainda bebê, observando que a pequena sofreu muito, mas não mais que a mãe, que, no caminho para o aeroporto, chorava dentro do carro. A convivência esporádica com os irmãos também foi mencionada. Na entrevista que concedeu à Almeida (2013) ela descreve a rotina que assumia e o esforço de encontrar a filha por algumas horas que fosse:

Já com sacrifício de filha pequena, que foi difícil conciliar isso. Eu sempre fui mãezona, nunca fui aquela de deixar filho pra lá, o contrário... Às vezes eu tava em campanha em Alegre, às duas da manhã saindo de comício, porque era época de comício, minha filha tava na época com dois anos, um ano e pouco, não, era um ano e pouco, eu saia duas horas da manhã de lá, pra vim quando ela acordava tá aqui [Vitória], depois voltar pra ir pra Bom Jesus do Norte, pra Muqui que estava logo depois, você tava já praticamente lá no outro dia cedo. Então foi uma campanha difícil pra mim, pra ela, a mais velha, tanto é que tá... Você fala em política, não tem muita conversa. A família sofre muito (CAMATA, Rita, apud Almeida, 2013, p. 74).

Atualmente, Rita observou que sem mandato pode ir ao cinema, à praia, “curtir” a vida em família, ser dona de casa e desfrutar da companhia dos filhos e do marido, mas também não se arrepende da *trajetória* que traçou. Destaca a importância de se exercer um o mandato público no Congresso Nacional e interferir diretamente nos desdobramentos da política em seu país.

3.3.7. Rose de Freitas

Antes não era um objetivo tão fundamental que arrastasse trinta anos da minha vida com mandatos e representação política, né. Mas depois do terceiro mandato não teve como não seguir sendo um objetivo que eu tinha que trabalhar dedicadamente com ele, ta? Acabou se transformando. Usar esse instrumento da política pra transformar a vida das pessoas e avançar no desenvolvimento municipal, sabe, pra dar melhor condição de vida pras pessoas.

Rose (Rosilda) de Freitas nasceu no dia 23 de janeiro de 1949 na cidade de Caratinga, Minas Gerais. Quando ainda era pequena, a família se mudou para Belo Horizonte. A ficha profissional da deputada federal é extensa: já foi jornalista, radialista, professora, produtora rural, desenhista-projetista e agrimensora⁷¹, embora não tenha completado o ensino superior. É a terceira filha de dez do casal Waldemar Antônio de Freitas e Maria de Lourdes Teles de Freitas. O pai media terras por todo o Brasil, ficava muitos meses longe de casa, enquanto a mãe era uma “exímia costureira”; fazia vestidos de moda e de noiva, uma habilidade que a filha de Rose herdaria anos depois, exercendo a profissão também de estilista. A família cultivou o veio artístico. Um dos irmãos de Rose pintava, outro compunha músicas, ela gostava de escrever, e alguns textos seus tornaram-se peças de teatro. Enfrentaram as dificuldades comuns a uma família de muitos filhos e poucos recursos, mas “com amor e companheirismo”, conforme aludiu Rose na entrevista que me concedeu. Trouxe como expressão marcante da infância a figura da mãe e a coesão familiar:

Eu entendo que essa infância teve um fator marcante na minha vida, que foi exatamente ter uma mulher trabalhadora, uma mulher persistente, uma mulher que não se deixou dominar jamais pela tristeza, sempre uma mulher que procurava levar pros filhos o máximo do seu empenho pra dotá-los de alimentos, e tal. Eu entendo que essa família tem uma característica da família brasileira, que é assim: eles dividem o pão todos os dias, mas não se separam (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014).

A menina Rose gostava de escrever, dançar e cantar. Às vezes “matava” aula para aprender violão. Embora fosse católica, Rose estudou na Escola Batista Mineira. Lembra-se que sempre gostou de participar dos grupos, das assembléias e eventos, momentos em que podia aprender sobre debates cívicos, família e experiências que

⁷¹ Fonte: PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia Rose de Freitas**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=100936&tipo=0>. Acesso em julho de 2014.

apresentavam uma “moral da história” ou lições para a vida. Quando tinha nove ou dez anos de idade, ouviu as palavras que considerou marcantes em sua vida desde sempre: “Perdeu-se ontem ao por do sol uma hora ornamentada com sessenta minutos, pede-se a quem encontrar não a devolver, porque ela estará eternamente perdida”. Eram as palavras do pastor Armindo. E esse foi o ritmo que ela seguiu desde então, o de “nunca deixar nada para depois”.

Como narra, havia dentro dela, desde a infância, a percepção de que era preciso lutar pela igualdade entre as pessoas: “Era a igualdade das oportunidades que nós mulheres tínhamos que criar e que os homens também precisam ter, né?”. Também percebia que para as mulheres essa era uma tarefa mais difícil: “Então, eu sempre quis ultrapassar. Eu fui a primeira da família a sair de casa, a primeira a levar o primeiro irmão, o segundo irmão, o terceiro irmão...” (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014). Relembrando as relações de gênero na família, ela conta uma anedota sobre o pai:

Até tem uma história que, meu pai, como toda família mineira, deseja que o primeiro filho seja homem, né. E aí veio o primeiro, não era homem; veio o segundo, não era homem; no terceiro, ele não queria entrar nem no quarto pra saber o que era [risos] (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014).

Rose observou que seu pai era um homem machista, filho de seu tempo, mas que foi, aos poucos, aprendendo a deixar de ser, sobretudo, pelas muitas iniciativas que as mulheres em torno dele tomavam, situação a qual acabou aceitando, o que não significa que tenha sido algo fácil no começo. Na época de endurecimento da ditadura militar no Brasil, os pais de Rose começaram a conviver com as consequências da militância política da filha, e ela conta que não foi fácil para ambos compreender. Rose, que na época era muito nova ainda, começou a militar no MR-8. Ainda que “periférica”, passou a ser vigiada pela polícia e sua casa foi invadida algumas vezes. Sentindo que colocava a família em risco e não conseguia mais trabalhar, decidiu se mudar para o Espírito Santo, onde o regime militar, em sua percepção, não era tão duro quanto em Minas Gerais. A mudança a agradou: “E além de gostar do estado, eu vim com uma proposta de recomeçar a vida num lugar que eu não significasse uma perturbação

familiar, uma insegurança, uma coisa assim. Foi por isso que eu vim. Vim, gostei e fiquei” (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014).

Rose saiu de casa com a preocupação de não colocar em risco a família. Chegou a ser presa quando já estava no Espírito Santo. Lembra-se que, anos depois, já mais a par do trabalho da filha, seu pai, orgulhoso, disse-lhe que, num dia, ela ainda ajudaria a presidir o país. Rose disse que as palavras lhe soaram improváveis, mas não as esqueceu. Quando, em 2011, foi a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira vice-presidenta da Câmara dos Deputados, fez questão de entregar a seu pai as comendas que recebeu como ato simbólico pela vitória de sua *trajetória* política, iniciada quando era tão jovem e sob os perigos da ditadura militar:

Então, no dia que eu recebi do Exército, da Marinha e da Aeronáutica aquela condecoração eu levei pra ele. Eu levei pra ele, pra que ele soubesse... Eu acho tão importante essas coisas, mas eu nunca fui uma pessoa que me apeguei, nunca fiz uma parede, entendeu? Não fiz uma mesa, não fiz nada. Eu recebia como uma consequência do comprometimento, só! Mas achei tão importante que ele recebesse aquilo nas mãos dele, pra ele ver que no dia que ele me trancou naquele quarto, pra que eu não pudesse sair mais, porque tava arriscando a vida da família – minha casa praticamente foi quase invadida, porque as pessoas procuraram e não acharam né. Eu mostrei pra ele que o contencioso, o emblemático daquilo ali era todo um esforço pra se chegar até ali. Então, eu acho que ele merecia ter nas mãos pra entender. Mas eu acho que foi até uma certa presunção da minha parte, eu acho que ele já entendia (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014).

Em relação à entrada na vida política, Rose fala de alguns atributos pessoais que vê como tendo contribuído em sua escolha. Recorda-se que seu apelido em casa era “pomba da paz”, porque quando havia alguma briga na família sempre buscava arbitrar a questão, encontrar um meio de conciliar os dois lados. Também fala de sua clareza “do certo e do errado”, algo que para ela “[...] você nasce entendendo, não precisa ensinar”. O espírito conciliador e a assertividade parecem a ela denotar o talento político. Em 1976, começou a militar no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) Jovem. Em 1982, foi eleita para seu primeiro mandato político, o de deputada estadual do Espírito Santo pelo PMDB, antigo MDB. Em 1986, elegeu-se para seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, como deputada federal constituinte pelo PMDB (1987-1991). Em 1988, foi membro fundadora do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-ES). Foi reeleita para a Câmara dos Deputados no mandato seguinte

(1991-1995). Lançou candidatura ao governo do Espírito Santo nas eleições de 1994, mas não obteve êxito. Tornou-se assessora da Presidência da República no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso como presidente (1995-1999). Em 1998, disputou as eleições para a Câmara dos Deputados novamente, mas não se elegeu, assumindo o mandato como suplente de 2001 a 2002. Foi eleita novamente como deputada federal nos três mandatos subsequentes (2003-2007; 2007-2011 e 2011-2015). Após alcançar a façanha de ser a primeira mulher a ocupar a mesa diretora da Câmara através do cargo de primeira vice-presidenta, lançou candidatura avulsa à presidência da Câmara ao final de 2012, já que o PMDB havia indicado o parlamentar Henrique Eduardo Alves, do Rio Grande do Norte. Rose perdeu a disputa para o correligionário⁷². Nas eleições de 2014, concorre ao Senado Federal pelo PMDB. Se eleita, será a primeira mulher, pelo Estado do Espírito Santo, a chegar ao Senado “pela porta da frente”.

Rose lembra-se que quando militava no MDB Jovem foi lançada como deputada estadual e sofreu grande recusa do partido, na época, por parte de alguns militantes, que entendiam que Rose tiraria a vaga de um dos “doutos” do grupo, assinalou. Ela explica a dificuldade de se manter como candidata:

Aí eu dormi candidata e acordei não candidata, porque eles foram pra justiça dizer que eu não tinha domicílio eleitoral suficiente. Mas eu tinha pra fazer cabo eleitoral deles, mas não tinha pra representar conforme a sociedade organizada tinha. Eu me lembro que eu fui a Cachoeiro de noite encontrar escondido o Batistinha, líder sindical, você se lembra? - do Partidão – pra gente conversar sobre política. E as barreiras que colocaram porque a gente tinha chegado lá eram enormes, num período de transformação política né. Então, eu acabei virando candidata a partir dos movimentos da sociedade, movimentos da comunidade, movimentos de estudantes, movimentos sindicais. E quando esse apelo chega, e você sabe... Primeiro quis apoiar outro né, já tinha apoiado

⁷² No dia 04 de fevereiro de 2013, dia da votação que definiria o novo presidente da Câmara dos Deputados, foram deixados nos gabinetes dos deputados federais envelopes contendo um dossiê sem autoria que reunia denúncias contra o candidato Henrique Eduardo Alves. A suspeita da tentativa de difamação recaiu sobre Rose de Freitas. No entanto, o dossiê, embora tenha gerado muitos debates no Plenário, não impediu que Henrique Alves se elegeisse. A seu pedido, a Polícia Legislativa da Câmara empreendeu uma investigação para apurar os responsáveis e, embora não tenha acusado explicitamente em relatório a ligação direta de Rose com o caso, apontou as evidências de sua participação a partir de imagens dos envelopes sendo transportados no carro de um de seus assessores, que saía do prédio da peemedebista, e da distribuição do material por outro. Na época, a deputada alegou que seus assessores agiram por conta própria e que teriam sido demitidos por isso. Fonte: BONIN, Robson. O inimigo interno. **Revista Veja**. 16/03/2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/feira-livre/o-inimigo-interno-por-robson-bonin/>>. Acesso em julho de 2014.

outros, prefeitos, vereadores. A gente sempre procurava a identidade política na luta de um desses, que podiam representar isso. Quando eu aceitei, eu me lembro que eles me derrubaram pela eleição (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014).

Em 1982, Rose conseguiu emplacar a candidatura à Assembleia Legislativa e foi eleita pelo PMDB com 22.664 votos (TRE-ES), fazendo campanha “[...] com uma caminhonete e uma caixa cheia de papel atrás, e falando onde pudesse falar”. Superou em número de votos seu sogro na época, o deputado estadual Hugo Borges (PMDB), que teve 13.761 votos (TRE-ES). E Rose recorda do medo que ainda havia entre as pessoas. A falta de palanques, as conversas que aconteciam nas praças para divulgar as candidaturas e as pessoas ainda muito tímidas e desconfiadas. E desde então Rose foi traçando sua *trajetória* política:

Então, houve esse momento, em que houve essa articulação social, “nós precisamos de você na Assembleia!”, e eu fui pra Assembleia. E na Assembleia eu já fui ser constituinte, e de lá, eu fui tocando a vida. E no momento que você acha que já deu sua contribuição, aparece alguém que precisa de você ainda. Foi por aí, foi esse caminho (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014).

Com o mandato na Assembleia Legislativa bem avaliado, dois anos depois da eleição Rose teve apoio de setores da população para concorrer à prefeitura de Vitória. Contudo, houve grande reação contrária à sua candidatura. O governador era Gerson Camata (1983-1987). Rose lembra que a esposa de Gerson, Rita, não era a favor de sua candidatura, assim como outros movimentos que, segundo ela, queriam resguardar seus espaços. Rose teve a candidatura à prefeitura de Vitória, em 1984, recusada com a diferença de um voto. O PMDB lançou o correligionário Hermes Laranja como candidato a prefeito, no que ele foi bem sucedido, apesar de Rose salientar que houve um grande esforço de campanha dos companheiros de partido para elegê-lo. Rose explica a rejeição de sua candidatura à prefeita:

Primeiro eles falaram que eu era mineira, né. Foi um discurso que eu ouvi de madrugada na televisão, o cara dizendo “ela é mineira, ta aqui a pouco tempo, quer ser prefeita? Daqui a pouco vai querer ser governadora!” Olha, nós concebemos que a liberdade de estar em qualquer parte do território brasileiro é fundamental. Esse Brasil é dos brasileiros e das brasileiras! Então o povo foi, clamou por isso e eu tinha 73%. [...]

E eu era tratada como a candidata a prefeita dos morros e dos mangues, que era uma cidade muito dividida, com um reduto elitizado e os demais, todos

desalojados de qualquer projeto. Era uma verdadeira cidade elitista, que não olhava os pobres. Nem transporte coletivo chegava adequadamente às periferias. E como eu trabalhava por um longo tempo exatamente por essa inclusão, eles se sentiram representados ali. Evidente que teve uma reação dos setores economicamente mais bem dotados, eles quiseram eleger o prefeito deles, e se juntaram até com setores do PMDB pra poder me derrubar. Eu perdi por um voto a convenção, um voto (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014).

Não foi só uma vez que alguma candidatura de Rose de Freitas gerou polêmica dentro do próprio partido. Além das duas situações que ela mencionou na entrevista, uma terceira foi muito semelhante, mas Rose não falou nada sobre essa. Tratou-se de sua candidatura ao governo do Espírito Santo nas eleições de 1994, que citei anteriormente. Segundo Oliveira (2008), Rose teve muitas dificuldades nessa eleição porque não era consenso no PSDB sua candidatura. Em consequência, não conseguiu formar alianças extrapartidárias em forma de coligação para fortalecer a candidatura (OLIVEIRA, 2008), o que a deixou isolada na disputa eleitoral. O secretário geral do partido à época, Lelo Coimbra, chegou a acusar o grupo de Rose de levar a sigla à dissidência. Ele fazia parte do grupo de Paulo Hartung, que era prefeito de Vitória, e por anos foi desafeto de Rose⁷³. Conforme Oliveira (2008, p. 146):

Diante desse total fracasso na tentativa de buscar aliados, ou em apoiar em consenso um candidato, acabou sendo mantida a candidatura de Rose, que partiu para a disputa hostilizada pelo diretório regional de seu próprio partido, com apoio parcial do PSDB federal e sem nenhum apoio extrapartidário. Esse cenário alimentava rumores de que a deputada poderia recuar e optar por uma disputa para Senado. Entretanto, a candidatura acabou se mantendo e Rose de Freitas acabou passando por muitos constrangimentos no decorrer do pleito.

O fato de Rose não ter comentado na entrevista um momento tão importante em sua *trajetória* política, a candidatura ao Governo do Estado, parece indicar que a experiência foi realmente traumática, ainda difícil de ser narrada. Aponta, também, para as próprias dificuldades inerentes ao *campo político*, onde os correligionários precisam disputar posições constantemente e onde as alterações não são muito fáceis de empreender. Rose parece, em sua *carreira* política, viver intensamente as tensões entre seu *projeto individual* enquanto política e os projetos partidários. Até mesmo quando o PMDB nacional já havia indicado um candidato à presidência da Câmara dos

⁷³ Nas eleições 2014, Rose de Freitas e Paulo Hartung se aliaram. Ambos estão no mesmo partido novamente, o PMDB. Ela concorre ao Senado e ele ao Governo do Espírito Santo.

Deputados, Rose lança sua candidatura avulsa. Obviamente que ela não é a única a ter esse perfil. Considerando a literatura das relações de gênero na política, que apresentei em parte nos capítulos anteriores, se as mulheres esperarem de bom grado indicações a postos altos de poder não sairão do lugar. O ímpeto de Rose não pode ser analisado em separado deste cenário.

Uma situação marcante lembrada por Rose acerca de sua *trajetória* política foi a gravidez concomitante ao mandato como deputada estadual. Na época, a Constituição Federal não previa licença maternidade⁷⁴; havia uma licença comum a homens e mulheres parlamentares em caso de doença própria e assuntos privados (como filho doente ou morte na família), que não eram licenças remuneradas, a não ser em caso de missões oficiais e licença médica. Rose, que estava com uma gravidez delicada por causa de problemas de pressão alta advindas do estresse do trabalho, quis, então, articular um abaixo-assinado para que o Congresso Nacional fizesse uma emenda à Constituição que garantisse a licença maternidade. Ela conta o momento em que apresentou tal proposta no plenário da Assembleia Legislativa:

Não tinha essa figura na Constituição, de licença maternidade. E aí, a Giulia cisma de nascer no dia 28 de fevereiro. E no dia 01 de fevereiro começava a atividade! Eu peguei e fui lá na frente, como deputada, com a barriga, e falei... Seu presidente – o presidente era Alcino Santos –, seu presidente, eu queria fazer uma consulta. Eu estou prestes a ganhar neném – por volta do dia 22 de fevereiro e tal – e eu gostaria de saber como é que eu vou tratar essa questão [...]. Aí, ele falou: “qual é o problema mesmo, minha filha? Eu não entendi”. É porque eu vou ter neném e eu precisava me ausentar, e na Constituição não tem. Eu queria sugerir que nós fizéssemos um abaixo-assinado, pedindo que houvesse uma emenda à Constituição que garantisse [...]. Então, ele falou: “Minha filha, olha só, não cria problema não tá? Você arranja um atestado médico, você tá com sinusite, tendinite, gafterite (sic)...” Eu me lembro, todos os “ites” ele falava (risos). “E tá resolvido o problema, não cria problema não!”. Você está me sugerindo que eu dê um atestado falso? “Não, eu to sugerindo que você resolva o problema de parir seu filho!” [risos] (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014).

A ausência do direito à licença maternidade na Constituição era prova contundente do tamanho da ausência das mulheres naquele espaço político do legislativo, em que

⁷⁴ No Brasil, havia licença maternidade de 40 dias garantida pela CLT a partir da década de 1930. Mas esse direito é incorporado à Constituição Federal apenas em 1988, sendo ampliado para 120 dias, nos quais a mulher com carteira assinada tem o direito ao salário por todo o período de licença.

faltava até mesmo um banheiro feminino na década de 1980, como lembraram Myrthes e Rose.



Fotografia 8: Grávida, Rose de Freitas discursa em apoio às Direjas Já em 1983. Myrthes Bevilacqua Corradi é a outra mulher presente na foto, de lenço na cabeça. Fonte: arquivo pessoal de Rose de Freitas.

Em 1987, Rose foi eleita deputada federal constituinte, fato que considerou o mais importante de sua vida juntamente com a maternidade. Ela se recorda que o Congresso estava cindido entre a “direita bem conservadora”, o “centro-esquerda” e a “esquerda”, as duas últimas que compunham as melhores teses, como a reforma agrária e a liberdade de imprensa. Foi autora da tribuna livre, para que os vários setores organizados da sociedade pudessem atuar na constituinte, algo que, para ela, significava fortalecer a democracia e o desenvolvimento que o Brasil buscava naquele momento.

Pouco depois funda com alguns companheiros de partido o Movimento de Unidade Progressista (MUP), que seria o embrião do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), fundado em 1988. Havia, no interior do PMDB, alas diametralmente opostas,

entre posições mais progressistas e outras muito conservadoras, o que motivou alguns membros do partido que eram mais progressistas e de esquerda a fundar outro partido com que tivessem mais afinidades ideológicas, para possibilitar que o grupo se movimentasse mais organicamente, Rose explicou. Ficou no PSDB de 1988 a 2003, quando se desentendeu com José Serra – correligionário de São Paulo. A deputada explica que não apoiou a candidatura de Serra à presidência da República na época, pois sua preferência para o cargo era o cearense Tasso Jereissati. Segundo o relato de Rose, sua posição desagradou Serra, que ordenou uma intervenção no PSDB-ES, presidido por ela à época. O resultado foi sua saída do PSDB e o retorno ao PMDB ainda em 2003, o que considerou sofrido, pois a seu ver o partido continuava com os mesmos problemas de antes.

A atuação de Rose na Câmara dos Deputados levou seu nome, por três anos consecutivos (2011, 2012 e 2013), para a lista dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional (DIAP, 2013), em que foi destacada em seu papel de articuladora. Na elaboração da Constituição Federal de 1988, integrou a Comissão de Sistematização e a Subcomissão do Sistema Financeiro. Pelo PSDB, foi designada como vice-líder no governo de Fernando Henrique Cardoso. Quando retornou ao PMDB também ocupou o cargo de vice-líder da legenda no Parlamento, além de ter sido diretora financeira da Embratur. “Na Câmara, já ocupou a vice-presidência de duas comissões importantes, a de Agricultura e Política Rural e a de Minas e Energia”. Era, em 2013, a coordenadora da bancada federal do Espírito Santo na Comissão Mista de Orçamento e fez parte do grupo de trabalho de negociação de distribuição dos royalties do petróleo, entre outras atividades (DIAP, 2013, p.46).

A posição de maior relevância na Câmara dos Deputados foi sua ascensão ao cargo de primeira vice-presidenta da Casa, como mencionei anteriormente. Essa não foi só uma grande conquista na *trajetória* política de Rose, como também um passo importante para as mulheres parlamentares brasileiras como um todo. O presidente da Câmara era o sindicalista Marco Maia (PT-RS). Entretanto, a presença de Rose na Mesa Diretora parece ter exposto a dinâmica das relações de gênero no espaço legislativo, não só pela demora em uma mulher ocupar tal posição, como também pelas vezes em que

Rose teve sua competência para o cargo colocada em dúvida, o que ela atribuiu ao fato de ser mulher. A deputada narra um episódio que protagonizou com o deputado federal Antonio Carlos Magalhães Neto (Democratas-BA), em que este questiona sua capacidade de interpretação do Regimento Interno da Câmara. Deputadas e deputados se colocaram em sua defesa e alguns apontaram o preconceito de gênero como pano de fundo da situação:

[...] você já vem convivendo de cara com a discriminação, que eu convivi presidindo a Casa, vários momentos que eu saí dali e fui chorar no banheiro! Porque, por vezes eu não aguentei. Aí eu disse: “O senhor tem que entender que nós somos iguais! Por mais que esse fato te incomode, nós somos iguais! Nós somos essa metade da sociedade que ainda não se fez presente proporcionalmente no Congresso, mas nós somos iguais! O direito à felicidade que você tem, ao respeito que você tem, às atividades que você tem, às opiniões que você tem!” Eu tive que falar isso pro ACM Neto dentro da Casa, e isso entalada, sabe! Ele pediu de volta pro presidente ir pra Mesa, porque ele achava que eu não era capaz de interpretar o regimento interno e conduzir a sessão.

Ele falava, a televisão colocou no ar, a Globo colocou no ar o que eu to te dizendo. Ele falava: “Responda presidente, responda presidente!” Aí eu – Eu peço pro senhor, eu vou respondê-lo com base no regimento interno... “Responda presidente!”, quatorze vezes seguidas ele falou isso. “Peço a volta do presidente Marco Maia pra que ele possa...”. Oh, quando eu saí da Mesa, eu fui pro microfone e pedi a palavra – O senhor tem que entender que nós somos iguais! “Ele ta falando de quê? De neurônios?”. Disse uma colega minha que ele tava falando de vagina! [risos] Aquela amiga deputada chegou no meu ouvido e disse que “ele ta falando de vagina”. Os homens que vieram ao Plenário, que estavam no Plenário bateram palmas. Muitas vezes é porque doeu a minha indignação, não é porque eles praticam não. Às vezes é porque doeu, mas só te ter doído já valeu (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014).

Recorri ao áudio da sessão aludida por Rose⁷⁵ e a algumas matérias jornalísticas sobre o caso⁷⁶, que ocorreu no dia 28 de junho de 2011. O desentendimento se deu porque os líderes da oposição – pelo PSDB e pelo DEM – discordaram da decisão de Rose de Freitas, que presidia a Casa no lugar de Marco Maia, de continuar a sessão depois do

⁷⁵ Fonte: PORTAL da Câmara dos Deputados. Sessão Deliberativa do dia 28 de junho de 2011 (arquivo sonoro). Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/exibeaudio.asp?codGravacao=38546&hrInicio=2011,6,28,20,6,17&hrFim=2011,6,28,20,40,57&descEvento=C%C3%A2mara+dos+Deputados+-+Sess%C3%A3o+Deliberativa&diffDataFinal=79&ultimoElemento=true>>. Acesso em julho de 2014.

⁷⁶ Fonte principal utilizada: MILITÃO, Eduardo. Bate-boca atrasa votação do RDC em 45 minutos. **Congresso em Foco**, 28 de junho de 2011. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/bate-boca-atrasa-votacao-do-rdc-em-45-minutos/>>. Acesso em julho de 2014.

término regimental de sua duração (até as 20 horas), uma vez que os partidos estavam no processo de orientação de bancadas. No entendimento de Rose, a votação já estava em andamento porque alguns líderes já orientavam suas bancadas para tal, por isso, deu prosseguimento aos trabalhos. Contudo, líderes da oposição discordaram. Na interpretação deles do Regimento Interno da Casa, a sessão só poderia continuar se a votação estrita já estivesse em curso. O deputado ACM Neto passou a defender tal posição aos gritos, interrompendo a fala de Rose e pedindo que Marco Maia retornasse à presidência da Casa para arbitrar a questão. A deputada ainda tentou ler o regimento interno para responder ao deputado, que continuou a interrompê-la aos gritos e a tumultuar a sessão.

Diversos parlamentares se manifestaram em favor de Rose, acusando de desrespeitoso o comportamento de ACM Neto para com a presidência da Casa. Marco Maia retornou, convencendo os deputados de seguir com a votação, decisão que ACM acatou sem se exaltar. No áudio é perceptível a diferença de tratamento do deputado em relação à presidência da Casa quando Marco Maia retornou. O jornalista Eduardo Militão (2011), do Congresso em Foco, explica o desfecho:

Marco Maia voltou e teve o mesmo entendimento que Rose de Freitas. Mas fez um acordo com a oposição para concluírem a votação e o DEM saiu de obstrução. Porém, uma infinidade de deputadas e deputados saíram em defesa de Rose de Freitas acusando ACM Neto de desrespeitá-la só porque ela é mulher e, em tese, poderia ser vencida no grito.

Rose de Freitas foi ao microfone e, com a voz embargada, quase chorando, disse que só voltaria à Mesa quando o plenário entendesse que ela tinha capacidade para isso. Não podemos perder a autoridade. Está faltando respeito, afirmou ela, dirigindo-se a ACM Neto.

É estranho que uma deputada que está em seu sexto mandato na Câmara dos Deputados não tenha a confiança de colegas legisladores em relação ao entendimento de um Regimento Interno e à capacidade de conduzir uma sessão, já que ACM Neto considerou necessária a volta de Marco Maia à Mesa para dirimir o impasse. Além disso, tanto o presidente da Mesa quanto Rose eram assessorados pelos mesmos secretários da Mesa Diretora, havendo, portanto, respaldo suficiente para a posição da deputada quanto ao impasse. Isso evidencia a desigualdade de gênero no espaço

legislativo, onde se soma os destinos específicos das mulheres nos trabalhos das Comissões, o que explicarei melhor no próximo capítulo.



Fotografia 9: Rose de Freitas discursa no plenário após discussão com ACM Neto. Fonte: Rose de Freitas (*facebook* oficial da deputada).

Na construção de sua *carreira* política, Rose é conhecida como uma deputada municipalista, que leva recursos aos municípios, pois entende que todo governo acaba centralizando o atendimento em torno das metrópoles, das cidades maiores. A ideia do municipalismo que defende é distribuir melhor o desenvolvimento, como levar escolas que promovam educação e capacitação profissional para a população de pequenas cidades.

Noutro espectro, vale ressaltar a relevância política da família de seu primeiro marido, Hugo Borges Júnior (Huguinho Borges), na trajetória de Rose. Seu marido foi vereador e presidente da Câmara de Vereadores do município de Vitória na década de 1990 e os cunhados de Rose também se envolveram com a política no Espírito Santo⁷⁷, pois o

⁷⁷ Fontes sobre a família Borges: 1) MORRE o ex-presidente da Assembleia, Hugo Borges. **Portal da Assembleia Legislativa do Espírito Santo**, 09/06/2013. Disponível em:

veio político já vinha do pai deles, Hugo Borges⁷⁸. Rose teve com Huguinho Borges sua primeira filha, Giulia. Sobre a família do ex-marido, Rose menciona:

Eu não tinha a história política que a família dele tinha, ou que ele tinha. Ele não era da política, se envolveu na minha época. Eu tinha sempre que discutir essa questão de organização popular e ele não entendia. Eu perdi uma gravidez no dia de um confronto com a polícia com direito de moradia. Atiraram até numa freira. Então, pra ele isso era muito difícil de entrar. Mas quando o povo ficou cerceado, faltou alimento, ele foi o primeiro a buscar. Porque ele era um empresário, pequeno, mas era, tinha boas relações né. Então, ele acreditava em mim na política. E nós acabamos nos separando. Ele foi vereador, foi presidente da Câmara, assumiu um tempo (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014).

Apesar da deputada não ter falado muito sobre sua relação com a família Borges, é possível inferir que teve papel relevante em sua socialização política no Espírito Santo, já que a mineira estava há pouco tempo no estado quando se casou com Hugo Borges Júnior. O envolvimento com a política já começa em Minas Gerais, e tendo que fugir da perseguição empreendida pela ditadura militar em Belo Horizonte, vem para o Espírito Santo. Rose destaca seu trabalho junto aos movimentos populares como o grande impulsionador de suas primeiras tentativas de sair candidata tanto à Assembleia Legislativa do Espírito Santo quanto à prefeitura de Vitória.

Do ponto de vista das relações de gênero, Rose explica que os maridos de muitas mulheres que enveredaram pela *carreira* política na época da Constituinte se separaram delas. É interessante que uma das características de boa parte das mulheres eleitas nas eleições de 2010 seja o estado civil de separada ou divorciada (FEITOSA, 2012). Para Rose, seu primeiro casamento acabou porque o marido não aceitava a ideia de ter que acompanhar a mulher, quando o habitual da época era o contrário, o que acabou causando uma divisão na família. A deputada mencionou o sentimento de culpa das mulheres por sacrificar a família em nome da atividade política, como entende que aconteceu no seu caso, que não pôde ficar tão perto dos filhos.

<<http://www.al.es.gov.br/portal/frmShowContent.aspx?i=23867>>. Acesso em julho de 2014; 2) MORRE Huguinho Borges, ex-vereador de Vitória. **Gazeta online**, 15/10/2010. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/10/678317-morre+huguinho+borges+ex+vereador+de+vitoria.html>. Acesso em julho de 2014.

⁷⁸ O marido de Rose era filho de Hugo Borges, prefeito de Guarapari (1973-1977) e deputado estadual por cinco mandatos, tendo assumido a presidência da Assembleia Legislativa do Espírito Santo entre 1985 e 1986. O sogro de Rose chegou a ocupar a posição de governador do estado por um mês, em decorrência de uma viagem do então governador Gerson Camata e de seu vice, José Moraes.

[...] muitas, na época da Constituição, acabaram os maridos se separando delas, porque não estavam acostumados a ver a mulher numa atividade distante da casa, tendo que dividir com ele mais as tarefas, entendeu? Então, eu fui uma das que se separou. Não tive a compreensão do meu marido de jeito nenhum. Ele diz – “um homem não acompanha...”, ele já morreu, “um homem não acompanha uma mulher, é o contrário!”, “mas se você tivesse comigo ia ser uma alegria pra mim”, e ele dizia, “mas eu não”. Então, aí dividi a família e tal.

Eu contei muito com a compreensão do meu filho, que viveu, praticamente, um bom tempo longe de mim. A mais sacrificada foi a Giulia, que tinha dois anos de idade. E nisso aí as mulheres sofrem com sentimento de culpa. É por isso que a atividade política, ela precisava ter um pouco mais de compreensão em relação a essa tripla jornada, de quádrupla jornada que a mulher tem. [...]

Quando chega o final de semana, às vezes eu ficava sessenta dias lá com meus filhos pequenos, aqui. Mas se fosse pra fazer um mandato direito, eu tinha que me dedicar. Então, a política, a mulher tem um preço muito alto para exercê-la. Por isso, cada dia menos. Não é cada dia mais (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014).

A recusa de apoio do marido à *carreira* política de Rose e a angústia provocada pela distância dos filhos estabelece também, nesta *trajetória*, a tensão entre *carreira* e família, algo que é vivenciado pela maioria das mulheres estudadas nesta pesquisa. Contudo, essa tensão não afastou Rose da atividade pública, não sem reconhecer que “a mulher tem um preço muito alto para exercê-la”. Na análise que faz da construção de sua *carreira* política, a deputada observa que, no início, não era um objetivo “tão fundamental”, que pudesse ocupar trinta anos de sua vida com os mandatos e a representação política. Para ela, as reeleições fortaleceram em sua vivência o sentido de ter a vida política como o grande objetivo de vida, para o qual passaria a se dedicar com afinco, tendo em vista “[...] transformar a vida das pessoas e avançar no desenvolvimento municipal” (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014).

3.3.8. Sueli Rangel Silva Vidigal

[...] me filiei ao partido, o PDT, exatamente pela posição de esposa, de auxiliadora, de ajudadora do Sérgio Vidigal [...].

Filha do caminhoneiro Justino e de Rosa, dona do lar, Sueli Vidigal nasceu em 19 de junho de 1955 na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, caçula numa família de dez irmãos. Formou-se em Geografia quando jovem e atualmente cursa Serviço Social.

Para ela, sua infância foi permeada por muitas dificuldades, “como a grande maioria de brasileiros e brasileiras”. Antes de iniciar a carreira política foi bancária e funcionária pública estadual. Filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1988 a convite de seu marido – Sérgio Vidigal, que foi eleito vereador da Serra naquele mesmo ano e eleito posteriormente para os cargos de deputado estadual (1994-1996) e prefeito de 1997 a 2004 e de 2009 a 2012, ocupando a posição de presidente do PDT-ES por diversas vezes. Sueli destaca sua posição de “ajudadora” do marido:

E nessa oportunidade eu sempre trabalhei com ele nos bastidores, [...] me filiei ao partido, o PDT, exatamente pela posição de esposa, de auxiliadora, de ajudadora do Sérgio Vidigal, e ele foi... se candidatou a esse partido para ser candidato a deputado, para ser candidato a vereador, e eu entrei junto com ele. Então, estou a 23 anos militando neste partido [...]. Eu e ele nos filiamos juntos (VIDIGAL, Sueli Rangel Silva. Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2014).

A partir da eleição do marido para a prefeitura da Serra, Sueli Vidigal ocupou a Secretaria de Promoção Social (1997-2003), e é a partir dessa experiência que ela compreende que o interesse pela política aflorou. Destacou os programas “Central de ambulância” e “Serra Cidadã”, realizados em sua gestão como secretária da pasta. Foi um ponto de inflexão em sua *trajetória*. Até então, a *carreira* política nunca foi um *projeto de vida* para ela. Além de despertar o interesse pela política fora dos bastidores, Sueli observa que o partido passou a enxergá-la como alguém com potencial para representá-lo. Ainda na época em que era secretária, o partido realizou uma pesquisa na cidade, em que o nome de Sueli Vidigal aparecia bem situado. Lançada para a candidatura à Assembleia Legislativa foi eleita deputada estadual para a legislatura de 2003 a 2007 como a segunda candidata mais votada, com 36.500 votos (TRE-ES, acesso em julho de 2014).

No mandato como deputada estadual, Sueli foi titular da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Serviço Público e Redação e da Comissão de Cultura; foi vice-presidenta da Comissão de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos. Ainda atuou na CPI da Criança e do Adolescente (CÂMARA DOS DEPUTADOS - Conheça os deputados: Sueli Vidigal, acesso em de 2013). Ela destacou sua atuação como Corregedora Geral da Casa no período em que havia um processo de cassação de sete deputados estaduais sob a acusação de que receberam, na legislatura anterior, propina

no valor de 30 mil reais para que votassem a favor da reeleição do ex-deputado José Carlos Gratz para a presidência da Assembleia Legislativa (NEVES, 2003). “A Corregedoria Geral atua de forma a garantir que os preceitos estabelecidos no Regimento Interno e no Código de Ética e Decoro Parlamentar sejam cumpridos” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO, acesso em julho de 2014).

Após o mandato na Assembleia Legislativa, Sueli se candidatou à Câmara dos Deputados e obteve êxito por duas eleições consecutivas, ocupando o cargo de deputada federal de 2007 a 2011 e de 2011 a 2015. Segundo ela, adaptou-se sem muitos problemas à rotina de Espírito Santo – Brasília. E apesar da boa experiência que teve no legislativo estadual, Sueli ressaltou que “a Câmara é o maior laboratório”, por ser no âmbito do governo federal aonde acontecem todas as coisas, sendo possível ajudar mais os municípios e emplacar projetos. Saliencia, contudo, a dificuldade de atuação em um universo de 513 deputados. A deputada federal destaca como sua bandeira política e a de seu partido a “bandeira social”:

Sou uma defensora da bandeira social, da igualdade de condições, da igualdade de gêneros. [...] Então, assim, a minha bandeira na Câmara é a bandeira do social, a bandeira da grande maioria das mulheres né, defensoras do social, enquanto alguns defendem a economia, a gente defende o social (VIDIGAL, Sueli Rangel Silva. Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2014).

A deputada atuou em sete comissões permanentes e em vinte especiais. Seu posto maior foi a de 1ª vice-presidenta da Comissão de Seguridade Social e Família (comissão permanente). Foi autora de noventa projetos de lei na Câmara.

Sueli tem um filho e um neto. Seu lazer hoje é estar em família ou viajar com o marido quando é possível. Para ela, as muitas jornadas assumidas pelas mulheres no dia a dia são motivo de uma maior capacidade de gerenciamento e trabalho por parte delas, já que Sueli não evidencia que a sobrecarga de trabalho das mulheres seja necessariamente ruim, mas como algo de sua “natureza”, algo que demonstraria uma capacidade feminina “natural” de se desdobrar e fazer tudo “bem feito”.

[...] como todas as brasileiras, sou mãe, né, sou mãe, supervisora de casa, tenho todas as funções né, além de ser deputada federal. Tenho todas as funções comuns que uma mulher sem mandato atua. [...] Acho que pelo fato de

nós mulheres termos a tripla jornada, tendo que fazer tantas coisas e bem feito né, então isso não me atrapalhou em nada. [...]

Porque se a gente desenvolve as mesmas funções, e até mais, que a mulher, por exemplo, eu consigo ser deputada federal, voltar pra casa, supervisionar a casa; tenho minha mãe, que mora comigo, que ta lá sob os meus cuidados, supervisionar todas as coisas, curtir meu neto, jogar em cima da cama, brincar com ele, e ainda suar, ler, estudar, porque, assim, aquilo que eu te falei [trecho inaudível], você tem que se aperfeiçoar, porque a política é muito dinâmica (VIDIGAL, Sueli Rangel Silva. Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2014).

Para as eleições de 2014, Sueli decidiu não tentar a reeleição. Optou por “se dar um tempo”. Seu marido, Sergio Vidigal, tentará a vaga de deputado federal em seu lugar. Ela observou que não há possibilidade de que os dois disputem o mesmo espaço⁷⁹. Em suas palavras:

Eu achei por bem, tudo aquilo de capital que eu aproveitei quando da administração dele, até a ação como Secretária dele, até o aprendizado dentro de casa, né, eu aproveitei tudo isso, ganhei como deputada estadual e deputada federal. E todo o meu trabalho como deputada federal, ajudando os municípios, agora eu to passando todo esse capital político de atuação no Espírito Santo pra ele. Porque, assim, eu resolvi, não tem nada de muito especial. É porque eu quero me dar esse tempo (VIDIGAL, Sueli Rangel Silva. Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2014).

A deputada sinalizou que está à disposição do partido, inclusive comentou que se a quiserem como candidata ao governo estará aberta às determinações dos correligionários, o que reforça que estará apenas temporariamente fora de disputas eleitorais. Entretanto, a *trajetória* política de Sueli é, realmente, bastante atrelada a do marido. Não parece um *projeto individual*⁸⁰ de Sueli, pois cada passo é pensado para alimentar a *carreira* política do casal ou, talvez, haja prioridade para a *carreira* política do marido, e esse é um ponto nodal. O que difere, por exemplo, da *trajetória* de Rita Camata, que embora tenha começado da mesma forma que Sueli, atuando em uma

⁷⁹ Sueli responde a uma ação na Justiça estadual por improbidade, devido a irregularidades que teriam ocorrido em sua campanha eleitoral de 2010. Na época, foi investigada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES) sob a suspeita de cometer crimes eleitorais juntamente com o marido, que ainda era prefeito da Serra no período de campanha. O caso continua em aberto. Fonte: SAMORA, Nerter. Mantida ação de improbidade contra deputada Sueli Vidigal. **Século Diário**, 05 de junho de 2013. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/exibir.php?id=8677>>. Acesso em julho de 2014.

⁸⁰ Gilberto Velho (2008) salienta que os projetos individuais se inserem em contextos em que as várias esferas da vida social se interpenetram e entram em conflito. Por isso, quando falo de *projeto individual* não estou desconsiderando sua relação com outros projetos e com o contexto em que surge, mas destacando-o como um plano de vida, em que a construção da *carreira* política de Sueli seria um projeto que ela elaboraria como vontade própria. Entretanto, desde o início de sua *carreira* como política a figura do marido é sempre associada na fala da deputada.

Secretaria de atendimento das demandas sociais na gestão de seu marido, Gerson Camata, logo desenvolveu uma *carreira* política autônoma, tanto que Rita se posicionou várias vezes de forma contrária ao marido e ao partido quando via necessidade, o que era recebido com espanto no partido e parece um comportamento menos comum para casais na política.



Fotografia 10: Sueli Vidigal em uma das Comissões da Câmara dos Deputados. Fonte: AGÊNCIA CONGRESSO (2014).

Não é possível dizer até que ponto a decisão de Sueli de não tentar a reeleição foi algo que realmente queria ou não, se foi o partido que assim deliberou ou se foi o marido que pediu. Os constrangimentos partidários fazem parte desse processo, mas a figura de Sérgio Vidigal é diferenciada, pois é o presidente estadual do PDT. De fato, nenhuma candidatura está desarticulada das decisões do próprio partido, mas a ligação da *carreira* de Sueli com a do marido, que está sem mandato, coloca em evidência um tipo de *trajetória* política muito comum entre as mulheres, que faz questionar os espaços que são destinados a elas na política formal e, o que é ainda mais complexo, os espaços os quais elas buscam ocupar.

A entrevista com Sueli Vidigal foi muito curta, um encontro de meia hora apenas e bastante tumultuado, porque realizamos a entrevista na Convenção de seu partido, no município da Serra. Havia muitos correligionários passando, cumprimentando a deputada, o que dificultou seu engajamento na entrevista e até o meu desempenho como entrevistadora. Mas dentro da possibilidade de agenda que havia, era o possível para aquele momento. Mesmo com esse contexto, o encontro foi valioso.

3.3.9. Lauriete Rodrigues Pinto⁸¹

Lauriete – cantora gospel, empresária, deputada federal e presidente regional do Partido Social Cristão (PSC-ES) – nasceu em 23 de fevereiro de 1970 na cidade de Vila Velha, Espírito Santo. É filha de Joaquim e Laurinete, que tiveram mais dois filhos. Desde os cinco anos de idade, Lauriete já cantava na igreja e em eventos na escola onde estudava. Aos oito, vendia balas com o irmão em pontos de ônibus da Grande Vitória. Além da música, gostava muito de esportes, tendo treinado e competido por cinco anos na modalidade de ginástica rítmica, mas encerrou a *carreira* esportiva por exigência do pai quando foi convidada para a primeira viagem internacional vinculada ao esporte⁸².

Em 1981, quando tinha 11 anos, na volta de uma excursão da igreja da qual participava, a Assembleia de Deus em Santo Antônio (bairro de Vitória), ela e sua família sofreram um grave acidente de ônibus, que teve 12 mortos e muitos feridos. Seu pai usou muletas por dois anos, o que gerou ainda mais dificuldades para a família de Lauriete. Aos 12 anos de idade, gravou seu primeiro CD, “O arrebatamento”. Em 32 anos de *carreira* musical, a cantora gravou 28 CDs, quatro DVDs e recebeu várias

⁸¹ Lauriete foi uma das duas deputadas que não consegui entrevistar em tempo hábil para a dissertação. Foram vários meses, de outubro de 2013 a maio de 2014, em contato com a assessoria, muitos e-mails, telefonemas para o gabinete em Brasília e no Espírito Santo. Precisei recorrer, então, a informações disponíveis na internet em seus sítios oficiais, no portal da Câmara dos Deputados e em matérias jornalísticas, no esforço de incluí-la no trabalho, mesmo que sem o principal recurso metodológico da pesquisa, a entrevista em história oral. A ausência de entrevista prejudica muito a reconstituição de sua *trajetória* política, mas não incluí-la seria mais danoso.

⁸² Fonte 1: LAURIETE, Deputada Federal. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.deputadalauriete.com.br/lauriete.php>>. Acesso em julho de 2014; Fonte 2: LAURIETE. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.lauriete.com.br/>>. Acesso em julho de 2014.

premiações como discos de ouro e platina⁸³. Em 1999 fundou, juntamente com o primeiro marido, o ex-deputado estadual e pastor da Assembleia de Deus, Reginaldo Almeida, a gravadora Praise Records, a qual ficou vinculada até 2012, quando decidiu romper contrato, já separada do marido – com quem viveu por 20 anos e teve uma filha chamada Julia. A separação ocorreu poucos meses depois que assumiu seu primeiro mandato político, o de deputada federal, na legislatura de 2011 a 2015, para a qual foi eleita com 69.818 votos (TRE-ES). Casou-se, em 2013, com o senador Magno Malta, presidente regional do Partido Republicano (PR-ES) e também cantor gospel.

É necessário entender o papel que o ex-marido teve na iniciação da *carreira* política de Lauriete, algo que será feito a partir de minha inferência, já que não pude entrevistar a deputada. Reginaldo Almeida foi condenado pelo Tribunal de Contas da União por irregularidades em contratos firmados na prefeitura de Vila Velha em conjunto com o então prefeito do município, Jorge Anders, e o ex-vereador José de Oliveira Camilo⁸⁴. Reginaldo Almeida, que é formado em direito e empresário no ramo fonográfico, iniciou sua carreira política em 1992, ano em que foi vereador pelo município de Vila Velha, cargo para o qual foi reeleito por mais três mandatos, chegando a ocupar a presidência da Câmara Municipal de Vila Velha. Elegeu-se deputado estadual em 2002 e foi reeleito para a legislatura ulterior⁸⁵.

⁸³ Fonte 1: LAURIETE, Deputada Federal. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.deputadalauriete.com.br/lauriete.php>>. Acesso em julho de 2014;

Fonte 2: LAURIETE. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.lauriete.com.br/>>. Acesso em julho de 2014.

⁸⁴ Fonte: ELEIÇÕES: Reginaldo Almeida e Robson Vaillant estão fora. **Capixabão**, 07 de julho de 2010. Disponível em: <<http://www.capixabao.com/noticia/3306/politica/eleicoesreginaldo-almeida-e-robson-vaillant-estao-fora/>>. Acesso em julho de 2014.

⁸⁵ Fonte: PORTAL da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. **Reginaldo Almeida**. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/trabalho.cfm?Parld_pagina_virtual=70>. Acesso em julho de 2014.



Fotografia 11: Lauriete Rodrigues discursa na tribuna da Câmara dos Deputados. Fonte: DESKTOP GOSPEL (2011).

Como Reginaldo estava na lista dos “ficha suja” para as eleições de 2010, desistiu de tentar a reeleição e emplacou a candidatura de Lauriete à Câmara dos Deputados, o que nos bastidores da política foi entendido como uma forma de continuar vinculado às atividades políticas pela figura da esposa⁸⁶. No sitio oficial da deputada, a motivação para disputar eleições foi atribuída à capacidade do mandato de ajudar as pessoas:

Lauriete resolve então fazer parte da política brasileira, certa de que seria o meio de ajudar as pessoas, afinal, através da política criam-se leis que beneficiam a sociedade em busca de valores morais, da reestruturação social,

⁸⁶ Fonte 1: MENDES, Fernando. Os capixabas “fichas-sujas” do TCU. **Montanhas Capixabas**, 22 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.montanhascapixabas.com.br/index.php?x=coluna&codColuna=21&codPost=159>>. Acesso em julho de 2014;

Fonte 2: FREITAS, Ivan de. Lauriete, como deputada ela tem sido uma boa cantora. **Capixabão**, 28 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.capixabao.com/noticia/7218/politica/lauriete-como-deputada-ela-tem-sido-uma-boa-cantora/>>. Acesso em julho de 2014.

do amparo e preservação da família, do cuidado e preocupação com o bem estar social de todos os brasileiros⁸⁷.

Antes de assumir o mandato como deputada federal, Lauriete nunca havia tentado cargo político nem atuava em partidos. Só em 2004 é que se filia ao PSC-ES. Hoje é presidente regional da sigla, que mantém aliança política estreita com o PR-ES, partido de Magno Malta. Em 2014, Lauriete publicou uma nota comunicando que não concorreria à reeleição devido a um pedido da filha:

Quero agradecer a Deus pela oportunidade de servir ao meu Estado e ao meu País com mandato de Deputada Federal. Quero compartilhar com os meus amigos, irmãos, intercessores e eleitores que não irei disputar a reeleição. Como presidente do PSC/ES, continuarei na luta para eleger os nossos candidatos para darem continuidade ao nosso trabalho de luta. Atendendo a um pedido de minha filha, encerrarei o meu mandato com o sentimento do dever cumprido. Obrigado pessoal.... Deus nos abençoe⁸⁸.

Apesar de desistir da reeleição, Lauriete teve seu nome indicado por Magno Malta para primeira suplente na chapa de Fabiano Contarato (PR-ES) ao Senado Federal. Contudo, a indicação foi recusada por Fabiano, que acabou desistindo da candidatura tempos depois⁸⁹.

Ao longo do mandato como deputada federal, Lauriete apresentou 18 (dezoito) projetos de lei e atuou em seis comissões. Foi titular nas comissões permanentes de Seguridade Social e Família e de Defesa do Consumidor, e suplente nas de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Direitos Humanos e Minorias. Ocupou ainda a suplência da Comissão Externa de Tortura Sofrida por Mara Rúbia e na CPI do Trabalho Infantil⁹⁰. As principais bandeiras políticas de sua atuação parlamentar se referem à defesa da mulher, da criança e da família. Em um dos discursos proferidos na Câmara dos Deputados, em 23 de fevereiro de 2011, ela salienta a oportunidade que

⁸⁷ Fonte: LAURIETE, Deputada Federal. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.deputadalauriete.com.br/lauriete.php>>. Acesso em julho de 2014.

⁸⁸ Fonte: EM nota, deputada Lauriete Rodrigues confirma saída da disputa eleitoral. **Folha Vitória**, 05 de julho de 2014. Disponível em: <<http://m.folhavoria.com.br/politica/noticia/2014/07/em-nota-deputada-lauriete-rodrigues-confirma-saida-da-disputa-eleitoral.html>>. Acesso em julho de 2014.

⁸⁹ Fonte: OLIVEIRA, Renata. Contarato bate o pé e não aceita Lauriete como suplente. **Século Diário**, 05 de julho de 2014. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/17668/8/contarato-bate-o-pe-e-nao-aceita-lauriete-como-suplente-1>>. Acesso em julho de 2014.

⁹⁰ PORTAL da Câmara dos Deputados. **Biografia Lauriete Rodrigues**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=189069&tipo=0>. Acesso em julho de 2014.

teve de conhecer todos os municípios capixabas através de seu trabalho como cantora, o que também a aproximou dos problemas da população:

Na oportunidade, relembro minha história de vida, quando iniciei, no Estado do Espírito Santo, o meu ministério, uma carreira de quase 30 anos como cantora gospel, levando-me a conhecer todos os Municípios capixabas, bem como suas realidades e peculiaridades, no que tange às suas dificuldades e potenciais, e ainda conhecendo de perto a nossa população, seus anseios e suas expectativas advindas do poder público⁹¹.

A visibilidade como cantora contribuiu consideravelmente para que Lauriete fosse eleita sem ter construído uma *trajetória* política longa, de militância partidária e participação em eleições e movimentos da sociedade civil. Mantém sua agenda de shows concomitante ao mandato e sua plataforma política é estreitamente ligada à religião. Nas tentativas que empreendi para marcar uma entrevista com a deputada, uma de suas assessoras me disse que Lauriete estava com muitas dificuldades de agenda, fazendo shows, atendendo lideranças políticas, cuidando da filha e com o pai muito doente.

3.3.10. Luzia Alves Toledo⁹²

A advogada Luzia Toledo nasceu no dia 05 de janeiro de 1942 no município de Mimoso do Sul, Espírito Santo. Sua mãe, Diolinda Maria da Conceição, ficou viúva aos 25 anos de idade, com três filhos para criar. Luzia tinha apenas seis anos. Com a situação complicada para oferecer boas condições de vida aos filhos, Diolinda deixou que Luzia fosse criada pelos patrões, Rubens e Helena Rangel, na mesma cidade. Rubens era prefeito de Mimoso do Sul. A pequena não foi oficialmente adotada, mas passou a ser

⁹¹ Fonte: LAURIETE, Deputada Federal. **Pronunciamentos**. Disponível em: <<http://www.deputadalauriete.com.br/pronunciamentos.php>>. Acesso em julho de 2014.

⁹² Não foi possível entrevistar Luzia Toledo em tempo hábil ao fechamento da dissertação. Houve demora de minha parte em procurá-la, pois constatei tardiamente que ela havia ingressado ao Senado em 1999 como suplente. Quando a procurei a agenda da deputada já estava muito complicada, embora tenha se mostrado solícita em me atender. Chegou a marcar a entrevista, mas precisou cancelar o encontro. As fontes utilizadas para delinear sua trajetória foram seu sítio oficial, nas sessões de perfil (1) e trajetória política (2) e o portal do Senado Federal (3). Respectivamente: TOLEDO, Luzia (deputada estadual). **Perfil**. Disponível em: <<http://www.luziatoledo.com.br/vida.htm>>. Acesso em julho de 2014; TOLEDO, Luzia (deputada estadual). **Trajectoria política**. Disponível em: <<http://www.luziatoledo.com.br/trajectoria.htm>>. Acesso em julho de 2014; PORTAL Senadores. **Luzia Toledo**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/senLegisAnt.asp?leg=&tipo=2&nlegis=51&codparl=158>>. Acesso em julho de 2014.

filha de criação de Rubens e Helena. Ela atribui a essa família o amor que aprendeu a ter pela política. O contato com a família biológica não foi interrompido.

Luzia se formou normalista na mesma cidade e passou a dar aulas na Escola Monsenhor Elias Tomasi, ocupando, posteriormente, o cargo de diretora da instituição. Continuando os estudos, decidiu se graduar em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo e exercer a profissão de advogada. Por 18 anos foi advogada sênior da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), até que decidiu iniciar a *carreira* política e se dedicar exclusivamente a ela.

Sendo uma das fundadoras do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no Espírito Santo, ocupou-se de várias atividades da sigla. Foi primeira secretária-geral do primeiro Diretório Regional; delegada do Diretório Nacional; 1ª vice-presidenta da Executiva Regional; e, finalmente, na 3ª Convenção do Partido, foi eleita presidenta da sigla, destacando em sua gestão o incentivo empreendido à criação do PSDB Jovem, do PSDB Mulher e do PSDB da Melhor Idade. Hoje é filiada ao PMDB.

Já em 1988, ano da fundação do PSDB, Luzia é eleita vereadora pelo município de Vitória, seu primeiro mandato. Na eleição seguinte é reeleita. Nesse período, foi membro das Comissões de Justiça, Educação e Direitos Humanos. Em 1994, lançou-se como 2ª suplente ao cargo de senadora na chapa do candidato José Ignácio Ferreira. Em 1999, foi a primeira mulher do Espírito Santo a assumir vaga no Senado, quando o titular é eleito governador. Em nível nacional, Luzia também foi pioneira no PSDB quando se tornou a primeira mulher da sigla a assumir a vice-presidência da Comissão de Educação do Senado Federal. Exerceu o mandato por pouco menos de um ano e meio, de 12 de janeiro de 1999 a 31 de maio de 2000. Foi recordista em proposições (62) na Casa. Abre mão do mandato para chefiar a Secretaria de Estado de Turismo, a convite do governador do Espírito Santo, José Ignácio. Pouco tempo depois, assume a Secretaria de Estado da Cultura e dos Esportes.

Antes de ingressar no Senado, afastou-se temporariamente do 2º mandato como vereadora (1992-1995) para comandar a Secretaria de Estado Extraordinária da Representação do Poder Executivo do Espírito Santo em Brasília, convidada pelo

governador na época, Vitor Buaiz (1995-1999). Em 1996, concorreu ao cargo de vice-prefeita de Vitória na chapa de Luiz Paulo Velloso Lucas, vencendo a eleição. Luzia chegou a ocupar algumas vezes a prefeitura da capital do Espírito Santo em decorrência de viagens realizadas por Luiz Paulo durante o mandato (1997-2001).



Fotografia 12: Luzia Toledo discursa no VIII Fórum de Políticas Públicas para Vítimas de Violência Doméstica em março de 2014 na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Fonte: CARVALHO (2014).

Em 2002, Luzia Toledo disputa a cadeira de deputada estadual na Assembleia Legislativa do Espírito e alcança mais de 16 mil votos, contudo, fica como 1ª suplente por causa da coligação partidária. Dois anos depois, o titular da vaga, Gilson Amaro, é eleito prefeito de Santa Tereza e Luzia assume a cadeira de deputada estadual. Foi reeleita por mais dois mandatos (2007-2011 e 2011-2015) na Assembleia Legislativa e mais uma vez alcança posição pioneira no Espírito Santo ao ser a primeira mulher a ocupar a presidência da Casa ao final de 2008 no lugar do deputado Guerino Zanon (PMDB), que renuncia, já que havia sido eleito prefeito de Linhares. Luzia ocupou o cargo por 32 dias, comandando o processo de eleição da nova Mesa Diretora em fevereiro de 2009.

Ao longo de 20 anos de *trajetória* política, Luzia Toledo se dedicou às questões sociais, como as demandas dos idosos e das mulheres e as bandeiras do turismo e da cultura. Integra a diretoria do Asilo dos Velhos de Vitória há 28 anos, onde, atualmente, é vice-presidenta. Disputa a reeleição como deputada estadual no pleito de 2014.

3.4. PROJETOS E TRAJETÓRIAS EM PERSPECTIVA COMPARATIVA

Foi possível destacar semelhanças e dissemelhanças nas *trajetórias* das dez mulheres estudadas, de modo a entender que o “feminino” são vários, em suas intersecções de geração/idade, experiências de classe, socializações várias, adesões religiosas, vínculos partidários, relações familiares, dentre outras.

No caso da formação escolar/profissional (quadro 1), seis possuem ensino superior completo, três completaram o ensino médio e uma está com o curso superior em andamento. Quatro se formaram em Direito. A ligação com o jornalismo é presente em duas das entrevistadas. Outra área de atuação frequentada por elas é o Serviço Social, no caso de mais duas mulheres. No quadro 2 (p.202) segue um panorama das trajetórias.

Quadro 1 – Formação escolar/profissional		
	Formação escolar	Profissão
Ana Rita Esgário	Ensino Superior	Assistente Social
Etevalda G. Menezes	Ensino superior	Advogada
Iriny Lopes	Ensino médio	Política
Lauriete Rodrigues	Ensino médio	Cantora e empresária
Luzia Toledo	Ensino superior	Advogada
Maria de Lourdes Savignon	Ensino médio	Servidora pública, comerciante
Myrthes Bevilacqua Corradi	Ensino superior	Advogada
Rita Camata	Ensino superior	Jornalista
Rose de Freitas	Ensino superior	Advogada, jornalista, agricultora
Sueli Vidigal	Ensino superior em andamento	Serviço Social

Quadro 2 – Panorama da trajetória política das entrevistadas

Nome	Idade	Partido	Mandatos no Congresso Nacional (número e período)	Modalidade	Situação atual
Ana Rita Esgário	56	PT	Senado: 1 (2011-2014)	Suplente	Disputou o cargo de deputada estadual em 2014, mas não foi eleita.
Etevalda G. Menezes	66	PMDB, PTB	Câmara: 2 (1991-1994; 1997-1998)	Eleita (1) Suplente (1)	Chefe de gabinete do deputado estadual Atayde Armani. Não concorre mais a cargos eletivos.
Iriany Lopes	58	PT	Câmara: 3 (2003-2006; 2007-2010; 2011-2014)	Eleita	Atua no PT nacional e estadual. Concorreu ao cargo de deputada federal em 2014, mas não foi eleita.
Lauriete Rodrigues	44	PSC	Câmara: 1 (2011-2014)	Eleita	Presidente do PSC estadual. Não disputou as eleições 2014.
Luzia Toledo	72	PSDB, PMDB	Senado: 1 (1999-2000)	Suplente	Deputada estadual. Releita nas eleições 2014.
Maria de Lourdes Savignon	57	PT	Câmara: 1 (1989-1990)	Suplente	É filiada ao PT, mas não exerce nenhuma atividade política.
Myrthes Bevilacqua Corradi	75	PCB, PMDB, PPS	Câmara: 1 (1983-1986)	Eleita	É vice-presidente do Diretório Municipal de Vila Velha do PPS, mas não concorre mais a cargos eletivos.
Rita Camata	53	PMDB, PSDB	Câmara: 5 (1987-1990; 1991-1994; 1995-1998; 1999-2002; 2006-2010)	Eleita	Concorreu, em 2010, ao Senado, mas não foi eleita. Hoje participa do diretório do PSDB estadual.
Rose de Freitas	65	PMDB, PSDB, PMB	Câmara: 6 (1987-1990; 1991-1994; 1997-1998; 2003-2006; 2006-2010; 2011-2014)	Eleita (5) Suplente (1)	Deputada federal. Em 2014 é a primeira mulher a ser eleita diretamente no Espírito Santo para o cargo de senadora.
Sueli Vidigal	59	PDT	Câmara: 2 (2007-2010; 2011-2014)	Eleita	Deputada federal. Não concorreu à eleição em 2014.

A chegada ao legislativo federal se deu de forma direta nas *trajetórias* de seis das dez mulheres: Iriny Lopes (PT), Myrthes Corradi (PPS), Maria de Lourdes (PT), Etevalda Grassi (PTB), Rita Camata (PSDB) e Lauriete Rodrigues (PSC) não exerceram outros mandatos no âmbito estadual antes de se lançarem à Câmara dos Deputados. Portanto, suas carreiras políticas não seguiram a hierarquia dos cargos políticos disponíveis no Brasil. Das que trilharam carreiras políticas mais longas, a tendência foi a de se manter estáveis em um só cargo através de reeleições, mas com tentativas de eleição para o executivo, como no caso de Rose de Freitas (PMDB), que disputou o governo do Espírito Santo em 1994; Rita Camata (PMDB), que disputou a prefeitura de Vitória (capital do Espírito Santo) em 1996 e de Iriny Lopes (PT), que disputou a prefeitura também da capital em 2010. Isso demonstra que, mesmo com a estabilidade no cargo de deputadas federais, elas tinham ambição política para ocupar outros cargos.

Quadro 3 – Origens/influências políticas					
	Movimentos sociais e/ou sindicatos	Família (pais/familiares na política)	Casamento (marido na política)	Neopentecostalismo	CEBs
Ana Rita Esgário					
Etevalda G. Menezes					
Iriny Lopes					
Lauriete Rodrigues					
Luzia Toledo					
Maria de Lourdes Savignon					
Myrthes Bevilacqua Corradi					
Rita Camata					
Rose de Freitas					
Sueli Vidigal					

De todo modo, a disputa para cargos majoritários (executivo e Senado) é muito difícil para as mulheres. No Espírito Santo, a presença feminina no legislativo já é diminuta,

quem dirá para cargos do executivo. As mulheres ainda não acessam capital político, econômico e visibilidade suficientes para trilhar uma carreira política que avance em posições de maior estatura na hierarquia de cargos políticos disponíveis no Brasil. A não ser em situações como a de Lauriete Rodrigues (PSC-ES), cujos capitais econômico e social advindos de sua carreira como cantora gospel foram fundamentais para que ela, filiada ao PSC só em 2004, pudesse ser eleita. Somou-se a isso o capital político de seu marido à época da candidatura, o ex-deputado estadual Reginaldo Almeida (PSC).

Hoje, Lauriete é casada com o senador Magno Malta (PR). Ambos são os presidentes regionais de seus respectivos partidos e mantêm não só aliança afetiva, mas também alianças em nível partidário, tanto que Magno Malta sugeriu o nome de Lauriete para compor a suplência na chapa do delegado Fábio Contarato ao Senado, companheiro de sigla de Malta, o que foi recusado pelo candidato, que depois acabou desistindo da disputa eleitoral e da filiação partidária.

Etevalda Grassi (PTB), que desistiu de sua carreira por pressão da família, relatou antes a dificuldade de vencer eleições sem recursos econômicos, situação que Rita Camata (PSDB) também mencionou, sobretudo na disputa por cargos majoritários, observando que sempre teve grande dificuldade de “pedir dinheiro” para suas campanhas. Etevalda, Rita, Rose de Freitas (PMDB) e Myrthes Corradi (PPS) eram do PMDB à época de suas primeiras candidaturas. A conjuntura política de redemocratização do país foi favorável ao êxito de muitos(as) candidatos(as) daquele partido, como foi para elas, pois ele aglutinou, majoritariamente, a oposição ao regime militar. A figura de José Moraes, que Myrthes lembrou como sendo o “dono” dos recursos partidários no PMDB, foi crucial no apoio à primeira candidatura de Rita Camata e Etevalda Grassi, que também contavam com expressivo capital político de seus maridos. Rita era esposa do então governador do Espírito Santo de 1983 a 1987, Gerson Camata (PMDB) e reconheceu que seu êxito na primeira eleição foi muito em função dos resultados do governo de seu marido, que em seguida foi eleito senador.

O marido de Etevalda, Nyder Barbosa de Menezes (PMDB), também já acumulava carreira política consistente, tendo sido deputado estadual e federal, além de influente

na representação de agricultores do Espírito Santo. Etevalda considerou, inclusive, ter havido uma “transferência” do eleitorado de Nyder para ela. Rose de Freitas, por sua vez, era nora de Hugo Borges (PMDB), prefeito de Guarapari (1973-1977) e deputado estadual por cinco mandatos. O marido de Rose, Huguinho Borges (Hugo Borges Júnior - PMDB), e seus cunhados também eram envolvidos com a política no estado, embora Rose tenha dito que o marido começou a participar da política partidária na mesma época que ela. Não atribuiu grande importância à influência política da família do marido, principalmente do sogro, mas deduzo que tenha sido importante para sua socialização política no Espírito Santo, já que é mineira. De qualquer forma, já mantinha militância política em Minas Gerais e veio para o estado fugida da perseguição que sofreu como opositora do regime militar.

A influência do marido, Sérgio Vidigal (PDT-ES), na *carreira* de Sueli Vidigal (PDT-ES) também é marcante. Ele, que hoje é presidente regional do PDT no Espírito Santo e concorre à Câmara dos Deputados nas eleições 2014, já foi vereador, prefeito e deputado estadual pelo município da Serra. Sueli mencionou que sua entrada no partido foi a convite dele, e disse começar sua carreira mais como ajudadora do marido. Sueli Vidigal ocupou a Secretaria de Promoção Social (1997-2003) na gestão de Sérgio, quando prefeito da Serra. Essa experiência foi a alavanca para a eleição como deputada estadual (2003-2007).

Sueli teve bom desempenho junto ao eleitorado, pois foi a segunda deputada estadual mais votada. Em seguida, a pedetista disputou as eleições para a Câmara dos Deputados, foi eleita e reeleita, também acumulando uma atuação política no legislativo com expressiva produção legislativa e presença em cargos importantes nas Comissões da Casa. Curiosamente, não tenta a reeleição em 2014, no mesmo momento em que seu marido lança candidatura para o mesmo cargo ocupado por ela por duas legislaturas.

Rose, Rita e Sueli souberam aproveitar a entrada na vida política e trilharam *carreiras* de sucesso, com extensa produção legislativa e cargos proeminentes acumulados, que sem dúvida foram conquistados por suas habilidades, competência política e capital político acumulado. A figura do marido teve importância na trajetória de cinco mulheres

– Etevalda, Rita, Lauriete, Sueli e Rose –, mas apenas três permanecem casadas. Iriny é a única cujo marido não teve influência direta na constituição de sua carreira política.

Rose foi a primeira mulher a ocupar a vice-presidência da Câmara dos Deputados, em 2010. Foi deputada estadual, disputou o governo do estado e hoje pleiteia o Senado, após seis mandatos como deputada federal, tendo figurado na lista dos 100 “cabeças” do Congresso Nacional – elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Rose alcançou, também, leque variado de inserções em comissões da Câmara dos Deputados.

No caso de Rita Camata, quando era do PMDB, teve cinco mandatos como deputada federal e comandou a Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura no Governo Paulo Hartung (2003-2007), à época do PSB. Esteve presente por nove vezes na lista dos 100 “cabeças” do Congresso Nacional (DIAP). Nas eleições 2014 não disputa mandato, mas atua na campanha eleitoral de Aécio Neves (PSDB), que concorre à presidência da República.

Myrthes Corradi, por sua vez, conquistou seu primeiro mandato através de sua atuação sindical na luta pelos direitos dos professores, sobretudo por ter sido presidenta da União dos Professores do Espírito Santo (UPES). Ela já militava no PCB desde jovem, partido de esquerda que se aglutinou ao PMDB devido à situação de clandestinidade imposta pela ditadura militar (1964-1985). Contudo, ela não conseguiu manter sua *carreira* política, em parte pela pouca vivência partidária que julgou ter à época. Demonstrou ingenuidade no momento dos acordos partidários para a tentativa de reeleição; foi iludida pela promessa de um cargo como secretária na pasta da Educação no governo de Max Mauro (PMDB) – 1987-1991 –, que depois de eleito deu a ela o comando da Secretaria de Ação Social por apenas um ano. Ainda tentou se eleger deputada estadual na eleição seguinte, mas não obteve êxito. Manteve-se na vida partidária, como militante do PPS, mas não disputou outros mandatos. Em 2010 foi convidada para ser terceira suplente na chapa de Rita Camata ao Senado, mas não ganharam as eleições.

Iriny Lopes (PT), embora não tenha disputado nenhuma eleição antes de pleitear a vaga como deputada federal, militou por 20 anos no partido e alcançou a presidência regional do mesmo poucos anos antes de ser eleita. Tem histórico de luta junto aos movimentos populares, sindicais e de Direitos Humanos e sua família não era do meio político. Participou das discussões políticas das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, embora não tenha denominação religiosa. Acumulou três mandatos como deputada federal e disputa o quarto nas eleições 2014. Quando estava no segundo mandato, foi convidada por Dilma Rousseff (PT) para ser ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, cargo do qual abdicou depois de um ano e quatro meses para disputar a prefeitura da cidade de Vitória.

A *trajetória* de Ana Rita (PT) se assemelha um pouco a de sua companheira de partido, Iriny, já que construiu sua *carreira* a partir do contato com os movimentos populares, tendo sido iniciada politicamente também na participação em Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica. Contudo, a relação entre fé e política é marcante em sua concepção de mundo, e representa a motivação primeira que a levou para a vida política. Antes de ser senadora (2010-2014), pela suplência, foi vereadora por dois mandatos em Vila Velha (1993-1996; 2001-2004). A atuação profissional como assistente social também foi importante no contato junto aos movimentos populares e aos programas sociais dos governos do Espírito Santo desde a década de 1980, em que participou como técnica, profissional em sua área de formação, o serviço social. Teve destaque nacional em seu trabalho no Senado, sobretudo com a relatoria da CPMI da Violência Contra a Mulher. Concorre, nas eleições 2014, à Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Para o Senado, o candidato do PT no estado é o atual presidente regional da sigla, João Carlos Coser, com quem Ana Rita disputou a presidência do partido em 2013.

Luzia Toledo (PMDB-ES) é a que tem a *trajetória* política mais variada por ter sido vereadora, deputada estadual, vice-prefeita, secretária de Governo e presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Seu ingresso ao Senado se dá de forma indireta, como suplente, da mesma forma que Ana Rita. Com a renúncia do presidente da Assembleia Legislativa em 2009, é a primeira mulher a presidir a Casa, mas por um

período muito curto, o que não deixa de ser uma grande conquista. No material que disponibiliza em seu *site* oficial, atribuiu a seus pais de criação, Rubens e Helena Rangel, o amor que aprendeu a ter pela política. Rubens foi prefeito de Mimoso do Sul na década de 1950. Hoje Luzia é deputada estadual e concorre à reeleição. Foi uma das fundadoras do PSDB, e presidenta regional da sigla.

Maria de Lourdes Savignon (PT) foi a que teve carreira política mais curta, tendo assumido mandato como deputada federal, em 1989, com a saída do titular da vaga, Vitor Buaiz (PT). Tentou a reeleição, mas não teve êxito. Contudo, sua *trajetória* política começa na década de 1980, de forma semelhante à Iriny e Ana Rita, através da socialização nas Comunidades Eclesiais de Base e na participação política de movimentos populares e sindicais, bases do Partido dos Trabalhadores. Chegou à presidência municipal do PT, em Cachoeiro do Itapemirim, mas acabou se restringindo à atuação partidária apenas em âmbito interno, de onde também se retirou devido a problemas de saúde.

A socialização política de Ana Rita e Maria de Lourdes foi muito influenciada pela dimensão religiosa. A associação da política à fé é marcante nas trajetórias das duas, cujo legado da militância pastoral se expressa não em debates morais, mas no enfrentamento das injustiças sociais e na forte ligação com os movimentos populares. A relação da fé com a política na *trajetória* das duas marca a forma como elaboram seus objetivos na política, de modo a justificá-los como “serviço” àqueles que ainda não têm voz na sociedade, pelo entendimento de que é dever cristão trabalhar pelas transformações sociais necessárias à luta dos trabalhadores. O partido político é, para elas, o instrumento que confere o poder necessário para interferir na realidade.

A *trajetória* de Lauriete Rodrigues (PSC), por sua vez, difere da de Ana Rita e Maria de Lourdes, embora associe também fé e política. O eleitorado da cantora gospel é composto de fiéis das igrejas evangélicas e fãs, de forma que seu discurso político está mais voltado para as questões morais defendidas por sua denominação religiosa, como a oposição ao aborto e às políticas de reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais, na busca por manter a prevalência da família tradicional. Portanto, sua plataforma política é mais conservadora do ponto de vista moral, com mais apelo às

exigências do eleitorado evangélico. Contudo, sem ter realizado a entrevista com ela, a análise fica superficial.

Interessante notar que, apesar das dificuldades narradas pelas entrevistadas dentro dos partidos políticos, cinco das dez mulheres que representaram o Espírito Santo no Congresso Nacional alcançaram a maior posição dentro de seus partidos: a de presidentas dos Diretórios Regionais. Esse foi o caso de Iriny (PT), Luzia (na época, pelo PSDB), Rose (na época, pelo PSDB), Lauriete (PSC) e Maria de Lourdes (PT, nível municipal), o que demonstra que foram exitosas em sua inserção nos partidos políticos. Mas isto não quer dizer que a luta por espaço nas instituições partidárias tenha sido fácil. Todas as entrevistadas mencionam o sexismo nos partidos e a dificuldade das mulheres conseguirem apoio e chances reais de eleição. Como Rita Camata sinalizou, a forma como os partidos políticos funciona está vinculada à forma de pensar dos homens, que veem as mulheres, muitas vezes, como chamarizes de votos para contribuir para a legenda, mas não para que sejam realmente eleitas.

Outra questão levantada por Rose, Myrthes e Etevalda foi que o espaço legislativo estava despreparado para lidar com a presença das mulheres entre seus quadros políticos, tanto na instância estadual quanto federal. Rose e Myrthes lembraram que na década de 1980 não havia banheiro feminino na Câmara dos Deputados. Quando as poucas mulheres que ingressavam na Casa precisavam ir ao banheiro, tinham esperar que os homens usassem para depois entrar. Mais desafiador ainda era o fato de que muitos arranjos políticos eram acordados no banheiro, o que deixava as poucas mulheres presentes no legislativo fora das decisões políticas.

A ausência de especificação na Constituição Federal sobre a licença maternidade era outro fato notável do quão alijadas estavam as mulheres dos espaços políticos formais naquele tempo. A estrutura física do Congresso Nacional refletia a estrutura política sexista do país, na medida em que demonstrava a quase ausência das mulheres naquele espaço. Se não havia mulheres, quem iria pensar em disponibilizar um banheiro para elas? Essa é uma situação singela, mas que ajuda a entender a relevância, apontada por Phillips (2001), de uma política de presença.

É a presença das mulheres (e de outros atores políticos minoritários) nos espaços de poder que força as barreiras institucionais que reproduzem o domínio masculino em um ambiente que, embora ocupado pelas elites políticas, é símbolo da democracia representativa mantida pelo povo, diverso em suas *perspectivas sociais* (YOUNG, 2000). Na discussão delineada nesta dissertação, alinho-me a essas autoras, considerando ser necessária uma representação política plural também no público para que desigualdades estruturais sejam desmontadas no conjunto com uma política de ideias, em que as duas dimensões possam produzir um sistema mais justo de representação política. Isso porque, como Phillips (2001) pondera, não é possível tratar as ideias como totalmente separadas das pessoas que as defendem ou então centrar-se nas pessoas sem considerar suas políticas e ideias. Não há uma oposição entre a política de presença e a de ideias, mas complementaridade, como faz entender Anne Phillips.

O episódio emblemático protagonizado por Rose de Freitas quando presidia a Câmara dos Deputados no lugar de Marco Maia, em 2011, também guarda importância. A deputada, à época, vice-presidenta da Mesa Diretora da Câmara, deparou-se com o pedido do deputado ACM Neto para que Marco Maia, o presidente da Casa, retornasse à Mesa Diretora para resolver um impasse na interpretação do Regimento Interno, diante de uma deputada que já estava em seu sexto mandato no legislativo federal e era orientada pela mesma Mesa Diretora que orientava Marco Maia. ACM Neto quis vencê-la no grito, uma postura que não se repetiu com a intervenção de Marco Maia, que manteve o mesmo entendimento de Rose de Freitas. Há momentos em que, realmente, uma votação pode gerar muito conflito e exaltação, mas para um caso como o vivido por Rose, não demandava, acredito, tamanha exaltação de um deputado. Na percepção de Rose foi sexismo, algo que se repetiu por outras vezes em sua atuação à frente da Câmara dos Deputados.

Em uma das pesquisas realizadas por Marlise Matos (2013, p. 330), a cientista política deparou-se com relatos de deputadas que reconheceram ser pouco escutadas no parlamento, de modo que percebiam mais interrupções em suas falas do que ocorria

com os homens, a ponto das mulheres se acostumarem e terem menos disposição para ocupar a tribuna e fazer uso da palavra.

A influência da imigração italiana no Estado do Espírito Santo também se reflete na trajetória das dez deputadas, já que a maioria descende de italianos. A ideia de um “machismo” inerente às famílias italianas também aparece em duas das entrevistadas, Rita e Etevalda. Três das dez mulheres tem origem no meio rural – Rita, Sueli e Etevalda. Na época em que nasceram, o Espírito Santo era um estado de economia majoritariamente agrícola e a maior parte da população estava no meio rural. Foram os processos de modernização econômica iniciados na década de 1970 no estado que transformaram essa configuração social, atraindo os capixabas que moravam na zona rural para a urbana.

O processo de modernização econômica no Espírito Santo trouxe em seu bojo a desestabilização da produção agrícola capixaba, cujo carro chefe era a produção cafeeira. Mais de 50% dos cafezais do estado foram destruídos (SILVA, 1995). Essa situação provocou êxodo rural significativo e, como na maior parte do Brasil, essa mudança ocorreu de forma desordenada, sem planejamento e políticas públicas adequadas, o que acentuou as desigualdades sociais e a marcação de espaços diferenciados nas cidades: bairros ricos e bem atendidos pelo poder público contrastavam com os bolsões de pobreza refletidos nas favelas.

Aspecto relevante para esta análise é o “poder de barganha” que as deputadas e deputados federais do Espírito Santo possuem diante dos outros atores políticos no espaço do legislativo, já que contam com uma bancada muito pequena, de apenas 10 membros, e de um estado que também não tem o mesmo “peso político” que seus vizinhos da região sudeste.

Outra questão que esteve presente em pelo menos seis das dez mulheres foi a tensão entre *carreira* política e família. Rita, Myrthes, Rose, Etevalda, Lauriete e Iriny expressaram com clareza as dificuldades que sentem enquanto mulheres ao sacrificarem a convivência com a família, principalmente com os filhos. No caso de Etevalda e Lauriete isso foi condicionante para desistirem de concorrer a mandatos

políticos. Etevalda, Myrthes e Rose não tiveram o apoio de seus maridos para sustentarem a *carreira* de parlamentares, o que culminou no fim do casamento de duas delas – Rose e Myrthes – e no abandono da *carreira* por parte de Etevalda. Rita Camata teve a reprovação do marido apenas no início, e mesmo assim não atrelou sua escolha pela *carreira* ao consentimento do mesmo. Feitosa (2012), ao analisar o perfil pessoal das mulheres e homens que se candidataram nas eleições 2010 à Câmara dos Deputados, constatou que 64,5% dos homens eram casados e 58,3% das mulheres eram solteiras, separadas, divorciadas ou viúvas. Entre as(os) eleitas(os), 53,3% das deputadas eram solteiras, separadas, divorciadas ou viúvas enquanto entre os homens eleitos, 77,1% eram casados.

Quadro 4 – Estado Civil					
	Solteira	Casada	Divorciada	Viúva	Nova União
Ana Rita Esgário					
Etevalda G. Menezes					
Iriny Lopes					
Lauriete Rodrigues					
Luzia Toledo					
Maria de Lourdes Savignon					
Myrthes Bevilacqua Corradi					
Rita Camata					
Rose de Freitas					
Sueli Vidigal					

O sentimento de culpa pela ausência junto aos filhos foi apontado por Etevalda, Rose, Myrthes e Rita. Nesse sentido, é possível dizer que há, ainda, uma latente centralização da família e do espaço privado na figura das mulheres, o que gera impactos contundentes em seu trânsito no espaço público, vinculado ao “sacrifício” de escolher entre *carreira* e família ou de conviver com a tensão e a “culpa” de permanecer na vida política. A questão é: aos homens é colocada a necessidade de escolher entre família e *carreira*? Mesmo assim, no caso das mulheres entrevistadas não houve um arrependimento pelo *projeto* de construção da *carreira* política. Há a consciência de que o exercício dos mandatos e a atividade política como um todo exigem sacrifícios que

são inevitáveis. Mas, como Rose apontou, as mulheres pagam um preço muito alto na escolha pela *carreira* política.

Quadro 5 – Maternidade		
	Sim	Não
Ana Rita Esgário		
Etevalda G. Menezes		
Iriny Lopes		
Lauriete Rodrigues		
Luzia Toledo		
Maria de Lourdes Savignon		
Myrthes Bevilacqua Corradi		
Rita Camata		
Rose de Freitas		
Sueli Vidigal		

A árdua construção da *carreira* política por essas mulheres reflete, em parte, em sua sub-representação política em instâncias institucionais de poder, como demonstram as várias estatísticas apresentadas neste trabalho acerca da participação política das mulheres em vários cargos políticos. Ter o Congresso Nacional mais mesclado entre homens e mulheres é parte importante do alcance de avanços democráticos. As deputadas e senadoras inseridas nesta pesquisa não sinalizaram para uma plataforma política feminista, embora tenham observado que trabalham também em prol de causas específicas às mulheres, como a violência de gênero e as demandas por direitos específicos ao grupo. No quadro 6 (p.214) é possível observar as principais bandeiras políticas sinalizadas nas entrevistas e na pesquisa documental. Contudo, a incorporação dos temas encampados pelas feministas é que poderia refletir mudanças mais radicais na forma como as mulheres acessam os vários espaços na sociedade e na maneira como são vistas.

Quadro 6 – Principais bandeiras políticas							
	Direitos Humanos e Minorias	Direitos das Mulheres	Família	Economia (agricultura, desenvolvimento, finanças)	Trabalhadores, emprego e distribuição de renda	Previdência social, idosos	Turismo; meio ambiente; cultura; educação
Ana Rita							
Etevalda							
Iriny							
Lauriete							
Luzia							
Maria							
Myrthes							
Rita							
Rose							
Sueli							

A seguir, faça uma análise da visão dessas mulheres acerca de seu papel na política e apresento o levantamento de sua produção legislativa.

4. MULHERES E POLÍTICA DO DESVELO: CRÍTICA E PRÁTICA

Uma recorrência nos relatos das entrevistadas foi a ideia de que *a mulher* faz política “diferente” do homem. O ponto de vista tanto pode valorizar o empenho das mulheres na democracia quanto reforçar a discriminação de gênero. Numa primeira percepção, a assertiva é tão essencialista quanto as teses que pouco questionam a responsabilidade quase exclusiva das mulheres no cuidado dos filhos ou da casa, em um movimento contrário às elaborações teóricas suscitadas pelas “ondas” mais recentes dos debates de gênero. Não posso, porém, recusar a evidência de que esse discurso gera *sentidos* para a ação de algumas mulheres; logo, é sociologicamente relevante, devendo ser objeto de detida reflexão neste capítulo.

Acrescento à discussão um panorama da produção legislativa das parlamentares estudadas, tentando descortinar se as crenças na atuação “diferenciada” de mulheres na política têm alguma base de sustentação em suas atuações reais.

4.1. UM MODELO “FEMININO” DE POLÍTICA?

Um tema mencionado por seis das oito mulheres entrevistadas foi que teriam um *jeito* diferente de fazer política que elevaria seu nível ou possibilitaria pensar em um modelo alternativo à política convencional, promovida pelos homens. As mulheres estariam, nesta perspectiva, menos suscetíveis à corrupção, ao egoísmo e ao descompromisso com as necessidades das pessoas⁹³.

Ana Rita, Iriny, Myrthes e Rita Camata observaram que as mulheres, quando ingressam na política, carregam um olhar mais sensível às necessidades das pessoas, maior ousadia e compromisso na proposição de soluções, na “briga” por destinar recursos para as demandas sociais e para o atendimento das causas sociais. Explicam que são elas que lidam no dia a dia com as necessidades da família, que lutam para alimentar

⁹³ Cabe ressaltar que não houve uma provocação no roteiro utilizado na entrevista quanto a um modo diferente das mulheres fazerem política. Esse tema apareceu de forma espontânea conforme as entrevistadas falavam de suas trajetórias, de modo que me coube apenas pedir que explicassem “como a mulher é diferente?” quando não explicavam imediatamente o que significava uma forma diferente de se colocarem na política.

seus filhos e cuidar dos doentes; são também elas que usam os postos de saúde e que têm contato com as carências do serviço público, o que para Ana Rita pode ser estendido para outras colegas parlamentares: “Eu percebo muito isso, eu convivo com as outras mulheres parlamentares e elas têm essa visão também, então não é apenas um olhar que eu tenho. Mas as mulheres de um modo geral são assim” (ESGÁRIO, Ana Rita. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2013).

Ana Rita fala das “mulheres de um modo geral” sabendo, portanto, das exceções que se apresentam mais similarmente aos homens “em geral” na atuação política. Sobre o desempenho masculino, diz que os homens não alcançam a dimensão do “serviço” às demandas dos mais fracos como as mulheres alcançam, porque são mais pragmáticos. Deixo ainda em aberto o que significa para ela tal adjetivo. Rita Camata, por sua vez, ressalta que a mulher é “mais versátil e se dedica muito”; Myrthes nota que “ela faz muitas coisas e com qualidade, como ser boa dona de casa e excelente profissional”; Iriny supõe que “a mulher é menos gananciosa e, portanto, menos propensa à corrupção passiva ou ativa”.

A maternidade aparece como uma experiência que traz qualidade para o “fazer político”, na medida em que proporciona maior entendimento das necessidades humanas. Rita entende que a mulher é um ser político nato, que a experiência de ser mãe e de cuidar da família é tarefa política também:

Eu gostaria que as mulheres pudessem estar participando de forma mais ativa da vida, porque a mulher é um ser político nato. Ela briga pra poder matricular o filho, ela briga pra que o salário dê pra ela poder levar comida, vestir os filhos... Hoje o número de mulheres que são chefes de família é muito alto né! Elas são provedoras de toda a educação, de tudo dos seus filhos, o que é extremamente injusto! Nós queremos uma paternidade responsável, que é uma outra coisa que seguramos, mas que infelizmente, né... A nação avançou, mas é pouco. [...] Mas eu acho que as mulheres elas tinham que... Como elas têm, na sua essência, elas são um ser político, essa questão da maternidade é uma coisa que é muito forte, e isso faz com que ela lute como uma leoa pra prover aquilo que é necessário pra família, pros filhos, pro companheiro, e é uma forma de fazer política. Agora, com mandato você pode muito mais do que sem (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

O mandato político na democracia representativa traz, portanto, a possibilidade de atingir mais pessoas e atender melhor às necessidades humanas, no pressuposto de que sua “natureza política” (o serviço ao outro) é mais apurada. Quando falou de sua

gestão na Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura do Governo Paulo Hartung (PSB à época), Rita Camata destacou sua preocupação em trazer um “olhar mais humano” para uma Secretaria “árida”. A exemplo de se pensar no pedestre ao se deparar com um projeto de construção de vias que não prevê calçadas, de tornar um prédio escolar mais humanizado ou perguntar a um beneficiário de casas populares de que cor gostaria que sua casa fosse pintada. Observou que questões como essas são entendidas pela política vigente como gasto, e que é difícil trabalhar na área social por causa dessa visão. Iriny, nesse sentido, salientou que há maior ousadia da mulher na proposição de políticas públicas e maior sensibilidade para os problemas sociais:

O nosso nível de sensibilidade para os problemas sociais é maior, por isso nós somos mais... Por isso nós somos mais ousadas nas políticas públicas, por isso nós temos mais peito – dois pra começar né! –, para discutir o orçamento público com prioridade [...] pra iniciativas de políticas sociais, entendeu? Nós fazemos política de maneira diferente dos homens porque nós somos mais ousadas nisso do que os homens, tá certo? Nós temos mais ousadia pra “oh, precisa reservar mais dinheiro do orçamento para redução das desigualdades sociais” [...]. Porque elas têm mais sensibilidade, porque elas estão mais próximas da realidade, das carências, das lacunas do serviço público e das desigualdades que existem na sociedade que nós não vamos conseguir resolver só com políticas públicas, certo? (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Ainda assim, as entrevistadas que apresentaram essa concepção de uma vocação diferenciada de política “no feminino” não negaram a existência de corrupção entre as mulheres, mas compreendiam que essa proporção era menor entre elas do que entre os homens. Myrthes, por exemplo, defende a maior participação das mulheres na política por considerar que são mais capazes, pelas características que possuem, de superar os “vícios” da política, como a corrupção. “Mulher no poder vai mudar esse país, mais mulheres” (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013). Iriny vai ao encontro da argumentação de Myrthes quando entende que as mulheres podem trazer um modelo político alternativo, em consonância com seu jeito de ser mais sensível e ético:

Agora como nós vamos crescer na política – e vamos mesmo; isso é um processo irreversível, tá certo? –, nós não podemos incorporar esses valores que os homens cultivaram até então. Nós temos que, além de trazer as mulheres para a política, nós temos que trazer um novo modelo de fazer política, muito em acordo com a nossa sensibilidade, com o nosso jeito de fazer as coisas, entendeu? Então, assim, nós somos mais pelo convencimento do que pela força, né, portanto, nós somos... Não há como fazer política

tergiversando, ou não tendo capacidade de tomar decisão, e às vezes a decisão é uma atitude de força, certo? (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Rita também defende um modelo alternativo de política nesse mesmo sentido: “Nós não queremos ocupar o espaço dos homens, mas o olhar feminino é diferente do olhar masculino, pra vida, pra realidade, pras dificuldades, pras prioridades. Nós queremos homens com esse olhar também!” (CAMATA, Rita. Entrevista concedida em 25 de março de 2014). Rita Camata, portanto, não está dizendo que as mulheres são as únicas a poder desenvolver um senso mais apurado de ética pública, mas que tal empenho deixou de existir entre os homens em sua maioria e que se tornaria, por excelência, um atributo feminino que eles, os homens, poderiam aderir se rompessem com seus próprios paradigmas.

Ela observa, ainda, que as mulheres avançaram na participação política formal, mas de forma mais tímida e, às vezes, abandonando o que lhes seria específico para “incorporar a cultura dos homens pra permanecer na vida pública”. Para Rita, essa forma de atuar, semelhante à dos homens, “não interessa”. Mesmo assim, Rita não condena todos os homens, ressaltando aqueles com especial sensibilidade às jornadas de trabalho das mulheres. E completa: “E também têm as mães, as mulheres, as namoradas né? [risos]. Na hora do voto a gente apela, mas eu acho que é difícil”.

Contudo, não são só virtudes que as entrevistadas destacaram quanto à forma das mulheres atuarem na política. Myrthes afirmou que elas não possuem o mesmo ardor, a mesma paixão que os homens têm pela política. Talvez, ela se refira à mesma paixão que, de um lado, motiva os esquemas de corrupção mais sofisticados para não se perder o lugar na política; de outro, a paixão que coloca o trabalho na política acima de tudo, não menos acima da vida pessoal e familiar:

Eu vejo assim, a mulher se desliga muito do partido! Não é como os homens discutindo o futebol, “vou encarar a coisa” né...”. E também na política eles têm aquele ardor, aquela luta, tão ali. Mulher vai, muitas vão, mas não têm aquela... Não se inflamam pelo partido. E nós precisamos disso (CORRADI, Myrthes Bevilacqua. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2013).

Nas narrativas de Rita Camata e Ana Rita houve destaque para a preocupação que tiveram em estudar, em prepararem-se com afinco para a atividade política. Rita

mencionou noites em claro em que passou estudando, analisando a situação de outros países para preparar sua argumentação quando apresentava projetos de lei ou atuava em outras tarefas do parlamento, uma necessidade de se auto-afirmar num espaço que, a princípio, só a via como uma “garota bonita”. Ana Rita, por sua vez, quando defende a maior inserção das mulheres na política formal, compreende que não se pode ir com ingenuidade:

Agora, pra gente assumir a vida pública a gente precisa se preparar, não pode ser ingênua. A gente traz um pouco de ingenuidade na vida e às vezes a gente sofre muito por causa disso né, a partir da minha experiência. Eu sempre fui muito sonhadora, então, um pouco disso. Então, pra quem for entrar na vida política não pode ser ingênua e não pode ser sonhadora (ESGÁRIO, Ana Rita. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2013).

Iriny avaliou que a vida das mulheres não é fácil e que é desafiador estar na política com essa visão mais sensível para as questões sociais. Rose foi a que menos mencionou a questão especificamente feminina, mas observou que há demandas de gênero encampadas sempre com dificuldade pelas mulheres na Câmara dos Deputados, sobretudo porque a bancada é pequena para fazer frente aos homens. Além disso, observou que não é simples transportar para a política a vivência trazida no cuidado da família, um *modus operandi* recusado na atuação partidária, gerador de discriminação e conseqüente desqualificação:

[...] e nós mulheres ter que trazer o aprendizado de ter que educar filhos, conviver com a relação matrimonial, ter esse olhar de ternura, sensibilidade e leveza dentro do seio de uma família... E quando você transporta isso pra política é totalmente diferente, você já vem convivendo de cara com a discriminação, que eu convivi presidindo a Casa, vários momentos que eu saí dali e fui chorar no banheiro! (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014).

Uma parte significativa das mulheres da pesquisa entende que há em sua “essência de mãe”, uma *ética do cuidado* que diferencia sua forma de fazer política e que é conflitante com o modelo de política encampado pelos homens, que seria mais contaminado por práticas ruins e menos atento às necessidades humanas. Fica nítido que essa concepção se aproxima da linha feminista do *pensamento maternal*⁹⁴, que mencionei rapidamente nos dois primeiros capítulos desta dissertação. Essa corrente

⁹⁴ *Maternal thinking, ethics of care* ou, também chamado, *feminismo social* (VARIKAS, 2013, p. 183).

de pensamento defende a singularidade do julgamento moral feminino, formado por uma sensibilidade moral diferente da masculina e não inferior, como alguns pensadores supunham. Jean Jacques Rousseau, por exemplo, via essa singularidade como “[...] o efeito do subdesenvolvimento da capacidade de julgamento das mulheres” (MIGUEL, 2012, p. 109). O contrário se dá com as mulheres entrevistadas. Elas tendem a ver sua política mais sensível às carências humanas como um atributo moral superior, ainda que recusado no cotidiano institucional.

Argumentei que para a corrente teórica feminista do *pensamento maternal* a presença de mulheres na esfera pública traria para a mesma outra sensibilidade, negligenciada pelos homens nos foros decisórios, como também defende parte das mulheres entrevistadas para esta pesquisa. Dessa forma, haveria uma “política do desvelo” (feminina) em contraponto a uma “política de interesses” (masculina). Partindo do pressuposto de que a presença feminina nos espaços de poder promoveria, gradualmente, a superação da política de interesses, haveria, para essa corrente de pensamento, a substituição dessa lógica de interesses por outra mais zelosa, tolerante e sensível, a política do desvelo. É no papel de mãe que se manifestaria primeiro essa inclinação das mulheres pelo cuidado concreto das pessoas, uma característica que seria transportada para a esfera pública (MIGUEL, 2012).

A fundamentação da *ethics of care* parte do livro *In a different voice*, da psicóloga estadunidense Carol Gilligan, que, por sua vez, parte de revisões da antropóloga Nancy Chodorow acerca dos escritos de Sigmund Freud sobre o impacto psicológico das diferenças anatômicas entre os sexos (MIGUEL, 2012). Para que seja possível entender melhor como se chegou às concepções do *pensamento maternal*, discorro a seguir sobre “Imagens de relação”, de Gilligan (2013).

A autora demonstra como o desenvolvimento de relações, moralidade e sentido do *self* nas mulheres têm seu entendimento negligenciado pela psicologia, sobretudo freudiana, uma vez que seu modelo explicativo tem base no padrão de desenvolvimento masculino/universal, que não inclui as características de interpretação encontradas nas mulheres na adolescência, classificando seu desenvolvimento moral em nível abaixo do que é encontrado nos homens. A autora vai demonstrar, a partir de

pesquisas realizadas com homens e mulheres de diferentes idades, que as últimas possuem uma forma diferente de desenvolvimento de relações e moralidade, que não é nem melhor nem pior do que a dos homens, apenas diferente nos casos observados.

Para ficar mais claro, resumirei um dos casos que Gilligan (2013) utiliza para elucidar a questão dos julgamentos morais de duas crianças de 11 (onze) anos, o menino Jake e a menina Amy, que encontram, no mesmo dilema, dois problemas morais diferentes. Eles foram convidados a participar de um estudo sobre direitos e responsabilidades, em que se exploravam as diferentes concepções de moralidade e *self* por meio de entrevistas em profundidade. Gilligan (2013) observa que ambas as crianças eram brilhantes e articuladas e que suas aspirações não atendiam aos estereótipos conhecidos dos papéis de gênero, já que Jake preferia inglês à matemática e Amy queria ser cientista.

Contudo, ao realizar um julgamento proposto, as crianças apresentaram noções recorrentes acerca das diferenças entre os gêneros, “[...] o que sugere que a vantagem que as meninas têm em desenvolvimento moral durante os primeiros anos escolares cedem na puberdade, com a ascensão do pensamento lógico formal nos meninos” (p. 82). É justamente nesse ponto que ocorre a categorização da menina um nível abaixo do menino, porque o modelo utilizado para classificar a ambos é a capacidade de resolver ao dilema apresentado pela lógica formal⁹⁵.

As duas crianças foram convidadas a solucionar “o dilema de Heinz”, um homem que, não tendo dinheiro suficiente, se vê dividido entre roubar ou não um medicamento que salvaria a vida de sua esposa, uma vez que o farmacêutico se recusa a reduzir o preço. As perguntas que problematizam o dilema são conduzidas para “revelar a estrutura do pensamento moral” (p. 82), que foi facilmente visto no julgamento do menino. Jake diz com clareza desde o início da entrevista que Heinz deve roubar o remédio, pois “uma vida humana vale mais do que dinheiro”. Não importando as consequências, o contexto ou as relações, mas a lógica de que a vida está acima da propriedade, o menino

⁹⁵ Segundo Miguel (2012, p.111), a lógica do julgamento moral seria subordinar as relações interpessoais a regras associadas a padrões universais de justiça, facilmente repetíveis em casos similares.

resolve o dilema como uma equação matemática, em que é justo que Heinz roube o remédio para preservar a vida da esposa.

Amy, por sua vez, responde de forma evasiva e insegura, porque para ela não está em jogo se Heinz deve ou não roubar o remédio, mas o efeito que o roubo poderia ter para a relação dele com a esposa, já que roubando o remédio e salvando a esposa, num primeiro momento, depois ele poderia ser preso e deixá-la doente e sozinha, devendo o marido, então, conversar sobre o problema e encontrar outra maneira de conseguir o dinheiro para o medicamento, não roubando o remédio nem deixando morrer a esposa. Dessa forma, enquanto o menino resolve “um problema de matemática com seres humanos”, a menina vê no dilema “uma narrativa de relações que se estende no tempo” (GILLIGAN, 2013, p. 85).

Em outro de seus estudos, Gilligan (2013) observa que os homens percebem um perigo potencial na conexão, ou seja, no estabelecimento de relações com as outras pessoas, que poderiam, por exemplo, possibilitar a traição ou o engano, enquanto as mulheres temem a separação, como quando se destacam na carreira e despertam inimizades por isso.

A conclusão a que Gilligan (2013) chega na análise desses casos, permeados por tonalidades não demonstradas aqui, é de que há duas formas de ética, a da justiça – abstrata – e a do cuidado – concreta, que permeiam os dilemas humanos a partir da relação dos pais e mães com os filhos:

As experiências de desigualdade e de interconexão, inerentes à relação entre pais e mães com filhos, dão origem à ética da justiça e do cuidado, aos ideais das relações humanas – a visão de que a própria pessoa e o outro são tratados como de igual valor, que, apesar das diferenças de poder, as coisas vão ser justas; a visão de que todos terão resposta e serão incluídos, que ninguém será deixado só nem sofrerá (GILLIGAN, 2013, p. 118).

Nesse sentido, não haveria um essencialismo que definisse como homens e mulheres pensam e agem, mas duas formas de se lidar com as relações humanas a partir das conexões que as pessoas desenvolvem com os pais. Miguel (2012) observa que, no livro em que Gilligan desenvolve essa discussão, o *In a different voice*, a autora se esforça para recusar o essencialismo, argumentando que seu objetivo era descrever um

padrão moral alternativo ao padrão dominante de moral utilizado na psicologia, caracterizando o alternativo por tema e não por gênero e que sua associação com as mulheres corresponde a uma observação empírica. Como elucida Miguel (2012, p.111):

A rigor, portanto, sua preocupação seria alertar para a necessidade de reconhecer a legitimidade do padrão não dominante de moral, e não especificamente apontar uma singularidade constitutiva das mulheres. Da mesma forma, Chodorow aponta que a reprodução da maternidade – que, na sua teoria, fornece a chave para a construção do papel feminino – ocorre “através de processos psicológicos socialmente induzidos”, não sendo “nem um produto da biologia, nem de treinamento intencional”.

Entretanto, o autor explica que a apropriação que fazem de Gilligan e Chodorow algumas teóricas políticas feministas do *pensamento maternal*, como Sara Ruddick e Jean Bethke Elshtain, assumiu, frequentemente, uma postura essencialista, não no sentido de que a diferença feminina seja biológica, mas no de que é fundante da identidade das mulheres de uma forma que está naturalizada. Eleni Varikas (2013, p. 186) também observa que algumas das autoras da *ethics of care* partem da ideia de que o ponto de vista das mulheres, que seria levado para a esfera pública, é o ponto de vista daquelas que dão a vida, um pressuposto que “[...] atribuiu a dominação exercida sobre as mulheres à diferença e não à diferenciação hierárquica dos sexos” (VARIKAS, 2013, p. 187). E acrescenta:

O movimento pendular entre o recalque (ou até mesmo a denúncia) da maternidade e sua idealização testemunha a dificuldade de sair de uma conceituação política que, de Locke a Mill, reduz o horizonte da liberdade das mulheres à “escolha pessoal” entre uma “esfera privada” da maternidade e uma “esfera pública” da liberdade, definidas à sua revelia (VARIKAS, 2013, p. 187).

A concepção de uma política do desvelo associada às mulheres, de um modo amplo, permite pensar que o alcance da paridade de participação entre homens e mulheres nos espaços de representação política poderia levar a uma mudança nos padrões hoje hegemônicos de comportamento na política (é o que pressupõe Myrthes), mas não de forma automática, como que desconsiderando os vários casos em que as mulheres, quando no poder, não empreenderam uma ética do cuidado, citando-se lideranças políticas como Margaret Thatcher, primeira ministra do Reino Unido (1980-1991), e Zélia Cardoso de Mello, ministra da economia (1990-1992) no Governo Fernando

Collor. “Tudo indica que, para o bem ou para o mal, mulheres e homens podem exercer o poder da mesma maneira” (MIGUEL, 2012, p. 114).

Em contrapartida, Miguel (2012, p. 114) salienta que, no parlamento, as mulheres têm se ocupado mais de temas sociais do que de “[...] *hard politics* (administração pública, política econômica, relações internacionais)”, o que não é diferente do caso das parlamentares estudadas nesta pesquisa, como demonstrarei no próximo tópico deste capítulo. Vale dizer que a distribuição de gênero interna à política legislativa, em que mulheres cuidam do “social” e homens gestam a “economia”, vem manter o *ethos* masculino que as mulheres dizem precisar ser transformado no atual sistema político.

Miguel (2012) argumenta que os temas sociais são tão importantes ou até mais importantes que os considerados masculinos, mas se tornados um nicho feminino de atividades, perpetua-se sua subestimação em face das outras agendas mais valorizadas, embora o *pensamento maternal* defenda mudanças nessa hierarquia de tópicos políticos mais importantes e menos. Há também uma atribuição essencialista que naturaliza o papel tradicional das mulheres nas tarefas do cuidado dos outros, o que coloca em xeque a reivindicação, por exemplo, da paternidade responsável mencionada por Rita Camata, pois se o cuidado concreto dos outros constitui a identidade feminina, então, não se poderia cobrar dos homens a participação efetiva nas tarefas da esfera privada. Noutro ponto, “[...] a ausência de preocupação social na administração pública deixa de ser o efeito de um viés político que deve ser contestado para se tornar a consequência inescapável da diferenciação de gênero” (MIGUEL, 2012, p. 115). Rita insiste, porém, que não se trata das mulheres ocuparem o espaço dos homens numa divisão e hierarquização tradicionais da política, mas que os homens também tenham um olhar sensível às necessidades sociais, de modo a se aspirar a um novo modelo de política não fundamentado em premissas sexistas, em que o “social” não seja “feminino”/subalterno e o “econômico”, masculino/superior.

Outro aspecto nodal levantado por Miguel (2012) acerca dos problemas da política do desvelo seria o questionamento da maternidade como exemplo de conduta para a ação política, já que o *pensamento maternal* salienta o ganho de se transportarem para a esfera pública as virtudes da experiência de mãe. O primeiro ponto é que a

maternidade se pauta numa relação de desigualdade, em que o filho está subordinado à mãe ao mesmo tempo em que suas necessidades se sobressaem às dela. A democracia parte da igualdade, de modo que o sujeito carrega carências e interesses próprios, que, se anulados, como acontece com a mãe, produzem subalternização.

O segundo ponto é que a maternidade, segundo Miguel (2012), seria também uma relação de intimidade e exclusividade, em que a mãe se preocupa com seus filhos e não com a maternidade em geral, ao passo que a cidadania requer as qualidades de abertura e inclusividade. O autor parte de Mary Dietz para explicitar a exigência da capacidade de transcendência em relação ao círculo privado e de devoção aos concidadãos como uma condição da virtude cívica de tradição republicana. Mas ao refletir sobre a interpretação das mulheres entrevistadas acerca da transposição da experiência da maternidade para a ação política, percebo que elas defendem a ampliação do sentimento de cuidado aos filhos em particular para as necessidades humanas da sociedade em geral⁹⁶.

Um último argumento, acionado por Miguel (2012), acusa o *pensamento maternal* de uma leitura pré-maquiaveliana da política feminina, sobretudo pela defesa da valorização de atributos éticos e compassivos que beiram ao altruísmo. Longe de atribuir a Maquiavel a defesa de uma política destituída de moral e autointeressada, pondera Miguel (2012), a leitura maquiaveliana da política problematiza que a questão está na fragilidade do bem quando confrontado com o mal, já que esse se dispõe a usar de todas as armas possíveis para atingir seus objetivos, enquanto o primeiro se recusa a tais meios, colocando-se em desvantagem no confronto político. As características atribuídas à política masculina (como a amoralidade e a frieza na disputa pelo poder) são as que têm alcançado eficiência na arena política. Daí advém o desafio de se pensar em um novo modelo de política, com novo conteúdo e mais ética e que não se

⁹⁶ Trouxe para este debate a marcante contribuição de Luis Felipe Miguel, que acaba por ser o principal interlocutor no exercício analítico deste tópico. Entretanto, admito também que para uma discussão mais dialógica de minha parte seria necessário partir da leitura das autoras da teoria política feminista, que, acionadas por Miguel (2012), questionam a política do desvelo, como Mary Dietz. Pelas limitações pessoais e de tempo deste trabalho, concentrei-me, aqui, em tangenciar o debate com o intuito de posterior aprofundamento.

paute em uma concepção ingênua da realidade dos processos políticos, equívoco de algumas autoras do *pensamento maternal*, como Jean Elshtain, salienta Miguel (2012).

É interessante notar como as cinco mulheres entrevistadas que acionam uma forma feminina de fazer política indicam a dificuldade de empreendê-la nos partidos políticos, no parlamento ou mesmo nos cargos que algumas assumiram no executivo. Ana Rita menciona o problema de se colocar na política de forma ingênua e sonhadora, quando a realidade da política é outra. No entanto, ela não desiste, mantém-se na *carreira* política na busca por conciliar sua concepção do fazer político, mas sem se apartar da realidade do campo. Rose também expõe o ruído existente na transposição da vivência das mulheres na família para o campo da política, cujo resultado, para ela, é a discriminação.

Que algumas mulheres levem para o parlamento, ou mesmo para o executivo, uma *perspectiva* atenta às questões e necessidades sociais não é um problema em si, nem é menos legítimo e necessário trazer para esse espaço a preocupação com a ética. Não se trata de essencialismo quando se entende que algumas mulheres, a partir de sua posição estrutural e experiência, demonstram maior interesse por agendas políticas sociais. O argumento se torna essencialista, entretanto, quando se considera que todas as mulheres possuem “inclinação natural” para esses temas (SCOTT, 2001) e que é papel exclusivamente delas abordá-los na vida pública.

Muitas mulheres são, realmente, na sociedade brasileira, as principais responsáveis pelo cuidado da família e pelo uso dos serviços públicos disponíveis, o que as coloca em contato diário com as carências da sociedade e com a experiência do cuidado. Mas isso é fruto dos papéis sociais delineados pela cultura acerca das relações de gênero, e não o elemento fundante de uma identidade feminina. Há, por outro lado, distinções de classe que permitem a umas e não a outras o conhecimento dos problemas sociais. A classe também não pode ser essencializada, visto que a experiência da privação, depois de superada (por estratégias as mais diversas), nada garante sobre a empatia com aqueles que vivem/viverão dramas semelhantes.

Não se pode negar, contudo, que as mulheres desenvolveram histórica e socialmente interesses próprios, permitindo sua associação à figura essencializada e idealizada da mãe que se sacrifica pelos filhos. Entretanto, há um perigo nisto, como Miguel (2012, p. 116) argumenta: “[...] a subalternidade é mantida e mascarada por um véu de ‘superioridade moral’”. A ideia de que as mulheres possuem inclinação natural para o cuidado se coloca, ao fim, como justificativa para que grupos conservadores as mantenham no mesmo lugar, fora da política, sob o pretexto de que seriam elas “seres superiores” a tal mundanidade, sob a aura da “nobreza”, mais uma vez subalternizadas, quando muito destinadas a certos nichos políticos fora dos espaços em que questões estruturais são decididas. Ou então, “dessacralizando” as mulheres, os grupos conservadores não as veem, por isso, como iguais, já que fariam parte dos mesmos ambientes de “negociatas”, de modo que seriam tais mulheres imorais, “vadias”, prostitutas. Aliás, não é raro que uma mulher ingresse e permaneça no mundo político-partidário se não sob a proteção de um homem, pai, irmão, marido, amante.

Há que se atentar para o fato de que, relações de gênero à parte, a política formal tem enfrentado sérias críticas quanto a seu potencial de representar e levar para os foros decisórios as demandas da sociedade, uma vez que não é raro associá-la à prevalência de interesses econômicos ou políticos de grandes grupos que só estão em cargos eletivos para manter seus próprios privilégios, sem qualquer viés republicano. Se, porém, o modelo da democracia republicana está em xeque, não se precisa, por isso, sucumbir ao mercado político. Talvez, se possa apostar na construção de um novo modelo de política democrática que começa pela heterogeneidade do público cívico (Young, 1987) nos espaços de poder. Por isso, a questão de gênero volta ao debate em sua máxima relevância.

As mulheres (não são só as mães – algumas nem querem a maternidade –) são uma infinidade de possibilidades, assim como acontece com o indivíduo na pós-modernidade, uma discussão que não vamos adentrar, mas que é também importante. Outro ponto é que, às vezes, as mulheres podem recorrer a um “essencialismo estratégico” na ação política para lograr êxito no debate público e articular as pessoas em nome de uma causa ou questão, como discuti no capítulo 2 sobre os impasses da

categoria “mulheres”. Nem por isso, são elas acríticas aos essencialismos. Resta saber se, nas entrevistas, as mulheres políticas sabiam estar discursando estrategicamente em torno da legitimidade de seus respectivos mandatos.

As deputadas e a senadora mencionadas criaram representações de seu papel na política, como possibilidade de alteração de um modelo político que não se orienta ainda nem pelas questões sociais nem pela ética pública. Estas representações contribuíram para conformar um tipo característico de atuação desse grupo (o feminino). Não se nega que tais mulheres são permeadas pelas representações femininas, incorporadas ao *habitus*, um movimento em que as representações são internalizadas, de forma que moldam a concepção sobre suas funções na esfera política e são reproduzidas a partir de suas atitudes (PINHEIRO, 2007). Nada me permite concluir, contudo, que não desenvolveram uma reflexividade sobre as identidades construídas e, na performance pública, não se valham delas para se manter elegíveis, o que nada têm de ilegítimo, embora algumas, para isso, mantenham o tom conservador em suas escolhas. Esse é o ponto que dificulta a conquista de mudanças na política que tanto dizem desejar.

Sigo para o próximo tópico, que tem o objetivo de apresentar, de forma sucinta, o perfil de atuação parlamentar das dez mulheres estudadas, a fim de identificar as demandas que representam no Congresso Nacional.

4.2. PANORAMA DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA DAS PARLAMENTARES

Este tópico será desenvolvido a partir do levantamento da produção legislativa das deputadas e senadoras analisadas neste estudo. Os dados foram extraídos dos *sites* da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, abrangendo o período de 1983 a julho de 2014. Myrthes e Etevalda não compõem nenhuma tabela, pois não encontramos nos sites nenhum projeto de própria autoria das duas deputadas federais mencionadas.

Na tabela 2 (p.229), é possível perceber que, ao todo, as dez parlamentares representantes do Espírito Santo no Congresso Nacional alcançaram a marca de 472

proposições (1983-2014), das quais, excluindo as senadoras, 333 (70,55%) são PLCs (Projetos de Lei Ordinária ou Complementar da Câmara)⁹⁷. No Senado, as proposições de mesma natureza são chamadas PLSs (Projetos de Lei Ordinária ou Complementar do Senado), e a produção das duas senadoras analisadas também se concentra nesse tipo. Essa, inclusive, é uma tendência observada no Congresso Nacional como um todo (PINHEIRO, 2007). As que mais apresentaram projetos de lei foram Rita Camata, com 139; Sueli Vidigal, com 90 e Rose de Freitas, com 75, que também acumulou maior número de mandatos (seis). Entre as duas senadoras, a mais produtiva foi Luzia, com 62 proposições, sendo que atuou por pouco mais de um ano. A senadora Ana Rita propôs 32 projetos de lei em quase quatro anos de mandato.

Tabela 2 – Produção Legislativa das Parlamentares do ES (1983-2014)

		Natureza Normativa da Lei					Mandatos	Total
		PLC	PLP	PEC	PLS	PLS Complementar		
Autora	Ana Rita	0	0	1	31	0	1	32
	Iriny Lopes	39	2	7	0	0	3	48
	Lauriete	18	0	0	0	0	1	18
	Maria de Lourdes	8	0	0	0	0	1	8
	Luzia Toledo	0	0	2	56	4	1	62
	Rita Camata	121	11	7	0	0	5	139
	Rose de Freitas	64	3	8	0	0	6	75
	Sueli Vidigal	83	0	7	0	0	2	90
Total		333	16	32	87	4		472

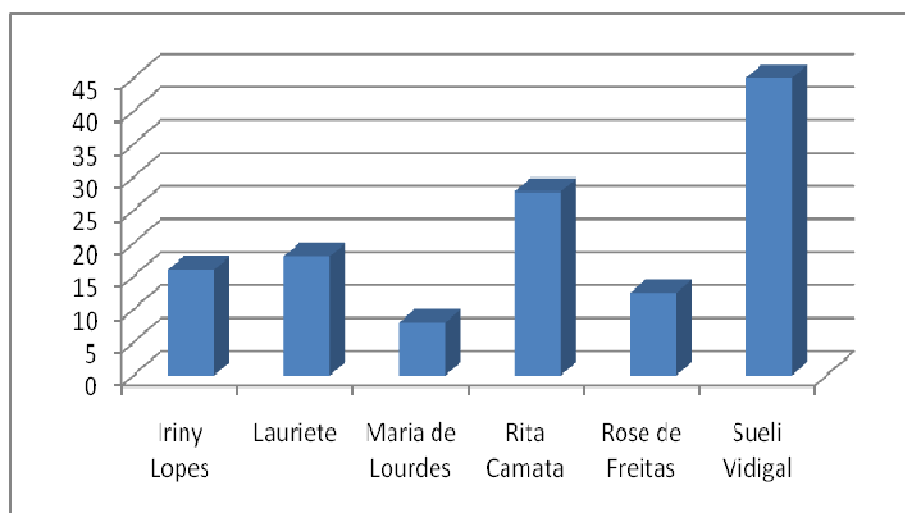
Fonte: Elaboração conjunta com Silva (SOUZA; SILVA, 2014) a partir de dados da Câmara e do Senado, 1983-2014.

*As proposições incluem: Projeto de Lei Ordinária ou Complementar da Câmara (PLC); Projeto de Lei Complementar (PLP); Proposta de Emenda Constitucional (PEC); Projeto de Lei Ordinária ou Complementar do Senado (PLS) e PLS Complementar.

⁹⁷ Uma lei ordinária “Trata de assuntos diversos da área penal, civil, tributária, administrativa e da maior parte das normas jurídicas do país, regulando quase todas as matérias de competência da União, com sanção do presidente da República. O projeto de lei ordinária é aprovado por maioria simples. Pode ser proposto pelo presidente da República, deputados, senadores, Supremo Tribunal Federal (STF), tribunais superiores e procurador-geral da República. Os cidadãos também podem propor tal projeto, desde que seja subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado do país, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles”. As leis complementares devem ser aprovadas por maioria absoluta e propõem explicar melhor algum aspecto de uma lei já existente ou da própria Constituição, complementando e acrescentando aspectos, sem, contudo, alterar a Carta Magna (essa é uma atribuição das PECs). Fonte: GLOSSÁRIO Legislativo. Portal do Senado Federal. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/glossario-legislativo?b_start:int=90>. Acesso em agosto de 2014.

No caso das seis deputadas federais com produção legislativa, ao dividir o total de proposições pelo número de mandatos (gráfico 1), observei que a mais produtiva foi Sueli Vidigal, com média de 45 projetos por mandato, seguida de Rita Camata, com 28 e Lauriete, com 18. Entretanto, vale ressaltar, como nos explica Araújo (2009, p. 118), que a produção parlamentar também é influenciada pela ordem de prioridade das atividades legislativas, que, além da análise, elaboração e proposição de projetos de lei, inclui a participação em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e o engajamento nas campanhas eleitorais, por exemplo. Dessa forma, a produção de leis oscila conforme o contexto político e a fase do mandato parlamentar.

Gráfico 1 – Média de Projetos de Lei por Mandato



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara e do Senado, 1983-2014. Total de projetos por número de mandatos.

Na tabela 3, observa-se que, considerando deputadas e senadoras, apenas 3,4% das proposições das parlamentares do Espírito Santo foram aprovadas (transformadas em norma jurídica); 38,3% estão em tramitação e praticamente metade (49,6%) foi arquivada. Pinheiro (2007) constatou que, só para o caso da Câmara dos Deputados, a taxa de sucesso das leis propostas pelas mulheres foi de 4,5% (1987-2002), o que demonstra que as parlamentares capixabas tiveram desempenho inferior às demais na aprovação de leis, lembrando que ainda somei as aprovadas no Senado nessa porcentagem – a ex-senadora Luzia aprovou três leis (tabela 4). De qualquer forma,

aprovar leis, tanto na Câmara quanto no Senado, constitui-se um processo moroso. Conforme Santos et al. (apud PINHEIRO, 2007, p. 137), a taxa de sucesso em ambos os sexos é de 7%. O maior legislador é o Executivo, pois 86% das leis aprovadas no Congresso Nacional são dele (FIGUEIREDO; LIMONGI, apud PINHEIRO, 2007, p.136).

Tabela 3 – Situação da Produção Legislativa (1983-2014)

Situação da proposição	Frequência	Percentual
Aprovada - transformada em norma jurídica	16	3,4
Rejeitada	6	1,3
Em tramitação	181	38,3
Arquivada	234	49,6
Retirada pela autora / Devolvida para a autora	16	3,4
Prejudicada*	17	3,6
Vetada pela Presidência da República	2	,4
Total	472	100,0

Fonte: Elaboração conjunta com Silva (SOUZA; SILVA, 2014) a partir de dados da Câmara e do Senado, 1983-2014.
*Com problemas de constitucionalidade e juridicidade.

Outro dado relevante trazido por Pinheiro (2007) indica que 19% dos projetos de lei aprovados por iniciativa das mulheres não têm tanta importância, pois estão destinados a prestar homenagens, nomear monumentos ou instituir datas comemorativas, por exemplo. Entretanto, essa não foi a tendência das parlamentares capixabas, que destinaram apenas 3,2% de sua produção legislativa para temas honoríficos (tabela 5), o que está abaixo, inclusive, do percentual da produção de deputadas e deputados (3,8%) (PINHEIRO, 2007).

Em seguida, na tabela 4 (p.232), há a relação da situação das proposições com a autoria. A parlamentar que mais aprovou leis foi Rita, com nove; contudo, é a que mais teve projetos arquivados (106). Luzia é a segunda com mais leis aprovadas (3) e Rose, a terceira (2). Quem mais tem projetos de lei em tramitação é Sueli, com 62.

Tabela 4 – Situação das Proposições e Autoria

		Situação da proposição						
		Aprovada	Rejeitada	Em tramitação	Arquivada	Retirada/ Devolvida para a autora	Prejudicada	Vetada
Autora	Ana Rita	0	0	32	0	0	0	0
	Iriny Lopes	1	0	21	22	4	0	0
	Lauriete	0	0	16	1	1	0	0
	M ^a de Lourdes	0	0	0	8	0	0	0
	Luzia Toledo	3	6	0	45	1	5	2
	Rita Camata	9	0	22	106	0	2	0
	Rose de Freitas	2	0	28	42	2	1	0
	Sueli Vidigal	1	0	62	10	8	9	0
	Total	16	6	181	234	16	17	2

Fonte: Elaboração conjunta com Silva (SOUZA; SILVA, 2014) a partir de dados da Câmara e do Senado, 1983-2014.

Outro levantamento diz respeito ao conteúdo da produção legislativa das parlamentares do Espírito Santo (tabela 5 e gráfico 2). Esses dados são interessantes para estabelecer conexões com a concepção de política do desvelo – presente nas falas das parlamentares. A tipificação utilizada para definir os temas e o critério de classificação dos projetos de lei tem base em Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (apud ARAÚJO, 2009, p. 132-3). Dessa forma, os projetos foram classificados em seis temas: administrativo; econômico; honorífico; jurídico; político-institucional e social.

Administrativa é toda proposta de lei que cria ou extingue cargos e órgãos públicos; define competências, composição e funcionamento de órgãos governamentais; indica fixação de efetivos de força militar ou policial, bem como vencimentos e gratificações de funcionários públicos e alienação de bens públicos; também propõe anistia de dívidas e o estabelecimento de fronteiras entre regiões. Econômica é toda proposta de lei voltada para salários e tributação ou regulação de atividades econômicas em diversas áreas como a indústria, o comércio e o sistema financeiro. As honoríficas nomeiam monumentos, prédios, ruas e espaços públicos; estabelecem feriados e dias festivos e criam títulos honoríficos. Jurídica é toda proposta que versa sobre códigos de lei. As propostas político-institucionais abrangem a organização dos poderes, a atribuição de funções entre eles, e a organização do sistema eleitoral e partidário. Por fim, as propostas de cunho social se referem a programas sociais, como saúde, educação,

habitação e trabalho; ou a questões sociais, como meio ambiente, justiça, profissões e direitos civis (FIGUEIREDO; LIMONGI, apud ARAÚJO, 2009, p. 132-3).

No levantamento que Araújo (2009, p. 133) fez dos projetos de lei que ingressaram no Senado entre 1989 e 2004, os temas mais visitados pelos(as) legisladores(as) eram a área social (50%), a administrativa (21,5%) e a econômica (18,2%). No levantamento do cientista político estão inclusos os projetos de lei com origem no Senado, assim como os advindos da Câmara, do Executivo e do Judiciário. Todos apresentaram concentração nos três temas citados. O autor observou que essa tendência também foi apontada nos estudos de Argelina Figueiredo e Fernando Limongi. Ainda conforme Araújo (2009, p.133), de 1989 a 2004, 60,9% dos projetos de lei encaminhados pela Câmara dos Deputados ao Senado Federal tratavam de temas sociais, sendo essa temática, portanto, a mais abordada pelas(os) legisladoras(es), independentemente de sexo, naquele período. O segundo tema mais presente foi o econômico (17,9%) e em terceiro, o administrativo (11,4%).

Observando a tabela 5, é possível perceber que a produção legislativa das deputadas e senadoras do Espírito Santo se concentrou na área social (56,4%), na jurídica (13,6%) e na econômica (11,2%). Obviamente que não me refiro ao mesmo período de análise, mas é possível estabelecer aproximações, já que as parlamentares que começam, efetivamente, a encaminhar projetos de lei são Rita Camata e Rose de Freitas, que ingressam na Câmara em 1987.

Tabela 5 – Temas das Proposições

Tema	Frequência	Percentual
Administrativo	45	9,5
Econômico	53	11,2
Honorífico	15	3,2
Jurídico	64	13,6
Político-Institucional	29	6,1
Social	266	56,4
Total	472	100,0

Fonte: Elaboração conjunta com Silva (SOUZA; SILVA, 2014) a partir de dados da Câmara e do Senado, 1983-2014.

É interessante, também, observar a distribuição dos temas por parlamentar (tabela 6), o que confere o perfil político de cada uma no Congresso Nacional. Nesse sentido, em todas as representantes do Espírito Santo há expressiva predominância de proposições de cunho social, com exceção de Luzia Toledo, que apresenta maior equilíbrio entre três áreas: a social (23 projetos), a jurídica (21 projetos) e a econômica (13 projetos). Dessa forma, os temas sociais representam 37,09% de sua produção legislativa, o índice mais baixo entre as parlamentares estudadas. A segunda com o índice mais baixo é Iriny Lopes (43,75%).

Tabela 6 – Temas das proposições e autoria

		Tema					
		Administrativo	Social	Econômico	Honorífico	Político-Institucional	Jurídico
Autora	Ana Rita	2	21	5	1	0	3
	Iriny Lopes	10	21	9	1	2	5
	Lauriete	2	9	1	0	0	6
	Maria de Lourdes	1	4	1	0	1	1
	Luzia Toledo	4	23	13	1	0	21
	Rita Camata	10	87	8	1	15	18
	Rose de Freitas	5	40	10	5	5	10
	Sueli Vidigal	11	61	6	6	6	0
Total		45	266	53	15	29	64

Fonte: Elaboração conjunta com Silva (SOUZA; SILVA, 2014) a partir de dados da Câmara e do Senado, 1983-2014.

Na produção legislativa das demais, Sueli Vidigal é a parlamentar que mais se dedicou à área social (67,77%), seguida de Ana Rita (65,62%), Rita Camata (62,58%) e Rose de Freitas (53,33%). Tanto Maria de Lourdes Savignon quanto Lauriete Rodrigues direcionaram 50% de sua produção legislativa para o tema social. Dos 16 projetos de lei aprovados pelas parlamentares do Espírito Santo, sete eram sobre o tema social, quatro sobre o jurídico, além de duas honoríficas, duas político-institucionais e uma econômica.

Segundo Miguel e Biroli (2011), com base em pesquisas de outros autores, a produção legislativa das mulheres apresenta maior concentração na temática social do que nas questões de economia e infraestrutura quando comparadas com os homens no que concerne a projetos de lei e propostas de emendas constitucionais. A taxa de sucesso da produção legislativa delas também é inferior a deles, embora haja oscilações nos resultados de cada pesquisa.

Outra atividade importante no Congresso Nacional é a atuação em Comissões Permanentes, pois praticamente todas as iniciativas e propostas legislativas passam por elas, que emitem pareceres que são utilizados como orientação pelos demais legisladores. Em muitos casos, essas comissões têm poder conclusivo, ou seja, podem aprovar diretamente um projeto de lei sem que este precise chegar ao plenário (MIGUEL; BIROLI, 2011; ARAÚJO, 2009).

Na Câmara dos Deputados, Araújo (2009) explica que a estrutura das comissões, como a quantidade de vagas disponíveis, está sujeita às articulações e oscilações políticas, pois as vagas são controladas pelas lideranças partidárias, que buscam influenciar o processo legislativo através de sua distribuição. O autor ressalta que a atuação em comissões fornece ao parlamentar o controle privilegiado de informações em certos temas legislativos, o que é revertido em poder político.

A Câmara dos Deputados possui, atualmente, 22 Comissões Permanentes (CPs), sendo que houve mudanças nas siglas e alguns temas que ficavam juntos na década de 1980 (como meio ambiente, direito do consumidor e minorias) foram separados em comissões próprias ao longo dos anos. Mesmo assim, a partir dos dados biográficos acerca da atuação das parlamentares em comissões, disponíveis no site da Câmara, é possível observar que nenhuma CP deixou de ter a participação de pelo menos uma ou duas deputadas federais do Espírito Santo, seja como titular ou suplente, com exceção da de Legislação Participativa. Contudo, as que menos acessaram foram a de Finanças e Tributação e a de Desenvolvimento Regional da Amazônia, das quais fez parte apenas Rose de Freitas, sendo tanto titular quanto suplente.

Rose, aliás, é a deputada que mais se destaca no acesso às CPs em variados temas, do econômico ao social, além de ter chegado à Mesa Diretora da Câmara como 1ª vice-presidenta. Ocupou espaço de destaque na CP de Agricultura e Política Rural (1ª vice-presidenta) e na de Minas e Energia (1ª e 2ª vice-presidenta). Sueli Vidigal também participou de comissões variadas, entre elas, a de Fiscalização Financeira e Controle e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, CPs em que Rose também participou.

Outras deputadas que alcançaram posições de destaque nas CPs foram Etevalda, Iriny e Sueli. Etevalda foi 2ª vice-presidenta na de Agricultura e Política Rural e 3ª vice-presidenta na de Defesa Nacional e Relações Exteriores. Iriny foi a que alcançou o maior cargo numa CP, a de presidenta (Direitos Humanos e Minorias), sendo, inclusive, a primeira mulher a presidir essa comissão. Sueli foi 2ª vice-presidenta na CP de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; 2ª vice-presidenta na de Direitos Humanos e Minorias; 2ª vice-presidenta na de Fiscalização Financeira e Controle; 1ª vice-presidenta na de Seguridade Social e Família e 2ª vice-presidenta na de Turismo e Desporto.

Quatro das parlamentares estudadas passaram pela CP de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática: Sueli, Rita, Iriny e Rose. Cinco estiveram nas CPs de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ou Defesa do Consumidor: Lauriete, Etevalda, Rita, Iriny e Rose. Cinco acessaram a CP de Trabalho, Administração e Serviço Público: Etevalda, Rita, Iriny, Myrthes e Rose. Quatro fizeram parte da CP de Direitos Humanos e Minorias: Lauriete, Iriny, Rita e Sueli. Na CP de Desenvolvimento Urbano e Interior participaram Rose, Etevalda, Rita e Iriny; na de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Etevalda e Rose.

Três participaram da CP de Minas e Energia: Iriny, Sueli e Rose. Duas estiveram na de Turismo e Desporto: Sueli e Rose. Na CP de Constituição, Justiça e Cidadania estiveram Iriny e Rita. Duas participaram da CP de Agricultura e Política Rural: Rose e Etevalda, onde ocuparam posições de destaque, como já foi mencionado. Quatro passaram pela CP de Seguridade Social e Família: Sueli, Rose, Rita e Lauriete. Na de Cultura ou Educação participaram Rose, Lauriete e Rita. Na de Viação e Transportes,

três: Iriny, Rita e Etevalda. Na CP de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado estiveram Rita e Iriny.

No que concerne às duas senadoras, Ana Rita e Luzia, a participação foi concentrada, a partir do *site* do Senado, nas seguintes Comissões Permanentes da Câmara Alta: Assuntos Sociais; Constituição, Justiça e Cidadania; Educação, Cultura e Desportos; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Ana Rita ainda participou da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; Luzia esteve também na de Serviços e Infraestrutura. Não incluímos aqui as comissões mistas ou de outra natureza. Ao todo, o Senado possui onze Comissões Permanentes. Dessa forma, as senadoras se ocuparam de comissões com maior cunho social. As deputadas também, mas três delas – Rose, Sueli e Iriny – transitaram por CPs de acesso mais restrito às mulheres ou menos comum, como a de Finanças e Tributação (Rose), a de Minas e Energia (Rose, Iriny e Sueli), a de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (Rose e Sueli) e a de Fiscalização Financeira e Controle (Rose e Sueli).

Para entender um pouco melhor as diferenças quanto à atuação parlamentar de homens e mulheres, Miguel e Biroli (2011) classificaram as comissões e discursos políticos em três categorias: *hard politics*, *soft politics* e *middle politics*.

Por *hard politics* considera-se o núcleo central do processo político, em especial o exercício do poder de Estado e a gestão da economia; *soft politics* refere-se a assuntos mais voltados para o social; *middle politics*, temas que permitiam abordagens mistas, como “previdência social”, que inclui tanto preocupações com os pensionistas quanto com as contas públicas (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 111).

Na pesquisa realizada entre 1999 e 2006, Miguel e Biroli observaram que 85,9% das deputadas federais participaram de comissões relacionadas às *soft politics*, enquanto somente 55,4% dos homens as integraram. Essa posição se inverte nas comissões de *hard politics*, em que 74,5% dos homens participaram contra 46,9% das mulheres. Os autores observaram que essas diferenças ficam mais marcadas quando analisados os projetos de lei e os discursos das(os) parlamentares, por serem de escolha livre. No caso das comissões, como ressaltai anteriormente, são os partidos políticos que definem para onde vai a(o) parlamentar. Nesse sentido, os estereótipos de gênero

presentes nos partidos podem contribuir para o confinamento das mulheres em comissões vinculadas às *soft politics*.

Porém, essa questão ainda é influenciada pela própria trajetória política trilhada pela parlamentar e pelas percepções do eleitorado, dos pares no campo político e da mídia, que podem avaliar mais positivamente o mandato das mulheres se estas atuarem mais na área social: “[...] esta atuação pode ser mais efetiva e angariar maiores dividendos simbólicos caso ocorra a favor dos estereótipos de gênero e não contra eles” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 113).

Por meio das trajetórias e narrativas descritas nesta dissertação, do panorama da produção legislativa das parlamentares em foco e da identificação das comissões permanentes em que atuaram, afirmo que as mulheres representantes do Espírito Santo no Congresso Nacional seguem essa tendência descrita por Miguel e Biroli (2011) e os resultados da dissertação estão em conformidade com os resultados de outros estudos, como o de Pinheiro (2007), com a ressalva de que as parlamentares “capixabas” possuem uma produção legislativa relevante em sua grande parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os papéis sociais tradicionais de gênero, pautados na dicotomia entre o feminino – natureza, sensibilidade, comunitarismo, intuição e domínio do espaço privado – e o masculino – cultura, racionalidade, persuasão e domínio do espaço público – têm sido cada vez mais questionados, não de hoje, principalmente pelas desigualdades que geram em diversas sociedades, ainda a manter as mulheres em posições subalternas.

Ao longo de sua história, que ganha robustez a partir da virada do século XVIII para o XIX e se radicaliza no século XX, o feminismo teceu duras críticas de efeitos irreversíveis às assimetrias de gênero, que alimentaram, por séculos, a naturalização da inferioridade social das mulheres e sua subordinação aos homens. Defendia-se, primeiramente, que essa configuração era fruto das diferenças biológicas entre os sexos que lhes negavam direitos sociais, políticos, a liberdade de pensar e agir e a autonomia sobre seu próprio corpo. Para superar essa perversa naturalização da identidade “feminina”, o pensamento feminista passou a empreender a distinção entre sexo e gênero, associando o primeiro aos aspectos biológicos e o segundo a uma construção social, em que a feminilidade é pensada não como a expressão de uma natureza, mas como o resultado das expectativas, dos constrangimentos e sanções sociais. Denunciava-se, portanto, que o comportamento de homens e mulheres não era determinado pela natureza, mas pela cultura. O feminismo questionou até mesmo a ideia do “instinto maternal” como constitutivo da “natureza feminina” ao revelar seu caráter histórico e localizado.

Grandes embates se deram nas teorias e nas diversas concepções políticas do feminismo. A busca desse movimento por uma identificação que fosse comum às mulheres a fim de uni-las na luta política gerou significativas discussões sobre o uso das categorias “gênero”, “mulher e “mulheres” (NICHOLSON, 2000; PISCITELLI, 2002) na tensão com o sujeito político que o feminismo reivindicava e reivindica a representação (BUTLER, 2003). Algumas correntes feministas, como a pós-estruturalista e a pós-moderna, recusam a utilização de qualquer ideia de essência feminina, ressaltam o caráter provisório e fragmentado das identidades e desconstruem

os binarismos de gênero, denunciando a heteronormatividade que os permeia. Outras vozes defendem que a desconstrução total do gênero e da categoria “mulher”, ou “mulheres”, pode servir bem a intentos acadêmicos, mas inviabiliza a luta política, que exige a definição do grupo que luta por sua emancipação (PISCITELLI, 2002; BENTO, 2006).

Outra marcante reflexão crítica no pensamento feminista se dirige, também, à dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Essa dicotomia é acusada pelas feministas de compreender a política de forma restrita, por defender a universalidade da esfera pública e considerar como não políticas várias experiências consideradas de caráter privado, ignorando, por exemplo, as relações de poder que se estabelecem na esfera privada e que condicionam a presença das mulheres no espaço público (MIGUEL e BIROLI, 2013; PATEMAN, 2013). Algumas feministas, nesse sentido, mobilizam argumentos de caráter essencialista em defesa de uma singularidade “feminina” que teria efeitos positivos na esfera pública, como ocorre no *pensamento maternal*, capaz de impregnar as relações no ethos do “cuidado”, supostamente feminino por excelência (MIGUEL, 2012; VARIKAS, 2013).

Essas divergências nos debates no interior do feminismo, contudo, não o impediram de alcançar significativas vitórias na luta pelos direitos das mulheres. No Brasil, a conquista do sufrágio universal feminino, em 1932, se constituiu no primeiro grande passo à conquista da autonomia das mulheres. Entretanto, a radicalização do movimento feminista nas décadas de 1960 e 1970, que promoveu no mundo uma revolução nos costumes, encontrou o Brasil em plena ditadura civil-militar (1964-1985), onde esses questionamentos ocorriam de maneira mais sufocada, embora florescendo nas décadas seguintes. O acesso das mulheres à educação formal, o direito ao divórcio por lei, a decisão de e quando ser mãe e a conquista expressiva de posições no mercado de trabalho são algumas dessas conquistas, consideravelmente ampliadas com a promulgação da Constituição de 1988, mas ainda não plenas, sobretudo, em sua efetividade.

No início do século XXI, as mulheres continuam com salários, em média, mais baixos do que o dos homens e em trabalhos mais precarizados do que eles; são as principais

responsáveis pela esfera doméstica, com duplas e triplas jornadas em seu cotidiano de trabalho fora e dentro de casa e enfrentam ainda a violência de gênero. Mesmo assim, as inegáveis conquistas das mulheres não se realizariam se não fosse por seu engajamento político na sociedade civil e em movimentos sociais. Tal constatação contrasta com sua sub-representação no campo da política formal, uma das arenas mais difíceis de inserção das mulheres e que se tornou, pois, a questão chave desta pesquisa.

Isso porque, segundo Bourdieu (2002), o *campo político* exige que as diferentes trajetórias e posições sociais se adequem à própria lógica do campo, claro, não sem conflitos. Essas exigências favorecem a reprodução de hierarquias, ainda que não seja impossível que os agentes possam recorrer a estratégias, quer para galgar melhores posições no campo quer para lhe reconfigurar, subvertendo o *habitus*, o que é bem mais difícil. Assim não basta que a voz subalterna fale se não há audiências qualificadas para escutá-la (SPIVAK, 2010). Essa é a grande dificuldade de inclusão de grupos minoritários nos espaços de poder. Entretanto, as tensões e “ruídos” causados por sua inserção são fundamentais para forçar os limites do campo político (MIGUEL, 2010).

As mulheres retratadas nesta pesquisa vivem o pragmatismo político e lutam para se adequar aos imensos desafios de um ofício altamente competitivo, cujo comando de homens é o que impera. Ainda assim, imprimem sua “marca pessoal” no mundo em que atuam. Em alguma medida, também sua própria dicção. Relatam, em entrevistas separadas, a mesma aposta num “jeito de fazer política” mais sensível, ético e próximo das pessoas e suas necessidades do que a política empreendida pelos homens. Não posso atestar que exista um modo de atuar politicamente próprio às mulheres com essa amostra tão restrita, tampouco porque não pesquisei as falas dos homens. Todavia, não poderia ignorar o discurso autolegitimador empregado pelas parlamentares do estado do Espírito Santo: acreditam em uma especificidade “feminina” que teria o potencial de qualificar a política ou, ainda, algo mais radical: empreender um novo modelo de política, mais humanizado.

O discurso se reflete em sua produção legislativa, cujo tema mais recorrente é o social. Essa tendência acontece tanto no plano individual quanto no cruzamento da produção legislativa de todas. Para as mulheres essas são as questões principais, e isto está tanto na narrativa quanto na produção legislativa analisada, constituindo-se um dado de suas *perspectivas sociais* (YOUNG, 2000).

Essa concepção de fazer política diferente dos homens, no entanto, nem sempre leva ao êxito ou é benéfica para a liberdade de atuação política das mulheres na esfera política, na medida em que parte do pressuposto de uma “essência feminina” que, frequentemente, estabelece limites para o *campo de possibilidades* (VELHO, 2008) que cada mulher constrói em sua *trajetória* política.

As percepções das entrevistadas sobre a contribuição das mulheres no campo da política expõem as representações “femininas” que as permeiam nas relações sociais. Tais representações são incorporadas ao *habitus* e internalizadas a partir do que é construído na socialização primária e secundária de mulheres e homens (BOURDIEU, 2002). Esse processo, na sociedade brasileira, constantemente, associa o feminino ao cuidado, à irracionalidade, à fragilidade, à mãe que se sacrifica pelos filhos.

Essas representações são internalizadas de maneira a moldar a concepção das mulheres sobre suas funções também na esfera política, o que não significa que não tenham uma reflexividade acerca dos papéis sociais que evocam. Da mesma forma, podem, na performance pública, valer-se das representações tradicionais de gênero para manter elegibilidade, o que não é ilegítimo, mas mantém o tom conservador na inserção das mulheres na política. Temas como o aborto, a homofobia e o feminicídio se tornam indigestos ou apenas tangenciados para conquistar eleitoras(es) que, na teoria, defendem a maior presença de mulheres nos espaços de poder, mas continuam rejeitando, nas urnas, plataformas políticas progressistas do ponto de vista de uma reorganização da cultura.

A análise de Costa (2013) acerca da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2010, mencionada no capítulo 1, demonstrou que, entre as(os) entrevistadas(os), o “cuidar” permanece como atributo natural das mulheres. A autora também infere que a

divisão desigual, na família, das tarefas domésticas não é associada ao machismo, que, para as mulheres, está ligado a ações truculentas dos homens e não à baixa participação nas responsabilidades da esfera privada. Paradoxalmente, a maioria dos(as) entrevistados(as) concorda que é necessário dividir as tarefas domésticas de forma equitativa entre homens e mulheres, mas a mesma percepção é pouco acionada como prioridade para melhorar a vida das mulheres. Sem o questionamento dessa realidade, continuará difícil para as mulheres seu trânsito na esfera pública, e mais ainda, o alcance de uma sociedade justa no que concerne às relações de gênero, como Biroli (2012, p.212), em “Gênero e família em uma sociedade justa”, esclarece:

A coexistência entre um padrão de gênero historicamente constituído – a divisão sexual do trabalho, com suas consequências para as oportunidades abertas a mulheres e homens – e as características que tornam os indivíduos e suas relações tão específicas indica a complexidade da análise da família como parte do problema da justiça social. Pode-se dizer que a família é produto de, e reproduz ativamente, as relações de poder historicamente estruturadas, sem deixar de ser um ambiente central à definição das especificidades dos indivíduos e dos valores e atitudes, racionais e afetivos, que terão impacto sobre sua participação em outras esferas da vida.

A dicotomia construída em torno das representações típicas dos gêneros acaba demarcando, de forma desigual, as experiências de cidadania de homens e mulheres. A experiência de vida das mulheres entrevistadas expõe os sacrifícios por trás do êxito de uma *carreira* política numa sociedade que ainda se pauta na divisão sexual do trabalho. A *carreira* pública das mulheres está mais suscetível aos obstáculos vindos da vida doméstica. Em duas das trajetórias descritas – as de Myrthes e Etevalda – tais obstáculos repercutiram na desistência da vocação política; para Lauriete, houve a desistência pela tentativa de reeleição. O tempo integral à política é, para a mulher, muito mais difícil de ser ofertado do que para o homem.

Pippa Norris e Joni Lovenduski (apud MATOS, 2013, p.326) apontam para a existência de três barreiras fundamentais para a ampliação no número de mulheres eleitas: a barreira da ambição política, a barreira da conquista de espaço nos partidos políticos que resulte em sua escolha como candidata e a barreira da elegibilidade, em que as mulheres têm que disputar a preferência do eleitorado.

Se há ou não resistência dos homens à inclusão das mulheres na dinâmica partidária não é este o único fator que dificulta a atuação política institucional das mulheres, embora seja um fator de grande peso se comprovado empiricamente. Como as pesquisas desse campo têm se debruçado mais na atuação política das mulheres, fica difícil dizer em uníssono que elas são alijadas dos partidos por serem mulheres. As barreiras apontadas por Norris e Lovenduski (apud Matos, 2013) e por Araújo (2005; 2009), demonstram a complexidade desta questão. No Brasil, as cotas para as mulheres não conseguiram eficácia porque, além de não haver sanções para os partidos que não cumprem as determinações dessa lei, o sistema eleitoral do país é de lista aberta, em que não é possível estabelecer prioridade para determinados candidatos, como as mulheres, pois em tal sistema o que define o voto é a preferência do(a) eleitor(a) (ARAÚJO, 2009), que, como Matos e Pinheiro (2012) explicam, ainda mantém concepções muito conservadoras diante das propostas de seus representantes políticos.

O evidente contraste entre o grau de conquistas e de participação das mulheres em esferas da vida social e sua baixa inserção nas instâncias decisórias de poder (ARAÚJO, 2009) ainda se constitui num desafio para a qualidade da democracia. Só há democracia de direito e de fato quando os direitos de cidadania são acessados por todos os segmentos da sociedade, sem discriminações de natureza territorial, socioeconômica, de raça e de gênero (AVELAR, 2001). Sem o estabelecimento da continuidade entre a representação política formal e a participação política sem autorização eleitoral, elaboradas a partir da pluralidade de *perspectivas sociais* (Young, 2000), as instituições democráticas têm seu alcance prejudicado.

O maior êxito das mulheres na política institucionalizada só ocorrerá de forma consistente se houver sérias discussões e mudanças nos papéis tradicionais de gênero que são desempenhados nas esferas da vida cotidiana, seja na política ou na vida particular, além de mudanças mais significativas na forma como está estruturado o sistema político-eleitoral brasileiro, que acaba favorecendo a desigualdade de acesso ao poder político para grupos minoritários como as mulheres, que paradoxalmente representam a maior fatia do eleitorado no país. Por toda a discussão travada nesta

dissertação, a pluralidade de perfis políticos das mulheres corrobora a tese de que sua entrada na política pode ser mais profícua se desfazer estereótipos, em vez de recriá-los, embora, como foi discutido, o campo político estabeleça grandes percalços. É nesse ponto que a pertinência do debate das relações de gênero na sociedade ganha contornos relevantes.

Após o fechamento desta dissertação tive, ainda, acesso ao resultado das Eleições 2014, que não fazem parte do escopo da pesquisa, mas que é importante deixar como provocação. Nenhuma mulher foi eleita deputada federal pelo Espírito Santo. Por outro lado, Rose de Freitas foi eleita, diretamente, a primeira senadora a representar o estado capixaba. Na Ales, foram quatro eleitas para 30 cadeiras disponíveis. Diante desses resultados, a conquista de uma representação política mais heterogênea e favorável à presença das mulheres ainda está longe de se consolidar. Com a certeza de que muitas questões permanecem em aberto, é relevante que outras pesquisas se somem aos esforços já realizados no campo de estudos das relações de gênero e da política, a fim de que se enfrentem os obstáculos que ainda permanecem no caminho da realização plena da cidadania das mulheres.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS (entrevistas e banco de dados)

CAMATA, Rita de Cássia Paste. **Trajetória pessoal e política**. Entrevista concedida a Dayane Santos de Souza. Vitória-ES, 25 de março de 2014.

CORRADI, Myrthes Bevilacqua. **Trajetória pessoal e política**. Entrevista concedida a Dayane Santos de Souza. Vila Velha-ES, 29 de outubro de 2013.

ESGÁRIO, Ana Rita. **Trajetória pessoal e política**. Entrevista concedida a Dayane Santos de Souza. Vitória-ES, 26 de agosto de 2013.

FREITAS, Rose (Rosilda) de. **Trajetória pessoal e política**. Entrevista concedida a Dayane Santos de Souza. Vitória-ES, 01 de maio de 2014.

LOPES, Iriny Nicolau Corres. **Trajetória pessoal e política**. Entrevista concedida a Dayane Santos de Souza. Vitória-ES, 26 de julho de 2013.

_____. **Trajetória pessoal e política**. Entrevista concedida a Dayane Santos de Souza. Vitória-ES, 14 de fevereiro de 2014.

MENEZES, Etevalda Grassi de. **Trajetória pessoal e política**. Entrevista concedida a Dayane Santos de Souza. Vitória-ES, 29 de abril de 2014.

RIBEIRO, João Luis Castello. **Biografia de Judith Leão Castello Ribeiro**. Entrevista concedida a Dayane Santos de Souza. Serra-ES, 22 de fevereiro de 2011.

SAVIGNON, Maria de Lourdes. **Trajetória pessoal e política**. Entrevista concedida a Dayane Santos de Souza. Cachoeiro de Itapemirim-ES, 06 de novembro de 2013.

SOUZA, Dayane Santos de; SILVA, Noëlle. **Dados da produção legislativa das capixabas no parlamento brasileiro (1989-2014)**, 2014.

VIDIGAL, Sueli Rangel Silva. **Trajetória pessoal e política**. Entrevista concedida a Dayane Santos de Souza. Serra-ES, 22 de fevereiro de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Simone Patrocínio de. **A mídia na construção da representação social da pessoa pública feminina no Espírito Santo – Rita Camata (1988 – 2000)**. 2013. 240 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina; JORDÃO, Fátima. Introdução: as mulheres nas eleições 2010. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina; JORDÃO, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p.7-12.

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2, Brasília, junho-dezembro de 2009, p.23-59.

_____. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, nº 24, junho de 2005, p.193-215.

_____. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, vol. 9, nº 1. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001, p. 231-252.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. **O Bicameralismo no Brasil: as bases institucionais e políticas do desempenho legislativo do Senado Federal (1989-2004)**. 2009. 279 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH); Departamento de Ciência Política – Programa de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ASSMANN, Selvino José. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de Olympe de Gouges (tradução). **Revista Interthesis**, v.4, n.1, Florianópolis, jan/jun 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>>. Acesso em dezembro de 2013.

AVELAR, Lúcia. Mulher e política em perspectiva. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc, 2013, p.291-314.

_____. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo II: a experiência vivida**. 2ª ed. – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BENTO, Berenice. "Estudos de gênero: o universal, o relacional e o plural". In: **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p.69-108.

BIROLI, Flávia. Gênero e família em uma sociedade justa. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo, Ed. Horizonte, 2012, p.211-242.

_____. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.34, 2010, p.269-299. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a11n34>>. Acessado em 18 de Abril de 2013.

BIROLI, Flávia; MELLO, Janine. Gênero e representação política: hipóteses sobre as diferenças entre a atuação de deputadas e deputados federais na 52ª Legislatura (2003-2006). **Revista Ártemis**, vol.11, dezembro de 2010, p.1-20. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/10685/5918>>. Acesso em novembro de 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 6ª Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M. & AMADO, Janaína (Org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1996, p.183-191.

_____. **O poder simbólico**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Civilização brasileira, 2003.

COHN, Clarisse. **Antropologia da Criança**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

COLBARI, Antonia. **Rumos do movimento sindical no Espírito Santo**. Vitória: Edufes, Florecultura, 2003.

CONCEIÇÃO, Antonio Carlos Lima da. Teorias feministas: da questão da mulher ao enfoque de gênero. **RBSE** 8(24), p. 738-757, dez. 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf>. Acesso em dezembro de 2013.

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos, comparada à dos modernos. **Revista de Filosofia Política**, n.2, 1985.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: BASSANEZI, Carla Pinsky; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p.260-285.

COSTA, Albertina de Oliveira. Felizes, contentes e feministas. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e**

privado: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc, 2013, p.37-46.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, n.11: trajetórias do gênero, masculinidades. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1998, p. 127-140. Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/07/O-Tr%C3%A1fico-do-g%C3%AAnero-Claudia-Costa.pdf>>. Acesso em novembro de 2013.

COSTA, Sandra Regina Soares da. **Universo sonoro popular**: Um estudo da carreira de músico nas camadas populares. 2006. 223 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro.

DIAZ, Ainhoa Agós. **Christine de Pizán**: um nuevo modelo de mujer medieval a través de las imágenes miniadas. Universidad de La Rioja, Servicio de Publicaciones, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.unirioja.es/tfe_e/TFE000199.pdf>. Acesso em julho de 2014.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação & Sociedade**, v. 19, n. 62, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000100002>. Acesso em maio de 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 11ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

FARIA, Lia. **Ideologia e utopia nos anos 60**. Um olhar feminino. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

FEITOSA, Fernanda. A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatos e eleitos. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina; JORDÃO, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p.139-166.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo**: um manifesto da revolução feminista. Rio de Janeiro: Labor, 1976.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILLIGAN, Carol. Imagens de relação. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo, Ed. Horizonte, 2013, p. 81-119.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HAGUETTE, Teresa Maria F.. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HOWARD, Caroline. 10 mulheres mais poderosas do mundo em 2014. **Revista Forbes Brasil**, 27 de maio de 2014. Disponível em: <<http://forbesbrasil.br.msn.com/listas/10-mulheres-mais-poderosas-do-mundo-em-2014-1>>. Acesso em maio de 2014.

HUGHES, Everett C. **Men and their work**. Glencoe: The Free Press, 1958.

JUDITH: A Senhora Cidadã. Direção: José Benevides Correia. Produção e Roteiro: Suzi Nunes, 2010. **Documentário**.

KRITSCH, Raquel. “O gênero do público”. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Horizonte, 2012, p.17-45.

LERMA, Betty Ruth Lozano. “El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde La experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano”. In: **La manzana de La discordia**. Julio – Diciembre, Año 2010, Vol. 5, nº 2, p.7-24. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/aportes-feminismo-negro-decolonial-bettyruth-lozano-2010-pdf-d302853032>>. Acesso em novembro de 2012.

LESTER, Jeremy. **Alinhando a inteligência com a vontade**. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andrea de Paula. INTERNATIONAL GRAMSCI SOCIETY. Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 157-172.

MARTIN, Margô Devos. **A trajetória de uma geração política no Espírito Santo – Da Universidade ao poder – 1982 a 1992**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.

MATOS, Marlise. Mulheres em busca de cidadania política: paradoxos de uma incompletude. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc, 2013, p. 315-332.

_____. O campo científico-crítico-emancipatório das diferenças como experiência da descolonização acadêmica. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Teoria política e feminismo**. Abordagens brasileiras. Vinhedo: Ed. Belo Horizonte, 2012, p. 47-101.

_____. Paradoxos da Incompletude da Cidadania política das Mulheres: novos horizontes para 2010. **Em Debate: Opinião Pública e Conjuntura Política**, v. 2, 2010, p.31-59. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/marlise7.pdf>>. Acesso em 12 de Abril de 2013.

MATOS, Marlise; PINHEIRO, Marina Brito. Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina; JORDÃO, Fátima

(Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p. 47-89.

MATTOS, Sonia Missagia de. "Repensando gênero". In: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. **Mulher**: cinco séculos de desenvolvimento na América, capítulo Brasil. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999, p.19-57.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria. Os absolutos relativos masculino e feminino na cultura trágica: um ensaio sobre a modernidade em Georg Simmel. In: MIGLIEVICH-RIBEIRO et al.. **A modernidade como desafio teórico**. Ensaios sobre o pensamento social alemão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

_____. Subalternas e heroínas. Mulheres em guerra nos séculos XVIII e XIX: por um feminismo decolonial. In: GUARDIA, Sara Beatriz. **Las mujeres en los procesos de Independencia de América Latina**. Lima: CEMHAL, UNESCO, USMP, 2014, p. 79-88.

_____. Perspectivas pós-coloniais e sua crítica: possibilidades e limites para o conhecimento e o engajamento. **XVI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia - A Sociologia Como Artesanato Intelectual**, 10 a 13 de Setembro, UFBA, Salvador. Mesa-Redonda, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. Desvelo e interesse na teoria feminista. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Teoria política e feminismo**: abordagens brasileiras. Vinhedo: Horizonte, 2012, p.103-126.

_____. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v.18, n.36, Junho de 2010, p.25-49. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/04.pdf>>. Acesso em 30 de Março de 2013.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. Introdução: teoria política feminista, hoje. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo, Ed. Horizonte, 2013, p.7-54.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.11, n.3, set/dez 2006, p. 647-654. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>>. Acesso em novembro de 2013.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFSC, v.8. n.2. p.9-41, 2000.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. 326 f.

Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.

PASSOS, Luana Paula Peixoto Aglio dos. **Consumidoras especializadas**: trajetórias de consumo e venda de cosméticos. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público / privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo, Ed. Horizonte, 2013, p. 55-79.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, 2001, v.9, n.1, p.268-290. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>. Acesso em abril de 2014.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, 2010, vol.18, n.36, p.15-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782010000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 de abril de 2011.

PISCITELLI, Adriana. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48). Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/Adriana01.pdf>>. Acesso em Janeiro de 2014.

PRATTI, Luana Puppim. **Perfil social, recrutamento e trajetórias políticas: uma análise dos representantes do legislativo capixaba, 1986-2010**. 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.

RIBEIRO, Judith Leão Castello. **Presença**. Vitória, ES, 1980.

ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v.14, n.2, p.227-249, maio-agosto 2014.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a "economia política" do sexo. Tradução: Recife: S.O.S Corpo, 1993. Disponível em: <<file:///G:/Documentos/Downloads/OTraficoDeMulheres.pdf>>. Acesso em novembro de 2013.

SANTOS, Edna Maria dos; FARIA, Lia; CASTRO, Rogério Cunha de. Nem senhora, nem serva!: anarquismo, educação e emancipação feminina. In: FARIA, Lia & LÔBO, Yolanda (Orgs.). **Vozes femininas do Império e da República**: caminhos e identidades. Rio de Janeiro: Quattet; Faperj, 2013, p. 207-217.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, Ana Silvia. O Caleidoscópio dos arranjos familiares. In: BASSANEZI, Carla Pinsky; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p.15-42.

SCOTT, Joan W.. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

_____. "Laquerelle de femmes" no final do século XX. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001, p.367-388.

_____. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SIMÕES, Solange; MATOS, Marlise. Ideias modernas e comportamentos tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil. In: SOUZA, Márcio Ferreira de (Org.). **Desigualdades de gênero no Brasil**: novas ideias e práticas antigas. Belo Horizonte: Argumentum, 2010, p. 15-40.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da grande Vitória, 1950-1980. Vitória: Edufes, 2001.

SOUZA, Dayane Santos de. **Movimento Estudantil na UFES e redemocratização**: um estudo das trajetórias de mulheres. 2011. 89 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THURLER, Ana Liési. **Em nome da mãe**: o não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

TOSOLD, Léa. Do problema do essencialismo a outra maneira de se fazer política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). **Teoria política e feminismo**: abordagens brasileiras. Vinhedo, Ed. Horizonte, 2012, p.189-209.

VARIKAS, Eleni. O pessoal é político: desventuras de uma promessa subversiva. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo, Ed. Horizonte, 2013, p. 173-193.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: _____. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 8ª ed.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 13-40.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc, 2013.

VIEIRA, José Eugênio. **A história política e eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992**. Vitória: Vida Editora, 1993.

VOGEL, Luiz Henrique. “As interações entre o social e o eleitoral na política de quotas para as mulheres”. **Cadernos ASLEGIS**. Nº43, Maio/Agosto de 2011, p.129-153. Disponível em: <http://www.aslegis.org.br/aslegisoriginal/images/stories/cadernos/2011/Caderno43/CAD.43p129_As.interacoes.entreo.social.e.o.eleitoral.na.politica.de.quotas.para.as.mulheres.pdf>. Acesso em Junho de 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Homicídios e juventude no Brasil** – Mapa da violência 2013. Secretaria-Geral da Presidência da República: Brasília, 2013, p.74-93. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf/2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acesso em abril de 2014.

WEBER, Max. A política como vocação. In: _____. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed.. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982, p. 55-89.

YOUNG, Iris Marion. A imparcialidade e o Público Cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB Seyla; CORNELL Drucilla (Orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, p. 66-86.

_____. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. O ideal da imparcialidade e o público cívico. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo, Ed. Horizonte, 2013, p. 305-337.

OUTRAS FONTES

AGÊNCIA CONGRESSO. **Para pedetista, 2013 foi positivo para o Congresso Nacional** (fotografia Sueli Vidigal). 02 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://agenciacongresso.com.br/m.asp?cd=1289>>. Acesso em julho de 2014.

BONIN, Robson. O inimigo interno. **Revista Veja**, 16/03/2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/feira-livre/o-inimigo-interno-por-robson-bonin/>>. Acesso em julho de 2014.

BORGES, Laryssa; MEDEIROS, Mainara. Eleições 2008: João Coser é reeleito em Vitória. **Portal Terra**, 05 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2008/interna/0,,OI3234558-EI11856,00-Petista+Joao+Coser+e+reeleito+em+Vitoria.html>>. Acesso em julho de 2014.

CARVALHO, Reinaldo. Botão do Pânico tem que ser política de governo (fotografia Luzia Toledo). In: TETE, Gleyson. **Web Ales**. Disponível em: <<http://www.al.es.gov.br/portal/frmShowContent.aspx?i=25782>>. Acesso em julho de 2014.

DESKTOP GOSPE. **Lauriete lança site como deputada federal** (fotografia Lauriete Rodrigues). 2011. Disponível em: <<http://www.desktopgospel.com.br/2012/08/lauriete-lanca-site-como-deputada.html>>. Acesso em julho de 2014.

DIAP. **Os “Cabeças” do Congresso Nacional**: Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Ano VI. Brasília: Diap, 1999. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=513&view=finish&cid=187&catid=13>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Os “Cabeças” do Congresso Nacional**: Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Ano XVII. Brasília: Diap, 2010. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=513&view=finish&cid=198&catid=13>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Os “Cabeças” do Congresso Nacional**: Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Ano XVIII. Brasília: Diap, 2011. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=513&view=finish&cid=199&catid=13>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Os “Cabeças” do Congresso Nacional**: Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. 19ª ed. Brasília: Diap, 2012. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=513&view=finish&cid=384&catid=13>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Os “Cabeças” do Congresso Nacional**: Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. 20ª ed. Brasília: Diap, 2013. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=513&view=finish&cid=387&catid=13>. Acesso em julho de 2014.

DIRETÓRIO Estadual do PT Espírito Santo. **João Coser é declarado oficialmente presidente eleito do PT-ES**. Novembro de 2013. Disponível em: <http://www.ptes.com.br/mostraconteudos.asp?cod_cont_eudo=1078>. Acesso em julho de 2014.

ELEIÇÕES: Reginaldo Almeida e Robson Vaillant estão fora. **Capixabão**, 07 de julho de 2010. Disponível em: <<http://www.capixabao.com/noticia/3306/politica/eleicoesreginaldo-almeida-e-robson-vaillant-estao-fora/>>. Acesso em julho de 2014.

EM nota, deputada Lauriete Rodrigues confirma saída da disputa eleitoral. **Folha Vitória**, 05 de julho de 2014. Disponível em: <<http://m.folhavoria.com.br/politica/noticia/2014/07/em-nota-deputada-lauriete-rodrigues-confirma-saida-da-disputa-eleitoral.html>>. Acesso em julho de 2014.

EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE – BELOTUR. **Memórias de resistência**: lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964–1985, em Belo Horizonte, 31 de março de 2014. Disponível em: <<http://estaticog1.globo.com/2014/04/03/guia-memoria-de-resistencia.pdf>>. Acesso em julho de 2014.

ESPÍRITO SANTO reativa Fórum contra a corrupção. **Gazeta Online**. 19 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/01/49869-espírito+santo+reativa+forum+contra+a+corrupcao.html>. Acesso em julho de 2014.

EXÉRCITO matou Lamarca à sombra de uma árvore, em setembro de 1971. **Jornal O Globo**, 16 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/exercito-matou-lamarca-sombra-de-uma-arvore-em-setembro-de-1971-9981822#ixzz39IAyrbxS>>. Acesso em julho de 2014.

FREITAS, Ivan de. Lauriete, como deputada ela tem sido uma boa cantora. **Capixabão**, 28 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.capixabao.com/noticia/7218/politica/lauriete-como-deputada-ela-tem-sido-uma-boa-cantora/>>. Acesso em julho de 2014.

FREITAS, Rose de. **Grávida, Rose de Freitas discursa em apoio às Diretas Já em 1983**. Myrthes Bevilacqua Corradi é a outra mulher presente na foto, de lenço na cabeça (fotografia). Arquivo pessoal.

_____. **Myrthes B. Corradi discursa em favor das Diretas Já em 1983** (fotografia). Arquivo pessoal.

_____. **Rose de Freitas discursa no plenário após discussão com ACM Neto, em 2011** (fotografia). *Facebook* oficial da deputada federal. Disponível em: <<https://www.facebook.com/deputadarosedefreitas?fref=ts>>. Acesso em julho de 2014.

GIANNE, George. Rita Camata assume coordenação nacional de Políticas Sociais do PSDB (fotografia). In: **PORTAL DO PSDB**, 04 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.psdbr.org.br/rita-camata-assume-coordenacao-do-nucleo-social-do-psdb/>>. Acesso em julho de 2014.

GLOSSÁRIO Legislativo. **Portal do Senado Federal**. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/glossario-legislativo?b_start:int=90>. Acesso em agosto de 2014.

HISTÓRICO. **Deputado Estadual Claudio Vereza**. Disponível em: <<http://www.claudiovereza.com.br/VisualizarHistorico.aspx>>. Acesso em julho de 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em maio de 2014.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais 2013**: uma análise das condições de vida da população brasileira (indicadores selecionados) - sessão "@Estados", Estado do Espírito Santo, 2013. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=es&tema=sis_2013. Acesso em maio de 2014.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, IBGE, 2013.

INFARTO agudo mata ex-deputado Nyder Barbosa de Menezes. **Folha Vitória**, 17 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/politica/noticia/2011/03/infarto-agudo-mata-ex-deputado-nyder-barbosa-de-menezes.html>>. Acesso em julho de 2014.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Perfil regional**: Região Metropolitana da Grande Vitória, 2008. Disponível em: <file:///G:/Documentos/Downloads/perfil_metropolitano.pdf>. Acesso em julho de 2014.

IRINY (sitio oficial). **Biografia**. Disponível em: <<http://iriny.com.br/biografia/>>. Acesso em julho de 2014.

LAURIETE. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.lauriete.com.br/>>. Acesso em julho de 2014.

LAURIETE, Deputada Federal. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.deputadalauriete.com.br/lauriete.php>>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Pronunciamentos**. Disponível em: <<http://www.deputadalauriete.com.br/pronunciamentos.php>>. Acesso em julho de 2014.

LÍDER comunitário confessa assassinato de vereador do ES. **Diário do Grande ABC**. 20 de maio de 2001. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/153489/lider-comunitario-confessa-assassinato-de-vereador-no-es?referencia=buscas-lista>>. Acesso em julho de 2014.

LIMA, Ana Paula. **Políticas Públicas para Mulheres em SC** (fotografia Ininy Lopes). 18 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://anapaulalimapt.blogspot.com.br/2011/10/politicas-publicas-para-mulheres-em-sc.html>>. Acesso em julho de 2014.

MENDES, Fernando. Os capixabas "fichas-sujas" do TCU. **Montanhas Capixabas**, 22 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.montanhascapixabas.com.br/index.php?x=coluna&codColuna=21&codPost=159>>. Acesso em julho de 2014.

MENEZES, Etevalda Grassi de. **Fotografia de 2013**. Arquivo pessoal.

MILITÃO, Eduardo. Bate-boca atrasa votação do RDC em 45 minutos. **Congresso em Foco**, 28 de junho de 2011. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/bate-boca-atrasa-votacao-do-rdc-em-45-minutos/>>. Acesso em julho de 2014.

MORRE Huguinho Borges, ex-vereador de Vitória. **Gazeta online**, 15/10/2010. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/10/678317-morre+huguinho+borges+ex+vereador+de+vitoria.html>. Acesso em julho de 2014.

MORRE o ex-presidente da Assembleia, Hugo Borges. **Portal da Assembleia Legislativa do Espírito Santo**, 09/06/2013. Disponível em: <<http://www.al.es.gov.br/portal/frmShowContent.aspx?i=23867>>. Acesso em julho de 2014.

NEVES, Rômulo. AL mantém processo de cassação contra sete deputados capixabas. **Jornal Folha de São Paulo**. 23 de junho de 2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u50426.shtml>>. Acesso em julho de 2014.

OLIVEIRA, Renata. Contrato bate o pé e não aceita Lauriete como suplente. **Século Diário**, 05 de julho de 2014. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/17668/8/contrato-bate-o-pe-e-nao-aceita-lauriete-como-suplente-1>>. Acesso em julho de 2014.

PMDB. **História**. Disponível em: <<http://pmdb.org.br/institucional/historia/>>. Acesso em julho de 2014.

PORTAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. **Corregedoria**. Disponível em: <<http://www.al.es.gov.br/portal/frmCorregedoriaSubsite.aspx>>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Reginaldo Almeida**. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/trabalho.cfm?Parld_pagina_virtual=70>. Acesso em julho de 2014.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sessão Deliberativa do dia 28 de junho de 2011** – Horário: 20 horas e 6 minutos (arquivo sonoro). Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/exibeaudio.asp?codGravacao=38546&hrInicio=2011,6,28,20,6,17&hrFim=2011,6,28,20,40,57&descEvento=C%C3%A2mara+dos+Deputados+-+Sess%C3%A3o+Deliberativa&diffDataFinal=79&ultimoElemento=true>>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Biografia Etevalda Grassi de Menezes.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=102803&tipo=0>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Biografia Gerson Camata.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122921&tipo=0>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Biografia Iriny Lopes.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74162>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Biografia Lauriete Rodrigues.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=189069&tipo=0>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Biografia Maria de Lourdes Savignon.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=104453&tipo=0>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Biografia Myrthes Bevilacqua Corradi.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123256&tipo=0>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Biografia Rita Camata.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=98340&tipo=0>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Biografia Rose de Freitas.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=100936&tipo=0>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Biografia Sueli Vidigal.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=161218&tipo=0>. Acesso em julho de 2014.

PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA. **Judith C. Ribeiro.** Disponível em: <<http://camaraserra.web470.uni5.net/exibir.aspx?pag=judith-c-ribeiro>>. Acesso em julho de 2014.

PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. **Lista de vereadores.** Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/vereadores_lista.asp>. Acesso em julho de 2014.

PORTAL DO SENADO. **Senadores – Luzia Toledo.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/senLegisAnt.asp?leg=&tipo=2&nlegis=51&codparl=158>>. Acesso em julho de 2014.

PT – Diretório Estadual do Espírito Santo (sítio oficial). **História**. Disponível em: <http://www.ptes.com.br/mostraconteudos.asp?cod_conteudo=37%20>. Acesso em julho de 2014.

PT não teme perder votos com substituição de Claudio Vereza por Ana Rita. **Leia-se**. 25 de março de 2014. Disponível em: <<http://leia-se.com.br/pt-nao-teme-perder-votos-com-substituicao-de-claudio-vereza-por-ana-rita/#sthash.6bov6WJY.dpuf>>. Acesso em julho de 2014.

RIBEIRO, João Castello Lopes. **Judith L. C. Ribeiro assina a Constituição do Estado do Espírito Santo em 1947**. Arquivo pessoal.

RODRIGUES, Dom Eduardo Benes de Sales. Do Concílio Vaticano II às nossas Diretrizes atuais. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)**, 09 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/articulistas/dom-eduardo-benes-de-sales-rodrigues/12964-do-concilio-vaticano-ii-as-nossas-diretrizes-atuais>>. Acesso em julho de 2014.

SAMORA, Nerter. Mantida ação de improbidade contra deputada Sueli Vidigal. **Século Diário**. 05 de junho de 2013. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/exibir.php?id=8677>>. Acesso em julho de 2014

SAVIGNON, Maria de Lourdes. **Fotografia do folheto de campanha de Maria de Lourdes Savignon à Câmara dos Deputados, em 1986**. Arquivo pessoal.

SENADORA ANA RITA. **Perfil**. Disponível em: <<http://www.anarita.com.br/perfil/>>. Acesso em abril de 2013.

_____. **Ana Rita**: CPMI será instalada neste semestre (fotografia). Disponível em: <<http://www.anarita.com.br/tag/cpmi-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em julho de 2014.

SINDIMÁRMORE. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.sindimarmore.com.br/quem-somos>>. Acesso em maio de 2014.

SINDIUPES. **História**. Disponível em: <<http://sindiupes.org.br/historia/>>. Acesso em julho de 2014.

SUELI Vidigal. **História de Vida** (vídeo de propaganda eleitoral). Maio de 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0mfD9KaC02A>>. Acesso em julho de 2014.

TOLEDO, Luzia (deputada estadual). **Perfil**. Disponível em: <<http://www.luziatoledo.com.br/vida.htm>>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Trajétoria política**. Disponível em: <<http://www.luziatoledo.com.br/trajetoria.htm>>. Acesso em julho de 2014.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO. **Eleições anteriores a 2006**. Disponível em: <<http://www.tre-es.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores-a-2006>>. Acesso em julho de 2014.

TV Assembleia. **Canal Cidadão**. 2010. Realização: Secretaria da Mesa de Comunicação Social. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f0eLiEj5Z4>>. Acesso em julho de 2014.

APÊNDICE

Roteiro de entrevistas

1. Trajetória pessoal (infância, família, profissão);
2. Interesse pela política (origem, influências);
3. Trajetória político-partidária (entrada no partido, cargos ocupados, vivências);
4. Questões ou “bandeiras” defendidas na vida pública;
5. Experiências em cargos/atividades/comissões específicos(as) no parlamento;
6. Cargos no executivo e em outras instituições políticas e da sociedade civil;
7. A vida dividida entre Brasília e Espírito Santo;
8. Autopercepção hoje (personalidade, temperamento, interesses, gostos, lazer, preocupações, aspirações)
9. Observações sobre as conquistas de direitos das mulheres na esfera pública e sua atuação na política;
10. Questão específica a cada trajetória.

Observações: Total de entrevistas: oito (Iriny Lopes, Ana Rita, Myrthes Corradi, Maria de Lourdes, Etevalda Grassi, Sueli Vidigal, Rose de Freitas, Rita Camata). Entrevistas gravadas em áudio e transcritas. Tempo de duração: em média, uma hora (1h). Após a transcrição, as entrevistas foram enviadas às colaboradoras para apreciação. No ato das entrevistas foi solicitado às entrevistadas que assinassem uma carta de autorização do uso do material produzido.

ANEXO

Documento – Folheto de Campanha Política de Maria de Lourdes
Savignon, 1986



PT
LOURDINHA
 MARIA DE LOURDES SAIGNON
 DEPUTADA FEDERAL
 Nº 1313

LOURDINHA, nascida no bairro Valão, periferia de Cachoeiro onde vive até hoje, participante das CEBS há oito anos, da qual é membro da coordenação Estadual e do Leste II, reeleita, tem sua vida marcada pelo ideal de transformação do meio onde vive, lutando contra as formas de pressões e marginalização da classe trabalhadora.

Participou da organização dos trabalhadores da rede particular de Ensino e da recente greve dos camioneiros que servem à Massau.

Comprometida com a causa da justiça e liberdade, convencida de que só a base organizada será capaz de construir a Sociedade Fraterna, trabalha animando a organização das Comunidades de Cachoeiro e em lutas concretas como:

- Defesa do meio ambiente - Melhoria do Transporte Coletivo
- Associação de Moradores - Saneamento básico

Sua candidatura é um desafio à estrutura política de nosso País, que oprime e exclui os mais fracos, atende aos interesses do poder econômico e acolhe corruptos, principalmente em vista da constituinte.

Como jovem e como mulher, é para nós, a esperança de reversão do quadro político que se apresenta e a volta do político seriamente comprometido com o trabalho e a organização da comunidade.

Venha conversar conosco.

Visite nosso COMITÊ ELEITORAL - Rua Sete de Setembro, 08
 Praça Ponto de Encontro - Cachoeiro de Itapemirim - Espírito Santo
 Valorize seu voto. Vote nos candidatos do PT.

Governador: ARLINDO e GRÁÇA

Senador: ROGERIO e RENATO

Deputado Estadual: ALVARO SCALABRIN

Deputada Federal: **LOURDINHA — Nº 1313**

COMPANHHEIROS,

Na luta para defender seus direitos, os trabalhadores precisam de pessoas sérias e honestas para representá-los nos meios políticos. Infelizmente isto não tem acontecido e nós continuamos sendo lembrados apenas nas vésperas das eleições.

Por isso, aceitei o desafio de concorrer a uma vaga no Congresso Constituinte para lutar pelas nossas bandeiras, apesar de todo o esforço do governo para impedir a nossa participação.

Temos o direito ao trabalho, a estabilidade no emprego, a livre organização sindical, ao respeito e incentivo às organizações populares, enfim, à melhores condições de vida no campo e na cidade. Queremos educação e saúde para todos, creches, salário mínimo real, Reforma Agrária justa e verdadeira. Para conseguir estes direitos e fundamentais que nos organizemos e votemos em gente engajada nos movimentos populares e não em políticos profissionais que só mentem.

Às mulheres, quero me dirigir de maneira especial, porque especial é a candidatura de uma mulher da base, marginalizada e discriminada como tantas outras. Marias do planeta. "MAS É PRECISO TER FORÇA, É PRECISO TER RAÇA". Somos a maioria da população deste país, assumimos todas as lutas no nosso dia a dia e participamos duplamente na tarefa de construção de uma sociedade nova. Está na hora de assumirmos, concretamente, espaços dentro dos órgãos políticos em todos os níveis, especialmente na Constituinte.

Convivido a todos, neste ano, refletir e analisar bem as propostas dos que se apresentam como candidatos e confrontá-las com a prática no dia a dia. Chega de votar em inimigos do trabalhador. É hora de eleger pessoas comprometidas com a construção de uma nova sociedade, onde mulheres e homens, crianças, jovens, idosos, deficientes, negros, índios, terão direitos iguais e não haverá explorados e marginalizados em nosso meio.

Lembre-se: CONSTITUINTE SEM POVO, NÃO CRIA NADA DE NOVO.

Vote certo. Vote PT

DEPUTADA FEDERAL

LOURDINHA — Nº 1313